

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA-UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

SILMAI LAZARO NEVES DUTRA

**TRADIÇÃO MARXISTA E OS PROBLEMAS DA DIALÉTICA NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO (1960-1982)**

**JUIZ DE FORA
2017**

SILMAI LAZARO NEVES DUTRA

**TRADIÇÃO MARXISTA E OS PROBLEMAS DA DIALÉTICA NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO (1960-1982)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha.

**JUIZ DE FORA
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lazaro Neves Dutra, Silmai.

Tradição marxista e os problemas da dialética no Serviço Social brasileiro (1960-1982) / Silmai Lazaro Neves Dutra. -- 2017.
196 p.

Orientador: Elcemir Paço Cunha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

1. Serviço Social brasileiro. 2. Dialética. I. Paço Cunha, Elcemir , orient. II. Título.

SILMAI LAZARO NEVES DUTRA

**TRADIÇÃO MARXISTA E OS PROBLEMAS DA DIALÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO (1960-1982)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 02 / 08 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Elcemir Paço Cunha (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof^a. Dra. Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr Ronaldo Vielmi Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa “permanência”, à minha família por “entender” meu distanciamento, ao PPGSS da UFJF pela oportunidade, às bancas compostas por Ronaldo V. Fortes, Mônica H. M. da Costa, Yolanda A. D. Guerra, e a meu orientador – Elcemir P. Cunha – pela paciência e diálogo.

RESUMO

O presente estudo tem como alvo reproduzir o movimento real de interlocução entre o Serviço Social e a tradição “crítico-dialética” na realidade brasileira entre 1960 e 1982. Propõe-se à desmistificação do padrão de cientificidade marxiano, analisa diacronicamente a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista, além de examinar a compreensão da “dialética” nas proposituras do “Método-BH” e nas análises de Marilda Villela Iamamoto. A investigação sugere que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avança no tempo efetivando saltos qualitativos, donde a produção de Marilda Villela Iamamoto demarca um importante momento de inflexão para a categoria dos assistentes sociais na compreensão do referido padrão de cientificidade.

Palavras-chave: Serviço Social Brasileiro; Dialética.

ABSTRACT

The present study focuses on reproducing the real movement of interlocution between the Social Work and the “critical-dialectical” tradition in the Brazilian reality between 1960 and 1982. It proposes to demystify the Marxian scientificity standard; to diachronically analyze the interlocution between the Brazilian Social Work and the Marxist tradition, in addition to examine the understanding of the dialectics in the propositions of the "Método-BH" and in the analysis of Marilda Villela Iamamoto. The research suggests that the interlocution between Social Work and the Marxist tradition advances in time, making qualitative leaps, where the production of Marilda Villela Iamamoto demarcates an important moment of inflection for the social assistants category on the understanding of the mentioned scientificity standard.

Keywords: Brazilian Social Work; Dialectics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais (extinta)
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (extinta)
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ALAEITS	Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación em Trabajo Social
AP	Ação Popular
BH	Belo Horizonte
EUA/EEUU	Estados Unidos da América
CELATS	Centro Latino-americano de Trabajo Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais (extinto)
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais (extinto)
CRAS	Centro de Referencia em Assistência Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais (extinta)
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MG	Minas Gerais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PUC	Pontifícia Universidade Católica

RJ	Rio de janeiro
SP	São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	11
CAPÍTULO 1 - A QUERELA DO “MÉTODO” -----	21
1.1. Ponderações preliminares-----	21
1.2. A obra marxiana e as categorias como “formas de ser” -----	26
1.3 - Ser social e práxis: a fundamentação ontoprática do conhecimento -----	30
1.4 - O conhecimento e as ingerências sócio-históricas -----	34
1.5 – A teoria das abstrações: “a viagem de modo inverso”-----	38
1.6 - Apontamentos acerca da exposição -----	52
1.7 - Considerações parciais -----	54
CAPÍTULO 2 - O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA -----	64
2.1 - A gênese do Serviço Social -----	65
2.2 - Capitalismo monopolista, questão social e política Social -----	68
2.3 - Primeiras ingerências teórico-ideológicas -----	71
2.4 - A colisão com o marxismo na América Latina e a erosão do tradicionalismo profissional -----	86
2.5 - “Marxismo” ou “marxismos”? II e III Internacionais e o positivismo -----	96
2.6 - Tradição marxista e realidade brasileira -----	102
2.7 - O processo de renovação do Serviço Social brasileiro no quadro do regime autocrático burguês -----	109
2.7.1 - As perspectivas renovadoras-----	114
2.8 - O reencontro com a tradição marxista -----	128
2.9 - O movimento real de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista-----	135

CAPÍTULO 3 – A APREENSÃO DA DIALÉTICA NO “MÉTODO-BH” E NA PRODUÇÃO DE MARILDA VILLELA IAMAMOTO (1982) -----	142
3.1 – A experiência do “Método-BH”-----	144
3.2 – Marilda Villela Iamamoto: um marco na retenção da dialética no Serviço Social brasileiro -----	159
3.2.1- As críticas à produção de Iamamoto (1982) -----	160
3.2.2 - A pertinência das análises de Marilda Villela Iamamoto -----	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	191

INTRODUÇÃO

Atualmente parece consensual no Serviço Social brasileiro o fato de a categoria – isto é, parte considerável de seus pesquisadores, professores, e mesmo profissionais e estudantes – se reclamar hegemonicamente conectada à tradição marxista. A história¹ na qual o Serviço Social está inserido demonstra a complexidade de sua gênese e desenvolvimento ao longo do século XX e, a despeito de passar aproximadamente meia centúria majoritariamente conectada a perspectivas mais conservadoras, a profissão se transforma. Ao efetivar uma espécie de “virada” profissional, paulatinamente o Serviço Social ruma ao pensamento “crítico-dialético”.

Entretanto, é preciso sinalizar que o século XX, é evidente, mostra-se complexo não só para o Serviço Social, mas para todo o mundo. Não podemos negligenciar fatos importantes como duas Grandes Guerras (1914-1918/1939-1945); catástrofes econômicas catalisadas pelas crises, com destaque para a cognominada *Black Tuesday* – de 1929; passando pela derrocada da *fase dourada* do capitalismo até o desaguar da crise de caráter “estrutural” do estágio contemporâneo do capital. É precisamente na virada para o século XX que o capitalismo monopolista se instaura e avança. Indo pouco além, também tivemos o fracasso final daquilo que, no limiar, parecia constituir a única e potencial alternativa à sociabilidade do capital² (NETTO; BRAZ, 2010, p. 211-247).

Neste cenário, Marx é cada vez mais execrado não somente por variados intelectuais, mas por distintos apologistas do capitalismo. E isso ocorre numa fase em que o sistema capitalista objetiva necessariamente se fortalecer ao mesmo tempo em que (como uma das pré-condições para tal fortalecimento) promove a destruição/flexibilização das garantias (relações de trabalho, legislações sociais “protetoras” de trabalhadores empregados ou não) à vida “digna” de grandes parcelas da classe trabalhadora, nos mais variados países – guardadas suas especificidades³.

¹ “a riqueza de uma análise teórica da profissão está muito mais em compreendê-la no movimento histórico do que em um inventário interno acerca de sua própria história”. (ALMEIDA, 2016, p. 77).

² Mas que lamentavelmente enveredou para o terror com a assunção de Stálin ao poder.

³ “Sabemos hoje [2005], corridas quatro décadas desde a baliza de 1968, das efetivas ameaças com que então se deparou a ordem do capital e como ela a partir de meados dos anos 1970 reestruturando-se, recompôs-se de forma mais agressiva e brutal, instaurando as bases do período contrarrevolucionário em que nos encontramos atualmente, com as lutas dos trabalhadores na defensiva e com a capitulação de intelectuais outrora radicais”. (NETTO, 2005, p. 8).

Preservadas as particularidades e diferenças de cada nação e de seu medrar econômico, o capitalismo é um único sistema – que, evidentemente, porta legalidades gerais e tendenciais. Neste sentido, na realidade brasileira, e logo periférica do capitalismo, os impactos dessa realidade não passam sem consequências e sem importantes transformações. No século XX, o cenário brasileiro passou por um processo particular de desenvolvimento capitalista (via *não clássica*); vários países da América Latina passaram por processos ditatoriais – no Brasil de 1937-1945 e de 1964-1985 – implantados sob forte ingerência do *grande capital* representado pelos Estados Unidos da América – (EUA); em síntese, tivemos um desfecho de século XX que tentou corroborar para o fôlego de um sistema em crise permanente, mas que ainda resiste. Nesta ambiência de transmutações no mundo capitalista e, especificamente, no capitalismo brasileiro, as profissões, dentre elas o Serviço Social, não ficam indenés.

Outro ponto ponderável é que se direcionamos nossa reflexão para o pensamento marxiano e marxista, podemos notar que, no referido século, não foram poucos os que propalaram a denominada “crise do marxismo” (NETTO, 1991, p. 81)⁴. No entanto, neste ponto chamamos a atenção para um aspecto que nos parece interessante: num momento em que, por inúmeros motivos, Marx e o legado da tradição marxista parecem ser mais execrados⁵, o Serviço Social, de alguma maneira – ao questionar seus arrimos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ideopolíticos – retoma contribuições que se reclamam conectadas ao padrão de cientificidade marxiano. Entretanto, é preciso que se diga: o Serviço Social dialoga com aquelas contribuições rumando por trilhas muito sinuosas, provenientes de diversas vertentes dos chamados “marxismos” – como veremos adiante.

Passadas as primeiras fases de uma interlocução, diga-se *mais problemática* com o legado da tradição marxista, é efetivamente na década de 1980 que alguns protagonistas históricos do Serviço Social na realidade brasileira provocam uma ruptura (principalmente

⁴ Nos anos 70, por exemplo, “O que estava realmente em questão era a crise de *um certo marxismo*, geograficamente confinado à Europa latina – basicamente França, Itália e Espanha. Nesta área política e cultural, havia certamente algo próximo a um colapso da tradição marxista, nos fins dos anos 70, *no mesmo momento em que o marxismo estava conquistando novas posições ao longo de uma vasta frente externa*” (ANDERSON apud NETTO, 1991, p. 81, em nota de rodapé, itálicos nossos). Outro exemplo é registrado com (a queda do muro de Berlim e) a derrocada da URSS – e aqui “[...] a crise do “socialismo real” só pode ser identificada à crise do marxismo” se este, por seu turno, for identificado com o “marxismo-leninismo”. (Ibid. p. 83).

⁵ Com exceção, talvez, dos *modismos* acadêmicos (e neste terreno como veremos o Serviço Social não esteve imune).

política, ideológica e teórica) com o conservadorismo profissional⁶. Ruptura esta que já vinha emergindo desde 1960 e 1970. É em 1980, portanto, que o Serviço Social, por meio de determinados protagonistas, passa a incorporar cuidadosamente as produções originais de Marx e de “novos” autores marxistas como arrimos para a compreensão da profissão e da realidade. Isso nos parece ser um grande mérito histórico do Serviço Social brasileiro, a despeito, é claro, dos inúmeros “percalços” que existiram e que, por certo, podem se manter sob diferentes formas. Percalços que se relacionam, por exemplo, com a incorporação e com a compreensão dos escritos marxianos e, em consequência, também de seu padrão analítico; contratempos não exclusivos do Serviço Social, mas que não devem passar incólumes ao crivo da crítica.

Numa análise diacrônica, o próprio movimento real do Serviço Social brasileiro nos demonstra como a profissão buscou legitimar sua prática profissional e compreensão de mundo a partir de distintas concepções extremamente ecléticas e conservadoras (IAMAMOTO, 2008, 2012, 2013; IAMAMOTO e CARVALHO, 2010; NETTO, 2011a, 2011b, *et al*).

Do ponto de vista da herança intelectual do modo de ler e conceber a sociedade e, nela, a profissão –, *o Serviço Social cresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, mais tarde, vai se secularizar e se modernizar nos quadros do pensamento conservador europeu* – do anticapitalismo romântico, que tende a ler a sociedade como uma grande comunidade, em que as classes sociais desaparecem da análise – *privilegiando-se a ótica da harmonia, da solidariedade no ordenamento das relações sociais. Mais tarde, incorporamos a herança das ciências humanas e sociais, especialmente na sua vertente empiricista norte-americana. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, no auge do movimento de reconceitualização, o estruturalismo haurido em Althusser, entre outros, e também o marxismo vulgar, que vêm temperar uma análise de cunho marcadamente positivista e empiricista da sociedade, mas acalentada por um discurso marxista, aparentemente progressista e radical.* (IAMAMOTO, 2013, p. 205, *itálicos nossos*).

Munido de concepções conservadoras e tradicionais, o Serviço Social, inicialmente, ancorou-se em distintas e variadas referências teóricas, ideológicas e culturais; caminhou

⁶ Parece evidente que uma ruptura no terreno da práxis profissional pode não ter ocorrido da mesma forma como se processou com determinados protagonistas na dimensão teórica. Em virtude da complexidade do tema, uma análise sobre a articulação entre a práxis profissional e o conservadorismo merece dedicação exclusiva – o que extrapola nossos limites neste trabalho. Observe que advogamos que há uma ruptura com o conservadorismo, porém trata-se de uma ruptura que, no bojo de uma profissão plural, não supõe (nem advoga) a erradicação de profissionais que ainda se conectam ao pensamento conservador e tradicional. Nesse sentido, a vertente de intenção de ruptura tematizada por Netto (2011a), em nossa concepção, alcança efetividade (pois cinde com o conservadorismo no âmbito teórico) em certos segmentos profissionais, mas não em toda a categoria profissional. Abramides (2016), por exemplo, aponta para uma real ruptura na seguinte asserção: “Ao longo dos 37 anos de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social brasileiro se referenciou nos pressupostos do projeto profissional articulado ao projeto societário na direção estratégica emancipatória pela qual nossas entidades têm se orientado, com autonomia e independência de classe, e esse caminho é a possibilidade histórica de uma sociabilidade igualitária e libertária”. (Ibid. p. 474).

desde as bases mais doutrinárias e religiosas (com destaque para a Doutrina Social da Igreja Católica) até a recepção, frequentemente acrítica, de produtos e subprodutos da corrente positivista derivada de August Comte e Émile Durkheim. (NETTO, 2011b).

Sabe-se que o processo *renovador do Serviço Social* (brasileiro) somente se inicia efetivamente na década de 1960, relacionado a inúmeras ingerências extrínsecas à profissão, influências de um quadro societário (político, ideocultural e econômico) singular. Nele, o próprio sistema capitalista se encontra num estágio de gradativo ocaso (das *décadas de ouro*), ao mesmo tempo em que determinados países da América Latina passam por assombrosos processos ditatoriais. Parece não haver dúvidas de que no interior da realidade Latino Americana – e por suposto brasileira – o Serviço Social se desenvolve num ambiente que é marcado pela “crise do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, pelo agravamento das desigualdades e pelo acirramento das lutas sociais e de mobilização das classes subalternas” (BARROCO, 2012, p. 38-39).

É nesse clima de efervescência que se instaura uma atmosfera favorável ao questionamento do *tradicionalismo* no Serviço Social (NETTO, 2005, p. 7). Em outros termos, as ingerências mundiais imbricadas ao quadro de efervescência social e agitação política na América Latina (além de outras especificidades nacionais) impactam a profissão e engendram um cenário de questionamento do chamado *Serviço Social tradicional*. O lapso temporal que abriga esta ambiência de questionamentos dentro do Serviço Social no contexto latino-americano compreende aproximadamente 10 anos (1965-1975), desenvolvendo-se em distintos países da região, tendo suas vertentes mais progressistas, num primeiro momento, refreadas pelas ditaduras implantadas com o apoio imperialista estadunidense. É esse movimento que enforma o processo de reconceitualização do Serviço Social.

Inserido no bojo do *movimento reconceptualizador* latino americano (1965/75), o Brasil igualmente passa por inúmeras agitações sociais, políticas e econômicas. Como referido acima, desde 1960 o Serviço Social havia iniciado um processo de *renovação*. É a partir desse contexto que podemos encontrar e situar o ponto de partida da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Tal processamento se inicia a partir da década de 1960, mas a extrapola. Esse encontro tardio em parte pode ser justificado pelo “profundo conservadorismo que dominava os meios profissionais” (NETTO, 1991, p. 85) desde sua origem, mas não prescinde da análise da própria realidade macrossocial na qual a profissão se insere. Um dado factual a destacar é que nas primeiras colisões com a referida tradição, a

descrita aproximação se processa frequentemente junto a distintos *intérpretes* de Marx, muitas vezes através de materiais de qualidade bastante discutível, principalmente através de manuais de divulgação. (Ibid. p. 86).

Segundo as análises de Netto (1991), para melhor entender essa interlocução, é preciso considerar a sua inserção no *período de renovação do Serviço Social Brasileiro* entre 1960 e 1980. Introduzido no quadro de emergência e ocaso da ditadura civil-militar (1964-1985), o Serviço Social brasileiro sofrerá profundas transmutações. Dentre outros impactos na profissão, teremos a ampliação dos *lócus* ocupacionais; a sua efetiva *inserção no âmbito universitário* e, logo, o seu processo de *laicização*. Processos impulsionados pelas exigências da “*modernização conservadora*” levada a cabo pelo quadro autocrático burguês (Ibid. p. 86). Quadro este que, contraditoriamente, impulsiona o amadurecimento intelectual da categoria, embora por vias incertas.

Em linhas gerais, as principais tendências renovadoras do Serviço Social em relação ao tradicionalismo profissional foram: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. A primeira foi estimulada pelo regime autocrático burguês e respondeu favoravelmente àquele quadro, tendo seu ponto alto na sistematização de Araxá-MG (1967) e Teresópolis-RJ (1970). Como característica principal, essa vertente buscou *contribuir para o “desenvolvimento”* através de seu *modus operandi* arrimado nas ditas Ciências Sociais de cariz neopositivista. No entanto, com a derrocada do regime autocrático tal vertente também será obliterada paulatinamente. Já a partir do segundo lustro da década de 1970, a vertente de *reatualização do conservadorismo* aparece como alternativa à perspectiva modernizadora, “recusando”, essencialmente, seu caráter neopositivista. Esta nova vertente, contudo, reivindica-se atrelada à *fenomenologia*, mas mantém e/ou busca recuperar os lastros católicos tradicionais da profissão. Além de travar um combate com o positivismo, essa perspectiva também repelia tacitamente as ingerências marxistas e parte da igreja católica de ala mais progressista, isto é, aquela vinculada à *Teologia da Libertação*. Seus objetivos centrais podem ser traduzidos na ampliação das referências teóricas para subsidiar as intervenções profissionais em nível de “micro-escala”, além de resgatar os traços mais tradicionais do Serviço Social brasileiro. (Ibid. p. 87). Realizando uma aproximação parca e rasa à fenomenologia, isto é, distanciada de suas fontes originais – talvez com a exceção da obra de Merleau Ponty –, cabe afirmar, seguindo a linha argumentativa de Netto

(2011a), que esta vertente não obteve expressão de monta no interior da categoria profissional⁷.

Por fim, emergiu a perspectiva que objetivou a ruptura com o tradicionalismo conservador na profissão. No quadro de agitações sociais do início da década de 1960, através do movimento estudantil e das demais forças progressistas da época – além de setores da igreja católica, então, afirmando-se politicamente contrários à ditadura – esta vertente buscou expressar os “interesses dos dominados”. Apesar dos inúmeros problemas, tal perspectiva, de alguma maneira, relacionou-se com a tradição marxista. Porém a sua afirmação no debate da categoria dos assistentes sociais realmente só emergiu entre 1972-1975, ficando, entretanto, “insulada” na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) devido ao quadro repressivo da autocracia burguesa – e às próprias resistências a suas ideias no meio profissional. Entre o final de 1970 e início de 1980, no período de “*abertura*” (da chamada “*nova democracia*”) e com a expansão das lutas sociais, tal vertente ampliou-se no espaço acadêmico e se espalhou para outras universidades. (Ibid. p. 88). No decorrer da década de 1980, ela atesta sua maturidade através da publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1982)*, texto de Yamamoto e Carvalho (2010). No referido livro, a dissertação de mestrado de M. V. Yamamoto é parcialmente publicada. Em síntese:

A vinculação desta tendência [...] internamente diferenciada – com a tradição marxista [...] variou no curso do seu desenvolvimento. Nos seus dois primeiros momentos, *a interlocução, não foi com as fontes originais – quando de sua emergência na experiência belo-horizontina [1972-75], ela caldeava o neopositivismo althusseriano com vieses maoistas, valendo-se mesmo de imitações próprias da dogmática do marxismo-leninismo*; quando de sua afirmação acadêmica [*últimos anos de 1970 e virada para 1980*], *nela sobressai uma abordagem que privilegia aspectos epistemológicos*, mas onde se surpreende uma ampliação das referências teóricas (o que não passou sem problemas); *é somente com a sua consolidação que se opera uma referência cuidadosa às fontes “clássicas”, recuperando-se até mesmo a natureza ontológica do pensamento marxiano*. Por tudo isto, não é raro encontrar nas formulações das pioneiras desta tendência traços pouco compatíveis com uma rigorosa incorporação do pensamento marxiano – traços que apontam para o mecanicismo e o ecletismo (NETTO, 2005, p. 89, grifos nossos).

A partir das décadas de 1980/90, a leitura da tradição marxista já não mais partia exclusivamente de “manuais de divulgação”, transmutava-se tanto para fontes secundárias mais consistentes quanto para os textos do próprio Marx, sob um enfoque cada vez mais rigoroso. Neste processo, como fato inconteste na literatura profissional, o Serviço Social é posto como objeto de pesquisa.

⁷ Esta é a concepção de Netto (2011a). Sinalizamos para a existência de outras concepções.

Como referido acima, em 1982 Marilda Villela Iamamoto publica parte de sua dissertação de mestrado – *Legitimidade e Crise do Serviço Social*. Nesta produção a autora analisa a gênese do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no quadro maior da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. A autora ainda se reclama vinculada à tradição marxista (IAMAMOTO, 1982, p. 4) e à própria letra marxiana (Ibid. p. 6). Mas a conexão referida ganha legitimidade ao passar pelo exame e crítica de distintos intelectuais do Serviço Social. Em outras palavras, aquela conexão é confirmada por variados autores como Netto (2005, 2011a, 2016a), Silva e Silva, (2011), Silva (2013), Simionatto (1999), Santos (2007), Abramides (2016), dentre outros. A partir do segundo lustro da década de 1980, outros autores que também se reivindicam⁸ colados ao legado marxiano/marxista despontam no cenário profissional brasileiro, como Ana Elizabete Mota (*O feitiço da Ajuda, em 1985*), Consuelo Quiroga (“*Invasão positivista no marxismo*”, em 1991), José Paulo Netto (*Capitalismo monopolista e Serviço Social, Ditadura e Serviço Social*, em 1991); dentre outros.

A partir da década de 1990 é possível constatar, sem dúvidas, um direcionamento mais evidente dentro da categoria (ou pelo menos um direcionamento predominante levado a cabo pelas instâncias representativas e, principalmente, acadêmicas da profissão) rumo às análises apoiadas num ampliado e qualificado elenco de autores da tradição marxista (o que não elidiu uma aproximação com estudos que se afastaram mais ou menos do pensamento – e do padrão de cientificidade – marxiano). Por estas vias, preliminarmente, constata-se que o Serviço Social brasileiro se confronta problematicamente com a tradição marxista. Todavia, é preciso afirmar que tal aproximação se engendra tendo lapsos temporais que demarcam saltos qualitativos no diálogo com a referida tradição, portanto, diferenciações são notáveis entre as sucessivas décadas pós-1960.

Nesta altura, no entanto, – como requisito formal dos trabalhos acadêmicos –, é preciso clarear algumas questões de ordem procedimental. Deste modo, demarcamos que neste trabalho limitaremos nossas reflexões até 1982, pois com a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, abre-se um novo momento (qualitativamente diferenciado) de interlocução entre o Serviço Social e o legado marxiano/marxista. Movemos nossa pesquisa a partir de indagações que têm como alvos dois problemas interconectados. O primeiro, e mais geral, é descobrir: *como se efetiva a relação histórica entre o Serviço Social*

⁸ É preciso dizer que não cancelamos a qualidade da retenção da dialética nestas produções, pois não foram alvos de nossa pesquisa.

e “tradição marxista” na particularidade brasileira (?). Como subquestionamento no interior desse último, intentamos também desvendar possíveis problemas na referida aproximação, como demonstram os apontamentos páginas acima. O segundo problema – de caráter mais específico – é desvendar qual é a qualidade da apreensão do padrão de cientificidade inaugurado por Marx nas análises do Serviço Social; em outras palavras, como o Serviço Social, por meio de suas figuras principais, retém o padrão de ciência inaugurado por Marx como arrimo para entender a realidade e a própria prática/atividade profissional. Com esses últimos questionamentos em mente, e a despeito de também abordarmos a década de 1960, selecionamos dois importantes momentos de interlocução da profissão com a tradição marxista: a principal produção dos formuladores do chamado “Método Belo Horizonte”, e a dissertação de mestrado de Marilda Villela Iamamoto.

Todavia, é preciso afirmar que a escolha destes dois momentos não é aleatória. A experiência de Belo Horizonte é amplamente reconhecida⁹ no interior da categoria profissional como o momento de emersão da perspectiva profissional de *intenção de ruptura*, e nela, como é sabido, efetiva-se a primeira aproximação sistemática e expressiva a “insumos” da tradição marxista. De outro lado, temos a dissertação de mestrado de M. V. Iamamoto, parcialmente reproduzida em Iamamoto e Carvalho (2010); trata-se da primeira bibliografia, disseminada no meio profissional, que efetivamente estabeleceu uma interlocução *cuidadosa* com o padrão de ciência inaugurado por Marx. A autora se ancora em diversos manuscritos do autor de *O Capital* para pensar a gênese, a função e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Por estas trilhas, nossas indagações são remetidas a tais momentos¹⁰ tentando identificar neles a qualidade da apreensão da dialética por seus formuladores. Isso nos parece importante por que acreditamos que o modo de retenção da dialética impacta decisivamente nas análises dos objetos investigados.

Deixando mais claro através de exemplos, temos que o “[...] modo particular da retenção da dialética por Engels em seu itinerário próprio tem efeitos na análise da realidade política em 1895” (PAÇO CUNHA, 2015, p. 153). Tais efeitos são justificados pelas ambiguidades presentes no pensamento engelsiano acerca da compreensão da dialética ora como modo de pensar, – podendo ser traduzir numa fixação de leis abstratas, dadas *a priori*, e que podem ser aplicadas a qualquer objeto –, ora como movimento da própria realidade que deve ser descoberto. Nas linhas redigidas por Paço Cunha (2015), constata-se também que,

⁹ Entretanto, normalmente o conhecimento mais vulgarizado refere-se à etapa de implementação em Itabira-MG.

¹⁰ Sem, contudo, afirmar que foram os únicos momentos de interlocução com a tradição marxista.

dentre as consequências de determinada compreensão da dialética, Engels acredita que “as novas circunstâncias (de 1895) impunham modificação na forma da luta social” (Ibid. p.158), isto é, nos “meios de atuação dos trabalhadores”. Desse modo, “ao cabo das análises [engelsianas], veem-se quebradas a reciprocidades entre a economia e a política” (Ibid. p. 158). Em outras palavras, ao advogar de modo dicotômico ora a luta socioeconômica (força) (1848) ora a luta política (parlamento) (1895), Engels perde de vista as condições particulares de cada caso concreto, isto é, da realidade histórica. Paço Cunha (2015) ainda argumenta que não deve haver tal dicotomia (luta política ou socioeconômica), pois os meios revolucionários são “determinados por condições particulares” (Ibid. p. 158). É deste modo que se pode observar a reciprocidade real entre ambas, porém não elidindo a identificação do momento “preponderante mediado” que, em determinados manuscritos engelsianos, é substituído pelas “causas em última instância econômicas” (Ibid. p. 159)¹¹ – e aqui as leis tendenciais se convertem impropriamente em “resultados acabados”. Nas palavras do autor:

“Queremos chamar a atenção para a existência de uma ambiguidade em Engels com relação à dialética, cujo resultado é uma perda parcial das contingências históricas e a quebra das reciprocidades na avaliação da tática revolucionária dos trabalhadores pensada *post festum* em 1895” (PAÇO CUNHA, 2015, p. 153).

Outro exemplo nessa mesma linha – isto é, do modo de apreender a dialética – é sinalizado por Quiroga (1991) que chega a afirmar que posta a compreensão de um “marxismo positivado”, pode-se resvalar em análises que supervalorizam o econômico “independentemente” da ação dos homens” ou na “supremacia dos fatores não econômicos como determinantes da história [...] assumidos como algo dado”. (Ibid. p. 124-125, grifos do autor). Para a referida autora, as influências do “marxismo positivado” no Serviço Social foram atestadas quando os profissionais por ela entrevistados [e é importante destacar que a pesquisa da autora é levada a cabo em finais de 1980] demonstraram visões ora deterministas, ora destacadamente voluntaristas acerca dos processos sociais¹².

¹¹ “esclareçamos: ao sustentar, em seu próprio itinerário reflexivo, uma ambiguidade que não se resolve pela determinação da dialética como lógica da realidade, que não sopesa a relação entre as tendências históricas e suas contingências particulares, que, por fim, intui corretamente sem capturar inteiramente as reciprocidades do conjunto no qual o momento preponderante *prepondera de modo mediado*, é levado a uma análise *post festum* de aparência realista, de aparente reconhecimento das contingências reais, mas apenas resultante de uma dicotomia – força/parlamento – que abstrai inclusive as condições concretas dos casos particulares tão bem destacados por Marx no Congresso de Haia”. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 160).

¹² Exemplos encontram-se nas páginas 125 e 127 em Quiroga (1991). A despeito da pesquisa de Quiroga (1991) extrapolar nossa demarcação cronológica, a existência de tendências messiânicas ou fatalistas já foi constatada no Serviço Social da década de 1960, como registra Iamamoto (1982) –, repondo-se de modo peculiar com o passar dos anos.

A hipótese encaminhada no presente trabalho é a de que a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista se efetiva dando saltos qualitativos que não passam sem problemas de fundo.

Por fim, tendo como objeto de pesquisa *o Serviço Social Brasileiro e a tradição marxista*, afirmamos nosso objetivo geral: *reproduzir o movimento real do Serviço Social brasileiro e sua interlocução com a tradição marxista no período de 1960 a 1982, identificando a qualidade da retenção do sentido marxiano da dialética e potenciais consequências*. Ressalte-se: para que não fiquem dúvidas, intentamos demonstrar tanto a relação do Serviço Social com a tradição marxista no Brasil quanto analisar e expor a qualidade da retenção que determinados protagonistas da profissão detiveram acerca da dialética, especificamente nas proposituras do “Método-BH” e na dissertação de Marilda Villela Iamamoto.

Para efeito do presente estudo, no primeiro capítulo dissertamos sobre o padrão de cientificidade inaugurado por Marx com o objetivo de demonstrar discussões acerca do que se determina por dialética ou o que muitos denominam de “método dialético”. Posto o objetivo acima citado, recorreremos tanto a Marx como a distintos autores que se dispuseram a desmistificar o seu padrão analítico.

No segundo capítulo, analisamos o Serviço Social brasileiro e seu embate com a tradição marxista. Nele, observamos sinteticamente o nascedouro do Serviço Social brasileiro atrelado ao *conservadorismo*, seu processo de *renovação* e de *transmutação*, direcionando-se, não sem problemas, para os arrimos no pensamento marxiano/marxista.

Por fim, no terceiro capítulo, dissertamos sobre o chamado “Método-BH”, por meio de sua produção mais relevante coligida em Santos (1987), e a dissertação de mestrado de Marilda Villela Iamamoto (1982). Nestes, analisamos particularmente a qualidade da apreensão da dialética e seus possíveis impactos nas análises do Serviço Social.

CAPÍTULO 1 - A QUERELA DO “MÉTODO”

Este capítulo objetiva expor um conjunto de elementos e determinações que entrecortam a pesquisa marxiana, contudo, com ênfase no momento investigativo. Nele discorreremos acerca de questões já trazidas à baila por distintos intérpretes¹³ de Marx, porém com destaque acentuado para as análises de Chasin (2009). Sinalizamos brevemente questões sobre o *novo* padrão de cientificidade inaugurado por Marx, levando em consideração o conhecimento e sua relação com a atividade humana sensível, as determinações sócio-históricas, o estatuto das categorias e, por fim, a pesquisa científica concebida como análise e escavação das próprias coisas da e na realidade efetiva.

1.1- Ponderações preliminares

Trata-se de uma obviedade factual a asserção de que os pensadores recebem as ingerências teóricas e práticas de seu tempo e que, não raramente, seus legados não constituem senão respostas aos desafios impostos pelas condições histórico-sociais nas quais se encontram inseridos. Por estas vias, é lícito inferir que com Karl Marx não fora diferente, pois ele claramente lidou não somente com os desafios práticos, mas também com os teóricos a partir dos quais instaurou sua rigorosa crítica, sempre acompanhada de um posterior avanço. Registra-se aqui a crítica aos pensadores utópicos, o exame do pensamento hegeliano¹⁴ e também a crítica à economia política clássica¹⁵. (NETTO, 2010, p. 24).

De posse desses apontamentos gerais, uma ponderação, mais precisa e cautelosa, é delineada pelas análises de Chasin (2009, p. 29-37), segundo as quais, em sentido contrário às imputações de pensadores marxistas ou não, Marx não se traduz numa síntese amalgamada e imediata das intrincadas “três fontes”; muito pelo contrário, o autor de *O Capital* constrói seu arcabouço próprio a partir de uma consistente crítica ao ponto alto do pensamento ocidental

¹³ No que diz respeito a estes últimos, ainda sinalizamos que nossos arrimos em referências secundárias demonstram certa concordância com as colocações feitas; fato que, por certo, não elide o nosso dever de estudar com maior profundidade os textos originais, assim como também não suprime as críticas que se posicionem contrárias a tais incorporações secundárias (somente pelo fato de serem secundárias ou por discordarem da qualidade de tais interpretações).

¹⁴ Precisamente a crítica ao idealismo “[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se em si mesmo [...]” (MARX, 2011a, p. 54).

¹⁵ Na luta da burguesia contra os elementos da feudalidade que colocavam travas ao desenvolvimento da burguesia, a economia política clássica – que teve Adam Smith e Ricardo como mais importantes teóricos – surge como expressão de uma classe revolucionária. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 24).

do século XIX – exatamente: a filosofia especulativa, a economia clássica e as ideias dos socialistas franceses.

Outra observação que nos parece considerável na analítica marxiana, é sua preocupação central em entender a realidade para transformá-la. Esta asserção busca apoio nas palavras de Marx (1974): “*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo*”. (MARX, 1974, p. 59, itálicos nossos). É preciso conhecer para transformar, mas, ao transformar, o conhecimento vai se renovando. Esse indicativo nos direciona a pensar tal enunciado como mais um argumento que demonstra como Marx não se preocupou, em primeira instância, em deixar qualquer manuscrito onde tenha sistematizado diretamente qualquer questão de “método” de pesquisa, como, por exemplo, o faz Durkheim (2002) em *As Regras do Método Sociológico*¹⁶.

Entretanto, além da declarada intenção de transformação do mundo, outra questão que nos parece relevante é que no padrão de cientificidade marxiano a descoberta das coisas se dá através da sua inquirição direta, e qualquer questão metodológica emerge como possibilidade subordinada às coisas reais. O objeto específico exige um caminho próprio para sua elucidação. Algo que depende preponderantemente das determinações que o entrecortam na malha da realidade efetiva, e não de meros constructos mentais previamente estabelecidos. Portanto, não existe uma centralidade acerca de qualquer sistematização *a priori* para se chegar ao conhecimento de determinado objeto; não existe a predominância de preocupações de ordem puramente gnoseoepistêmica. Contudo, é importante anotar também que apesar de inexistir “[...] um problema do conhecimento na reflexão marxiana” (CHASIN, 2009, p. 89), o conhecimento não se traduz em um complexo secundário, mas é concebido como mais um momento da práxis humana e sua “[...] possibilidade [...] é afirmada como evidência da relação prática com o mundo [...]” (ALVES, 2012, p. 155); “a questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática” (MARX, 1974, p. 57), e a transformação revolucionária do mundo exige seu próprio conhecimento, em suma, são processos que têm uma relação de continuidade.

De posse de algumas das análises marxianas, lukacsianas e, em momento mais recente, chasinianas, é possível chegar à constatação de que intentar rastrear procedimentos

¹⁶ “[...] antes que um conjunto de regras formais e intelectivas, como ocorre, por exemplo, com a sociologia positivista de Durkheim, ou antes que a prescrição de procedimentos para a construção de modelos ideal-abstratos, como a sociologia compreensiva de Weber, a questão metodológica aparece em Marx como aquela relação reflexiva que permite ao sujeito apropriar-se da dinâmica do objeto” (NETTO, 1997, p. 79).

metodológicos dados *a priori* no padrão de ciência compreendido pelos escritos marxianos constitui uma impropriedade. Naquele padrão não há senão a escavação das categorias que busca, por meio da análise, encontrar as determinações, as articulações, as diferenças precípuas, as particularidades das coisas por sua própria lógica imanente. Em síntese, tal analítica se esforça para elucidar a “lógica da coisa”, de um objeto também determinado. É nessa linha de raciocínio que Chasin (2009) destaca – uma asserção provocativa a quaisquer correntes epistêmicas que, por ventura, imputam a existência de um “método”, em sua acepção moderna¹⁷, em Marx – que *em “rigor* não há uma *questão de método* no pensamento marxiano” (CHASIN, 2009, p. 89, grifos do autor).

Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um *conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos*, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, *uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida*, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana. E essa inexistência de método e gnosiologia não representa uma lacuna [...]” (CHASIN, 2009, p. 89, grifos nossos).

Como demonstrado acima, se, “em rigor”, por método se entender qualquer arrumação metodológica *a priori* da subjetividade sobre a matéria investigada, então, não há método. Na mesma medida, se todo método exigir uma “teoria autônoma” acerca das “faculdades humanas”, igualmente não há um problema do conhecimento; portanto, não há referências autônomas à epistemologia nem à gnosiologia. Pelo contrário, qualquer questão metodológica está subordinada ao “ser-em-si” das coisas como elas estão postas na existência efetiva. Tal constatação ainda se atenta para o fato de que não se trata de uma lacuna, isto é, “[...] *não assinala qualquer omissão ou deslize quanto ao reconhecimento do complexo do conhecimento em sua efetividade, nem indiferença em relação aos procedimentos cognitivos*”. (CHASIN, 2009, p. 90, itálicos nossos.). Pois, em sentido oposto às correntes epistemológicas, no padrão de ciência inaugurado por Marx – questões já reconhecidas e arriadas também nos textos lukacsianos – “todo problema gnosiológico importante só encontra solução no campo ontológico”. (Ibid. p. 89).

¹⁷ Para a “tradição moderna anterior”, isto é, a “epistemologia moderna” [...] “a posse de *um* método seria a garantia de verdade da ciência”. (ALVES, 2012, p.154)

Tais conclusões ganham sustentação também sob os olhares atentos de intérpretes chasinianos como os autores Alves e Vaisman (2009, p. 17); ambos certificam a pertinência dessas análises da seguinte maneira:

Dada a dupla determinação social, de um lado as condições sociais da cognição, e, de outro, a existência do objeto enquanto tal, não há método que garanta a completa e imediata acessibilidade aos nexos essenciais das coisas. *Tornando-se patentes todas as consequências da afirmação de que não há em Marx, a rigor, uma questão de método: a recuperação do rumo tracejado na apreensão da lógica das coisas, enquanto caminho do cérebro, é apenas de cunho descritivo, jamais pode pretender à prescrição metódica. Nesse contexto, cada entificação concreta teria seu método*; cada destino, que somente existe como destino a ser alcançado, o verdadeiro, não dominado no início, tem sua própria rota. (ALVES; VAISMAN, 2009, p. 17, grifos nossos).

É a partir dessas sintéticas afirmações, e que pretendemos desenvolver linhas à frente, que se torna possível registrar o esclarecimento de que destriçar a “dialética” do real não se confunde com aplicação da “dialética”. É nessa direção analítica que Chasin (2009) assevera fortemente:

[...] tanto é posição conferir à investigação marxiana as demarcações de uma associação ou justaposição de momentos históricos e lógicos, quanto é legítimo identificar a imbricação de graus ou níveis de abstração e concreção analíticas, em que o objeto por sua efetividade sempre histórica, e por sua lógica, sempre intrínseca à sua efetividade, é mentalmente apropriado. Tudo que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade historicamente engendradas e desenvolvidas. *Donde a identificação da dialeticidade como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência que os concretos de pensamento reproduzem. “Razão pela qual a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação”* (CHASIN, 2009, p. 236, grifos nossos).

Como não há qualquer arrumação *a priori* da subjetividade que dê acesso ao caminho verdadeiro, compreende-se que, em tal analítica, o caminho só pode ser descoberto a partir da análise, da escavação da própria coisa inquirida. Desse modo, “não existe uma estrada real para a ciência” e é imperioso “galgar suas trilhas escarpadas” com o intento de “atingir seus cimos luminosos” (MARX, 2013, p. 93). Factualmente, como não há previamente um caminho único de acesso ao verdadeiro, no desafio da descoberta científica o elemento da dificuldade se apresenta inerentemente, isto é, a dificuldade marca ingerência – como noutros momentos da vida social – também sobre o processo que é a pesquisa científica no estudo das relações humanas. Isso não é – ou não deveria ser, embora isso também se coloque como outro eixo real de influência sobre a pesquisa – o intento de justificar qualquer inépcia dos pesquisadores, mas sim um processo que se dá na realidade da pesquisa, afinal o “desafio das

coisas não se altera pela mera disposição ativa do sujeito enfrentar a decifração das mesmas, nem porque detenha a visualização do roteiro analítico a ser cumprido, e sempre como dificuldade se repõe a cada objeto faceado” (CHASIN, 2009, p. 231).

Se as dificuldades não cessam pela mera disposição de seu enfrentamento pelo sujeito, do mesmo modo é imprescindível que se faça o confronto. Ora, as dificuldades existem na realidade e só podem ser superadas através da inquirição, da investigação assídua que é realizada com o papel do sujeito que se subsume ativamente ao objeto. Empreitada que só é possível através da reprodução intelectual do movimento real do objeto inquirido e que tem a verdade como uma *potencialidade, virtualidade* alcançável. Assim, Marx nos deixa apenas rastros cuja apreensão só pode ser realizada através da investigação de suas próprias obras. Neste momento, cabe lembrar que, nas palavras do autor acima referido, “*Todo começo é difícil, e isso vale para toda a ciência*” (MARX, 2013, p. 77, itálicos nossos).

De posse dessas advertências, sinalizamos nossos caminhos pelos meandros da analítica marxiana através de textos do próprio Marx e com o auxílio de pesquisadores que buscaram esmiuçá-la a partir dos escritos marxianos. Conferimos destaque, o que se mostrará evidente no corpo do texto que segue, às indicações de José Chasin (2009). Por estas vias, nosso percurso intenta transitar por questões já pronunciadas pelo autor do livro *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, e de outros autores¹⁸ que buscaram compreender o padrão de cientificidade inaugurado pela literatura marxiana.

¹⁸ Lukács (2012), Fortes (2008, 2013), Paço Cunha (2010, 2013, 2014, 2015), dentre outros autores.

1.2- A obra marxiana e as categorias como “formas de ser”

No pensamento marxiano o padrão de cientificidade se constrói ao romper com certas *tradições epistemológicas*¹⁹ de seu tempo; correntes que privilegiavam distintas formas metodológicas dadas *a priori* como caminho verdadeiro para o conhecimento. Nestas últimas havia o primado de certas arrumações da subjetividade que ao engendrar métodos procedimentais de acesso ao *conhecimento* – se seguido rigorosamente pelo pesquisador –, rumavam seguramente à “verdade” científica. Entretanto, a analítica marxiana rompe com toda a tradição filosófica que lhe era anterior, com correntes idealistas – com destaque para o hegelianismo –, com as ontologias metafísicas, mas também cinde com correntes empiricistas, e também materialistas desprovidas de atividade sensível. Por fim, as correntes que privilegiavam a subjetividade em detrimento do objeto são impugnadas. De fato, a analítica marxiana se dispõe criticamente contra todas as querelas gnosioepistêmicas – de Descartes a Kant, *até sua época* –, no entanto, em certa medida, ainda levadas a cabo no contexto hordieno. Acerca da ontologia marxiana afirma Lukács (2012).

[...] nenhum leitor imparcial de Marx pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente, isto é, fora dos preconceitos da moda são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas. Por outro lado, não há nele nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à teoria do conhecimento, à lógica etc. (LUKÁCS, 2012, p. 281).

É lícito indicar que, no estudo das ciências da humanidade, as abordagens ditas científicas tanto podem optar por um caminho gnosiológico como ponto de partida analítico, isto é, que se inicia com o estudo do próprio conhecimento, acerca de sua possibilidade (caminho segundo o qual o sujeito é quem subordina o objeto e a cognição²⁰) quanto podem partir pelo caminho ontológico em que predomina o estatuto do ser das coisas, da captura das

¹⁹ Assim, Marx se opõe a uma tradição científica moderna que lhe era anterior para a qual possuir um método seria a garantia da verdade, a subjetividade seria o momento essencial de construção do saber e o objeto seria apenas um resultado da maneira pela qual a subjetividade o concebeu. Marx em oposição às vertentes gnosiopistêmicas confirma sua reflexão na direção da prioridade da coisa que é tornada objeto através da investigação que busca descobrir sua lógica imanente. (ALVES, 2012, p. 154-155).

²⁰ O termo lógico-gnosiológico, segundo Santos (2012), “É um conceito que equivale a “epistemológico”; designa elaborações teóricas cuja preocupação é produzir resultados que indiquem *a melhor forma de conhecer* o objeto e **não o que efetivamente esse objeto é**. Desse tipo de preocupação resultam, muitas vezes, conceitos abstratos que surgem *a priori*, como fórmulas que se aplicam a distintas realidades: verdadeiros modelos explicativos a partir dos quais o pesquisador “enquadra” seus objetos. A referência a esse tipo de procedimento acadêmico é feita para ilustrar a direção oposta (ontológica) em que caminha a elaboração marxiana, preocupada com a essência e a dinâmica dos objetos socialmente determinados”. (SANTOS, 2012, p. 268, grifos nossos).

determinações mais gerais e essenciais do efetivamente existente – não rumando para uma ontologia de caráter metafísico.

Como já assinalado no início dessas páginas, o pensamento marxiano partirá das coisas em sua efetividade real; não como meras arrumações metafísicas, mas compreendidas como categorias que expressam “*formas de ser*” dos entes. Neste sentido, as afirmações marxianas rumam preponderantemente no sentido de uma *teoria do ser*; o que, para Lukács (2012, p. 281), consubstancia-se numa ontologia do ser social. Neste passo, as categorias não são meros conceitos formais/ideais e a força de abstração é a forma pela qual se pode capturar e apreender os objetos reais através do pensamento – que apenas reproduz o movimento real da coisa enquanto objetividade e – que, num segundo momento, retorna ao concreto, mas agora compreendido como “síntese de muitas determinações”. (MARX, 2011a, p. 54). A maneira de conceber uma ontologia como raiz da cientificidade marxiana é delineada da seguinte maneira:

“[...] a determinação do que *é* antecede a admissão e o tratamento de temas gnoseoepistêmicos. Ao contrário de qualquer abordagem sob critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretenda fundamentar o discurso propriamente dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, *sujeito incluso*, não só é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. O exame desta é que depende de critério ontológico, e só por meio deste é que pode ser concebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação. (CHASIN, 2009, p.101, grifos nossos).

Para Alves e Vaisman (2009, p. 07-08), o estatuto categorial marxiano discutido por Chasin (2009) contribui para radicar a reflexão de que no padrão de ciência marxiano a dimensão ontológica adquire um perfil estatutário. Ambos os autores indicam a linha que conduziu a análise chasiniana²¹ nas seguintes palavras: o “[...] estatuto marxiano talvez possa ser enunciado do seguinte modo: – é o estudo das categorias fundamentais – em traços essenciais abstratos, em suas determinações mais gerais – da existência social historicamente constatada ou reconhecida em toda a sua amplitude [...]”. (Ibid. p. 9) Assim, a teoria marxiana se traduz numa analítica que reconhece “[...] a objetividade histórico-imanente em suas distintas formas e apresentações (natureza e sociedade)” (Ibid. p. 9). Ainda segundo Alves e Vaisman (2009), movendo-se pelo primado da realidade concreta, a analítica marxiana não poderia se traduzir num sistema de verdades absolutas e/ou abstratas, mas seria:

²¹ Chasin (2009).

“um estatuto teórico, cuja fisionomia é traçada por um feixe de lineamentos categoriais enquanto formas de existência do ser social. [...] posta em seu devido lugar, a problemática do conhecimento é, marxianamente, uma questão de caráter e resolução ontognosiológica”. (Ibid. p. 10).

A investigação marxiana observa o movimento das próprias coisas, da “[...] realidade social enquanto critério último do ser e do *não-ser* social de um fenômeno” (LUKÁCS, 2012, p. 284). Então, todo ponto de partida da inquirição se dá através da inquirição direta ao nível fenomênico, o empírico do real (CHASIN, 1988, p. 6). Entretanto, ao iniciar a inquirição acerca das coisas em sua efetividade real, por meio da reprodução categorial, descobre-se que nesse nível da realidade as coisas e, por conseguinte, as categorias aparecem de maneira caótica, desordenada; não nos mostram os nexos mais íntimos que entrecortam o objeto faceado. Como não há qualquer arrumação prévia da subjetividade, por meio da escavação, portanto, descobre-se que os entes que coabitam no real aparecem mistificados. Ou seja, a coisa em si, ao ser inquirida, demonstra à consciência que, na realidade efetiva, na objetividade do mundo, os entes, processos e relações aparecem mistificados, revelando apenas sua superficialidade. (Ibid. p.7). Como se pode notar essa compreensão não é um fundamento *a priori*, mas é o modo de proceder efetivo das coisas. Essas evidências também serão de suma importância quando trouxermos à discussão o caráter das *abstrações*, pois na pesquisa partir da realidade imediata, caótica, parece ser correto, no entanto “considerando de maneira mais rigorosa [...] isso se mostra falso” (MARX, 2011b, p. 54). Deixemos este esclarecimento para o momento exato.

No decorrer destas páginas já vimos que no ato da pesquisa sujeito ativo e objeto se relacionam, mas o ser das coisas prepondera em sua relação com a subjetividade. O “ser” subordina o pensamento, portanto *as ideias têm uma base ontológica, real*. Neste último, os seres reais com sua lógica imanente devem ser reproduzidos intelectualmente pelo sujeito. Neste ponto podemos afirmar que as categorias descobertas por Marx não são meras abstrações formalizantes e universais do intelecto para descobrir a “verdade” do objeto, mas são categorias da realidade efetiva; elas estão na realidade e têm sua lógica própria, independentemente da subjetividade do pesquisador; os entes reais, os objetos, os processos, relações, articulações são apreendidos pelo intelecto por meio de *abstrações*, portanto, o que há é uma reprodução ideal do movimento real do objeto, por conseguinte, não há qualquer arrumação subjetiva prévia de caráter idealista.

As categorias são descobertas na realidade e transformadas em concretos de pensamento, concretos ideais, *mas esses ideais não são mais do que o próprio real*

representado na cabeça do pesquisador. Insista-se, o ponto de partida é constituído pela realidade efetiva; as coisas na efetividade do real são transmutadas em categorias que expressam as “formas de ser”, não são meros conceitos, expressam a realidade em si; nas palavras de Marx (2011a): “as categorias expressam *formas de ser, determinações da existência*” (MARX, 2011a, p. 59, itálicos nossos). E, para que não restem dúvidas acerca das categorias, Marx (2011b, p. 174) diz claramente: “eu não começo nunca dos conceitos”, portanto, procede-se na descoberta da essencialidade das próprias coisas através da análise imanente das categorias que expressam as *formas de ser* do complexo inquirido.

1.3- Ser social e práxis: a fundamentação ontoprática do conhecimento

Começamos por evidenciar a questão da cientificidade presente no pensamento marxiano a partir de alguns eixos elencados por Chasin (2009). No sentido de tal constatação, o autor referido afirma que se deve levar em consideração o que chama de “fundamentação ontoprática do conhecimento”, pois, segundo ele, ela coloca a problemática do lugar que deve ocupar o novo padrão científico e demonstra os lineamentos estruturais para a investigação concreta. Ainda para o referido autor, essa fundamentação passa necessariamente “pela autogênese do homem e o correlativo engendramento de sua própria mundaneidade” (CHASIN, 2009, p.105).

Segundo Chasin (2009, p. 90-93), o transito marxiano para uma “fundamentação ontoprática do conhecimento” pode ser comprovado a partir da crítica a Hegel (num primeiro momento claramente influenciado por algumas das argumentações feuerbachianas). Mas Marx, admitindo criticamente o avanço de Feuerbach em relação a Hegel, reconhece tanto a posição e o autoengendramento do ser (humano) quanto a posição correta dos objetos (natureza); respectivamente “[...] Os sujeitos, então, são determinados como os *homens ativos e os objetos enquanto atividade sensível*” (Ibid. p. 91).

Observemos que o objeto só se torna objeto através da reciprocidade com o sujeito. Este, por sua vez, necessita dos objetos para poder existir como homem, isto é, se faz homem na medida em que se apropria, ou seja, objetiva-se nas coisas naturais transformadas em objetos sociais, donde o processo continua. Portanto, o mundo humano não é somente uma resultante meramente natural, mas sim engendrado pela práxis humana, que parte da forma primeva da atividade produtiva. “A prática é, pois, a prática mesma da fabricação do *homem*, sem prévia ideação ou *télos* último, mas pelo curso do rico *carecimento* humano”, aquele pelo qual a própria efetivação do homem “como necessidade [...] interior como falta [...]”. (Ibid. p. 93). Portanto, o próprio homem, no caminho de sua autoconstituição, no autoengendramento de seu gênero, na sua relação com mundo sensível, natural e social, é o realizador “de suas esferas de objetividade e subjetividade” (Ibid. 94).

De posse dessas observações, remetemos-nos aqui para as críticas que Marx (2007) direcionou ao próprio Feuerbach²². Sem dúvidas, há o reconhecimento dos influxos de certas ideias feurbachianas importantes à Marx como auxílio na contraposição ao idealismo hegeliano, porém, logo em seguida, também é notável o ponto de cisão com as limitações do caráter contemplativo que Feuerbach²³ apresentara. Para Marx e Engels (2007).

A concepção feurbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele [Feuerbach] diz “o homem” em vez de “os homens históricos reais”. [...]. *Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesmo, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade*, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveu sua indústria e seu comércio e modificou a ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 30, itálicos nossos).

Chasin (2009, p. 95), seguindo argumentações marxianas, afirma que a crítica feurbachiana, mesmo tendo contribuído para a formulação da crítica opositiva a Hegel, é incapaz de ultrapassar a concepção de indivíduo humano abstrato; incapaz de realmente entender a essência do homem como objetividade social. Feuerbach não descobriu “[...] a precisa identificação ontológica da objetividade social – posta e integrada pelo complexo categorial que reúne sujeito e objeto sobre o denominador comum da atividade sensível” (CHASIN, 2009, p. 95). Portanto, apesar de ter tido um importante papel na crítica a especulação ao se direcionar para a concepção ontológica do mundo sensível, Feuerbach ignora uma ontologia do ser social (Ibid. p. 95). Como demonstra a primeira das *Teses contra Feuerbach* (MARX, 1974, p. 57).

A falha capital de todo materialismo até agora (inclusive o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de *objeto ou de intuição*, e não como *atividade humana sensível, práxias*; só de um ponto de vista subjetivo. Daí, em oposição ao materialismo, o lado *ativo* ser desenvolvido, de um modo abstrato, pelo idealismo, que naturalmente não conhece a atividade efetiva sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis – efetivamente diferenciados dos objetos

²² Marx dialogou criticamente com Feuerbach, recolheu dele certas conquistas como apontamentos ontológicos do ser, porém na medida em que se apropria da reflexão feurbachiana, Marx constrói seu próprio pensamento. Essa superação é real, todavia Feuerbach teve a sua importância como subsídio para a crítica hegeliana (CHASIN, 2009, p. 226). Contra a filosofia especulativa, Marx e Engels (2007, 94) concluem: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência [...]. “Ali onde termina a especulação, na vida real começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição *da atividade prática, do processo, prático de desenvolvimento dos homens*”. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar”. (MARX; ENGELS, 2007 p. 95, grifos nossos).

²³ Como o demonstra a tese nº 6, segundo Marx (1974), “Feuerbach descontente com o pensamento abstrato, recorre à intuição; mas não capta a sensibilidade como atividade prática, humana e sensível”. (MARX, 1974, p. 58).

de pensamento, mas não capta a própria atividade humana como atividade objetiva. (Ibid. p. 57, grifos do autor).

Segundo Chasin (2009, p. 92), o que emerge no pensamento marxiano é, além da constatação do caráter primevo da objetividade do mundo, uma nova descrição do homem, isto é, inicialmente como ser natural o homem vai se autoengendrando como ser social através de suas ações e *relações* com a natureza e com os outros indivíduos. Por estas vias, há a autogestação do gênero.

[...] o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo [...], por isso, *ser genérico*, que enquanto tal tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos *humanos* são objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado. (MARX, 2004, p. 128, grifos do autor).

Através da práxis humana, também os órgãos dos sentidos são constituídos, engendrados historicamente, e, *destaca-se*, a sua consciência (como mais um órgão dos sentidos) também se gesta a partir da sua práxis na relação com a natureza e com outros homens. Neste sentido, inclusive sua capacidade racional é um produto engendrado socialmente.

Portanto, ao modificar o mundo através da sua ação prática, estabelecendo *relações* com outros homens, o homem constrói um mundo cada vez mais social, constrói-se também como homem (gênero). Não somente produz sua própria objetividade, mas também sua subjetividade²⁴. Evidencia-se “[...] a determinação de que objetividade e subjetividade humanas são produtos da autoconstitutividade do homem, a partir e pela *superação* de sua naturalidade” (Ibid. p. 92). Desse modo, tanto o homem quanto o mundo social seriam

²⁴ A razão, na analítica marxiana, é compreendida como um ponto de chegada e de partida da humanidade, ela é um produto social que emerge como **possibilidade**, o que vai de encontro com as teorias que advogam a superioridade de um subjetivismo teórico. Então, ao compreender que o homem somente se faz homem a partir da sua práxis na relação com o mundo natural e social, compreende-se que, nessa história, ele engendra a sua própria racionalidade. Apesar de não cindir completamente com o mundo natural, o homem, ao engendrar seu próprio mundo, dele se afasta paulatinamente e constrói uma história cada vez mais social. (CHASIN, 1988, p. 9-10). Assim, até mesmo a lógica da cabeça é, primeiramente, engendada pela lógica da realidade, ou seja, “A lógica da cabeça não é um produto da cabeça. É um instante abstrato da lógica da realidade que passou para a cabeça” e “todas as categorias do entendimento seriam abstrações de operações que a realidade prática estabeleceu”. (Ibid. p.12). A racionalidade humana é um produto histórico-social. Nessa autoconstrução humana nem mesmo os objetos naturais, quando utilizados teleologicamente pelos homens, são inteiramente naturais. No curso da história, essa racionalidade, resultado da práxis humana, guarda, segundo Chasin (1988, p. 11-12), uma estreita relação com as determinações sociais, ou seja, ela recebe ingerências, transformações em virtude das transmutações que ocorrem nas distintas formas de sociedade.

produções do próprio gênero em sua atividade social prática. Relação que obviamente envolve e envolve a correlação com o mundo natural. Segundo Chasin (2009, p. 99), essas afirmações permitem compreender que, na relação entre sujeito e objeto, entre ser e mundo sensível, a *subjetividade tem a virtualidade teleológica de “ser coisa no mundo”, mas somente de acordo com as possibilidades, (elasticidade), concedidas (ou não) pelo objeto (realidade)*. Assim, direcionando a discussão para o padrão de cientificidade marxiano, compreende-se, por um lado, a afirmação da existência de um sujeito ativo, mas que tem sua ação delimitada pela “lógica específica de um objeto específico”, pela lógica do real. Por outro, compreende-se que *se o homem se autoconstitui, através de sua ação prática, ele prova que pode conhecer*. Essa é uma importante questão que deve ser reiterada:

Identificado como *atividade sensível*, o homem é duplamente ativo – *efetiva e idealiza*: se é capaz de efetivação sensível, então está capacitado também a antecipar idealmente sua efetivação; e se a forma ideal é permutável em mundo sensível, então leva em conta a lógica intrínseca ao objeto moldado, ou seja, o sujeito a usa e respeita enquanto tal, **“o que só é possível por que a conhece”**. **“O homem se faz ou é um ser prático, então, é capaz de conhecer, ao menos, o que o permite fazer, confirmar sua natureza prática”**. A partir disso, por conseguinte, o conhecimento também está confirmado [...] A prática subentende, traz embutida em si [...] a presença de dois de seus momentos exponenciais: a subjetividade proponente e a capacidade cognitiva [...] (CHASIN, 2009, p. 100, itálicos originais, negritos nossos).

Portanto, é na prática, *na realidade mesma, que deve ser dada a demonstração, a prova do conhecimento*; neste sentido, a potencialidade do conhecimento nas análises marxianas não é posta em discussão, não se perde em querelas vagas, pelo contrário, *se o homem é capaz de fazer, por conseguinte, ele prova que pode conhecer*. Os indicativos destas conclusões, a “fundamentação ontoprática do conhecimento”, encontram-se ancorados nas palavras de Marx (1974) que afirma: “A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas *prática*. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a efetividade [...] de seu pensamento”. (MARX, 1974, p. 57, grifos do autor).

Portanto, a partir dessas análises, é permitido afirmar que não há, na analítica marxiana, nem uma total identidade, muito menos uma radical contraposição entre ser e pensamento. Existe uma relação em que se reconhece o primado ontológico do ser (e, logo, do fazer) no mundo que prepondera na *relação* – que é recíproca e autodelimitadora, sem elidir suas diferenças – com o conhecer. Relação sujeito-objeto mediada pela atividade sensível. Neste sentido, rumando para a análise da ciência, o que rege a cognição (a ideia) é o próprio

objeto em si, apesar da postura também ativa do sujeito (CHASIN, 1989, p. 3) que detém a possibilidade de criar algo no mundo.

1.4 - O conhecimento e as ingerências sócio-históricas

A possibilidade do conhecimento científico nas mais distintas “áreas do conhecimento” é factível, mas evidentemente sua busca comporta inúmeras mediações. Mediações estas que também estão presentes na particularidade das ciências sociais que, por sua própria natureza, conforma-se atravessada por inúmeros fatores, determinações, aspectos históricos e sociais incidindo tanto sobre os sujeitos como sobre os objetos inquiridos. Reportamo-nos aqui a algumas das análises de Chasin (1988; 2009) tentando demonstrar, através de exemplos, como o conhecimento e, logo, a busca da verdade guardam uma série de relações intrínsecas e extrínsecas com influxos históricos e sociais, posto que “[...] a objetividade científica é uma complexa resultante de produtivos influxos sócio-históricos e não, meramente a virtude de uma forma de discurso pré-moldada” (CHASIN, 2009, p. 117).

Nos termos chasinianos a “*determinação histórico-social do pensamento*”, isto é, “a sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento” (CHASIN, 1988, p. 2) é uma questão que se mostra relevante na medida em que marca ingerência no processo do conhecimento. De acordo com Chasin (2009), ela se traduz em mais um pilar da analítica armada por Marx. Tal determinação advoga uma íntima relação entre: o caráter histórico-social da humanidade, as formações sociais e o pensamento. “Marx concebia de modo afirmativo o nexos fundamental entre a consciência, suas formações ideais, e a socialidade”. (Ibid. p. 105)²⁵. Neste sentido, primariamente já se torna evidente, como apontamos no item anterior, que a própria consciência é um produto social²⁶, e a atividade intelectual um produto da socialidade. A razão não

²⁵ “[...] atividade ideal é atividade social”. [...] Em síntese, consciência, saber, pensamento etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais *genérica*, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social. (CHASIN, 2009. p. 106).

²⁶ “O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: ‘na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade’, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura política e jurídica, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. ‘O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e jurídica. Não é a consciência dos homens que

“[...] é uma faculdade meramente natural, conseqüentemente [...] não é pura subjetividade [...] ela não tem regras próprias, a sua lógica não é gerida por ela. A lógica da cabeça não é um produto da cabeça. É um instante abstrato da lógica da realidade que passou para a cabeça”. (CHASIN, 1988, p.11-12).

Tal constatação parte do autoengendramento humano e se desdobra para distintas formas de sociabilidade em diferentes épocas históricas adquirindo um grau cada vez mais complexo. O homem, ao se constituir como tal na vida prática no ato da produção e troca de materiais, também transforma sua realidade e seu pensamento e os produtos deste pensamento. Deixando esta determinação às claras, temos que determinadas formas societárias podem tanto favorecer o esclarecimento da consciência quanto obscurecê-la (CHASIN, 2009, p. 107-108). Como veremos no exemplo que segue à frente, a classe burguesa quando se consolida como classe dominante, independentemente de sua consciência, engendra um momento histórico-social que se traduz num estágio em que a produção da falsidade é socialmente necessária e a busca da verdade está comprometida. Neste sentido, a questão da falsidade ou da verdade se impõe como condição objetiva das classes sociais, isto é, como necessidades de uma ou outra classe social.

Na relação histórica entre burguesia e proletariado, evidentemente como classes fundamentais, a primeira necessitou da verdade em algum momento histórico objetivando a construção *do seu mundo*, portanto carecendo engendrar uma cognição objetiva. Em outras palavras, para se constituir como classe dominante a burguesia foi obrigada a efetivar o conhecimento verdadeiro. Entretanto, após a consolidação do seu poder o conhecimento da verdade objetiva passa a colocar em risco o seu próprio domínio, a objetividade se torna, portanto, sua adversária e deve ser vedada, obstruída. (CHASIN, 1988, p. 4)²⁷.

determina seu ser, mas, ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1974, p. 135-136, grifos nossos).

²⁷ Nesse exemplo aludido, é evidente a determinação social do conhecimento. Nele, as classes sociais (como sujeitos coletivos) são reconhecidas como as responsáveis por engendrar a perspectiva do conhecimento e, logo, dão ou não a possibilidade objetiva para a cognição de acordo com suas necessidades histórico-sociais objetivas; “[...] a classe (é) aquela que cria uma perspectiva do conhecimento, [mas esta] é a sua condição em si, isto é, independentemente de sua consciência”. (Ibid. p.2). A própria condição objetiva que a classe social ocupa no espaço histórico-social, “pela sua raiz de produção e reprodução material, isto é, pela sua raiz econômica, ela tem uma dada perspectiva [...] que demanda independente de sua consciência um desdobramento”. (Ibid. p. 3). Se somente os sujeitos singulares podem efetivar o conhecimento gestado pelas classes sociais, tendo consciência ou não, estarão produzindo a verdade ou a falsidade. Independentemente de sua consciência, a determinação social do pensamento impacta em sua pesquisa; “A verdade ou falsidade corresponde a **necessidades sociais**” e, independentemente da origem de classe de quem busca a verdade, se este se coloca da *perspectiva da classe* que visa descobrir a verdade como condição objetiva, ele terá a *possibilidade*, sem nenhuma garantia prévia. “a luta entre o verdadeiro e falso corresponde, no campo da compreensão, do conhecimento teórico, ao mesmo jogo e luta de interesses no sentido infraestrutural”. Portanto, “o pensamento falso que é necessário à sobrevivência de

Na mesma linha de raciocínio, as exemplares passagens marxianas acerca das debilidades da *economia política* demonstram a relação entre a possibilidade do conhecimento e as classes sociais nos distintos momentos históricos.

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes, assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial [...] O lugar da investigação foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial. (MARX, 2013, p. 86).

Outro exemplo que diz respeito à determinação social do pensamento, mas que traz para a reflexão a questão da historicidade dos objetos, é assinalado por Chasin (2009) ao se remeter à crítica marxiana acerca do método da *economia política*. A crítica recai sobre aquela ciência porque os teóricos da *economia política* acabaram por generalizar categorias específicas, particulares, de uma dada sociabilidade a todas preexistentes, – por conseguinte, os economistas explicam somente como se produz nas relações sociais burguesas, porém não explicam como são produzidas *as* próprias relações e nem “o movimento histórico que as engendra” – (MARX, 1985, p. 102) Neste sentido, conceber as categorias como anistóricas e validá-las para todas as formas de sociabilidade resulta num problema não só no nível teórico (que só descobre generalidades e deixa de lado a diferença específica e que não atenta para o fato de que as categorias da realidade assumem particularidades nas distintas épocas históricas podendo se apresentar sob formas mais ou menos desenvolvidas, maturadas ou não), mas impõe, igualmente, uma questão prática na medida em que as conclusões produzidas pela economia política tendem a servir de base para a naturalização das relações sociais (burguesas) vigentes.

Em poucas palavras, a possibilidade de efetivar a cognição também está relacionada aos graus de maturação dos objetos na própria realidade tracejada pelas distintas formas históricas de sociabilidade. De posse dessa asserção, a *historicidade do objeto* se impõe no ato da descoberta, pois, como analisa Chasin (1988, p. 12), “todo e qualquer conhecimento depende do estágio histórico em que os entes já tenham se explicitado” e “[...] a finitude da consciência está delimitada pelas aquisições possíveis a cada momento histórico”. (Ibid. p.12). Portanto, a maturação dos objetos na realidade mesma, das coisas na vida prática,

certo tipo de sociedade, para a sobrevivência de certo tipo de classe social, é o pensamento falso que precisa ser produzido e tornado dominante é o pensamento ideológico”. (CHASIN, 1988, p. 4-5)

depende de cada época histórica e das formações sociais. Tais asserções nos indicam que, a depender do estágio histórico, a forma de existir dos entes pode tanto propiciar, quanto obstar a realização do conhecimento (CHASIN, 2009, p.119).

Apontando para um exemplo contido na *Introdução de 1857/58 ou Grundrisse*, Chasin (2009) assinala outra passagem marxiana a respeito da importância da maturação do objeto na própria realidade e essa mesma realidade como estágio histórico-social influenciando sobre o objeto. Indicação que nos evidencia a importância destas descobertas para o entendimento da analítica marxiana que concebe as formas mais desenvolvidas, mais complexas como *mais uma* componente que auxilia na investigação.

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano *é uma* chave para a anatomia do macaco, por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies de animais inferiores só podem ser compreendidas quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2011a, p. 58, grifos nossos).

O amadurecimento “ou desenvolvimento, a plena entificação ou atualização do objeto é fundamental na relação cognitiva; a presença histórica de seu corpo maturado faculta, de seu polo, o conhecimento, ao passo que em graus imaturos atua como obstáculo ou provoca obnubilação” (CHASIN, 2009, p.119). Portanto, para a analítica marxiana é preciso levar em conta que o amadurecimento dos entes – assim como a determinação social do pensamento – impacta decisivamente sobre a pesquisa científica. Os exemplos aqui aludidos permitem atestar a pertinência da análise acerca dessas determinações que, como pudemos observar, perfazem mais um dos eixos principais da analítica marxiana. Ou seja, a presença histórica do objeto inquirido e a determinação social do pensamento se estabelecem como unidades diversas, mas são traços determinativos que amarrados perfazem parte do conjunto do estatuto teórico marxiano.

1.5 – A teoria das abstrações: “a viagem de modo inverso”.

Neste item refletiremos efetivamente sobre o momento da investigação na analítica marxiana. Destaca-se, porém, que os outros elementos – a fundamentação ontoprática do conhecimento, determinação histórica e social do pensamento/conhecimento e do objeto e o estatuto das categorias – até aqui delineados não são desconsiderados. Pelo contrário, estão todos articulados, estão inter-relacionados, isto é, constituem-se como parte do processo que é a pesquisa científica, mas que foram isolados momentaneamente para efeito de explicitação e análise – elementos estes sempre ancorados na raiz ontológica do “*ser-em-si*” das coisas como o parâmetro efetivo de toda investigação.

De início, é possível constatar que Lukács (2012) fora o primeiro a detectar analiticamente uma base ontológica na obra marxiana²⁸. Identificou nela eixos centrais sobre os quais se edifica uma teoria das categorias²⁹. Como nos sinaliza Fortes (2008, p. 75-76), Lukács, ao realizar uma abordagem acerca “do caráter das abstrações”, expõe os primeiros contornos que permitem estabelecer a raiz de uma teoria das categorias no pensamento marxiano. De acordo com Fortes (2008), para a analítica lukacsiana,

[...] tratar do problema do conhecimento em Marx impõe caminhos completamente distintos: trata-se, primeiramente, de estabelecer os princípios ontológicos mais fundamentais de uma teoria sobre o ser para, a partir de então, lidar com o problema acerca do modo pelo qual a realidade pode ser apreendida pelo pensamento. [...] [entretanto] vale advertir que não há uma clara linha de demarcação entre as discussões [...] [em Lukács] (FORTES, 2008, p. 75).

Do mesmo modo, é possível concluir também que o filósofo húngaro pode ter reconhecido o importante papel das abstrações (chamadas por ele de abstrações isoladoras) na analítica marxiana, embora não tenha se debruçado em demonstrar efetivamente – textualmente – como se realiza o “caminho de retorno”, isto é, o caminho da concreção. Algo que pode ser evidenciado se compreendermos que o filósofo húngaro se debruça mais especificamente sobre o “momento expositivo” da teoria marxiana. (FORTES, 2008, p. 75-76).

²⁸ As críticas a Lukács (principalmente às dirigidas a *História e consciência de classe*) extrapolam nossa pesquisa.

²⁹ Segundo Chasin (2009), a análise lukacsiana já demonstrara que o que há de essencial no novo ‘método’ está no fato de que “o tipo e o sentido das abstrações” seriam determinados “a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada”. E não meramente sob um ponto de vista gnosiológico ou metodológico. (Ibid. p. 123).

Entretanto, não desconsiderando as importantíssimas contribuições lukacsianas no esclarecimento da obra marxiana, aqui nos valeremos preponderantemente das análises de Chasin (2009) para delinear o momento da concreção. Portanto, seguimos suas pegadas mesmo sabendo que suas análises, tanto quanto as de Lukács e de Marx, nos servem apenas como “cintilação evanescente”. Conhecendo a complexidade das questões aqui envolvidas e buscando sempre aperfeiçoar nossa compreensão, intentamos demonstrar como se processa a transmutação das abstrações (razoáveis delimitadas) depuradas convertidas em concretos de pensamento, segundo as análises chasinianas.

Começemos por um achado chasiniano que parte não só de Marx (2013)³⁰, mas também de Lukács (2012) através de seguinte assertiva: é possível generalizar para outras áreas das ciências humanas a asserção de que nas “investigações econômicas” não podem servir os mesmos experimentos utilizados nas ciências naturais, dado que naquelas – nas investigações econômicas – há a predominância do elemento histórico como pilar, como base do ser social, portanto a utilização dos mesmos elementos para ambas – ciências da natureza e ciências humanas – seria ontologicamente impossível (LUKÁCS apud CHASIN, 2009, p.121-122). “A força da abstração [...] deve substituir [...]”³¹ (MARX, 2013, p. 78) os experimentos utilizados nas ciências naturais. “*É, então, com essa aludida capacidade mental de escavar e garimpar as coisas que o sujeito opera cognitivamente, por meio dela é que*” (CHASIN, 2009, p.122, itálicos nossos):

A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori* (MARX, 2013, p. 90).

Como exposto, para compreender o mundo social necessariamente o homem tem que utilizar a força do pensamento como instrumento de compreensão da realidade; isto é, nas ciências sociais, o modo de se aproximar da realidade e refletir sobre ela só pode ser um ato realizado diretamente pelo sujeito que, através da força da abstração, busca compreender a

³⁰ “[...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópios nem de reagentes químicos”. A força da Abstração [Abstraktionskraft] deve substituir-se a ambos”. (MARX, 2013, p. 78).

³¹ “[...] [A] abstração é uma operação real – uma objetividade sensível supra-sensível, se quisermos nos valer dos termos de Marx – que existe efetivamente no plano das inter-relações estabelecidas pelos indivíduos [...]. [em determinada sociabilidade]” (FORTES, 2008, p. 83). Nas palavras Alves (2012), a “Abstração aparece como um caráter determinativo da própria efetividade, e não somente como um elemento ideal ou meramente teórico” (ALVES, 2012, p. 360).

realidade e os entes que nela coabitam por sua lógica imanente. Essa constatação nos força a um breve *détour* para uma salutar observação.

Parece óbvio que distintos instrumentos e/ou técnicas podem ser utilizados e que estes realmente são importantes como auxílio na pesquisa, no entanto não podem ser confundidos com “método”³² e menos ainda como algo central na analítica marxiana. A respeito desses instrumentais segue a análise de Netto (2011c, p. 25-26):

“[...] os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificações etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para “*apoderar-se da matéria*”, *mas não devem ser identificados com o método*: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. [...] as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos/técnicas de pesquisa, com alcances diferenciados – e *todo* pesquisador deve esforçar-se por conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar sua utilização”. (NETTO, 2011c, p. 25-26, grifos nossos).

Nas análises de Alves (2012), determinadas formas procedimentais, instrumentais, como o uso de dados estatísticos, por exemplo, são possíveis na pesquisa, porém nunca como determinativos da mesma, isto é, nunca como metodologias dadas *a priori* que fizessem com que o pesquisador chegasse à verdade. Mas só são possíveis na medida em que (tais instrumentos) auxiliam na descoberta das coisas. Portanto, o principal da pesquisa marxiana não são os instrumentos ou as técnicas elaborados pelas distintas áreas das “ciências sociais”, mas, segundo o autor referido, o estatuto das categorias como primeiro plano de referência; o *ser* dar coisas vem primeiro. Neste sentido, remete-se (como Lukács) ao ser real (ontologia) como pilar fundamental de sua cientificidade e não a qualquer postura de caráter gnóstico-epistêmico *a priori*. (Ibid. p. 167).

A esfera dos procedimentos cognitivos se resolve apenas na medida em que remeta ao modo de existência objetivo do objeto e não aos modos como um suposto sujeito autônomo, este na realidade igualmente determinado histórico-socialmente, se aproxime deste ou daquele modo dado *a priori* do efetivamente existente. (ALVES, 2012, p. 167).

Esta curta digressão foi importante porque desmistifica tanto as argumentações que hostilizam completamente qualquer instrumental/técnica (entrevista, dados estatísticos, dentre outros) na pesquisa, como aquelas correntes que, partindo do empirismo acrítico, concebem

³² Segundo Netto (2011d), [atualmente] “na academia, frequentemente se identifica método com um conjunto de regras formais e intelectivas para o trato do objeto. É evidente que essas regras são fundamentais: não casualmente, foi Durkheim quem deu o passo decisivo neste sentido. *Mas isso não é método, é técnica de pesquisa*”. (Ibid. p. 340, grifos nossos).

os instrumentais como parâmetro metodológico essencial para se chegar à “verdade” através da simples manipulação de variáveis. Isto posto, reafirma-se que na analítica marxiana o sujeito, parametrizado pela realidade mesma, utiliza a força de abstração para reproduzir no intelecto o movimento da realidade concreta.

Segundo Chasin (2009, p. 127-128, itálicos nossos), a elevação do abstrato ao concreto se configura, portanto, “no método cientificamente exato” [que] “[...] *não é mais do que a maneira de proceder do pensamento*”, ou seja, só é lícito falar em “método” apenas se este for compreendido como a reprodução ideal da lógica imanente da coisa real. A teoria é a busca obsessiva pela análise da realidade através da reprodução de concretos como concretos pensados. Neste movimento, a força de abstração é um atributo do sujeito pensante, isto é, de sua capacidade *sui generis* de se apropriar do mundo efetivo, do real (Ibid. p. 127-128).

Chasin (2009, p. 123) esclarece a “força de abstração”³³ como sendo mais uma qualidade humana, ou seja, da mesma forma que outras propriedades ou aptidões adquiridas socialmente ao longo da história. Em outras palavras, é uma força vital – essencialmente humana – de apropriação dos objetos; é uma força específica de cada sujeito em sua singularidade, mas ao mesmo tempo uma qualidade do ser social de se apropriar do mundo – a consciência como corolário, como consectário social.

Para tornar mais explícita a noção das abstrações, seguimos alguns trechos chasinianos e marxianos compreendendo *que a abstração é única maneira que o cérebro humano, tido como mais um órgão dos sentidos, tem de captar o movimento da realidade*, ainda que esta seja sempre mais complexa. Por estas vias, concebe-se que a abstração é o meio [mediação] pelo qual se dá reprodução intelectual do efetivamente existente:

“[...] em sua determinação ontológica, as abstrações admitidas por Marx são representações gerais *extraídas do mundo real*”. Apropriações mentais, as abstrações ontológicas são determinações ou categorias simples, e, enquanto tais, como “em toda ciência histórica e social em geral estão dadas “tanto na realidade efetiva como no cérebro”, ou seja, “exprimem, portanto, formas de modos de ser, determinações da existência³⁴”. Conceitos mais simples ou mais concretos, que expressam “frequentemente aspectos isolados” do complexo real a que se referem, todavia, não são “de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e

³³ Nesse movimento, segundo Chasin (1988), a força de abstração age como um instrumento que possibilita a apreensão intelectual da coisa, ou seja, a “[...] abstração na ‘dialética’ é a cadeia de concatenações que se faz a partir das abstrações; é pura e simplesmente mediação.” (CHASIN, 1988, p.10, grifos nossos).

³⁴ O trecho na íntegra é encontrado em Marx (2011a): “Como em geral toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte as categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...]” (MARX, 2011a, p. 59).

acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos” (CHASIN, 2009, p. 123, grifos do autor).

Aliás, é marxiana a afirmação que – sendo uma tréplica às acusações de Adolf Wagner – pressupõe, como ponto de partida efetivo, a própria realidade e não os conceitos: “[...] de início, eu não começo nunca dos ‘conceitos’ [...] ‘descubro’ [...] ‘continuo analisando’ [...] [e] [...] ‘encontro’”.³⁵ Marx (2011b, p. 174) elimina aqui qualquer imputação idealista ao colar suas análises à efetividade da realidade concreta, com sua própria lógica imanente. Entretanto, é preciso afirmar que o autor da *Introdução de 1857/58* também não sucumbe às doutrinas que advogam o empirismo como o lócus imediato do conhecimento. Se a demonstração acerca da aversão ao idealismo por parte da analítica marxiana já fora cronologicamente expressa, antes mesmo de sua célebre afirmação presente nas *Glosas Marginais* – “eu não começo nunca dos ‘conceitos’ –, seguimos com demonstrações de sua impugnação ao empirismo³⁶. Marx (2011a) revela seu percurso analítico:

‘Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto’ [...] no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população [...]. Considerando de maneira mais rigorosa, *‘entretanto, isto se mostra falso’*. A população é uma abstração, quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam [...] Por isso, *se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo* [...]. (MARX, 2011a, p. 54, grifos nossos).

A ciência, na analítica marxiana, tem o real como pressuposto efetivo. Quanto a isto não há dúvidas; “o concreto [...] [é] [...] o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2011a, p. 54). Porém, o momento da elaboração teórica, científico propriamente dito, inicia-se no instante que vai das abstrações (razoáveis) à concreção. É preciso compreender essa distinção já sinalizada por

³⁵ Aqui se encontra a transcrição direta “De início, eu não começo nunca dos ‘conceitos’, nem, por isso mesmo, do conceito de valor”, motivo pelo qual não tenho porque “dividir” de modo algum este “conceito”. Eu parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Analiso esta e o faço fixando-me, antes de tudo, na *forma sob a qual* se apresenta. Descubro que a “mercadoria é de uma parte, em sua forma material, um objeto *útil ou*, noutros termos, um *valor de uso*, e de outra parte, encarnação do *valor de troca* e, deste ponto de vista “valor de troca” ela mesma. Continuo analisando o “valor de troca” e encontro que este não é mais do que uma *“forma de manifestar-se”*, um modo especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria, em vista do que, procedo à análise deste último. (MARX, 2011b, p 174, grifos do autor).

³⁶ “[...] na reflexão marxiana, a tomada da realidade concreta como ponto de partida do conhecimento não implica nenhum empirismo, mas “caminhos objetivo-ontológicos” [...], que tornam de maneira translúcida que qualquer roteiro analítico especulativo ou centrilógico é, para ela, totalmente inadmissível, seja pelo seu fundamento, seja porque suas exigências de rigor ultrapassam de longe o que podem oferecer os critérios lógico-formais em sua natureza homogeneizante. Por conseguinte, a teoria das abstrações se mostra como o arcabouço dos procedimentos cognitivos marxianos e, a rigor, está colada à base do que pode ser chamado de seu método científico”. (CHASIN, 2009, p. 136-137);

Marx (2011a): “e, por meio de uma *determinação mais precisa*, chegaria analiticamente a *conceitos cada vez mais simples*; do concreto representado [chegaria] a *conceitos abstratos* [...] cada vez mais finos, até que tivesse chegado a **determinações mais simples**”. (Ibid. p. 54, negritos nossos).

Dado que a realidade mesma aparece imediatamente ao sentido humano de forma mistificada, caótica, para Fortes (2008, p. 78), Lukács já apontara para a necessidade de que melhor se determine, através de *abstrações isoladoras*, as representações mostradas pela própria realidade³⁷.

A abstração isoladora não é, de forma alguma, um conceito, no sentido de uma simples formulação ideal no interior de um sistema que representa dados nexos passíveis de serem demonstrados na realidade. As categorias são para Marx, e Lukács insistirá nisto diversas vezes, “formas de ser, determinações da existência”. Significa dizer que a abstração não é uma construção ideal do pensamento na busca da compreensão da realidade, mas é parte constitutiva da própria realidade. A abstração é factível algo realmente, concretamente, efetivamente posta no plano da materialidade; é atributo do próprio ser. (FORTES, 2008, p. 82-83, grifos do autor).

Esse movimento de buscar as determinações mais precisas é realizado por meio das abstrações, *é a única forma que o intelecto tem se apropriar da realidade* mesmo mistificada. Note-se que a realidade mesma opera ora com momentos mais abstratos, ora mais concretos e nela as categorias se constituem como “produtos de condições históricas” – algo já desvendado pela determinação social do pensamento/conhecimento e pela historicidade ou processo formativo dos entes/objetos. Isto é, as categorias mesmas se apresentam mais ou menos abstratas, mais ou menos concretas a depender dos graus de maturação histórica dos objetos, afinal elas são “formas de ser, determinações de existência”, são representações fidedignas dos objetos reais em suas “formas de ser”, em outras palavras, as coisas são transmutadas em categorias para que possam ser reproduzidas intelectualmente. Por essas vias, podemos chegar na “afirmação universal da historicidade das abstrações” como categorias de existência. Portanto, o intelecto intenta proceder como o real – e por sua exigência –, ora está em nível mais abstrato, ora mais concreto (CHASIN, 1988). Seguindo

³⁷ É preciso aqui esclarecer que, como aponta Fortes (2008), Lukács troca as expressões marxianas “como *determinações mais precisas*”, [...] “*conceitos simples*”, [...] “*abstrações rarefeitas*” etc., [...] substituindo pela expressão **abstração isoladora**, isso se dá porque Lukács preocupa-se em “determinar em termos precisos o caráter das abstrações no interior do pensamento marxiano”. (Ibid. p. 79). Já em Chasin – distintamente de Lukács ao se referir às abstrações isoladoras –, “A noção de **abstração razoável** [...] procura identificar o pondo de partida da investigação, busca estabelecer o trabalho de delucidação, de construção e apreensão paulatina dos nexos e conexões efetivas do complexo tratado”. (FORTES, 2008, p. 101, itálicos originais, negritos nossos).

esse movimento, o pensamento almeja a reprodução conceitual do movimento próprio das categorias do real, por meio da “força da abstração”.

Ao realizar este primeiro movimento, parte-se da singularidade concreta imediata, empírica, para alcançar o nível abstrato dessa realidade, chegando ao universal, geral. A partir desse nível generalíssimo, por vias de análise mais precisa, deve-se (e isso ocorre como virtualidade) identificar as categorias que permitam descobrir os aspectos comuns a determinadas épocas históricas. Busca-se por meio da análise, identificar os traços comuns das categorias que simplesmente “não são substâncias puras, mas texturas complexas” (CHASIN, 2009, p. 124-125). Nesta descoberta dos elementos de generalização, tanto o próprio caráter geral, os elementos comuns das categorias quanto o conjunto complexo de *determinações distintas* e divergentes podem ser destacados por meio da *comparação*. (Ibid. p. 124-125), segundo Chasin (2009)

A razoabilidade de uma abstração se manifesta, pois, quando retém e destaca aspectos reais, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados. A razoabilidade está no registro ou constatação adequado *através da comparação*, do que pertence a todos ou a muitos sob diversos modos de existência. Trata-se, pois, de algo extraído das formações concretas, posto à luz pela força de abstração, mas não produzido por um volteio autônomo da mesma, pois seu mérito é operar subsumida à ‘comparação’ dos objetos que investiga. (CHASIN, 2009, p. 124, grifos nossos).

Então, no movimento das abstrações, ao “fixar os elementos comuns”, chega-se às determinações mais comuns, mais gerais³⁸ e, *ao fixar os elementos comuns, a abstração razoável, deve permitir igualmente encontrar as distinções, as diversidades*; deve permitir a identificação das diferenças essenciais³⁹ no próprio desenvolvimento das categorias, já que estas estão articuladas no interior de uma totalidade concreta específica. Mas, em caminho reverso, “ignorar a diferença essencial é perder de vista os objetos reais e com isso o horizonte do pensamento de rigor, tal como os economistas que naturalizam e perenizam a sociedade capitalista, pondo de lado exatamente o que nela é específico” (CHASIN, 2009, p. 125). Esta afirmação chasiniana segue a linha analítica marxiana que criticou o método da *economia política*, uma vez que este justamente se esquecia da *diferença específica* operando, portanto, através de abstrações irrazoáveis e pela generalização dos objetos – particulares – a todos os

³⁸ Para Marx (2011a) “[...] as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos” (MARX, 2011a, p. 57);

³⁹ Ao referir-se aos modos de produção, por exemplo, o pensamento marxiano concebe, de acordo com Chasin (2009), “que cada período histórico possui suas próprias leis”, que, como tais, devem ser descobertas e fixadas, “[...] leis específicas que regulam nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social.” (CHASIN, 2009, p. 130).

tempos da humanidade (Ibid. p. 126). Chasin (2009) ainda alerta para tal perigo, uma vez que a “eliminação da *diferença essencial*, em suma, mutila a reprodução ideal do *ser-precisamente-assim*, indeterminando o objeto pelo cancelamento de sua processualidade formativa e especificação histórica” (Ibid. p. 126, itálicos originais).

Além da fixação dos elementos comuns e da determinação da diferença específica, Chasin (2009, p. 127) advoga que uma segunda função importantíssima desempenhada pelas abstrações razoáveis seria seu próprio “*aprofundamento analítico*” em busca de uma *depuração das abstrações razoáveis*; verdadeiro “ponto de partida da elaboração [científica] teórica [...]” (Ibid. p. 127).

“vale dizer, da determinação mais precisa de elementos da representação caótica é que se atinge, a certo custo e demora, a configuração de abstrações relativamente bem recortadas, chamadas por Lukács de abstrações isoladoras, que são fundamentais, pois, como estabelece o texto marxiano “esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial”. (CHASIN, 2009, p.127, itálicos nossos)

Já sabemos que, ao partir do “todo vivo” da realidade efetiva, por meio da analítica das abstrações, chega-se às categorias na forma de abstrações razoáveis, mas razoáveis e *depuradas*, e que aqui se inicia o caminho da ciência – “a abstração razoável como *ponto de partida do método cientificamente exato*” (Ibid. p. 128) – que deve descobrir, por meio do *aprofundamento analítico*, as determinações mais essenciais das coisas, desvendar a cadeia de concatenações entre elas. Entretanto, a descoberta da “lógica da coisa” só é possível se o sujeito/pesquisador realiza a “viagem de retorno” (MARX, 2011a, p. 54) ou “a viagem de modo inverso” à realidade concreta, mas agora compreendida “como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Ibid. p. 54). “O último é manifestamente o método cientificamente exato.” (Ibid. p. 54). Como se pode perceber, a primeira inquirição dos objetos na realidade e que caminha até as abstrações razoáveis não finda o processo analítico, pois mesmo o sujeito apropriando-se do mundo através do intelecto ou apreendendo a realidade através da abstração, o que ele tem, até este momento, são as determinações mais gerais, os “[...] momentos abstratos, os quais não apreendem nenhum grau histórico efetivo dos complexos reais, mas que não podem ser dispensadas, uma vez que [...] sem elas não se poderia conceber nenhum destes.” (CHASIN, 2009, p. 129). Ou seja, sozinhas as abstrações razoáveis não determinam objetos reais, não podem explicar “nenhum grau histórico efetivo” (Ibid. p. 129).

As abstrações razoáveis, relações gerais ou as mais simples das categorias – pontos de partida da *démarche* científica – “são determinantes” ou, em outras palavras, “sem elas não se poderia conceber nenhuma” formação concreta; todavia, elas não determinam nenhum objeto real, isto é “não explicam nenhum grau histórico efetivo” de existência. Mesmo assim, “o curso do pensamento abstrato se eleva do mais simples ao complexo”, ou seja, as “determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”, e nesse itinerário é que se realiza “o método que consiste em se elevar do abstrato ao concreto”. Realização metodológica que subentende [...] uma complexa metamorfose das abstrações razoáveis pela qual, mantendo a condição de pensamentos, isto é, de abstrações, deixam de prevalecer como momentos abstratos, para se converter em *momentos concretos*, da apreensão ou reprodução dos graus históricos efetivos dos objetos concretamente existentes. (Ibid. p. 129, grifos nossos).

A importância das abstrações razoáveis não pode ser encarada com descaso, pois sem elas não pode haver a identificação dos elementos gerais e as distinções do complexo estudado, entretanto o *depercimento das abstrações* deve ser levado a cabo imperiosamente, pois somente com a elevação das abstrações razoáveis ao processo de síntese é que o objeto pode ser elucidado. Em suma, as abstrações razoáveis precisam ser transformadas em concretos de pensamento.⁴⁰ (Ibid. p. 128). E, para tanto, nessa transmutação das abstrações razoáveis, a importância capital da *intensificação da razoabilidade* é destacada por Chasin (2009), pois, segundo ele, a concreção é exigência da própria realidade que *determina e delimita* os objetos que dela fazem parte. Assim, as abstrações que são regidas por esses objetos reais, concretos, por eles devem ser ajustadas, parametrizadas e, neste movimento, elas vão (ou pelo menos devem seguir) *perdendo a generalidade e adquirindo especificação*; vão sendo cada vez mais delimitadas e isso se dá através da *aproximação e comparação entre elas e os objetos reais*. (Ibid. p. 129-130, grifos nossos).

Um dos aspectos fundamentais [...] compreende a *intensificação da razoabilidade* dessas categorias simples, ou seja, a atualização das virtualidades de sua natureza ontológica enquanto forma de apropriação ideal dos objetos reais. O que é operado pela exata *aproximação e comparação delas aos traços efetivos, portanto, determinados e delimitados dos objetos, de modo que sejam medidas por ele e, conseqüentemente, ajustadas aos mesmos, de forma que sua capacidade de os reproduzir se torne mais precisa e, por isso mesmo maior*. Em termos bem sintéticos, na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis devem perder generalidade por especificação, adquirindo *os*

⁴⁰ Neste ponto de sua argumentação Chasin (2009) afirma que não há qualquer antinomia entre as abstrações razoáveis e o “processo de síntese”: “Em verdade não há qualquer aporia: os pontos de partida e chegada não se repelem pelos conteúdos nem estão incompatibilizados pela forma; ao revés, no andamento da síntese operam mediações aglutinadoras que os aproximam e fundem, para o sucesso das quais são imprescindíveis a universalidade das abstrações razoáveis, *pontos de partida* e retentoras da igualdade ou continuidade dos processos, bem como os conteúdos das diferenças, representativas das mudanças ou desenvolvimentos”. (CHASIN, 2009, p. 129).

perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis delimitadas. (CHASIN, 2009, p. 129-130, grifos nossos).

Dado que objetivamente a realidade mesma se mostra mistificada, revelando apenas sua superfície fenomênica, as afirmações marxianas, segundo Chasin (2009), indicam que todo objeto real *é e está* atravessado por muitas determinações, ou seja, para a analítica marxiana, “todo objeto” posto na realidade efetiva “[...] intrínseca e extrinsecamente, é e se manifesta como um feixe entrelaçado de inúmeras determinações [...]” e para que seja reproduzido corretamente pelo intelecto é fundamental a “*delimitação e a articulação das abstrações razoáveis.*” (CHASIN, 2009, p. 130).

Desde logo porque a *articulação*, fase conclusiva do processo analítico é também uma exigência de *delimitação*, levando em conta que as abstrações razoáveis, umas em face das outras, têm de ser compatibilizadas entre si, o que implica *recíprocas determinações delimitadoras* pelas quais são estabelecidas as proporções com que integram a reprodução final do objeto investigado. (CHASIN, 2009, p. 130, grifos nossos).

Para compreender a delimitação das categorias é necessário entender que elas possuem, na realidade mesma, interações, inter-relações e que, portanto, a delimitação é promovida pela articulação categorial real. Esta implica a delimitação, pois as categorias mesmas estabelecem “recíprocas determinações delimitadoras”, e, nesse processo, não anulam suas diferenças essenciais, mas coabitam sem se homogeneizar. De acordo com Chasin (2009), a articulação é a fase conclusiva “[...] ponto de chegada da analítica marxiana, momento culminante da produção do “concreto de pensamentos, hora conclusiva da investigação”” (CHASIN, 2009, p. 130-131, grifos do autor). Não é demais ressaltar que a importância da *articulação categorial* se dá na própria realidade, tem raiz ontológica, e as abstrações razoáveis, delimitadas, são articuladas também tendo como base a própria articulação real⁴¹.

Chasin (2009, p. 133) ainda chama a atenção para outros dois aspectos que se relacionam com a articulação categorial: “o momento preponderante [...] e a natureza das determinações reflexivas”, também como processos que ocorrem na realidade mesma.

No que diz respeito ao primeiro, destaca-se que é peculiar da análise marxiana conceber os complexos reais, articulados, a partir de sua “gênese, vigência e desenvolvimento

⁴¹ “[...] a articulação requerida é de natureza ontológica. As abstrações razoáveis e delimitadas, na reprodução do concreto como um todo do cérebro pensante, são articuladas segundo a lógica imanente aos nexos do próprio complexo examinado”. (CHASIN, 2009, p.133).

como uma teia constelar de determinações, relações e interconexões multiformes” (CHASIN, 2009, p. 133). Os complexos são entendidos a partir de sua gênese, validade histórica, desenvolvimento, isto é, são compreendidos em sua totalidade. Todavia, é legítimo que dentro de uma totalidade mais complexa sejam recortadas totalidades parciais cujos momentos estão em relação, em reciprocidade autodeterminativa⁴². Então, temos que, num determinado complexo, as categorias que dele fazem parte estão em reciprocidade determinativa de modo que não se anulam ou se equalizam, nem elidem suas diferenças dentro de uma mesma unidade; mantém suas distinções, especificidades, particularidades. Nesse processo, não se pode perder de vista que os complexos parciais são tendencialmente regidos por determinadas categorias ou conjuntos categoriais, ou seja, há sempre aquela (s) categoria (s) designada (s) como o momento preponderante, que detém um peso maior e que faz com que a relação categorial, a ‘reciprocidade de ações’, adquira certo direcionamento *tendencial* – embora não se deva subestimar o jogo complexo das recíprocas relações entre tais conjuntos (CHASIN, 2009, p. 133-135), pois o momento preponderante (ou o *fator predominante*) estrutura o todo concreto, mas é mediado por outros elementos da vida social. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 156)⁴³. Chasin (2009) sintetiza o momento preponderante da seguinte maneira:

“[...] o momento preponderante tem por identidade a condição de elo tônico no complexo articulado das abstrações razoáveis, ou seja, é o outro nome da categoria estruturante do todo concreto, e por isso também da totalidade ideal, uma abstração razoável que se destaca, sobredeterminando as demais com seu peso ordenador específico. Como tal, sua correta identificação equivale à face macroscópica da delimitação ou diferenciação por intensificação ontológica, sendo o mesmo para o conjunto da própria articulação, pois vértebra o processo de síntese, isto é, a constituição do todo de pensamentos que se realiza pela reprodução ou apropriação da totalidade concreta. (CHASIN, 2009, p. 135, grifos nossos).

Já o segundo aspecto importante com relação à articulação categorial são as *determinações reflexivas*: “figura que se manifesta no interior do processo de articulação, quando o foco recai em pares ou conjuntos de categorias cuja conexão é indissolúvel de tal modo que a apreensão efetiva de cada um de seus membros depende da apreensão recíproca dos outros”. (Ibid. p.135). Chasin (2009) afirma que a importância deste ponto se dá na

⁴² Por exemplo, se referindo às categorias debatidas com a economia política nos Grundrisse/ Introdução de 1857/58, produção e consumo, Marx conclui que “uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico”. (MARX apud CHASIN, 2009, p.133), “há uma interação entre os diferentes momentos” (MARX, 2011a, p. 53).

⁴³ Paço Cunha (2015), ao realizar uma análise acerca de certa ambiguidade na retenção da dialética por parte de Engels – em determinados manuscritos engelsianos – acaba por sinalizar para a questão que aqui nos interessa; o autor esclarece que “[...] num conjunto articulado de determinações recíprocas [...] o momento preponderante somente estrutura o todo concreto na medida em que é mediado por outros momentos importantes da vida social, a depender dos casos reais e de suas particularidades (PAÇO CUNHA, 2015, p. 156, itálicos nossos).

medida em que é necessário que se preserve a especificidade de cada membro, isto é, de cada categoria, sem homogeneizá-las. O autor referido ainda sinaliza para a articulação entre o momento preponderante e a determinação reflexiva através da afirmação lukacsiana de que “toda articulação categorial tem o momento preponderante”: (Ibid. p. 135).

[...] nessa relação entre determinações de reflexão tão ricamente articulada revela-se com toda evidência o traço fundamental da dialética materialista: *nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento preponderante*. Quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral (e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos); ou, então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante, cuja ausência de ideia Hegel criticou com toda razão em seu tempo, mas sem encontrar solução para o problema; (LUKÁCS, 2012, p. 334, grifos nossos).

Em síntese, a teoria das abstrações na analítica marxiana, no movimento de elevação do abstrato ao concreto, parte das coisas na efetividade real como entes dados na realidade mesma que, ao serem apreendidos pelo intelecto, são convertidos em objetos de investigação, em categorias.

Como pudemos constatar, parte-se do concreto empírico (através das *abstrações* tidas como força do pensamento e mais uma das qualidades humanas, instrumentos de escavação do real) para alcançar um nível em que essas *abstrações conseguem fixar, destacar os elementos comuns, aspectos gerais* de distintos objetos (ou complexos parciais) em diferentes épocas históricas⁴⁴. Este é o ponto em que se descobre, por meio de análises “mais precisas”, “mais finas”, a *razoabilidade das abstrações*, ou seja, a descoberta deste momento ocorre pela própria análise destas, uma vez que na imediaticidade do real as categorias, como já afirmado, apresentam-se num estado caótico, desordenado necessitando de ordenação intelectual, mas segundo sua lógica imanente. E porque se precisa de abstrações razoáveis? Porque ao captarem os elementos comuns, aspectos gerais dos objetos ou de um complexo investigado, por meio da comparação, elas fixam os elementos mais característicos dos seres reais nos poupando de cair em repetições e permitem também, por comparação, a extração das diferenças precípuas. Porém, como já observamos, as abstrações razoáveis não podem por si mesmas, devido à sua generalidade, explicar as determinações mais essências que entrecortam

⁴⁴ Em épocas históricas mais complexas os objetos podem se explicitar de forma maturada; algo que pode contribuir para viabilizar sua compreensão. E quanto mais complexo e desenvolvido for o grau de explicitação dos objetos, maior será a possibilidade de descobrir as igualdades/ generalidades, por comparação com outras formações histórico-sociais em que estiveram presentes; entretanto, igualmente, tal comparação permite descobrir as *diferenças essenciais* assumidas na realidade efetiva pesquisada, porém como diferenças que ainda devem ser delimitadas de acordo o real concreto, tomando características da *particularização*. Para serem razoáveis, as abstrações devem expressar relações que são reais.

os objetos singulares. Elas permitem apenas identificar as diferenças precípuas dos objetos reais num patamar mais geral, universal. Mas tais abstrações devem ser convertidas em concretos de pensamento; devem, ao reproduzir o movimento da realidade, aproximar-se ao máximo da concretude efetiva o mais fielmente possível. E isto se dá *intensificando a razoabilidade das abstrações*, ou seja, analisando-as sempre de modo mais preciso, de tal modo que percam sua generalidade e vão sendo *depuradas – iniciando o caminho da ciência –*, alcançando *especificação*.

Esse caminho é o da busca *da delimitação* das abstrações que são realizadas através da *mediação comparativa* entre as abstrações razoáveis e a concretude do objeto na realidade efetiva – desse modo, o real concreto é o parâmetro mesmo da *delimitação* e esta, por sua vez, tem de corresponder ao movimento próprio das categorias em sua efetividade, em suas *recíprocas determinações e articulações* – portanto, a realidade é o parâmetro da investigação, é o ponto de partida efetivo ordenado pelas análises mais precisas, mas é, ao mesmo tempo, o ponto de chegada das abstrações razoáveis delimitadas. A *articulação categorial* – subordinadora da delimitação – *aparece no pensamento porque é reprodução do movimento da realidade efetiva; realidade na qual* as determinações essenciais concretas *podem ser* então descobertas; realidade na qual as suas reais articulações/relações e inter-relações podem ser então desmistificadas. Portanto, se é verdade que realizar a delimitação das abstrações razoáveis é o mesmo que parametrizá-las pela comparação ontológica do real através da intensificação analítico/ontológica, pode-se conceber, por estas vias, que a razoabilidade das abstrações permite a descoberta das diferenças essenciais, da diferença específica de determinado objeto, rumando para a descoberta de sua particularidade e, logo, para a descoberta de sua especificação.

Neste processo, não se pode perder de vista que toda a articulação categorial possui, na realidade efetiva, recíprocas relações que entrecortam o complexo estudado. Isto é, as categorias e/ou os conjuntos categoriais que perfazem um determinado complexo possuem interações reais e comportam reciprocidades autodeterminativas, de modo que sempre há aquela (s) categoria (s) que detém maior peso no direcionamento do conjunto categorial. Portanto, certas categorias ou conjuntos categoriais possuem um peso tal que *tendem* a direcionar o complexo estudado. Estas categorias ou conjuntos categoriais que detém a *predominância* na relação autodeterminativa imersa no complexo examinado tem o nome de *momento preponderante* (CHASIN, 2009, p. 131-136). Mas isso não elide a constatação de

que tais categorias ou conjuntos categoriais estão entrecortados por outras determinações, por outras *mediações reais*.

Observemos que se parte de um *singular*, concreto, chega-se ao *universal*, universal abstrato, mas uma generalidade que demonstra os elementos mais gerais, e, por meio de *análises mais precisas*, por meio de comparações ontológicas com o concreto, descobre-se não somente os elementos comuns, mas as *diferenças específicas*. Descobre-se a diferença específica do objeto específico. Desvenda-se, portanto, a (as) *particularidade* (s) de cada ente. Este é um processo que se dá na própria realidade, isto é, singularidade, universalidade e particularidade são categorias reais que, nessa analítica, são reproduzidas pelo intelecto. Único modo capaz de desvendar a realidade partindo dela mesma para elucidá-la tendo por instrumento a força da abstração – sempre regida e parametrizada ontologicamente –, reprodução do próprio concreto por intermédio dos pensamentos. É a partir das abstrações razoáveis, isto é, de um nível classificatório em que se descobre a racionalidade imanente das categorias, que se inicia o verdadeiro caminho da ciência, ponto de partida do retorno ao concreto como síntese determinativa. Concretude que se chega somente através da escavação das próprias coisas, posto que, na analítica marxiana, não existe caminho prefigurado para o desvendamento do real; “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (MARX, 2013, p. 93)⁴⁵.

⁴⁵ Melhor finalização se traduz na seguinte citação chasiniana: “Não há estrada principal para a ciência, e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cumes luminosos”. De modo que o conhecimento é possível, a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há caminho pré-configurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro. Ao contrário há sempre que galgar escarpas, ou seja, abrir caminhos através do próprio objeto, devassá-lo no corpo a corpo da pesquisa, que “tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”. Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos. O rumo só está inscrito na própria *coisa* e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for pesquisada, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico. As pegadas que ficam podem ser esquadrihadas e repisadas, não são inúteis, mas não ensinam a andar, precisamente **como procede a teoria das abstrações, que descreve a universalidade das passadas, sem prescrever por si um único passo concreto de qualquer escalada concreta**, mérito e segredo do *método marxiano*, que centra, no respeito à integridade ontológica das coisas e dos sujeitos – tais reconhecidos objetivamente em *posição* e, correlativamente aos graus de maturação dos objetos, suscetíveis de intensificação ou desatualização para a devassa analítica daqueles e de si próprios – a resolução do complexo problemático do conhecimento”. (CHASIN, 2009, p. 232).

1.6 – Apontamentos acerca da exposição

Assim como a “análise científica” e a “reflexão sobre as formas da vida humana” (que percorrem “um caminho contrário ao do desenvolvimento real”, isto é, começam “*post festum*” [muito mais tarde, após a festa]), o momento da exposição, na analítica marxiana, igualmente começa somente de posse da compreensão e “com os resultados” (MARX, 2013, p. 150) da pesquisa realizada. Investigação e exposição são dois momentos de um processo, porém, nas próprias palavras de Marx (2013):

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. *A investigação tem de se apropriar da matéria [...] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.* Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*. (MARX, 2013, p. 95, itálicos nossos).

Ao mesmo tempo em que demonstra o processo da pesquisa como uma unidade que comporta dois momentos distintos, Marx (2013), então, atenta-se em negar qualquer construção ideal *a priori* – “*a investigação tem de se apropriar da matéria*” – e, quando aponta para este fato, demonstra sua oposição ao método hegeliano, uma vez que não parte de conceitos.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90, grifos nossos).

Marx não aplica qualquer “método”, muito menos o hegeliano. Neste a dialética é idealista. Naquele há a busca pelo desvendamento da lógica do real; sendo assim, o caminho científico marxiano é oposto ao hegeliano, pois parte de uma base materialista (MARX, 2013, p. 95, rodapé). Neste terreno, o ideal não é mais do que a representação da realidade sob a forma de concretos de pensamento. Segundo análises de Chasin (2009, p. 222-223), a base sensível, isto é, a sensibilidade (na analítica marxiana) dever ser a base para toda ciência, em outras palavras: a base da ciência é o ser real. Após demonstrar como Marx “rechaça” o método hegeliano, Chasin (2009, p. 229) sinaliza que em Marx “*a análise efetiva e sua correlata produtividade só podem se manifestar pela escavação direta dos próprios objetos,*

reconhecidos como entificações historicamente engendradas e desenvolvidas por distintos movimentos contraditórios [...] (CHASIN, 2009, p. 229-230, itálicos nossos).

Outro ponto saliente em relação à *exposição* é a asserção da dificuldade inerente à compreensão dos conteúdos descobertos pela pesquisa. Elemento, como já listado no processo da inquirição dos objetos, a dificuldade se impõe novamente no momento da assimilação dos resultados. Parece óbvio que o entendimento dos conteúdos também depende das qualidades individuais dos leitores, mas o fato que queremos pôr em evidência neste momento é que o resultado da pesquisa deve ser exposto do modo “mais acessível ao leitor”, embora este deva “galgar” as “trilhas escarpadas” para chegar “aos cumes luminosos” (MARX, 2013, p. 93) caso queiram chegar ao conhecimento (científico). Neste sentido, Chasin (2009) demonstra uma passagem de *O capital* em que Marx revela que a parte com maior dificuldade para o entendimento foi redigida com os devidos cuidados para que se tornasse acessível aos leitores (CHASIN, 2009, p. 232). E Marx também afirma: “no que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível (MARX, 2013, p. 77).

Portanto, conclui-se com a afirmação de que os resultados da pesquisa, para a analítica marxiana, só são possíveis de explicitação após a conclusão de sua investigação. Nesta última, como observamos, não há senão a escavação das próprias coisas, e o caminho percorrido pela análise imanente do real é um roteiro específico para descoberta de um objeto específico. O ponto de chegada só é possível “pela articulação ontológica do conjunto das abstrações presentes, delimitadas, especificadas e correlacionadas segundo os teores e nexos do próprio objeto [...]” (CHASIN, 2009, p. 234). Quando finda esse processo é que se pode “expor adequadamente o movimento real”, de modo que esteja o “mais acessível ao leitor”. (MARX, 2013, p. 95).

1.7- Considerações parciais

No intento de reforçar algumas ponderações, chamamos a atenção para determinados lineamentos do padrão de cientificidade marxiano mesmo correndo o risco de demasiadas repetições.

De posse do que já explicitamos linhas acima, parece-nos correto afirmar que para a analítica marxiana a realidade pode ser compreendida por meio da análise imanente. As categorias efetivas – que não são meramente volteios lógicos – são retidas e reproduzidas pelo intelecto para que os complexos reais possam ser compreendidos em sua totalidade de reais articulações. Neste sentido, sabendo que dialética não se traduz num modo de pensar, nem pode ser uma construção metodológica *a priori* que pode ser simplesmente *aplicada*, ou seja, que não é uma lei apriorística, alguns autores vão contribuir para uma caracterização sucinta do que seria a dialética no sentido marxiano.

Segundo Lukács (2012, p. 332), a “dialética materialista” é a “dialética da própria coisa”. Ao realizar uma discussão acerca de certa ambiguidade engelsiana, Paço Cunha (2015, p. 157) sintetiza que a dialética não pode ser compreendida como uma maneira de proceder do pensamento, mas como lógica do real, “a dialética é da realidade histórica” (Ibid. p. 157). Continuando nessa linha de asserção, mas nas palavras de Fortes (2013), “a dialética em Marx não é a aplicação do método dialético na compreensão dos complexos econômicos, mas é a elucidação e apreensão ideal da “dialética da própria coisa”, em síntese, trata-se do “desvelamento do movimento e da articulação real do complexo de categorias da esfera econômica”. (Ibid. 2013, p. 274)⁴⁶. Para que não fiquem mais dúvidas, Chasin (1988) irá afirmar que “a dialética trata da coisa em si” (Ibid. p. 2) [...] “é a lógica do real” (CHASIN, 1988, p. 9). Esses apontamentos nos parecem ser mais que suficientes e podem ser arrematados da seguinte forma:

Tudo que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade historicamente engendradas e desenvolvidas. Donde a identificação da dialeticidade como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência que os concretos de pensamento reproduzem. ***Razão pela qual a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação.*** (CHASIN, 2009, p. 236, grifos nossos).

No que diz respeito às imputações da existência de qualquer aplicação lógica, e em particular aposição lógica de talhe hegeliano, também é possível rebatê-las a partir de Chasin

⁴⁶ Aqui Fortes (2013) parece seguir algumas indicações lukacsianas.

(2009) que traz para a reflexão as ingerências que o próprio Marx recebera de Hegel – inclusive reconhecendo as conquistas intelectuais deste –, entretanto, refutando rigorosamente qualquer percepção inapropriada. Ou seja, é imprescindível que se compreenda que na analítica marxiana não há nem uma derivação da lógica hegeliana, nem sequer uma *aplicação* de qualquer tipo de dialética (tampouco da dialética hegeliana no *processo de investigação* da sociedade do capital *realizado* por Marx). Essas advertências, extraídas das análises chasinianas, são de suma importância inclusive para a sinalização de determinados equívocos levados a cabo por autores como Lênin e/ou Engels⁴⁷. Segundo Chasin (2009) – concebendo imputações como as lenineanas arrimadas em textos engelsianos –, nada mais falso do que uma concepção que compreende Marx como (além de herdeiro) *aplicador* da dialética hegeliana.

Polêmicas à parte, concordamos com a afirmação de Alves (2012), segundo a qual, “havendo algo de “dialético” na obra marxiana, não é o seu método, mas a própria coisa, objeto de estudo” (ALVES, 2012, p. 148). Por estas trilhas, compreende-se que não se trata de mera aplicação lógica, pois a descoberta da dialeticidade do real, a apreensão efetiva de sua lógica imanente, contrapõe-se a qualquer tipo de aplicação. Dialética não é modo de pensar, muito menos aplicação de legalidades de qualquer ordem ou *natureza*, isto é, não são leis gerais apriorísticas sinteticamente aplicadas aos complexos investigados. Pelo contrário, dialética é a lógica da realidade (mesma) constituída por leis específicas e imanentes que podem ser descobertas através da pesquisa; donde a sugestão de que o “objeto impõe a escolha do “método” de seu desvendamento” (PAÇO CUNHA, 2015, p. 152) e que a “investigação tem de se apropriar da matéria [...] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (MARX, 2013, p. 90).

Neste sentido é que o padrão de cientificidade marxiano, no intento de apreender a realidade, reproduz o ser efetivamente existente – e o ser das coisas nessa realidade objetiva prepondera em relação à consciência, sendo esta última entendida como subjetividade que virtualmente pode se traduzir em atividade (que transforma) no mundo. Os objetos da

⁴⁷ “Em suma, para Engels e Lênin, a dialética íntegra, sabidamente, mais de uma face, já que compreende – a ideia “fundamental” do movimento das coisas naturais e sociais, bem como do próprio pensamento – por isso mesmo, quando falam em *aplicar a dialética* “a cada domínio submetido à investigação”, explicitam de modo enfático um aspecto de grande peso em suas convicções, e, por conseguinte, uma dimensão fundamental do que entendem por dialética – a existência suposta de uma *método universal de investigação*, devido na íntegra ou em partes *modificadas*, não importa, a Hegel”. (CHASIN, 2009, p. 36, grifos do autor). Para uma síntese da questão em Engels, Ver Paço Cunha (2015). Outros apontamentos sobre Engels também podem ser encontrados em Sartori (2015).

realidade (transmutados em categorias e captados através das abstrações), como já explicitamos, possuem interações e inter-relações reais, isto é, são categorias que estão posicionadas – segundo uma lógica específica – no interior dos complexos inquiridos, no interior de totalidades mais ou menos complexas, mas que necessitam e, portanto, exigem um aprofundamento analítico na medida em que a totalidade imediata permite apenas a descoberta dos princípios mais gerais, deixando mistificada a essência e a estrutura do complexo pesquisado. O aprofundamento abstrativo analítico então é exigência da própria realidade e se faz parametrizado, estruturado por ela. (FORTES, 2008, p. 75-80).

Seguindo reflexões lukacsianas, para Fortes (2008) essa realidade se traduz num complexo de complexos⁴⁸, e nela os elementos, as categorias, estão em constante interação e relação autodeterminativa com as demais cabendo, portanto, ao pensamento a apreensão intelectual dos nexos que constituem o objeto faceado. Mas, para além da necessária compreensão diacrônica⁴⁹ do complexo inquirido, é indispensável que se compreenda (sincronicamente) que a posição que as preponderâncias que as categorias – como expressadoras dos complexos reais que – assumem em cada formação sócio-histórica acabam por atuar tendencialmente conferindo traços na diferença específica do complexo em sua forma atualizada (FORTES, 2008, p. 80-81).

Para exemplificar, de algum modo, sabemos que cada tipo de Estado capitalista da realidade atual efetivou sua transição através da preponderância das ingerências das relações sociais de produção e do modo de produção, isto é, a economia é a categoria que estruturou o todo concreto. Mas, cada forma de Estado corresponde não só à direção preponderante da economia; é preciso ter em conta que as particularidades sócio-históricas, além doutras inúmeras mediações da vida social, como as próprias contingências, etc., vão particularizar

⁴⁸ Para Lukács (2012, p. 338), assimilar a “concepção marxiana da realidade [traduz-se no seguinte entendimento, o]: *ponto de partida de todo pensamento são as manifestações factuais do ser social. Isso não implica, porém nenhum empirismo*, embora, [...], este também possa conter uma *intentio recta* ontológica, anda que incompleta e fragmentária. *Todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico em interação com outros complexos, como algo que é determinado, tanto interna como externamente, por múltiplas leis.* A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e fato (incluídas naturalmente as relações e conexões). *A lei só se realiza no fato; o fato recebe a determinação e especificidade concreta do tipo de lei que se afirma na intersecção das interações. Se não se compreendem tais entrelaçamentos, nos quais a **produção e a reprodução sociais reais da vida humana constituem sempre o momento predominante** não se compreende nem se quer a economia de Marx”.* (Itálicos nossos).

⁴⁹ Lukács (2012), referindo-se ao capital monetário e comercial e explicitando a necessidade da compreensão da função de ambos na nova dinâmica do capital industrial, assina-la que “A gênese histórica deles é o pressuposto para compreender teoricamente sua função atual no sistema de uma produção radicalmente social, ainda que – ou precisamente porque – essa dedução histórica não seja capaz de explicitar de modo direto o papel que eles assumiram nesse sistema”. (Ibid. p. 329-330).

cada formação em sua fase atualizada, isto é, os outros momentos da vida social também impõem determinações de monta à categoria que prepondera.

Ao tratar do pensamento lukacsiano, Fortes (2008) sinaliza para a precisa identificação da categoria da relação; esta última envolve a noção de prioridade ontológica⁵⁰ – e de momento preponderante – entre certas categorias ou entre os complexos categoriais pesquisados, isto é, uma preexistência entendida como pressuposto para a existência de outros complexos ou categorias, contudo sem uma necessária relação causal. Por exemplo, o ser, a coisa em si, a realidade efetiva, através de inúmeras mediações, pressupõe as formas de consciência, portanto detém a prioridade ontológica que estruturará a base sobre a qual haverá posteriores desdobramentos, no entanto essa relação (esse desenvolvimento) também será tracejada por inúmeros processos, interações e relações, não se constituindo, portanto, como algo mecânico. (Ibid. p. 84-87).

A ideia de relação nos remete a pensar novamente nas relações autodeterminativas que são estabelecidas entre as categorias dos complexos inquiridos. Nesta altura já sabemos que não há qualquer homogeneização na relação autodeterminativa intercategoriais, isto é, que as categorias não se anulam mesmo estando em relação com as demais. Sabe-se também que em cada época histórica em certas formações sociais as categorias dos complexos examinados podem, essencialmente, adquirir novas especificações, e podem reger ou subordinar outras categorias ou outros momentos da vida social. Descobrir tais conexões é buscar as determinações mais essenciais estabelecidas na realidade mesma do complexo faceado, é avançar no sentido da síntese determinativa que compõe objeto da pesquisa como objeto real. Tais objetos possuem relações reais como, por exemplo, nos sinaliza Fortes (2008, p. 87-88) ao demonstrar a real interpenetração das esferas econômica e extraeconômica no desenvolvimento da sociabilidade do capital. Segundo o autor citado, nesta sociedade o valor é o pressuposto efetivo, é a condição necessária dos outros momentos, ou seja, é a conexão que irá ligar os demais momentos, entre economia e as outras formas de desenvolvimento social. Ainda apontando análises lukacsianas, Fortes (2008) sinaliza que “quanto à determinação do momento preponderante, logo se vê, [...] que a lei eminentemente econômica incide diretamente na esfera extraeconômica, fundando o campo e a base diretiva dos desdobramentos da luta de classes [...]” (Ibid. p. 89). Aqui se pode reforçar aquela afirmação

⁵⁰ Nas palavras de Lukács (2012, p. 307), “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente [que] a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”.

de que o momento preponderante apenas determina tendências que só têm a possibilidade de serem efetivadas na medida em que os outros momentos da vida social também gestem condições para tal efetivação, “o momento preponderante é a delimitação da lei diretiva”. (Ibid.) Como exemplo, sabemos que o desenvolvimento capitalista na Inglaterra não foi viabilizado unicamente pelas determinações isoladas do complexo econômico. Houve uma real imbricação entre este e o momento extraeconômico. Vide o uso das “forças violentas” (Ibid. p. 90)⁵¹. Portanto, “a lei originária que põe em curso a viabilidade de outras leis e dinâmicas – igualmente importantes – sofre o influxo direto daquilo que põe na escala do tempo como secundário” (FORTES, 2012. p. 170).⁵²

Outro exemplo retirado dos *Grundrisse* se refere à relação intercategoriais entre a produção, consumo, distribuição, troca e circulação; *por exemplo*, cada um destes elementos detém sua especificidade, mas se relaciona reciprocamente com os demais⁵³. Contudo, faz-se necessária a identificação da categoria que prepondera. Neste caso, a produção é a categoria que estrutura o todo destes complexos parciais. Alves (2012) sinteticamente define o momento preponderante como “determinado pelo procedimento analítico como tal na dependência irremediável da identificação daquela entre as diversas categorias que, na articulação objetiva da coisa, se mostra como efetivamente determinante e subsumindo as demais” (ALVES, 2012, p. 139-140).

Segundo Lukács (2008, p. 330-331) entre as categorias da produção, consumo etc, analisadas nos *Grundrisse*, não há qualquer desenvolvimento silogístico puro. Estas categorias estabelecem relações na realidade mesma e formam uma totalidade, não elidem suas diferenças que aparecem quando se relacionam com as demais e, como não se homogeneízam, o momento *predominante* sempre se impõe. Acerca da dialeticidade como a lógica do real, afirma Lukács (2012).

⁵¹ “Por outro lado, também as mudanças imediatamente extraeconômicas são de algum modo determinadas, em última instância, pela economia; a forma inglesa de superação das relações de distribuição feudais ocorre, no plano imediato, mediante o uso da mais extrema violência. Todavia, essa situação é determinada pelo fato de que o país passou da agricultura feudal para ovinocultura da produção de matéria prima para a indústria têxtil”. (FORTES, 2012, p. 337-338);

⁵² “[...] qualquer leitor atento do Capítulo 24 de *O capital* não deixa escapar a participação ativa da dimensão política (de modo coercitivo) no processo de gênese do capitalismo e, inclusive, durante todo o processo de seu desenvolvimento posterior (atuando de outras formas, não necessariamente violentas, inclusive reconhecendo direitos etc). Entretanto, a gênese do capitalismo não pode ser atribuída à sua forma política. Tampouco seu desenvolvimento posterior se deu a despeito dos movimentos do complexo econômico ([...], num tom mecânico, como “determinação econômica”)”. (PACO CUNHA, 2013, p. 128).

⁵³ “cabe à produção uma importância prioritária [...] (mas) devemos caracterizar com maior precisão essa prioridade e compreender melhor o conceito marxiano de momento predominante no âmbito das interações complexas”. (LUKÁCS, 2012, p. 330).

Em Marx domina o momento do ser: essas determinações são momentos reais de complexos reais em movimento real, e só a partir desse duplo caráter de ser (ser em interação e conexão e ser ao mesmo tempo no âmbito de sua peculiaridade específica) é que podem ser compreendidas em sua relação reflexiva. Na dialética materialista, *na dialética da própria coisa*, a articulação das tendências realmente existentes, frequentemente heterogêneas entre si, apresenta-se como solidariedade contraditória do par categorial. Quando se afastam das determinações lógicas, efetua-se um passo à frente no sentido da concretização desse complexo relacional dúplice. (LUKÁCS, 2012, p. 332, itálicos nossos).

Ao sinalizar para a análise entre a produção e o consumo, Lukács (2012, p. 332-333) afirma que, para o pensamento marxiano, a primeira determina o segundo, contudo ambos estabelecem relações de tal modo que sem este segundo (consumo) “toda a produção, seria mera virtualidade” (Ibid. 333), assim, Lukács (2012) dá prova das “interações importantes”, de tal modo que a produção só se concretiza “na determinação recíproca ulterior” (Ibid. p. 333). Mas é preciso que não se esqueça de que “nessa relação entre determinações de reflexão tão ricamente articulada revela-se com toda evidência o traço fundamental da dialética materialista: nenhuma interação real (nenhuma real determinação da reflexão) existe sem momento preponderante” (Ibid. p. 334)⁵⁴. Ao identificar que “a interação tem muitos aspectos e se articula de diferentes modos” (Ibid. p. 333-334), Lukács (2012), parte para a análise da relação entre a produção e a distribuição como uma relação que trata “de problemas de tipo inteiramente diverso”, qual seja: a relação entre a esfera econômica e a extraeconômica, em que a primeira prepondera sobre a segunda – neste sentido, a produção sobre a distribuição (Ibid. p. 334-335); Nas palavras de Alves (2012):

“A denominada determinação econômica remete exatamente à categoria, ou ao conjunto de categorias, que exercem o papel concreto de momento preponderante no todo articulado efetivo e finito de formas de ser de atividade vital e produtos. Relação preponderante que subsume concretamente as demais formas num dado campo do processo de produção social da vida humanas. E isso não somente em relação àquelas categorias imediatamente referentes à produção de riquezas. Por assim dizer, o momento preponderante fornece o *tom* na qual são executadas as demais relações, impondo-se progressivamente como a forma *par excellence* da interatividade humana em seu todo, e em cada uma de suas facetas”. (ALVES, 2012, p. 188, itálicos originais).

Tornando essas afirmações mais palpáveis, e retomando a relação entre o complexo econômico e extraeconômico referido linhas acima por Fortes (2008), aqui, como exemplo, podemos constatar que (no padrão científico marxiano) se pode compreender a economia – as relações de produção e o modo de produção – como o elemento (“fator” ou “momento”)

⁵⁴ “Quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se uma série causal unilateral [...] mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante, cuja ausência Hegel criticou, [...] mas sem encontrar solução para o problema”. (LUKÁCS, 2012, p. 334).

determinante, preponderante (“predominante”) em distintas formas de sociedade. Todavia não se autoriza a supressão dos demais momentos, demais complexos que se impõem nessa mesma sociedade, como o momento político estatal, o papel desempenhado pelo complexo da cultura, da tradição, etc.; esses momentos também incidem sobre o econômico, ou mesmo entre si. Obviamente, tais relações não desconsideram a época histórica, e nem as formações sociais particulares nas quais se efetivam. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 155-156). Em cada especificidade sócio-histórica, pode haver modificação na posição, função, etc., das categorias como, por exemplo, no caso da *forma mercantil* do capital que passou de pressuposto a condição de subordinada do *capital industrial*.

Este exemplo permite demonstrar a articulação entre as categorias como algo que existe na realidade efetiva. Pode sinalizar para as reciprocidades reais da interação entre *capital mercantil* e *capital industrial* do seguinte modo: o primeiro é uma forma específica mais antiga do capital, no entanto, a partir de dado momento sócio-histórico o *capital mercantil* se transforma, isto é, de antecedente necessário do *capital industrial* transpassa a um tipo de forma derivada deste último. Em outras palavras, o *capital mercantil* por exigência mesma do *capital industrial* transpassa à forma do *capital comercial*. Se no período anterior este último, então, conformava-se como um momento de constituição do *capital industrial*, num momento distinto, atualizado, a forma mais desenvolvida do capital, sua *forma industrial*, apodera-se e reconfigura o *capital mercantil*, agora com uma função específica, sob a nova forma do *capital comercial* (PAÇO CUNHA, 2010, p. 211-213); função que também, além de corolário, torna-se uma das molas propulsoras para o desenvolvimento e conformação da nova forma do capital. Melhor dizendo, o que ocorre é que o *capital mercantil* é recolocado sob outra forma, como *capital comercial*, tornando-se uma forma derivada que, mesmo não tendo uma menor importância, passa a ser dominada pela forma *industrial* que o capital adquire na fase da moderna indústria. Essa recolocação do *capital mercantil* pelo *capital industrial*, além de demonstrar a subordinação da *forma comercial* à *forma industrial* do capital (PAÇO CUNHA, 2010, p. 210-215), nos demonstra que a reciprocidade entre as categorias ou complexos inquiridos é um processo que se dá na realidade efetiva, isto é, não se trata de qualquer volteio mental como lógica que se aplica a realidade, mas, inversamente, trata-se da reprodução das categorias como *formas de ser* dos complexos reais, da reprodução do movimento do objeto na realidade como tentativa de captar a sua dialeticidade imanente.

Além dessas afirmações a respeito das reciprocidades, tais demonstrações constituem uma tentativa de explicitar que se o momento preponderante determina o complexo estudado, sendo a categoria ontologicamente anterior e determinante das demais, estas últimas não se constituem como meros elementos subordinados. Inclusive detém a potencialidade de marcar suas ingerências mesmo assumindo sua posição como subordinadas, e ainda podem, de acordo com as determinações sócio-históricas, assumir distintas e importantes funções no interior de novos complexos.

Numa formação social específica, por exemplo, o complexo da cultura pode desempenhar um papel preponderante se comparado à política, mas o que acaba por determinar ontologicamente a cultura e também a política é a maneira como cada formação social específica produz suas condições de existência, em outros termos, como cada sociedade produz a vida. Em certas épocas e em determinadas formas de sociedade é “a tradição que deve desempenhar o papel predominante” (PAÇO CUNHA, 2015, p. 156); Mas

Isso que dizer que, [nas] formas não capitalistas pouco desenvolvidas, baseadas na servidão e nos laços de dependência pessoal, é a tradição que cumpre o *momento preponderante*? Não, em absoluto! A tradição desempenha *papel predominante* nesse caso frente aos demais momentos sociais, assim como a política desempenha o “papel principal” [...] ou o “protagonismo” no caso da Ática antiga [...] mas em reciprocidade com as relações sociais e o modo de produção – estes, sim, o autêntico *momento preponderante* do todo articulado. [...] “é claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica porque lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal” (PAÇO CUNHA, 2015, p. 156, grifos originais).

Aqui podemos reproduzir a afirmação lukacsiana de que o “momento predominante” se refere “a produção e reprodução da vida humana” (LUKÁCS, 2012, p. 336). Se este momento estrutura o todo concreto, ele é o momento *predominante*. Mas que fique claro que quando o autor de *O capital*, “diante [das] iterações reais, atribui a função de momento *predominante* ao modo de produção, [isso não se trata] de um praticismo ou de um utilitarismo economicistas.” (Ibid. 2012, p. 335-336).

A maneira pela qual os homens produzem a vida estrutura o todo concreto, isto é, constitui-se, nos termos de Chasin (2009), no “momento preponderante”; mas não se trata de uma relação causal, unívoca – reflexão tacanha acerca de mecanicismos entre estrutura e superestrutura –, menos ainda de uma relação que exalta a economia como fator que “em última instância determina os demais” desconsiderando, inclusive, as contingências históricas; mas como categoria que estrutura o todo concreto na medida em que recebe também as

ingerências dos demais complexos reais (o momento preponderante mediado). Desta forma, as leis existentes na realidade social – dadas as especificidades de cada caso concreto – confirmam-se como tendencialidades.

Portanto, as reciprocidades são as conexões reais estabelecidas pela relação autodeterminativa dos elementos do real que são transmutados em categorias captadas pela abstração, categorias estas que expressam os elos dos complexos pesquisados, e que, neste sentido, constituem as interligações, as relações, articulações reais. Tais relações – ao não se homogeneizarem – se autodelimitam tendo o real como parâmetro efetivo, e têm um momento preponderante que atua mediado por outros momentos distintos. Concluindo, o momento preponderante pode ser identificado através da escavação das relações efetivamente existentes entre as categorias, da escavação do complexo inquirido, através da descoberta da diferença essencial que tais categorias ou complexos assumem no interior de um todo ainda mais complexo, ou seja, no interior da própria realidade como totalidade, como complexo de complexos. (FORTES, 2008, p. 99-100). Neste sentido, a dialética é a própria lógica imanente das categorias na realidade mesma; a maneira pela qual elas emergem, desenvolvem-se, conformam-se, transmutam-se ou desaparecem. E é essa lógica própria da concatenação real, concreta, que parametriza e rege a cognição.

Talvez fosse necessário trazer mais exemplos acerca da compreensão das reciprocidades entre as categorias dos complexos examinados pela analítica marxiana. No entanto, a partir dos elementos que foram expostos, parece ser possível compreender que eles fazem parte das relações estabelecidas pelos entes, complexos parciais, objetos, elementos da e na realidade concreta. Todavia, sinalizamos que a tomada da dialética como *modo de pensar*, ou como modo de aplicação de um método universal *apriorístico* (CHASIN, 2009, p. 36), isto é, como logicismo, parece resistir em certas correntes marxistas, inclusive na atualidade. Entretanto, diversamente da compreensão da dialeticidade como “coisa da lógica”, pudemos constatar que se há algo de dialético retido pelo padrão de cientificidade marxiano é a dialética da própria realidade; isto é, a dialética é a lógica imanente do real. A partir das categorias compreendidas como “formas do ser, determinações de existência”, é que se constrói um padrão analítico de caráter “estatutário”, pautado no *ser-em-si* dos entes reais que existem independentemente de serem apreendidos intelectualmente. Esse novo padrão de ciência compreende a realidade por sua lógica imanente, sua própria dialeticidade.

Para finalizar, neste momento nos importa retomar algumas das questões postas na introdução desta dissertação. Desse modo, indicamos que o próximo capítulo objetiva (objetivo mais geral) demonstrar como se efetiva o movimento real de aproximação e interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, identificando aí possíveis problemas. No momento subsequente, trata-se de outra demonstração, qual seja, analisar a qualidade da retenção da dialética nas proposituras do chamado “Método-BH” e na dissertação de Marilda Villela Iamamoto. Neste último momento, nossas indagações se movem a partir da constatação de que o modo de apreensão da dialética impacta decisivamente na análise dos objetos inquiridos; em outras palavras, temos que a forma de “retenção da dialética [produz] [...] consequências”, para a análise do complexo faceado; (PAÇO CUNHA, 2015).

2 - O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA

A incorporação do padrão de ciência marxiano (e das análises marxistas⁵⁵) como forma de subsidiar as investigações do Serviço Social brasileiro só foi, efetivamente, possível com o amadurecimento da categoria profissional, e em um ambiente sociopolítico favorável. No cenário brasileiro, a gênese do Serviço Social é delineada por uma gama de determinações complexas que incidem tanto sobre sua forma de intervenção quanto em suas apropriações teóricas, ideológicas e culturais.

A profissão recebe ingerências teórico-ideológicas do Serviço Social europeu, influências doutrinárias da Igreja⁵⁶ Católica, interferências ideológicas e teóricas do Serviço Social norte-americano, para desaguar na complexa conjuntura autocrática que emerge em 1964 e se chocar com leituras problemáticas advindas de certas vertentes da tradição marxista. Todos imbricados, estes processos caminham num complexo contexto social de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista numa particularidade *periférica* do sistema – latino-americana e brasileira. É, efetivamente, na fase monopólica do capitalismo, com o cenário brasileiro inserido na complexa malha repressiva da *ditadura do grande capital* (IANNI, 1981), que o Serviço Social colide com *determinados* referenciais da tradição marxista.

No entanto, sabendo que este processo só pode ser explicitado com o máximo de determinações numa avaliação *a posteriori*, recorreremos aqui a uma análise histórica, diacrônica⁵⁷. Nela, intentaremos demarcar brevemente a gênese, o desenvolvimento, a conformação e as tendências de tal colisão. Ressalte-se: o presente capítulo tem como

⁵⁵ “Netto [...] diferencia claramente a “matriz marxiana” como conjunto de ideias elaboradas originalmente por Marx da “tradição marxista” (ou “marxismo”) que, é constituída por um leque diversificado de autores que se dedicaram, após a morte de Marx, a interpretar e a atualizar sua obra”. (SANTOS, 2012, p. 272, grifos do autor).

⁵⁶ “O neotomismo – base de Doutrina Social da Igreja Católica – influenciou o Serviço Social em sua origem [...] (BARROCO; TERRA, 2013, p. 43). “O neotomismo é retomado, nos séculos XIX e XX, da filosofia de Tomás de Aquino, teólogo do século XII, que construiu sua filosofia baseada nos princípios da teologia e nos fundamentos da filosofia de Aristóteles”. (Ibid. p. 43, em rodapé). Os fundamentos e valores pautados no neotomismo supõem a aceitação de princípios absolutos como a existência de Deus, como a ideia de uma essência humana a-histórica etc [...] “os valores adquirem um conteúdo universal abstrato: pertencem à natureza humana que emana de Deus. Assim, valores como pessoa humana, bem comum, perfectibilidade, autodeterminação da pessoa humana, justiça social são abstraídos de suas particularidades e determinações históricas, tornando-se referências para uma concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em concretude histórica” (Ibid. p. 44-45). Uma observação salutar é que doutrinarmos não se confunde com teoria social.

⁵⁷ Observe-se que não há apenas uma tese para explicar a gênese do Serviço Social (brasileiro). Além da que explicitaremos aqui, destacam-se, por exemplo, as concepções endógenas.

objetivo expor o movimento real da relação entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil até 1982⁵⁸.

2.1 – A gênese do Serviço Social

Não casualmente o Serviço Social brasileiro emerge num curto lapso temporal que se inicia nas primeiras décadas do século XX, quando algumas das refrações da “*questão social*”⁵⁹ se tornam mais claras frente ao Estado e face às elites diante do processo interno de desenvolvimento capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 125-135). Todavia, somente a partir de 1930 é que as parcas medidas assistenciais da filantropia privada – levadas a cabo, principalmente, por obras religiosas – serão substituídas pela “*profissionalização*” (e, logo, institucionalização) do Serviço Social. A profissão, para Iamamoto e Carvalho (2010) surgirá (e somente nas suas origens) “[...] como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social”. (Ibid. p.140). Mas Iamamoto (2012) advoga que o que realmente definirá a “*profissionalização*”⁶⁰ do Serviço Social será a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. “[...] ela [a “*profissionalização*”] não pode ser creditada nem à “cientificação ou aperfeiçoamento técnico da filantropia” levada a efeito por segmentos do bloco do poder, nem à mera incorporação das tradicionais formas de ajuda pelo Estado” (IAMAMOTO, 2012, p. 170, grifos do autor)⁶¹. Portanto:

O Serviço Social afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da “questão social”. É na implementação de políticas sociais, e, em menor medida, na sua formulação e planejamento, que ingressa o Serviço Social (IAMAMOTO, 2008, p. 203).⁶²

⁵⁸ É preciso evidenciar que as análises aqui empreendidas em alguma medida se afastam daquelas redigidas no primeiro capítulo. Estas últimas serão retomadas com mais afinco no terceiro capítulo desta dissertação.

⁵⁹ Para Iamamoto (2012) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”. (IAMAMOTO, 2012, p. 168).

⁶⁰ O termo “profissionalização” é utilizado na importante análise de Iamamoto (2012, p. 170).

⁶¹ Essa conclusão é reiterada por Netto (2011b).

⁶² Para observar a evolução de Iamamoto sobre a compreensão da “questão social”, ver Iamamoto (2008, 2012, 2013) e Iamamoto e Carvalho (2010).

Contudo, é preciso evidenciar que a inserção (na divisão social e técnica do trabalho) acima referida, mesmo provocando uma ruptura entre as origens do Serviço Social e seu processo de “*profissionalização*”, (além de alterações de monta em seu arcabouço teórico, ideológico e operativo) não acarreta uma completa cisão com certas formas de representação e de intervenção típicas de sua origem. (NETTO, 2011b)

É importante destacar também que as características incorporadas e assumidas pelas *pioneiras* do Serviço Social no Brasil como: autoritarismo, doutrinário, paternalismo, destituição e/ou minimização de bases técnicas etc., são traços importados do *Serviço Social Europeu*, especificamente de origem franco-belga, que marca sua ingerência entre 1930/1941 ou 1930/1945. No entanto, aproximadamente a partir de 1941, a essas características se somam as influências das escolas norte-americanas. As ingerências destas últimas escolas gestam uma progressiva tecnificação através de práticas curativas, preventivas, de reajustamento psicossocial à situação “normal”, dentre outras. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 215-234). Apesar da referida tecnificação, ambas as ingerências detêm como ponto convergente a manutenção da sociedade burguesa.

Passada a primeira fase que demarca as origens do Serviço Social brasileiro, isto é, a fase ligada à ofensiva promovida pela reação católica – e levada a cabo pela ação social do apostolado laico –, este movimento (político e hierático) é paulatinamente arrefecido. Entretanto, as escolas católicas que surgem na segunda metade da década de 1930⁶³ ainda serão encarregadas da formação dos quadros de assistentes sociais devido à crescente demanda do Estado que, a partir dos anos subsequentes, cria um progressivo mercado nacional de trabalho. Esta demanda estatal se relaciona, evidentemente, com as transmutações capitalistas pelas quais o país passa e, igualmente, pelas sequelas sociais decorrentes de tais transformações. Dada a ampliação das sequelas da *questão social* – desde a era Vargas e exponenciadas ainda mais – a partir do golpe civil-militar de 1964 e da implantação do regime autocrático burguês, expandem-se tanto as velhas instituições como nascem novas (públicas, privadas e, em menor medida, filantrópicas), fazendo crescer ainda mais, a demanda por assistentes sociais de modo a alargar seu campo de trabalho (uma vez que aquelas novas ou

⁶³ O primeiro espaço de formação técnica especializada de assistentes sociais emerge em São Paulo em 1932, com a gestação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Todavia, a primeira Escola de Serviço Social surge em 1936 em São Paulo (na atual Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)) (IAMAMOTO, 2013, p. 22, em nota de rodapé). Já no Rio de Janeiro a primeira escola de Serviço Social nasce em 1937 (hoje Pontifícia Universidade Católica/PUC- RJ), como parte do Instituto de Educação Familiar e Social, juntamente com a Educação Familiar e com a iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.181). Dentre outros, “Pernambuco (1940), Paraná (1944), Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte (1945) estão entre as pioneiras” (ALMEIDA, 2016, p. 83).

expandidas instituições públicas e/ou privadas, na maior parte das vezes, operam em articulação ou em função do surgimento e/ou crescimento de políticas sociais (e assistenciais estatais ou empresariais), trabalhistas, etc.). (NETTO, 2011a, p. 121-124). Por conseguinte, a partir da década de 1960 – precisamente neste período delineado pelo alinhamento do país ao capitalismo monopolista –, é que teremos o primeiro encontro do Serviço Social brasileiro (e, talvez, latino americano) com a tradição *marxista*.

Nesta pequena síntese acerca da gênese do Serviço Social, queremos apenas demonstrar sua emergência tendo como fundamento a sociedade capitalista que engendra condições elevadas de miserabilidade social e, ao mesmo tempo, impõe os condicionamentos (ou as mediações) necessários para a gestação de políticas sociais no sentido de administrar tais mazelas. Neste bojo, e levando em consideração inúmeras questões – desde as formas mais gerais do desenvolvimento capitalista, do desenvolvimento particular dos Estados nacionais etc, até os componentes mais endógenos presentes nas origens da profissão –, emergem distintos elementos que caracterizam o Serviço Social. Na sequência, cabe-nos trazer à tona a relação estabelecida entre o seu surgimento e a sociedade capitalista, a *questão social* e a política social. Posteriormente, explicitaremos alguns elementos mais singulares da realidade brasileira.

2.2 - Capitalismo monopolista, *questão social* e política social

No transitar do denominado capitalismo concorrencial ao monopolista, a intervenção dos Estados nacionais sobre as expressões da *questão social* adquire efetivas modificações. As legislações sociais e trabalhistas, de regulamentação da relação entre capital e trabalho, *tendem* a expansão à medida que aumentam os antagonismos produzidos pela lógica de valorização capitalista e quando as lutas dos trabalhadores são ampliadas para a arena sociopolítica. Principalmente em virtude das péssimas condições de vida e de reprodução – dada a voracidade do capital, e devido ao abandono dos ideais revolucionários da burguesia –, explodem as lutas operárias de que nos fora exemplar os *eventos* revolucionários de 1848, em vários países da Europa ocidental. Tais reivindicações cobram do Estado e da burguesia medidas para além da repressão – utilizada em larga medida por diferenciados governos e – legitimada pelo ideário liberal ortodoxo (NETTO; BRAZ, 2010, p. 171-175).

Além dessas reivindicações que delineavam a transição do século XIX para o século XX, o capitalismo vai adentrando em sua fase monopólica e inúmeros elementos em imbricação criam condições favoráveis ao questionamento daquele liberalismo ortodoxo levado a cabo em determinados países do “capitalismo central”. Dentre tais elementos, temos o surgimento de Partidos Operários e Comunistas, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da crise de 1929 (e a elevação dos índices de desemprego, etc.). Enfim, grandes movimentos de questionamentos da *ordem* sociopolítica se expandem por todo o mundo, além do cenário de grave crise econômica.

A saída capitalista a tal situação (que não se restringiu como única) foi a conjugação do que se denominou de pacto Fordista-Keynesiano, que demarcou os *anos dourados* do capitalismo (1940-1970). (Ibid. p. 192-195). Se o Fordismo estava essencialmente vinculado a modificações na produção e no consumo, então massificados, as políticas keynesianas foram gestadas por *determinados* Estados nacionais criando uma espécie de “*pacto social*” entre capital e trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 83). Para Montañó e Duriguetto (2010), na era dos monopólios, dentre outras, o

[...] Estado passa a se ocupar de *três tipos de funções*: 1) a *criação das condições gerais de produção* (meios de transporte, de comunicação, de serviço postal, legislação civil, constituição de um mercado e de um sistema monetário nacionais, desenvolvimento de um sistema educacional; 2) a *repressão às ameaças ao modo de produção e acumulação* (exército, polícia, sistemas judiciário e penitenciário); e 3) a *integração das classes subalternas e a legitimação da ordem* (mediante o desenvolvimento da lógica vinculante da democracia) e a reprodução ideológica da

classe hegemônica (através da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 162, grifos originais).

Como se pode notar na citação acima, na fase monopolista do capitalismo o Estado passa a ter uma intervenção mais ativa – nas palavras de Netto (2011b) – “[...] seja no nível dos investimentos, estimulando-os diretamente [...] como empresário capitalista em setores chave da economia [...], seja no tocante à reprodução da força de trabalho, desonerando o capital [...]” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 195). Portanto, o Estado detém um importantíssimo papel na “[...] conservação física da força de trabalho ameaçada pela exploração” (NETTO, 2011b, p. 26).

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. [...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho (Ibid. p. 30-31, grifos do autor).

É neste âmbito, porém na realidade brasileira (de modo particular) do início do século XX, que o Serviço Social nasce como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho⁶⁴ a partir de sua inserção na execução de atividades que têm funcionalidades reais, mas que (predominantemente) independem da intencionalidade dos seus agentes. Em outros termos, suas atividades são determinadas, preponderantemente, pela estrutura sócio-ocupacional definida (na e) pela divisão social e técnica do trabalho. Essa “*profissionalização*” só foi possível na medida em que houve uma *ruptura* com as bases da profissão tradicionalmente ligadas a instituições de cunho filantrópico-caritativo, dentre outras, como, por exemplo, a Igreja Católica. (NETTO, 2011b, p. 71-73). Nesta medida,

O agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho). (Ibid. p. 72).

Portanto, a condição de assalariado do profissional é engendrada pelo espaço que é construído na e pela sociedade burguesa sob a égide do capitalismo monopolista, “[...] a

⁶⁴ Esta tese é defendida na seminal análise de Iamamoto (em Iamamoto; Carvalho (2010)) em 1982 e reforçada em diversas de suas publicações posteriores, como no livro *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. “[...] a *profissionalização do Serviço Social ocorre, exatamente, quando ele rompe com [a] tradicional filantropia e dela se distingue – ao ser absorvido pelo aparato de Estado e segmentos patronais industriais na implementação de políticas voltadas à reprodução da força de trabalho e ao controle social das classes subalternas, o que viabiliza a constituição de um mercado de trabalho crescente para o assistente social*”. (IAMAMOTO, 2012, p. 320, grifos nossos).

profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais.”⁶⁵ (NETTO, 2011b, p. 74). Tais políticas necessitam de quadros técnicos para sua formulação e execução. Aqui é que se insere o assistente social em sua gênese profissional. Como um dos agentes requisitados a executar políticas sociais com vistas ao controle e preservação da força de trabalho. No entanto, essa requisição não elide, por si mesma, determinados padrões de intervenção e representação típicos de agências não estatais. As bases, ou nos termos de Netto (2011b) as “*protoformas*”⁶⁶, da profissão foram engendradas em outras instituições, logo, alguns padrões de intervenção e representação puderam perdurar nas “novas”. (Ibid. p. 74-75).

Concordando com a afirmação de que as políticas sociais são incapazes de resolver – erradicar – a *questão social*, Iamamoto (2012, p. 274-275) sinaliza⁶⁷ que elas também possibilitam a efetivação de direitos sociais; estes compreendidos como resultados de lutas históricas engendradas pelos trabalhadores e reconhecidas pelo Estado. Na medida em que as políticas sociais também se revelam como iniciativas da burguesia, como forma de antecipação aos inconformismos das massas, para a referida autora, “[...] o campo das políticas públicas e dos direitos sociais é, também, uma arena de acumulação de forças políticas e de lutas em torno de projetos para a sociedade no enfrentamento das desigualdades condensadas na questão social”. (Ibid. p. 275). A compreensão da necessidade da luta por

⁶⁵Subsidiando suas análises a partir de Netto (1989, p. 90-91), Tavares (2013) nos sinaliza que: “Há, segundo Netto, um “antagonismo genético” entre o pensamento de Marx e o Serviço Social, mas, ao mesmo tempo, os “quadros macroscópicos inclusivos e abrangentes da sociedade burguesa” lhes constituem um piso comum, sendo ambos “impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa”. Sob perspectivas diferentes, tanto o Serviço Social quanto o marxismo têm a “questão social” como substrato. Mas enquanto o Serviço Social “surge vocacionado para subsidiar a administração da ‘questão social’ nos quadros da sociedade burguesa”, a questão social é, para Marx, “um complexo absolutamente indivorciável do capitalismo”. (NETTO apud TAVARES, grifos originais). Neste (trecho do) texto, destacado por Tavares (2013), Netto (1989) afirma que o que há de comum entre o pensamento de Marx e o Serviço Social são os quadros em que ambos estão incluídos, ou seja, é na sociedade burguesa que tanto a obra marxiana quanto o Serviço Social estão postos tendo como fundamento essencial a “*questão social*”. “[...] para Marx, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da ‘questão social’ (Ibid. p. 91)”, já o Serviço Social surge para contribuir com a administração desta última. Para o referido autor, “na verdade [...] a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social”” (NETTO, 1989, p. 91). Portanto, conclui Netto (1989) que, a superação da “*questão social*” e da sociedade burguesa, provocará a anacronização tanto da teoria marxiana e da tradição por ela inaugurada, quanto do Serviço Social como profissão, posto que a superação da “questão social” exige o aniquilamento do próprio capitalismo. (Ibid. p. 91). Embora seja polêmica e relevante a discussão em torno do termo *questão social*, tendo vários autores discorrido sobre o mesmo, somente retornaremos a ele em algumas breves notas no terceiro capítulo da presente dissertação. Também chamamos a atenção quanto a utilização do termo “*profissionalização*” por Netto (2011b, p. 74).

⁶⁶ Iamamoto também utilizam o termo “*protoformas*” em (IAMAMOTO: CARVALHO, 2010, p. 140).

⁶⁷ Observe-se que aqui as asserções de Iamamoto (2012, p. 274-275) são críticas à tese do “*sincretismo e [d]a prática indiferenciada*”, presente em Netto (2011b).

direitos dentro no capitalismo se traduz na concepção de que as massas espoliadas necessitam de mínimas condições de sobrevivência. Negar direitos sociais e tê-los apenas como instrumentos de manutenção da sociedade capitalista, em nosso ponto de vista, não corrobora para a solução, nem amenização da pauperização exponenciada de grandes camadas de trabalhadores. Neste sentido, a luta anticapitalista não elide a luta por direitos. Luta esta que, por sua vez, também não elimina a opção por uma luta mais radicalizada⁶⁸, anticapitalista.

2.3 - Primeiras ingerências teórico-ideológicas

De acordo com Iamamoto (2013) as principais influências que incidem sobre o Serviço Social brasileiro em sua gênese têm ligação com *pensamento conservador*. A autora citada destaca alguns de seus traços:

Dentre as características do pensamento conservador [tem-se] [...] sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. [...] os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. [...] o indivíduo é [...] parte de unidades mais amplas dos grupos sociais básicos. [...] O ser mais profundo do homem é a sua individualidade e sua essência moral. Assim, a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações “externas” e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina. [...] *A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar*⁶⁹. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. (IAMAMOTO, 2013, p. 27-28, itálicos nossos).

As bases da profissão emergiram como parte de um movimento social mais amplo no seio da Igreja católica, um *movimento de reação e recristianização social*. Este movimento foi necessário para tal instituição, dado que a mesma havia perdido espaço e influência social desde os processos de laicização da sociedade e do Estado. Por consequência, houve a necessidade de um movimento de reação que, no Brasil, foi levado a efeito efetivamente a partir da segunda década do século XX⁷⁰.

No começo do referido século, com aguçamento das sequelas da *questão social*, as pressões reivindicativas dos trabalhadores exigiram posicionamentos e respostas por parte dos

⁶⁸ Aqui não há qualquer confusão entre direitos provenientes de outros ideários, como os liberais, e os reivindicar como marxistas e/ou comunistas. A questão é clara ao advogar a necessidade de políticas sociais que garantam a sobrevivência de camadas muito empobrecidas e que, por consequência, não conseguem ter o mínimo indispensável para a sobrevivência.

⁶⁹ A afirmação de que “*A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar*” recebe críticas – diretas ou indiretas – de Netto (2011a), de Coutinho (2011), e de Escorsim Netto (2011).

⁷⁰ Movimento que recebe instruções a partir das encíclicas papais, principalmente, da ‘*Rerum Novarum e da Quadragesimo Anno*’. (IAMAMOTO, 2013, p. 20-21).

distintos setores da sociedade e do Estado, mas majoritariamente – essencialmente – assumidos pela Igreja Católica. Esta última, como parte de seu *movimento de reação*, realizou ações pautadas por uma concepção própria de *questão social*, entendida como *questão moral*, *questão religiosa*, e logo buscou uma *terceira via* como alternativa tanto ao pensamento socialista (a Igreja se posicionava contra o movimento operário e também contra o sindicalismo autônomo influenciado pelo anarco-sindicalismo) quanto ao pensamento liberal; portanto, a saída encontrada pela Igreja Católica foi o *comunitarismo cristão*, com vistas à recuperação de privilégios junto ao Estado. (IAMAMOTO, 2013, p. 19-22, itálicos nossos). Até a década de 1920, a reação católica se movimentou no sentido de reunir forças intelectuais para combater, “no plano ideológico e político”, as manifestações do “[...] anticlericanismo, o positivismo e o laicismo das instituições republicanas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 144).

Neste bojo, Iamamoto e Carvalho (2010) asseveram que a profissão foi substancialmente demandada pelos grupos e frações das classes dominantes, se caracterizando, portanto, como uma imposição à classe trabalhadora⁷¹. Por outro lado, de acordo com os mesmos autores supracitados, as legislações sociais foram resultantes das pressões do “proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania” (Ibid. p. 127). Mas o que importa destacar aqui é que a requisição de tais serviços oscilou entre a caridade e a repressão sobre uma incipiente população operária que vegetava em péssimas condições de trabalho, de moradia nas cidades, em bairros insalubres e sem infraestrutura necessária para uma “vida digna” (Ibid. p. 125-132).

Segundo Iamamoto (2013), para além da mera caridade a intervenção dos agentes sociais também adquiriu sentido ideológico e político. Suas ações se materializaram no enquadramento dos trabalhadores à ordem social, objetivando um tipo de conciliação entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2013, p. 22-23). Neste sentido, de acordo com a autora citada, na época a profissão se legitima ao se efetivar como instrumento de “[...] dominação político-ideológica e da apropriação econômica”; no entanto, esta ação “essencialmente política” [e econômica] é obscurecida na medida em que se apresenta sob a forma “[...] técnico-burocrática e filantrópico-moralizadora”. (Ibid. p. 229). Revelando o caráter doutrinário e moralizador da profissão, para Iamamoto (2013), “[...] o Serviço Social emerge

⁷¹ “Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, *na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente*. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 126, itálicos nossos).

[...] como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho *reformista conservador*⁷². (Ibid. p. 23).

É neste contexto que o Serviço Social brasileiro começa a nascer pelo impulso de frações das classes dominantes vinculadas ao movimento católico leigo. A profissão emerge, portanto, não exatamente como uma mera “*profissionalização*” daquelas atividades do apostolado social e de suas práticas curativas. Se analisarmos mais a fundo, veremos que tal “*profissionalização*” foi provocada por certa ruptura com a filantropia, e tornada possível pela demanda estatal que amplia suas funcionalidades ao responder às necessidades colocadas pela dinâmica do capitalismo (em sua fase monopólica), mas na realidade nacional⁷³. No entanto, essa concepção não suprime a afirmação de que – nesse curto trânsito que vai do paulatino aguçamento das sequelas da *questão social* à gestação de políticas sociais estatais e de outras ações assistenciais de caráter empresarial (em menor medida⁷⁴) inserindo a profissão na “divisão social e técnica do trabalho” – em suas origens “*o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja como um dos desdobramentos do apostolado leigo*”. (Ibid. p. 22, itálicos nossos). Isto é, mesmo sabendo que o que determina, preponderantemente, a emersão do Serviço Social como profissão seja a *questão social* – aqui já sinalizada nos termos de Yamamoto (2012) – administrada, *principalmente*, através das políticas sociais do Estado capitalista, esse fato não desautoriza a constatação de que na particularidade brasileira a gestação da profissão tenha

⁷² O Serviço Social brasileiro emerge e se desenvolve nos marcos de um “estilo de pensar” e de agir na sociedade burguesa, no seio de um “movimento reformista conservador”. (IAMAMOTO, 2008, p. 219). Para Yamamoto “O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (melhoras); o reformismo progressista tende a suprimir um fato indesejável, reformando todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, pois, o reformismo progressista tende a atacar o sistema em seu conjunto, enquanto o reformismo conservador ataca detalhes particulares.” (IAMAMOTO, 2013, p. 27, em nota de rodapé).

⁷³ Via políticas sociais de cunho consensual/assistencial e/ou trabalhistas, como forma/meio de manutenção da força de trabalho e socialização dos custos da produção.

⁷⁴ Seguimos as análises de Mota (2010) que nos afirma que inúmeros autores situam o surgimento do Serviço Social na região Latino-americana entre 30/40 sob a égide do avanço do capital industrial e tendo como base ações da Igreja e de instituições de beneficência de caráter particular/privado. A caridade e a benemerência desses dois atores eram materializadas pela criação de equipamentos “orfanatos, abrigos, centros assistências etc.” (Ibid. p. 44). “com o desenvolvimento do capital industrial, no entanto, ainda que persistindo as formas assistenciais iniciadas pela Igreja e grupos abastados da sociedade, atendendo a prerrogativas técnicas, é alterado o panorama da assistência”. (Ibid. p. 45). Então “o Estado [...] (cria) serviços que se organizam em torno da assistência material, educacional, previdenciária, médica e sanitária, [...] requisitando os “profissionais de ajuda aos pobres”. (Ibid. p. 46). ***No Brasil, no caso das empresas, elas “não são consideradas tradicionais empregadoras de assistentes sociais, isto é, como participantes do rol de entidades que tiveram influência decisiva na institucionalização da profissão. Embora seja reconhecida a existência de experiências esparsas a partir dos anos 40, tanto no sul como no nordeste, é notório que a inclusão do Serviço Social na empresa se deve a conjunturas específicas, marcadamente a partir de 1960”***. (MOTA, 2010, p. 53, grifos nossos). Essa concepção de Mota parece ser corroborada por Netto (2011a, p. 121-123); ver também as notas de rodapé nº 18 e nº 19 em Netto (2011a).

como “pontapé inicial” a justaposição de ações privadas de frações dominantes materializadas largamente pelos agentes do apostolado laico. Referindo-se às ações caritativas e de origens confessionais que legitimavam suas ações mediante “imperativos de justiça”, temos a seguinte asserção:

Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social. O Estado passa a ser num certo lapso de tempo, uma das molas propulsoras e incentivadoras desse tipo de qualificação técnica, ampliando seu campo de trabalho, conforme estratégias estabelecidas pelos setores dominantes para o enfrentamento da questão social consolidadas em medidas de política social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 83).⁷⁵

Por estas vias, as ações levadas a efeito pelos primeiros agentes sociais são paulatinamente tecnificadas e amalgamadas a outras práticas, por exemplo: práticas preventivas, educadoras e individualizadoras, etc. (IAMAMOTO, 2013, p. 22-23). Em outros termos, nessa transição, as demandas dos profissionais no cotidiano de trabalho são caracterizadas pela busca da “[...] coordenação e tecnificação das obras assistenciais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 211). Partindo da ideia de tecnificação da assistência, da simples técnica *curativa* os assistentes sociais passam a atuar sobre as “problemáticas” sociais com fórmulas preventivas, passam a realizar pesquisas sobre a vida dos indivíduos buscando uma atuação “personalizada”, mirando um tipo de *reajustamento social*, mas tendo em mente que o sujeito deve aderir ao tratamento para que possa *ser integrado a uma situação normal*. Este modelo de organização e centralização das obras sociais ficou conhecido como Serviço Social de casos individuais e foi importado de *instituições sociais norte-americanas*. (Ibid. p. 211).

Gradativamente, a profissão passa por um processo de secularização e ampliação do seu suporte técnico-científico, principalmente, a partir de seu ingresso nas escolas⁷⁶

⁷⁵ No caso do surgimento do Serviço Social como profissão parece correto partir da constatação de que primeiro as mudanças ocorrem na produção, na sociedade, e depois, por várias mediações, são respondidas ou não pelo Estado. Nesse sentido, as práticas assistenciais filantrópicas e religiosas atendem a interesses econômicos e “nobres” de franjas dominantes e também da Igreja Católica. No entanto, ao que tudo indica o que determina com maior peso a “*profissionalização*” (e institucionalização) do Serviço Social são as relações de produção e reprodução capitalistas; fato que não prescinde de instituições estatais e também de instituições privadas, (políticas e serviços sociais) etc..

⁷⁶ Como assinalado, em 1932 nasce o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) – sob o controle da Igreja Católica – como necessidade de sistematizar e dinamizar as ações da filantropia das elites paulistas. O CEAS objetivava uma formação técnica e especializada através dos estudos da Doutrina Social da Igreja para fundamentar as ações das trabalhadoras sociais. Porém, a primeira escola de Serviço Social do Brasil surge efetivamente em 1936, também em São Paulo, com o esforço do CEAS e da hierarquia Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.168-176).

especializadas em Serviço Social, porém este ingresso se dá com a incorporação das “Disciplinas Sociais” pautadas pelo *pensamento conservador*, essencialmente sua vertente norte-americana. Nesta órbita intelectual, a profissão reforça e atualiza suas raízes pragmáticas. (IAMAMOTO, 2013, p. 24).

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificação dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao homem”. (IAMAMOTO, 2013, p. 24).

O lastro do Serviço Social com o *pensamento conservador* está posto tanto na gênese profissional quanto em seu desenvolvimento, conformando-se como um traço marcante que acompanha a profissão e que somente na segunda metade do século XX pôde ser efetivamente, radicalmente, questionado. Para, Iamamoto (2013, p. 24-25), esse lastro é guiado pelo *conservadorismo moderno*. Este último, para a autora, se constitui como uma forma singular, típica do pensamento e da experiência prática que são resultados da dominação social burguesa. Seguindo a linha interpretativa de Mannheim, a autora referida afirma que no mundo burguês o *tradicionalismo* ou o *conservadorismo moderno* que emerge se traduz em um contramovimento em oposição ao pensamento da “Ilustração”; o *conservadorismo moderno* ou o *tradicionalismo* que é retomado seria aquele – proveniente de algumas camadas sociais aristocráticas, pequeno-burguesas e mesmo camponesas que teriam ficado de fora do progresso capitalista – que reagiu ao racionalismo e às tendências da ilustração, isto é, aquele que ofereceu oposição ao pensamento com vistas à expansão da sociabilidade capitalista e às relações de troca quando estas já estavam estabelecidas⁷⁷. Assim, tal conservadorismo buscou resgatar características de um modo de vida do passado para inspirar suas interpretações já no contexto capitalista. Neste movimento, há, segundo Iamamoto (2013), um raptó ideológico que ao reinterpretar noções do passado procura, portanto, validá-las com o intuito de compreender um contexto histórico distinto daquele no qual foram engendradas tais noções. Para ela, estas últimas – noções do passado

⁷⁷ “Utilizando a técnica de análise de significações, Mannheim compreende o conservadorismo como um estilo de pensamento, um modo de conhecer e experimentar o mundo, que tem por base o destino dos grupos de classes sociais que são os seus portadores. O estilo de pensamento expressa, portanto, uma intenção básica, decorrente de um modo de vida. Enquanto ao *modo de vida capitalista corresponderia o estilo de pensamento racionalista*, o *conservadorismo expressaria um modo de vida pré-capitalista, subsistindo como contracorrente entre camadas sociais que permaceram “fora” do processo capitalista de racionalização: estratos camponeses, grupos pequeno-burgueses descendentes do artesanato e, ainda, nas tradições aristocráticas da nobreza*. As relações irracionais entre os homens são levadas para a periferia da vida dos indivíduos, em suas esferas privadas e para os grupos que vivem na periferia da nova sociedade.” (IAMAMOTO, 2013, p. 24-25, itálicos nossos, em nota de rodapé).

reinterpretadas em novo contexto – só adquirem validade para aqueles que visam obnubilar os antagonismos da sociabilidade do capital, dando ênfase apenas àquelas noções que favoreçam a coesão e a reprodução do sistema. Mesmo assim, para Iamamoto (2013), o *pensamento conservador* não se contrapõe ao capitalismo, pelo contrário, o pensamento racionalista e o conservador, apesar de suas diferenças, complementam-se e exprimem o mundo burguês justificando, portanto, a manutenção do sistema capitalista. É neste bojo que se evidencia a presença de características do *pensamento conservador nas Ciências Sociais*, características que não podem ser desconsideradas “[...] para a compreensão do Serviço Social, que nasce e se desenvolve embebido em ideias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador” (IAMAMOTO, 2013, p. 26-27).

Retomando algumas das análises de Nisbet, Iamamoto (2013, p. 28) ressalta que, para aquele autor, o *conservadorismo moderno*, como resultado das *Revoluções Francesa e Industrial*, marca ingerência sobre o pensamento sociológico⁷⁸ partindo das “ideias elementos”, donde a noção de comunidade⁷⁹ detém maior relevo; portanto a teoria sociológica incorpora o pensamento conservador e é permeada pela noção de comunidade. Neste sentido, segundo a autora citada, na hipótese de Nisbet (apud IAMAMOTO, 2013, p. 29), a sociologia norte-americana ao pensar a ordem social através questões relativas à integração/desintegração, ajustamento/desajustamento, mostra seus fundamentos mais profundamente ligados ao conservadorismo europeu do século XIX do que, propriamente, ao liberalismo do qual se reclama. (IAMAMOTO, 2013, p. 28-30).

Nesta altura da argumentação aqui empreendida, elenca-se a conexão entre a profissão e as matrizes teóricas e ideoculturais conservadoras. Matrizes estas que impactam decisivamente nas formas interpretar a realidade, a profissão, suas *pesquisas* e sua práxis-operativa no momento de sua “*profissionalização*”. Entretanto, é necessário frisar que, concomitantemente, o Serviço Social mantém uma série de características missionárias e doutrinárias de sua origem.

⁷⁸ “Considerando o conservadorismo moderno como fruto da Revolução Francesa e da Revolução industrial, Nisbet analisa sua influência no pensamento sociológico [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

⁷⁹ Para Iamamoto (2013, p. 28-29, em nota de rodapé), “a noção de comunidade é retirada a partir das ideias elementos que, para Nisbet formariam os elementos constitutivos da sociologia: comunidade, autoridade, sagrado, alienação e status. [...] Nisbet demonstra como a noção de comunidade está presente na teoria sociológica: em Comte, a sociedade é considerada a comunidade *in extenso*, ser supremo do culto positivista [...]. Le play introduz o estudo empírico substantivo da comunidade, através do estudo da família da classe trabalhadora [...]. A comunidade aparece também, como metodologia, em Durkheim, Simmel e Weber, tornando-se instrumento de análise da conduta reflexiva do ser humano [...]”.

Portanto, como pudemos observar, o Serviço Social nasce nesse quadro e, paulatinamente, “[...] passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir de 1940.” (IAMAMOTO, 2013, p. 30). Inserido na sociedade burguesa, o Serviço Social assimila, recupera, a noção retrógrada de comunidade como chave heurística para a compreensão da sua realidade atual; noção através da qual também procura conduzir seu projeto profissional. (Ibid. p. 30). Ainda é preciso lembrar que com a análise da sociedade pautada na noção de comunidade e tendo na solidariedade a base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social também se liga à “filosofia social humanista cristã” e, concomitantemente,

[...] aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. [...] enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base aristotélico-tomista. (IAMAMOTO, 2013, p. 31-32)

Para a autora acima referida, tal “arranjo teórico-doutrinário-operativo” possibilita a manutenção do “seu caráter missionário”, porém atualizando suas marcas originárias. Permite também que o Serviço Social absorva componentes técnicos exigidos pela modernização do Estado e da sociedade. Esta situação gesta um paradoxo entre os fins expressamente objetivados pelos profissionais e os resultados reais de sua prática, ou seja, se por um lado, determinadas volições, teleologias subjetivas dos profissionais são arrimadas em uma concepção que visa preceitos de “dignidade”, “perfectibilidade humana”, contra a radicalização da miséria social, dentre outros, por outro lado, estes mesmos ideais são negados pela própria ação prática tecnificada (pragmática), direcionada para manutenção da ordem social geradora das desigualdades. Todavia, o que importa remarcar aqui é que os efeitos da prática profissional fundamentalmente não se alteram, pois corroboram para a manutenção *do status quo*. É notável que, mesmo admitindo as mazelas sociais como engendradas pelo capitalismo, “[...] não se coloca em questão as razões históricas dessa exploração”, mas, busca-se uma conciliação, uma reforma do homem e não o questionamento do sistema capitalista. (IAMAMOTO, 2013, p. 32). Munido dessas influências, o Serviço Social pensa sua intervenção concebendo a família como a “célula básica” da sociedade; atua por um viés educativo no trato com as famílias operárias no sentido de *reintegrar seus membros desajustados à “sociedade normal”*; já em suas pesquisas, na classificação da clientela em sua prática profissional, destaca-se a tendência “empirista e pragmática” em que

os dados da imediatividade cotidiana orientam a ação. (IAMAMOTO, 2013, p. 33-34). Nas palavras de Netto (2011b, p. 76).

Emergindo como profissão a partir do background acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. *Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador*, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do “progresso” (donde a funcionalidade da perspectiva “pública da intervenção”) – desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. (NETTO, 2011b, p. 79, *itálicos nossos*).

Para Netto (2011b), as indicações acerca da ligação do Serviço Social com o pensamento conservador e com as influências do catolicismo romano, apesar de serem pertinentes, ainda se mostram insuficientes⁸⁰ para desmistificar as influências ideológicas das quais a profissão é legatária. Neste sentido, o autor referido propõe aprofundar a discussão rumando para a gênese e desenvolvimento do Serviço Social em um espaço e tempo distintos e anteriores ao quadro Brasileiro. Para tanto, Netto (2011b) trata do Serviço Social europeu e do Serviço Social norte-americano, pois, como já exposto, ambos possuem traços que foram incorporados pelo Serviço Social brasileiro.

O referido autor defende a tese da existência de um *sincretismo ideológico* (mas não só⁸¹) que rebate sobre as origens da profissão e que se estende até o final da Segunda Guerra Mundial. Para desmistificar tal processo, o autor referido julga imprescindível realizar uma diferenciação entre a herança cultural de influência europeia e o que chama de “caldo de cultura” norte-americano. Ambas as vertentes ideológicas, para o autor citado, registram como traço comum e de grande importância *a adesão do ethos burguês*, sendo, portanto, funcionais à ordem burguesa (NETTO, 2011b, p. 108-110). Porém, Netto (2011b) nos chama a atenção para as diferencialidades entre estes legados⁸².

⁸⁰ “Não há dúvidas de que, numa aproximação genérica e abrangente, este enfoque tem calços na realidade. Mas a sua insuficiência é flagrante, devida em grande parte à sua generalidade: deixa de distinguir as modificações que o arcabouço ideológico tem nas próprias origens profissionais do Serviço Social, as ocorrentes em momentos diferenciados da sua evolução e, mais ainda, perde de vista que a remissão quase exclusiva à Doutrina Social da Igreja é inepta para dar conta da evolução profissional [...] nos países de tradição protestante, além de não oferecer elementos que permitam compreender a incorporação de componentes ideológicos ausentes no referencial cultural original do Serviço Social”. (NETTO, 2011b, p. 108-109).

⁸¹ A crítica acerca da tese do “sincretismo e da prática indiferenciada” presente em Netto (2011b) pode ser encontrada em Iamamoto (2012, p. 264-282). Ambos os textos não são analisados na presente dissertação.

⁸² “As grandes determinações que vinculam a ambos numa mesma e ampla perspectiva teórico-cultural – a do *pensamento conservador, com seu medular positivismo e seus traços pragmáticos e empiricistas* – não podem subsumir a diferencialidade efetiva que as peculiariza”. (NETTO, 2011b, p. 115, *itálicos nossos*).

A influência europeia é sintetizada através de características retomadas essencialmente da França. No solo europeu, o desenvolvimento do Serviço Social, para o autor citado, está estaria ligado a três importantes fenômenos: a “[...] *uma traumática herança de experiências revolucionárias, a forte presença de uma cultura social restauradora e [a]o peso específico da tradição católica*”.⁸³ (Ibid. p. 110, itálicos nossos); essas características são diferentes do quadro norte americano⁸⁴; entre tais legados, a diferença essencial:

*“[...] reside [...] na apreciação do desenvolvimento capitalista. O caldo cultural europeu estava travejado nitidamente por um viés anticapitalista para o qual concorriam as experiências revolucionárias e os valores católicos; as matrizes que comparecem no caldo cultural norte-americano ignoravam este viés, mesmo nas suas vertentes mais radicais. A crítica sócio-cultural, na Europa, era obrigada a pôr em questão aspectos da socialidade burguesa; na América, o tipo de desenvolvimento capitalista não conduzia a crítica a checá-lo. No período que estamos enfocando, a síntese dessas diferenças pode ser resumida da seguinte maneira: nas fontes ideológicas das protoformas e da afirmação inicial do Serviço Social europeu, dado o anticapitalismo romântico, há um vigoroso componente de *apologia indireta* do capitalismo; nas fontes norte-americanas, nem desta forma a ordem capitalista era objeto de questionamento.”* (NETTO, 2011b, p. 115, grifos nossos).

Tal diferenciação influencia na forma como os atores da profissão pensam suas formas de atuação, tanto num direcionamento mais *reformista restaurador* – tracejado pelo irracionalismo num universo anticapitalista romântico, de características antiestatais, etc., (no

⁸³ Sobre o primeiro fenômeno, o autor discorre brevemente sobre as mobilizações camponesas desde a baixa Idade Média, passando pelas experiências revolucionárias (com exceção da Inglaterra de 1640 e 1688) que têm como ponto decisivo o lapso temporal que se registra entre 1789 e 1848, demarcando os conflitos da modernidade, as lutas protagonizadas entre burguesia e proletariado e o desfecho brutal, reacionário e antidemocrático da burguesia. O segundo fenômeno, “o caldo cultural restaurador”, resulta do encaminhamento da Revolução Francesa e ganha forças no período subsequente proporcionando um conjunto de legitimações à ordem burguesa. (Dentre os elementos que aqui conferem ingerências: o componente restaurador – de Burke e de inspiração católica –, “[...] da tradição republicana de direita, [...] laica” (Ibid. 112), e, por fim, do positivismo francês, marcadamente influenciado pelo conservadorismo sociológico e por concepções espiritualistas. A junção destes elementos dará força ao projeto burguês que resgatará o neotradicionalismo para o fortalecimento de correntes direitistas no século XX). O terceiro, mas não menos importante fenômeno: *a tradição católica* desenvolve uma vertente do catolicismo social; nesta vertente evidencia-se o “anticapitalismo romântico” como um de seus elementos que será incorporado pelo Serviço Social francês em suas origens. (NETTO, 2011b, p. 111-112-itálicos nossos).

⁸⁴ “o panorama norte-americano é estrutural e qualitativamente diverso”. (NETTO, 2011b, p. 113). Segundo Netto (2011b, p. 113), neste último as experiências revolucionárias não tinham tanto peso histórico, pois a inexistência de instituições pré-capitalistas permitiu um desenvolvimento capitalista sem empecilhos e a única questão mais latente era a escravatura. “O drama da guerra civil, apesar de sua magnitude, foi logo ultrapassado: a partir de 1865-1870, o desenvolvimento capitalista ganha uma aceleração inédita, num ciclo expansivo que só se esgotará na segunda década do século XX. É no imediato pós-guerra civil que se engendram as condições culturais elementares que, na virada do século, permearão as protoformas do Serviço Social. Estas condições expressam com fidelidade a atmosfera de então: à ausência de uma herança revolucionária traumática e ao vigor do desenvolvimento capitalista somam-se os embriões do que virá a ser o movimento reformista, constituindo-se nos *anos progressistas* (1900-1919). Tais condições, sumária mas inteligentemente analisadas por Coser [...], assinalam a emergência de um bloco ideológico em que se fundem o fervor moral evangélico e a reflexão sobre a ordem social. A inexistência de um fluxo católico significativo neste caldo cultural retira à sua dimensão filantrópica qualquer matiz arcaizante e, ao contrário, adéqua-a, como quer a interpretação weberiana, ao individualismo liberal e ao espírito do capitalismo”. (Ibid. p. 114, itálicos originais).

caso do legado europeu) – quanto numa direção que, recebendo influxos reformistas modernizadores (da herança norte-americana), advoga uma intervenção profissional que objetiva certa integração social à ordem, a adesão às malhas estatais onde se adéqua funcionalmente; uma profissionalização para o atendimento das requisições técnicas exigidas e que aceita, “tranquilamente”, apropriar-se do “sistema de saber” (arcabouço, suporte ou “embasamento teórico”) referenciado pelas ciências sociais (Ibid. p. 116-117).

Todavia, para Netto (2011b), embora houvesse um sincretismo pré-existente na origem e desenvolvimento de cada uma dessas vertentes (europeia e norte-americana), é somente em meados de 1930 que se inicia uma interação entre ambas. Interação essa que ocorre num momento em que tais tradições já possuem diferenciações em relação à sua própria gênese e desenvolvimento⁸⁵. (Ibid. p. 120).

“Se o *‘rompimento com o evolucionismo e a voga psicologista’* desobstruíram as vias, na tradição norte-americana, para a interação com a tradição europeia, nesta o componente que favoreceu o processo foi a afirmação *‘neotomista’*. A década de trinta já registra, na América do Norte, os primeiros resultados da interação: novos valores e nova fundamentação se apresentam para a prática profissional do Serviço Social, extraídos do *‘arcabouço neotomista’*. E os influxos, naturalmente, foram de mão dupla, *a tradição europeia abriu-se às técnicas e ao procedimentos já desenvolvidos pelos norte-americanos.*” (NETTO, 2011b, p. 126, grifos nossos).

Para o autor citado, a partir de 1940, este sincretismo será incorporado acriticamente ao desenvolvimento profissional: “[...] deu-se por suposto que os referenciais axiológicos, *independentemente do arsenal heurístico e dos procedimentos operatórios*, é que garantiam a legitimidade, a orientação e o sentido da intervenção [...]” (Ibid. p. 126-127, itálicos do autor). E isso se colocou de modo particular na realidade brasileira. (Ibid. p. 127, em nota de rodapé). No entanto, esta realidade será marcada por profundas modificações sociopolíticas e

⁸⁵ Segundo o referido autor, na vertente norte-americana, por exemplo, a concepção evolucionista spenceriana se mostrava dissolvida, o resultado da Era Progressista parecia insignificante, havia um descrédito da ideia de progresso, dentre outras diferenciações (NETTO, 2011b, p. 120-121). Contraditoriamente, neste período, influenciada pela psiquiatria e pela psicanálise surge um movimento que tende a psicologizar o projeto profissional; este movimento aliado a um catalisador, “[...] o personalismo norte-americano” (Ibid. p. 122), facilita a imbricação com a tradição europeia ao dar ênfase em problemáticas individuais e morais. Nota-se, segundo Netto (2011b), que o centro do pensamento personalista norte-americano “[...] é um sistemático combate ao materialismo, ao evolucionismo e ao racionalismo [...]” (Ibid. p.123). Por outro lado, nos afirma Netto (2011b) que, na tradição europeia, as modificações também foram de monta, a começar pela *retomada da herança de Tomás de Aquino, estimulada pela hierarquia católica liderada por Leão XIII*; com o neotomismo e a Doutrina Social da Igreja mesclados, a Igreja realiza – sem perder seu conservadorismo tradicional – um movimento de reação, de preparação para fazer frente às incontáveis mudanças no cenário mundial, dentre elas: o desenvolvimento da ciência e da filosofia, *‘a laicização de instituições burguesas’*, a ascensão do movimento operário de influencia marxista, etc.). Dentre outras distinções referentes à tradição europeia, a Igreja católica apontava para *‘a legitimação da intervenção social e política deslocando da ideia de uma intervenção puramente filantrópica e já admitindo intervenções tecnificadas sobre as problemáticas sociais’*; neste momento cabe assinalar que o espaço para o irracionalismo passa por um processo de redução. (Ibid. p. 124 -126, grifos nossos).

econômicas a partir da transição para os anos 1950 e 1960. Neste bojo, o Serviço Social será redimensionado gradativamente (observe-se o desenvolvimento de comunidade) – a despeito da manutenção do sincretismo antes consolidado.

Mas além da tese do sincretismo ideológico, o referido autor também se propõe a aprofundar a reflexão acerca dos arrimos teóricos da profissão, dessa forma, Netto (2011b) procura sustentar também a tese da existência de um “*sincretismo teórico*” presente no Serviço Social em determinado período da história. Em outros termos, Netto (2011b, p. 132-145) analisa o “sistema de saber”, ou o “embasamento teórico” (Ibid. p. 70), com o qual a profissão ancora sua legitimação prática e suas representações.

De acordo com nossos objetivos neste texto, sinalizamos para uma das conclusões do autor citado. Precisamente aquela que constata o Serviço Social como um *receptor* dos produtos e subprodutos do desenvolvimento das *ciências sociais*⁸⁶. Estas últimas (amarradas à vertente positivista) concebidas como subsidiárias para a formação do assistente social. No entanto, dada a insuficiência daquela recepção (dos conseqüências/produtos das ciências sociais) frente às demandas interventivas e profissionais, o Serviço Social se viu compelido a *engendrar uma sistematização daqueles contributos*; o que Netto (2011b, p. 146) afirma ser a construção de um “*sistema de saber de segundo grau*” gestado graças à acumulação das contribuições das ciências sociais. Contudo, até a década de 1960, este “*sistema de saber*”, para o autor referido, traduziu-se não como síntese, mas como “*um agregado de produtos das ciências sociais*”, portanto, um sistema de saber sincrético com visível ecletismo. (Ibid. p. 147-148, itálicos nossos).⁸⁷ A argumentação do autor segue o seguinte raciocínio.

Netto (2011b) afirma que a vertente europeia do Serviço Social foi a mais resistente em aderir aos influxos das ciências sociais, porém, com o passar do tempo, aquela resistência

⁸⁶ Neste ensaio, Netto (2011a) utiliza o conceito de ciência social remetendo-o ao positivismo. O autor citado sustenta que a matriz positivista (e suas derivações: funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo – derivações entendidas como faces neopositivistas) dá forma às ciências sociais e, portanto, tal fato justifica sua remissão – do autor –, a denominando de ciências sociais. (Ibid. p. 132-133). Para Guerra (2011), Émile Durkheim – sob influência de outra figura notável do positivismo, Comte, – é um dos mais importantes representantes da sociologia positivista.

⁸⁷ Desse modo, o autor constata que as elaborações teóricas ou formal-abstratas do Serviço Social são essencialmente ecléticas devido à sua filiação teórica e às suas respostas profissionais que demandavam a construção de um “sistema de saber de segundo grau” adequado a sua intervenção; as representações e as práticas da profissão são subsidiadas através do recurso às ciências sociais e aos seus produtos que, segundo o referido autor, nem sempre se compatibilizavam com o novo contexto no qual eram reinseridos. “Desta forma, a psicologia do ego se imbrica com uma teoria do equilíbrio social, a psiquiatria se engrena com uma teoria dos microsistemas sociais, a psicanálise se articula com a dinâmica dos pequenos grupos, a teoria funcionalista da mudança social se sintoniza com os esquemas dualistas em economia etc.” (NETTO, 2011b, p. 147-148).

foi reduzida e o Serviço Social se mostra permeável principalmente a dois elementos do funcionalismo de Émile Durkheim: a “*reacionária visão do sistema da divisão social do trabalho e a sua peculiar teorização sobre o normal e o patológico na vida social*”⁸⁸ (Ibid. 144, grifos nossos). Como elementos retirados de seu contexto originário, o Serviço Social com eles (elementos do funcionalismo durkheimiano) opera através de um ponto de vista “ainda mais restaurador e moralista do processo social” (Ibid. p. 144). Entretanto, de acordo com Netto (2011b), após a Segunda Grande Guerra novos rebatimentos das ciências sociais atingem o Serviço Social Europeu. Rebatimentos, decorrentes de uma interação com a vertente norte-americana do Serviço Social e do processo de desenvolvimento das ciências sociais no solo europeu e Inglês.

Por outro lado, ao se gestar concomitantemente ao processo de desenvolvimento das ciências sociais, para Netto (2011b) a *perspectiva norte-americana* do Serviço Social se engendra no seio de uma sociologia em vias de institucionalização, e o trabalho profissional, aqui, é regido pela ideia de “ciência social sintética aplicada” (Ibid. p. 145). A partir de 1930 com a imbricação entre esta última vertente e aquela [a europeia], o Serviço Social norte-

⁸⁸ Não nos cabe aqui recuperar o pensamento de Durkheim. Porém, aludimos sinopticamente que, de acordo com Guerra (2011), nessa matriz teórico-metodológica, em linhas gerais, o modo de análise dos fenômenos das ciências da natureza pode ser estendido às análises da sociedade. Essa última é vista como um organismo funcionalmente integrado, um todo articulado por partes, onde cada órgão se posiciona de forma independente das funções que desempenha. O objeto de sua ciência são os fatos sociais, construídos a partir da realidade empírica; o fato social é visto como um modo social de agir capaz de *engendrar uma coerção externa sobre o indivíduo*, como algo que lhe é “exterior, anterior e superior” e que se materializa através de instituições. (Ibid. p. 57-59). Essa coerção permite conceber uma dada evolução humana naturalizada, coerção que serve, portanto, de fundamento para a manutenção da ordem social uma vez que *os indivíduos expostos a ela não podem resistir, restando-lhes a adaptação*. Na divisão especializada do trabalho, a sociedade poderá ser concebida “[...] como um todo integrado de funções que emergem das próprias necessidades dos sistemas” (DURKHEIM apud GUERRA, 2011, p. 62). Ao referir-se ao conservadorismo durkheimiano, Scorsim Netto (2011) cita a famosa passagem presente em *As Regras do Método Sociológico*. “Nosso método nada tem de revolucionário. Até, em certo sentido, é essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por dúctil e maleável que seja, no entanto não é modificável segundo a vontade dos homens”. (DURKHEIM apud SCORSIM NETTO, 2011, Ibid. p. 54, em rodapé).

Para Netto (2011b), “o nervo da reflexão durkheimiana pode corretamente ser localizado na questão do controle social – é então que a sua modalidade de psicologização das relações sociais aparece inteira: a essência de um tal controle, efetivo e operante, encontra-se na *esfera moral*. A sua imposição, todavia, carece do viés descaradamente especulativo do seu predecessor [Netto se refere a Comte (e sua “metafísica positiva”)]: Durkheim insere o seu moralismo num quadro mais sofisticado do que o das petições de princípio. Por um lado, com o mais direto apelo à naturalização da sociedade, considera eternos e a-históricos certos mecanismos básicos que determinam a estratificação social que tem sua culminação na sociedade burguesa; de outro, dado o seu antiliberalismo, sustenta que as tensões e conflitos derivados daqueles mecanismos podem ser equacionados pela construção coletiva de *normas*, que, introjetadas nos indivíduos, reduzem os comportamentos sociopáticos – normas decididamente morais. A função (aliás, Durkheim é o primeiro a usar este termo com rigor) da moral, compulsoriamente constrangedora, é justamente garantir a vigência dos comportamentos “normais” e, universalizada, sancionar a classificação da sua variação como desvio sociopático.” (Ibid. p. 47-48).

americano é marcado pela especialização que dominava as ciências sociais. (Ibid. p. 144-145). Sintetizando, ambas as vertentes se imbricam no final da primeira metade do século XX.

A partir destas observações, para o autor acima citado, o Serviço Social será marcado como um receptor dos produtos de tal desdobramento, e “se beneficiará também enquanto chancelados pelo estatuto “científico” do meio de que provinham”. (Ibid. p. 145). Desse modo, compreende-se que as ciências sociais foram concebidas como subsidiárias para a formação profissional, porém, tal formação, situando-se como desembocadura das produções das ciências sociais, acabava por se vulnerabilizar, pois tanto “lhe atrofiava a capacidade crítica para sopesar a natureza, a funcionalidade e o sentido daquelas produções, cujo processamento se lhe escapava”, quanto “porque ficava à mercê dos movimentos institucionais que conferiam ou não àquelas produções a chancela da cientificidade” (Ibid. p. 145)⁸⁹.

Entretanto, a condição de desaguadouro/receptáculo dos produtos das ciências sociais e revelou insuficiente para subsidiar a profissão, uma vez que aquele arsenal se mostrou exíguo frente às necessidades (interventivas) profissionais dos assistentes sociais. Assim, emergiu outro aspecto importante da relação profissional com as ciências sociais, qual seja: “o de soldar”, de algum modo, “esses contributos externos num quadro de referência minimamente articulado e estável – uma espécie de *sistema de saber de segundo grau*, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das ciências sociais” de acordo com as “necessidades da própria profissão” (Ibid. p. 146). Neste ponto, o autor demarca o caráter ativo da profissão frente à sua matriz teórica (“as ciências sociais de extração positivista”). Da fundação de “sistemas de saber de segundo grau”, porém, emergem outras problemáticas de monta (inclusive não solucionadas). Acerca dessas, Netto (2011b) se refere com mais afinco ao problema da:

[...] construção de um sistema de saber de segundo grau à base de produtos das ciências sociais que, em suas relações recíprocas, registravam ampla assimetria – nos seus procedimentos teóricos, nos seus tratamentos técnicos e nas suas operações analíticas. O sistema de saber de segundo grau, compulsoriamente unificador, não podia revelar-se uma *síntese* – era necessariamente um *agregado*, tanto em função dos materiais que combinava quanto em razão das exigências profissionais (do Serviço Social) que o comandavam. Ergue-se, pois, um sistema de

⁸⁹ A partir da consolidação de tal relação *receptora*, uma consequência de monta está no “eixo de apreciação e crítica dos subsídios” recebidos. (NETTO, 2011b, p. 145): o que os legitimava assentava-se no “sistema de saber de onde se desprendiam” e não na sua validade ou veracidade. Assim, constata-se o desaparecimento da “verificação da validade daqueles subsídios”. Por consequência, o Serviço Social, inúmeras vezes, fora marcado por efêmeros *modismos intelectuais*, valorados “cientificamente” nas academias. Outra consequência é a própria consolidação do *praticismo* na intervenção profissional. (Ibid. p. 145).

saber que, de segundo grau, é eminentemente *sincrético* – e, na elaboração do saber, o sincretismo é a face visível do ecletismo: ou, se se quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do *seu* (de segundo grau) sistema de saber. (NETTO, 2011b, p. 147, itálicos originais, grifos nossos).

É por estas vias que Netto (2011b) aponta para o *visível ecletismo* nas elaborações formal-abstratas (na “teorização”) do Serviço Social. Traço que decorre da sua filiação teórica, e da articulação própria que engendra na medida em que formula o seu “*sistema de saber de segundo grau*”, corolário da necessidade de orientação para a prática profissional. Então, constata-se: o acúmulo construído em décadas de institucionalização da profissão recorre, reiterativamente, “a diferentes ciências sociais, com o recurso a componentes nem sempre compatíveis com a moldura em que são inseridos, para subsidiar práticas e representações que desbordam o limite de cada uma”⁹⁰ (Ibid. p. 147). Por fim, a possibilidade de ultrapassagem do “sincretismo teórico” é sinalizada pelo autor. Tal questão emerge efetivamente a partir de 1960, no bojo do processo reconceitualizador⁹¹.

O conjunto argumentativo de Netto (2011b), além de nos mostrar alguns dos passos do Serviço Social europeu e norte americano [EUA e Canadá], nos possibilita enxergar com mais clareza a imbricação daqueles influxos teóricos e ideológicos e sua incorporação pelo Serviço Social brasileiro. Embora complexo, o ecletismo – teórico-ideológico-cultural – que permeou a profissão em suas origens e desenvolvimentos iniciais pôde ser minimamente delineado pelos autores aqui referenciados.

Contudo, ainda nos é permitido demarcar que as notas redigidas por Iamamoto (2013) acerca do pensamento conservador recebem críticas de alguns autores como, por exemplo,

⁹⁰ Para Netto (2011b), até 1960, o principal das elaborações formal-abstratas da profissão revela que a denominada “teorização do Serviço Social” desenvolveu-se essencialmente em duas linhas: “*ou a constituição desse saber de segundo grau, com o ecletismo operando elementarmente, ou a sistematização da prática profissional, conforme cânones interpretativos subordinados imediatamente às ciências sociais e imediatamente ao referencial ideológico do horizonte profissional*”. (Ibid. p. 148).

⁹¹ Neste momento “A hipoteca do Serviço Social ao sistema de saber das ciências sociais de extração positivista foi largamente denunciada e não se poupam críticas ao lastro eclético da sua teorização”. (Ibid. p. 148). Ainda para Netto (2011b) o Serviço Social jamais pode pretender-se a “uma construção teórica específica”. Nestas trilhas, para o referido autor, mesmo que se libere da tradição positivista e do pensamento conservador, o Serviço Social manterá seu estatuto de atividade que responde a demandas “prático empíricas” – obviamente que no quadro da divisão social e técnica do trabalho. Dessa forma, se interdita a possibilidade de pensar uma profissão como “núcleo de produtor teórico específico”, o que, todavia, não elide a possibilidade da produção teórica por parte dos profissionais; “Em síntese: a ultrapassagem do sincretismo teórico – que se expressa no viés do ecletismo – no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional. Todavia, a superação do ecletismo teórico implica a interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada à sua intervenção prático-profissional”. (NETTO, 2011b, p. 149-150).

Escorsim Netto (2011). Mas o próprio conservadorismo sob a lente da *sociologia* também é criticado. De acordo com Coutinho (2011), por exemplo, o pensamento conservador moderno efetivamente nasce no movimento de reação ao iluminismo e, particularmente, aos corolários da Revolução Francesa. Contudo, segundo o mesmo autor, a forma pela qual o conservadorismo é tratado pelo pensamento sociológico – Nisbet, Mannheim e Gouldner – tem seus méritos, mas é insuficiente porque “não supera o ponto de vista particularista e limitado que é próprio da sociologia”. (Ibid. p. 9). Já para Escorsim Netto (2011), a análise de Yamamoto padece de óbvios limites.

Limites [estes] derivados do fato de Yamamoto, cujo referencial teórico é claramente marxista, não recorrer a ele para a análise do pensamento conservador (aqui, sua remissão a Lefebvre é incidental), – ela repete, a errônea tese segundo a qual a (Ibid. p. 30) “mentalidade conservadora [*sic*] não possui predisposição para teorizar” (ESCORSIM NETTO, 2011, grifos originais).

A autora referida ainda elogia os avanços obtidos por Yamamoto (2013) e Netto (2011b), porém assevera que ambos apresentaram análises insuficientes, uma vez que não objetivaram esgotar a reflexão acerca do conservadorismo. (Ibid. p. 33).⁹²

Para finalizar, indicamos apenas que essa curtíssima digressão contribui somente para que possamos compreender o que mais à frente explicitaremos como o *processo renovador* do Serviço Social, e para deixar evidente o giro que a profissão realizou rumo ao pensamento marxiano/marxista na realidade brasileira do terço final do século XX.

⁹² Para Escorsim Netto (2011), a obra de Edmund Burke é fundante do conservadorismo (Ibid. p. 44), “nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao *paradigma francês da revolução burguesa*); nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a *qualquer revolução* – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário”. (Ibid. p.49). A “função social do pensamento conservador” sofre um giro notável: ele perde parte dos traços antiburgueses. (Ibid. p. 51). “[...] o conservadorismo vai dar as mãos ao positivismo e, no pós-48, fundando as modernas ciências sociais, tornar-se-á um importante componente da cultura burguesa no *período da decadência (Lukács)*”. (Ibid. p. 52). Segundo Souza (2015) “Certos princípios do conservadorismo clássico vão ganhar dimensão “científica” com as sociologias de August Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917). Ao receber a chancela da “ciência”, valores da tradição conservadora são elevados a conceitos. Ideias conservadoras clássicas acerca das relações entre indivíduo, Estado e sociedade, passam a receber o anteparo da solidariedade orgânica, da harmonia e da coesão social”. (Ibid. p. 5) “O positivismo impulsionou o sistema de ideias conservador, ao mesmo tempo em que o modificou, pois estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade”. (Ibid. p. 5).

Para uma rápida análise sobre determinadas “*críticas marxistas ao conservadorismo*” – especificamente: Herbert Marcuse, Georg Lukács e, talvez com algum ecletismo, Michel Lowy (vide as ingerências weberianas) – , ver Escorsim Netto (2011, p. 109-150).

2.4 - A colisão com o marxismo na América Latina e a erosão do tradicionalismo profissional

É a partir da segunda metade do século XX que se inicia um processo conhecido – no interior da categoria profissional dos assistentes sociais – como “crise, ou erosão do Serviço Social tradicional”⁹³; processo que abrange a superfície latino-americana efetivamente a partir de meados da década de 1960. Segundo Netto (2011a), aquela conjuntura é demarcada por um agitado processo de ebulição social no cenário mundial com ocorrências ligadas a questões econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas, de tal modo que alguns de seus traços se particularizam ao incidirem sobre o Serviço Social.

Com o fim paulatino dos *anos dourados* do capitalismo e de sua *onda longa expansiva*, o clima se mostra “favorável” às mobilizações dos subalternos em prol de pautas mais imediatas. Nesta ambiência, às demandas econômicas se somam outras reivindicações: sociais, culturais, étnicas, dentre outras, de numerosos movimentos sociais: jovens, mulheres, negros, direito à cidade, ao lazer etc., e este ambiente – porta tanto a crítica do Estado classista e de suas instituições como posicionamentos mais radicais de negação da ordem burguesa – comporta um cenário “favorável” para a contestação do tradicionalismo profissional. (NETTO, 2011a, p. 142-143).

Essa é a hipótese de Netto (2011a, p. 144); o autor advoga que distintos processos que ocorrem na própria dinâmica posta pela sociabilidade do capital rebatem (não sem as mediações necessárias) dentro da categoria profissional. Dentre estes processos, o autor referido sinaliza três vetores que, convergidos, atingem a reprodução da categoria profissional: em primeiro lugar ocorre uma *revisão crítica nas ciências sociais*. Os insumos *científicos* historicamente absorvidos pelo Serviço Social são questionados (“no seu próprio terreno de legitimação original”); em segundo lugar, ocorre “*o deslocamento sociopolítico*” *daquelas instituições* que mantinham ligações históricas com o Serviço Social como, por exemplo, a Igreja Católica⁹⁴ e, em menor medida, instituições protestantes. (NETTO, 2011a, p. 144, itálicos nossos); E, por fim, em terceiro, ocorre que o *movimento estudantil*, que

⁹³ Em transcrição literal Netto (2011a) sugere “[...] entender como Serviço Social tradicional “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parâmetrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.” (Ibid. p. 118).

⁹⁴ Deslocamento que, por um lado, possibilita interpretações teológicas que advogam posicionamentos anticapitalistas e antiburgueses e que, por outro, possibilita a incorporação de demandas do “baixo clero” por parte das hierarquias (NETTO, 2011a, p. 144).

absorve elementos do contexto de ebulição social da época, *insere um conjunto de contestações nas escolas de Serviço Social*. Portanto, para o autor acima referido, estes eixos *reunidos influíram sobre o processo de erosão do tradicionalismo profissional* – obviamente levando em consideração seu caráter universal e, logo, suas diferencialidades/particularidades nos distintos países.

Na América Latina este processo explicita seu ápice a partir de 1965 no designado *movimento de reconceituação do Serviço Social*; processo no qual, de acordo com Faleiros (1987)⁹⁵, “[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 51). A reconceituação do Serviço Social foi um movimento de questionamento e de crítica ao tradicionalismo que ocorreu no interior da profissão em vários países – “como Uruguai, Argentina, Chile e Peru” [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p. 367) – da América Latina. (QUIROGA, 1991, p. 86). Levado a efeito entre 1965 e 1975, este movimento questiona não só os fundamentos teóricos e ideológicos do Serviço Social, mas também sua direção política e suas ações técnico-operativas (IAMAMOTO, 2008, p. 205-206) – num clima de contestação da *ordem* em vários países capitalistas. Este movimento nasce numa ambiência em que distintos atores sociais emergem e se destacam. É o caso do já referido *movimento estudantil*, principalmente ligado à universidade, de setores *progressistas* da Igreja Católica, inclusive de “*esquerda*”, de manifestações populares politicamente organizadas, dentre outros, com diversas pautas reivindicativas (NETTO, 2011a, p. 140). Na síntese de Quiroga (1991):

Por Reconceituação entende-se um processo de questionamento da profissão do assistente social, que se estendeu pela América Latina e que, iniciado nos anos 60, tem repercussões e desdobramentos até os dias de hoje. Esse movimento reuniu diferentes correntes de pensamento, que tinham entre si um ponto de convergência inicial: o fato de serem contestarias de um Serviço Social marcado pelo seu posicionamento mantenedor do *status quo* (QUIROGA, 1991, p. 86-87).

No cenário latino-americano a questão que mais se destaca na *reconceituação* é o papel profissional do Serviço Social no que diz respeito à *superação do subdesenvolvimento*. Neste sentido, segmentos profissionais realizam inúmeros questionamentos sobre sua prática, seus papéis, dentre outros. Questionamentos estes que se processam, como já afirmado, em um contexto de agitação social.

⁹⁵ “Nesta conjuntura é que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano”. (FALEIROS, 1987, p. 51).

Para Netto (2011a, p. 146), este movimento também possibilitou uma “*grande união*” entre profissionais que acabou por abrir as vias para a dita “*renovação do Serviço Social*”⁹⁶. Tal renovação tinha como objetivo *moldar* a profissão às transformações levadas a cabo na região latino-americana. Entretanto, a partir de 1965, neste processo de efervescência, os setores sociais comprometidos com perspectivas mais democráticas tiveram suas lutas refreadas em consequência da instauração gradativa de regimes ditatoriais. Tais regimes se traduziram na *modernização* levada a cabo por franjas das distintas burguesias nacionais. Por estas vias, a renovação do Serviço Social por alas mais progressistas e/ou radicais também foi comprometida.

Por outro lado, é preciso assinalar que ao questionar o Serviço Social tradicional, a “*grande união*” profissional comportava posicionamentos heterogêneos: “[...] um polo investia num *aggiornamento* [atualização] do Serviço Social e outro tencionava uma ruptura com o passado profissional.” (NETTO, 2011a, p. 147, *itálicos nossos*)⁹⁷. Neste movimento, tipicamente latino-americano⁹⁸, que como vimos perdura de 1965 a 1975, Netto (2011a, p. 148-150) destaca dois importantes traços: primeiro, a relação intraprofissional da região latino-americana e, segundo, *a relação do Serviço Social com a tradição Marxista*⁹⁹; este último traço é o que aqui nos interessa demarcar. Para o referido autor:

⁹⁶ Para Netto (2011a), vários analistas defendem que o pontapé inicial desse movimento ocorre no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social – Porto Alegre, 1965. (NETTO, 2011a, p. 147, em nota de rodapé).

⁹⁷ No contexto brasileiro, a identificação de duas tendências que pensavam a profissão de Serviço Social na abertura da década de 1960 foi, em linhas gerais, delineada por M. V. Yamamoto em sua dissertação de mestrado [de 1982]. Ali, a autora já identificava uma ala modernizadora e outra de ruptura com o passado tradicional da profissão. As pistas de Yamamoto (1982), em larga medida, foram retomadas e analisadas por J. P. Netto, principalmente em Netto (2011a e 2011b) que descobre novas determinações inerentes àquele processamento.

⁹⁸ Se o movimento de reconceituação do Serviço Social emerge como um movimento especificamente latino-americano, este fato não elide a aproximação de segmentos profissionais situados fora desta região à tradição marxista. Essa constatação pode ser defendida com base nas análises de Netto (1989, p. 96-97) que afirma que, no bojo efervescente da década de 1960, tanto em determinados países de capitalismo central (da América do Norte e Europa ocidental) quanto nas periferias (principalmente na América Latina), segmentos profissionais, essencialmente docentes, estabeleceram um diálogo entre o Serviço Social e a tradição Marxista. Também é preciso chamar a atenção para outra constatação: a referida interlocução não se processou em alguns dos países inseridos no bojo na reconceituação.

⁹⁹ Uma nota de observação: algumas das principais referências no Serviço Social que discorrem sobre a incorporação da tradição marxista pela profissão são Yamamoto (2008, 2012, 2013), Silva (1991) e, precipuamente, Netto (1989, 2005, 2011a, 2011b, et al). Além desses autores, outros, em artigos, ensaios ou livros discorreram sobre esta temática fazendo referência aos três citados, principalmente a J. P. Netto. Portanto, outros autores publicaram dissertações e teses que fazem referência (mesmo que tangencialmente) à interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, porém, ou são de difícil acesso e/ou ressonância, e/ou, na grande maioria das vezes, se referenciam nas análises dos autores acima citados. *Esta observação é necessária, posta a inevitável recorrência aos mesmos autores no presente texto e, principalmente no que se refere às páginas que seguem com as análises de Netto (2011a)*. Este último é o autor que, praticamente, detém o monopólio contemporâneo, a nosso ver, de uma discussão mais detalhada e amplamente difundida que abrange o Serviço Social e a tradição marxista. A despeito disso, tentaremos referenciar outros autores na medida do possível.

*É no marco da reconceptualização (ou reconceituação) que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: **excepcionalmente com o apelo às fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire.** Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto [...] o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade (Ibid. p. 148-149, grifos nossos).*

Quiroga (1991), referindo-se ao *primeiro* encontro da profissão com a tradição marxista, afirma que tal junção ocorre através da incorporação dos profissionais à prática político-partidária (QUIROGA, 1991, p. 128). Segundo a autora, muitas inquietudes da militância política foram transferidas para a prática profissional, onde os profissionais eram chamados ao compromisso político.

Por estas vias, o movimento de *reconceituação* se aproximou de diversos marxismos, contudo, “sem Marx”, o que resultou em um forte ecletismo que também abriu caminhos para ingerências positivistas no próprio discurso *marxista* do Serviço Social¹⁰⁰ (QUIROGA, 1991) –, traços ecléticos estes potenciados na medida em que o Serviço Social historicamente, como já exposto linhas acima, mostra-se carregado de elementos com raízes conservadoras e positivistas (IAMAMOTO, 2008, p. 211-212). Segundo Quiroga (1991), de posse destes problemas os profissionais apreendem “[...] e reproduzem, acriticamente, leituras que apresentam [...] um Marx que agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador do desenvolvimento da sociedade, [...] um Marx que é metodológico na própria acepção positivista [...]” (QUIROGA, 1991, p. 94). Para Iamamoto (2008) essa aproximação se engendra:

“[...] predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”. Aliou-se a isso a contribuição de autores “descobertos” pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao¹⁰¹, Guevara – cujas produções foram seletivamente

¹⁰⁰ O próprio marxismo incorporado já contava com problemas antes de sua assimilação pelo Serviço Social. Veremos esses problemas no item seguinte, quando trataremos sinteticamente do problema “dos marxismos”.

¹⁰¹ Segundo Silva (1991), “A tendência “Chinesa” ou “Maoista” que se consolidou na china após o insucesso da política de aliança com o Kuomintang para vencer a dominação estrangeira defendia no fundamental que, em sociedades predominantemente agrícolas, a revolução deveria se dar do campo para a cidade; defendia também a estratégia de uma “guerra prolongada” para o esmagamento do inimigo externo (imperialismo) e do inimigo interno (burguesia); admitia etapas na luta pela conquista do socialismo, sendo que na etapa de luta anti-imperialista aceitava a aliança do proletariado com a burguesia nacional e os latifundiários, além dos

apropriadas, numa óptica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. [Posteriormente] A esse universo teórico eclético, soma-se, ainda, pela via predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser, em especial suas análises dos aparelhos ideológicos do Estado” e seu debate sobre a “prática teórica”. (IAMAMOTO, 2008, p. 211).

Portanto, no plano da ação o Serviço Social e o marxismo se relacionam através do “[...] militantismo político-partidário e no campo da teoria pela vulgarização marxista e de rudimentos do estruturalismo marxista althusseriano, numa relação utilitária e pragmática com o conhecimento, tendo em vista a ação profissional imediata” (IAMAMOTO, 2008, p. 223-224). Nesta conjuntura, o encontro do Serviço Social com a tradição marxista ocorre por caminhos teóricos diversos – e destituído de fontes rigorosas. Nas palavras de Iamamoto (2008)

Verifica-se, por exemplo, no trato do *materialismo histórico-dialético*, uma clara separação – entre as dimensões lógicas e históricas do método¹⁰², verificando-se uma “suspensão” da dialética do conhecimento, desconectada da história. A categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática, tão em voga naquele momento. Assim, as categorias deixam de “expressar formas de ser, determinações da existência”, desligando-se do movimento da sociedade que deveriam expressar, passando a **ser criações aleatórias do pensamento**. Esse deslocamento das dimensões lógicas e históricas fere no “coração” o método marxiano. (IAMAMOTO, 2008, p. 212, negritos nossos).

Para a autora referida, como resultados deste tipo de retenção problemática decorrem equívocos que se materializam em consequências práticas para a profissão, como, por exemplo, o “fetiche dos metodologismos”, isto é, a concepção que reduz “[...] o método a pautas e procedimentos de intervenção” (Ibid. p. 213). Dessa maneira, há, segundo a autora, não só o reforço de práticas empiristas no sentido de conceber a realidade social sob faixas classificatórias, mas também a constante reafirmação de “apreciações moralizadoras” da realidade social, além das frágeis bases históricas das análises dos profissionais¹⁰³ (Ibid. p. 213).

camponeses pobres e pequena burguesia. Para o maoísmo a força principal da revolução era o campesinato. O primeiro partido na América Latina a adotar o Maoísmo foi o PCdoB (que, de início, só divergia do PCB quanto a ser o camponês e não o proletariado a força principal da revolução). O PCdoB, logo após a sua estruturação, foi reconhecido pelo Partido Comunista Chinês e Pelo Partido Comunista da Albânia”. (Ibid. p.31-32). Essa vertente da tradição marxista foi incorporada (no Brasil), por exemplo, por segmentos da Igreja Católica como a Ação Popular – E sabe-se que esta influenciou atores do Serviço Social.

¹⁰² Neste momento, vale ressaltar que, segundo análise chasiniana, “[...] é postição conferir à investigação marxiana as demarcações de uma associação ou justaposição de momentos históricos e lógicos [...]” (CHASIN, 2009 p. 236, grifos e itálicos nossos).

¹⁰³ Contra certas abordagens aparentemente críticas do Serviço Social, Iamamoto (2008, p. 213) ressalta seu posicionamento contra análises mecanicistas e *voluntaristas* presentes na profissão. Para a autora, o perigo de cair em práticas profissionais fatalistas ou messiânicas emerge como resultado de uma análise prático-social

Segundo Quiroga (1991, p. 88), também é preciso compreender que o movimento de reconceituação não conseguiu romper radicalmente com o legado conservador que predominou na história do Serviço Social; “a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora”. (Ibid. p. 88)¹⁰⁴.

Em síntese, a reconceituação (ou reconceptualização) latino-americana do Serviço Social foi um movimento heterogêneo de crítica ao tradicionalismo na profissão. Dentro deste movimento, fez-se uma revisão crítica de proporções continentais. Grupos do Serviço Social se posicionaram contra determinados elementos de uma fundamentação teórica pautada no estrutural-funcionalismo, no neotomismo, contra perspectivas de atuação direcionadas para a integração e adaptação social dos indivíduos tidos como *desajustados* etc.¹⁰⁵

Neste bojo, o Serviço Social realizou um procedimento de “autocrítica e de questionamentos societários” no sentido de buscar um novo Serviço Social latino-americano referenciado em discussões mais densas acerca do seu processo de construção na histórica e de sua ligação com as classes sociais. Porém, o confronto com o tradicionalismo na profissão, obviamente, efetivou-se num processamento que compreendeu posicionamentos distintos em seu interior, seja em função das diferenças econômicas e/ou sociopolíticas entre os distintos países partícipes, seja por razões derivadas das variadas ligações intelectuais e políticas por parte dos seus protagonistas.

Efetivamente, esse movimento não foi um processo homogêneo e nem linear. Algo que pode ser identificado se observarmos seu desenvolvimento ulterior em cada país. São notáveis as distinções entre os elementos básicos que demarcaram os contornos do movimento de reconceituação nos países hispânicos, que se afastaram, em grande medida, dos

esvaziada de historicidade, fato que também decorre de um posicionamento da profissão que afirma que a consciência teórica resulta imediata e mecanicamente derivada da luta de classes, sendo movida pela vontade coletiva e política. Para Iamamoto (2008), se o fatalismo, por um lado, se conforma através de interpretações que tendem a naturalizar a ordem social entendida como que amarrada ao poder impossibilitando, portanto qualquer questionamento do poder institucional, por outro o **messianismo utópico** se traduz numa espécie de idealismo que privilegia os propósitos individuais do profissional em detrimento do desvendamento real do movimento social. (IAMAMOTO, 2008, p 213 e 136). Ver também Iamamoto; Carvalho (2010), Quiroga (1991, p. 109-116) e Netto (2011a, p. 291).

¹⁰⁴ “[...] esse processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker”. (QUIROGA, 1991, p. 88, grifos nossos).

¹⁰⁵ “São denunciados, dentre outros aspectos, os objetivos profissionais voltados para a integração e adaptação social e o tipo de fundamentação teórica que os informa: o estrutural-funcionalismo e o neotomismo.” (IAMAMOTO, 2008, p. 206, em rodapé).

debates e rumos traçados pelo Serviço Social na particularidade brasileira. (IAMAMOTO, 2008, p. 206-209). Para exemplificar tais diferenciações, sinalizamos para a própria conformação particularizada dos regimes ditatoriais instaurados em diversos países da América Latina. Conformação esta que imprimiu importantes mudanças sociopolíticas e econômicas nos distintos países. Mudanças que, por sua vez, também influenciaram na conformação dos rumos do Serviço Social.

No caso brasileiro, a autocracia burguesa, através da gestação “[...] de um rol de vetores” [...], catalisará o processo “[...] de erosão do Serviço Social Tradicional que lhe era anterior”. (NETTO, 2011a, p. 137). Nos anos 1950, no bojo da industrialização pesada, as demandas interventivas sobre as sequelas da *questão social* já começavam a extrapolar as abordagens individual e grupal para a ótica comunitária (para o chamado Desenvolvimento de Comunidade - DC). Segundo Netto (2011a), estas demandas impostas ao Serviço Social pela realidade em que a profissão estava inserida, propondo uma intervenção pautada no DC, demarcam uma incidência de “disciplinas sociais” que direciona a profissão a preocupar-se com questões macrosociedade – expandindo o horizonte antes basicamente restrito a preocupações microsociais –; além disso, aquelas demandas interventivas apoiadas no DC também fizeram emergir a requisição de uma inserção profissional em equipes multiprofissionais, onde (dado o caráter novo de tais experiências no Brasil) seu estatuto profissional não se punha “previamente definido como subalterno” (NETTO, 2011a, p. 138). Com estas mudanças, o assistente social se torna cada vez mais vinculado aos aparelhos administrativos estatais (Ibid. p. 137-138). Para o referido autor, é em 1961, com o *II Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBCISS)*, que se “oficializa” a intervenção pautada no Desenvolvimento de Comunidade, mas que apenas sinaliza para o processo de crise do tradicionalismo na profissão. Segundo o autor referido:

No desdobramento do largo temário do conclave [II CBCISS] – subordinado ao mote “Desenvolvimento nacional para o bem-estar social”— despontam três elementos que são absolutamente relevantes para detectar a erosão do Serviço Social tradicional: primeiro, *o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com “as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento” ou se arrisca a ver seu exercício “relegado a um segundo plano”*; em consequência, *levanta-se a necessidade de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade*; e, finalmente, *a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento*. Mesmo sem explicar as questões candentes que iam anacronizando o Serviço Social “tradicional” [...], estes três elementos delimitam-nas nitidamente: a dissincronia com as “solicitações” contemporâneas, a insuficiência da formação profissional e a subalternidade executiva. (NETTO, 2011a, p. 139, grifos originais).

Entretanto, a erosão do tradicionalismo profissional somente ganha dinamicidade no ciclo da autocracia burguesa. De acordo com Netto (2011a, p.139), evidenciam-se quatro importantes elementos imbricados que marcam ingerência sobre tal erosão. 1) *o amadurecimento profissional de segmentos da categoria e sua relação com outros profissionais, sujeitos políticos, instâncias governamentais etc.*; 2) *o processo de laicização e o surgimento de segmentos católicos progressistas [uma ala de esquerda] impactando a profissão*; 3) *a expansão do movimento estudantil que emerge nas escolas do Serviço Social [e este, salvo raras exceções, era “dominado pela esquerda católica” (NETTO, 2011a, p. 140, em nota de rodapé)] e, por fim, 4) os referenciais “críticos e nacional populares” de parte das ciências sociais.* Neste universo, de um lado, há uma crescente crítica ao Serviço Social tradicional, de outro, gestam-se diferenciações nas representações e práticas que se pretendiam conectar às novas exigências do Desenvolvimento de Comunidade. Para Netto (2011a, p. 140), no primeiro quinquênio da década de 1960, três vertentes profissionais já se dividiram para pensar a intervenção no marco do DC:

[...] – uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (Ibid. p. 140).

Contudo, o desenvolvimento dessas vertentes é indiretamente abortado pelo golpe civil-militar de 1964. Indiretamente porque a ditadura redimensiona o cenário daquele desenvolvimento, e num primeiro momento neutraliza os protagonistas sociopolíticos posicionados em prol da democratização do Estado e da sociedade e, conseqüentemente, cinde com os elementos que poderiam possibilitar um rumo crítico e progressista de oposição ao Serviço Social tradicional; porém, logo em seguida, a autocracia burguesa implanta o seu projeto de ‘*modernização conservadora*¹⁰⁶, gestando o solo mais propício ao desenvolvimento das duas primeiras vertentes sinalizadas – na citação acima. (NETTO, p. 2011a, p. 140-141);

¹⁰⁶ “O conceito de modernização conservadora foi formulado por Barrington Moore Jr. em sua tentativa de explicar a modernização da sociedade alemã na passagem do século XIX para o XX, quando o processo de industrialização contou com a participação fundamental dos grandes proprietários de terra, cujos interesses foram contemplados com a manutenção da estrutura fundiária daquele país”. (FREIRE, 2009, p. 48, “em nota de rodapé”)

Das “três” vertentes que propunham uma renovação do Serviço Social tradicional no Brasil, somente uma delas¹⁰⁷ – principalmente na década de 1970 – efetiva e sistematicamente se aproxima de um marxismo (ou, mais precisamente, de “marxismos”), ainda que extremamente problemático. É com esta vertente renovadora, impedida de florescer graças aos constrangimentos sociopolíticos do regime autocrático burguês, que o Serviço Social da década de 1980 se confrontará criticamente. Porém,

[...] na crise da ditadura [o Serviço Social] [...] vivia um descompasso: se por um lado dispõe das condições materiais prático-profissionais e de suporte acadêmico para dar o salto necessário no sentido de responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania – lutas estas postas pela emergência dos movimentos sociais e sindicais no embate com o patronato e o Estado –; por outro lado, carecia de massa crítica acumulada para embasar uma auto-renovação naqueles rumos. Este descompasso fez com que se produzisse um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Viabiliza, concomitantemente, a redescoberta das iniciativas críticas presentes na história recente. (IAMAMOTO, 2008, p. 217-218).

Pode-se parcialmente concluir que na década de 1960 a aproximação com “os marxismos” já começa se efetivar, essencialmente, pela via político-partidária; na década subsequente, essa interlocução ainda é fortemente ligada às lutas da militância política, porém (a despeito de sua incidência ser parca, marginal e combatida pelos setores conservadores da profissão) (SILVA, 1991), o diálogo com distintas vertentes da tradição marxista rebate igualmente no locus universitário do Serviço Social.¹⁰⁸

A aproximação a distintas vertentes da tradição marxista pelo Serviço Social nos anos sessenta e setenta do século XX, portanto, efetivou-se de modo problemático na medida em que os profissionais se apropriaram de vertentes que por si já apresentavam contrafações de monta. Diversos autores aos quais os assistentes sociais recorriam como arrimos vinham, por exemplo, do leito do “marxismo” das *Internacionais (Segunda e Terceira)*, ou do próprio *althusserianismo ou maoismo* – donde joga o peso e os filtros dos movimentos sociais político-partidários e/ou das *modas* acadêmicas.

Além de tais contrafações, aqui também subsistiam variados e distintos fatores (históricos e sociais) que impediam o Serviço Social de descobrir os problemas presentes em tais “marxismos” para que pudesse questioná-los. Temos, por exemplo, a falta de tradições intelectuais na profissão; os constrangimentos impostos pelo governo ditatorial à própria

¹⁰⁷ As referências à tradição marxista por parte de autores da vertente reatualizadora não passam de um confusão semântico, como veremos.

¹⁰⁸ É importante salientar que estamos nos referindo ao período da Reconceituação (1965-1975): a experiência do conhecido “Método-BH” se situa nestes marcos.

circulação de determinadas ideias e obras marxistas; a hegemonia conservadora dos quadros do Serviço Social; a histórica perseguição aos comunistas no Brasil desde o início do século XX; as poucas traduções disponíveis para o português (e de boa qualidade) de textos marxistas/marxianos; dentre outros; por tudo isso, como já exposto, as “primeiras” aproximações do Serviço Social à tradição marxista foram repletas de equívocos de natureza teórica e prática. Todavia, é por meio delas que se engendram os germens da ruptura política (mas não só) com o conservadorismo profissional (QUIROGA, 1991, p. 88).

No passo seguinte sinalizamos sinopticamente alguns traços dos “marxismos” em âmbito internacional para, posteriormente voltarmos às suas incidências no Brasil.

2.5 – “Marxismo” ou “marxismos”? II e III Internacionais e o positivismo¹⁰⁹

De acordo com Netto (1981) em 1882 o termo *marxismo* começa a circular sendo divulgado especialmente por Karl Kautsky. Mas a emergência de um pensamento *marxista* – embora o chamado *marxismo da II Internacional* não tenha se constituído como um bloco homogêneo¹¹⁰ (NETTO, 2006, p. 42-43) – realmente só pode ser demarcada a partir da transição para o século XX, quando o movimento socialista é então hegemonizado pela *II Internacional*¹¹¹ (1889-1916). É a partir desta quadra histórica que se impõe uma determinada concepção da obra marxiana: aquela mais adequada às práticas políticas do Partido Social Democrata Alemão [*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* - SPD]¹¹². Por estas vias, a

¹⁰⁹ Esse tópico é importante porque as influências do (s) marxismo (s) da *II e III Internacionais* incidem sobre determinados grupos de militância político-partidária brasileiros. Os marxismos filtrados por estes, por conseguinte, também incidem sobre parcela da categoria profissional dos assistentes sociais. Cabe-nos salientar, entretanto, que uma não tematização *da mesma natureza* acerca althusserianismo e do maoísmo pode se constituir numa lacuna desta dissertação, principalmente quando nossa crítica recai sobre a proposta do “Método-BH”.

¹¹⁰ Observe-se o caso de Bernstein, por exemplo, cujo reformismo fora impugnado por Kautsky e Plekhanov, e mais incisivamente por Rosa Luxemburgo e Lênin. (NETTO, 2006, p. 42-43).

¹¹¹ “A 2ª Internacional subscreve-se ao período de 1889 a 1914. Foi Fundada no Congresso Internacional de Trabalhadores, realizado em Paris em Julho de 1889, organizado pelos marxistas, e aglutinava partidos e sindicatos que atuavam nos diferentes países da Europa, numa perspectiva de construção do socialismo”. (QUIROGA, 1991, p. 13, em nota de rodapé)

¹¹² Netto (2006, p. 36-37) demonstra a importância da Segunda Internacional na divulgação do legado marxiano, por exemplo, no tratamento de problemáticas não discutidas ou não resolvidas pelo autor d’*O Capital*. Além disso, Netto (2006) mostra-nos que, além dos problemas da própria concepção de certos autores colados a Segunda Internacional, outros elementos também jogam desfavoravelmente aos mesmos (autores) como, por exemplo, as dificuldades resultadas: “pelas contingências das lutas de classes”; pela complexidade da obra marxiana que à época ainda padecia do ineditismo de determinadas obras; pela necessidade de simplificação daquela obra para posterior vulgarização; por “um generalizado espírito positivista” na época (Ibid.), etc.

referida concepção também passa a permear o campo da pesquisa teórica de tal modo que fornece seu perfil e estrutura. No entanto, “Esta concepção compreendia a obra de Marx como uma *sociologia científica* que desvenda o mecanismo da *evolução social* a partir da análise da *situação econômica*” (NETTO, 1981, p. 19, grifos originais). Nela é importante ressaltar *as ingerências positivistas*; as considerações mecanicistas que afirmavam uma inevitável transição socialista como corolário evolucionista; e o economicismo fatorialista¹¹³ – e aqui Netto (1997) se lembra das *monocausalidades redutoras* criticadas com razão por Weber, com a importante ressalva de que o autor de *Erfurt* “transfere uma leitura precisa para o conjunto da obra” (NETTO, 1997, p. 82).

Já no período que se abre em 1919/1920, critica-se aquele marxismo da *II Internacional*, então denominado de “*marxismo vulgar*”. Nesse momento, “O marxismo da Segunda Internacional [...] é objeto de uma crítica teórica que arranca diretamente da situação política [;] e a ruptura com ele, a curto prazo, é mais uma ruptura política que uma ultrapassagem do seu referencial teórico”. (NETTO, 1981, p. 22).

Com elevado prestígio, em 1919, engendra-se a *III Internacional* (que perdura até 1943). Esta sim, de acordo com Netto (1981), realiza uma crítica a Segunda Internacional sob um patamar qualitativamente elevado. Contudo, essa vertente crítica não consegue se desenvolver, e a partir de 1925, por motivos de natureza política, sua expansão ainda é mais

¹¹³ “Expressa especialmente no material de divulgação política, mas arrancando de teses de fato desenvolvidas pelos melhores teóricos da social-democracia (com destaque para Kautsky e Plekhanov) esta concepção, no fundo marcadamente positivista, tendia, na prática política, a legitimar o evolucionismo sócio-histórico sustentado pela noção da inevitabilidade da transição socialista (já que a dinâmica econômica do capitalismo era fatal, conduzindo-o necessariamente à crise e ao colapso) e, no plano da teoria, à transformação do legado de Marx numa autêntica teoria *fatorialista* da história (com a abstrata dominância do econômico). O aspecto mais decisivo desta concepção, porém, reside em que, estreitada a obra de Marx para que coubesse no seu interior uma visão e implementação sociológicas, deixava-se na sombra a sua relação – contraditória e dialética – com a filosofia: esta ótica constatava em Marx um *vazio filosófico*, e não foram poucos os que buscaram colmatá-lo recorrendo a fontes anteriores a Marx. (sabe-se que Kant, à época, foi a vítima predileta dessas arbitrarias intencionas). [...]. O traço básico desta avaliação da empresa de Marx é perceptível quando se retém as características gerais que infere da herança marxiana: a noção de que a dinâmica social abriga uma lógica irrecurável e que o social constitui uma realidade objetiva cuja estrutura obedece a uma legalidade absolutamente independente da intervenção da prática sócio-humana. O traço em questão é medularmente positivista: rompe a conexão entre o sujeito e o objeto na prática social, interdita o âmbito da práxis e aceita a factualidade imediata do social como um dado. Incompatível com procedimentos dialéticos, esse traço determina em larga medida que a concepção que a II internacional erige como a específica contribuição teórica de Marx – uma concepção simultaneamente *reducionista e indevidamente generalizadora*. Reducionista enquanto dissolve as concretas mediações e determinações histórico-sociais com a sua inserção no esquema lógico- intelectualivo (recorde-se a teleologia atribuída à crise econômica do capitalismo na abertura da via à transição socialista) indevidamente generalizadora enquanto impõe esse esquema à realidade como um todo (não é acidental o esforço cientificista de equalizar natureza e história, subsumindo-as à mesma legalidade)”. (NETTO, 1981, p.19-20).

estreitada¹¹⁴. O que ocorre é que os promotores dessa vertente crítica passam a ser considerados “desviacionistas” (em virtude de suas inclinações políticas) pela direção da própria *III Internacional*. (NETTO, 1981, p. 24). Com o peso adquirido pelo *partido russo* no interior da *III Internacional* a partir no final da década de 1920, gradativamente, o primeiro transforma a segunda “num instrumento por meio do qual enquadrará a atividade dos comunistas vinculados a ela. E [...] esta transformação acompanha simetricamente a instauração, na URSS, da autocracia stalinista [...]”; (NETTO, 1981, p. 25) desse modo, “a evicção ou a neutralização dos críticos da concepção teórica da *II Internacional* é paralela à imposição, por via administrativa, de outra concepção do marxismo, que atende às necessidades político-ideológicas da autocracia stalinista”¹¹⁵. (Ibid. p. 25). Portanto, o partido russo “passa a impor ao movimento socialista revolucionário a sua própria concepção do marxismo”¹¹⁶ (Ibid. p. 25) e, na década de 1930, a concepção russa do marxismo é institucionalizada no pensamento socialista revolucionário: o famoso “marxismo-leninismo” (que se distingue da concepção da *II Internacional* ao se *arrimar* essencialmente nas obras de

¹¹⁴ “Este exame agarra [...] o lastro positivista [...] e, com isto, a crítica contesta tanto as vulgaridades sociologistas das postulações pretensamente ortodoxas de Kautsky, Plekhanov, etc., quanto a sua recusa pela corrente já então conhecida como revisionista (liderada por Bernstein, mas engajando um sem-número de socialistas famosos). Ela encontra o modelo mais privilegiado – mas de forma alguma o único – no livro de Lukács, de 1923, *História e consciência de classe*: a hipótese central é a de que a obra de Marx é um todo orgânico e cerrado, cujo núcleo reside na fundação de uma metodologia dialética materialista (articulada a partir da recuperação crítica das propostas hegelianas) para desvelar exclusivamente a dinâmica sócio-histórica peculiar do capitalismo. A concepção teórica própria da *II Internacional* é posta em xeque: a contribuição marxiana é compreendida como um projeto teórico-prático que, estruturando uma ciência da história (de que decorrem organicamente uma filosofia e uma ética), corresponde à emergência do proletariado como sujeito histórico. Trata-se de uma solução antípoda à das várias vertentes da *II Internacional*: Marx aparece como estreitamente vinculado à Hegel; o princípio heurístico fundamental da sua obra é o da totalidade; a práxis surge como o constitutivo da socialidade; o âmbito de validade da metodologia marxiana é limitado ao ser social do capitalismo; recusa-se qualquer evolucionismo social abstrato - intelectivo (e, pois, seus correlatos: o fatalismo e o mecanicismo) bem como a extensão analógica da legalidade do ser social no mundo da natureza. De um só golpe, a crítica às concepções teóricas da *II Internacional* reintroduz no campo da investigação uma constelação de problemas até então exilados: as relações entre o sujeito e o objeto da prática sócio-histórica, a dialética do conhecimento, as complexas mediações entre economia e cultura, as relações entre ética e política – e esta estrutura teórica dá um tratamento específico à questão da alienação e, então, ela e seus conexos recebem, de fato, o primeiro cuidado intensivo no pensamento pós-marxiano. Esta recolocação de método, instrumentos e problemas incide oblíqua, mas efetivamente, na própria prática política: ela busca validar a empresa revolucionária – considerando a instância básica do partido político proletário – como realização da filosofia na intervenção prático-concreta, a consciência de classe do proletariado emergindo como o introdutor da teleologia histórica “”. (NETTO, 1981, p. 23-24).

¹¹⁵ “Com o chamado *stalinismo*, o marxismo dado à luz pela Segunda Internacional se converte numa ideologia de Estado – um discurso adequado para legitimar aparatos de poder. [...] Já nos anos 30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como ideologia oficial do Estado stalinista, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder”. (NETTO, 2006, p. 50-51)

¹¹⁶ “Esta concepção russa (mais corretamente: a concepção instrumentalizada pelo partido russo sob Stálin), contudo, é, no essencial, um mero desdobramento daquela que a *II Internacional* instituía. A diferença notável que existe entre ambas é menos uma diversidade de conteúdo do que uma alteração na forma da sua institucionalidade, generalização e divulgação: agora, já não é mais uma concepção a servir a um partido e a um movimento de massas que formalmente apostam na revolução socialista, mas uma concepção que legitima um poder de Estado muito particular e já constituído em nome dessa revolução”. (NETTO, 1981, p. 25).

Lênin). No entanto, segundo Netto (1981, p. 26), “[...] a ruptura que afasta Lênin da *II Internacional* é uma ruptura política – e o que se coloca como determinante, aqui, ultrapassa de longe a questão política”:

*“[...] antes, é uma questão concernente à teoria como um todo. E o contributo lenineano, no que é pertinente a este todo, é limitado¹¹⁷: componentes muito significativos da obra de Lênin são estritos exemplos do molde de pensamento da *II Internacional* (que se pense, à guisa de ilustração, em *Materialismo e Empiriocriticismo*). Dadas as suas próprias condições de trabalho e de estudo, apenas nos inícios da Primeira Guerra Mundial é que Lênin pôde esboçar uma reação teórica contra o marxismo da *II Internacional* (documentada nas suas anotações acerca da *Ciência da Lógica*, de Hegel); ele careceu, porém, de tempo e de circunstâncias favoráveis para aprofundar esta crítica. Pois é exatamente a partir do Lênin que se mostra congruente com as concepções da *II Internacional*, herdeiro dos seus pressupostos teóricos, que se vai articular o marxismo-leninismo: um sistema global científico-filosófico que integra o movimento e a legalidade da natureza e da história na convergência de duas disciplinas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. Todo o lastro positivista do passado recupera, com vigor, através de um didatismo que se efetiva segundo os padrões impostos pela vulgarização manualesca, a sua carta de cidadania: um epistemologismo sistêmico enlaça um conjunto categorial pobre e o mecanicismo e o evolucionismo são repostos pela ação de um reducionismo teórico modelar. (NETTO, 1981, p. 26, grifos nossos).*

Equívocos e/ou mesmo adulterações referentes às particularidades da obra marxiana foram sustentados tanto por detratores quanto por seguidores de Marx (NETTO, 2011c, p. 11-12). Inseridas no campo da tradição marxista, certas deformações levadas a efeito tiveram como base ingerências positivistas (Kaustky e Plekhanov...) no seio da *II Internacional*. Ingerências estas que, diga-se, na sequência não foram superadas. Contrariamente, na *III Internacional* rebatem incidências neopositivistas. Aqui se chega à ideologia stalinista, e dela, portanto, chega-se à vulgarização simplista da obra de Marx. Nas palavras de Netto (2011c): disso resultou

Uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, *sendo a lógica dialética “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do*

¹¹⁷ Em outro manuscrito Netto (2011b) julga “que a evolução de Engels configura um sistema de concepções que nem sempre é inteiramente coincidente com as concepções marxianas”. O autor declara: “Embora não façamos coro com os que pretendem instaurar um “corte” entre Marx e Engels, consideramos [...] que há uma “concepção engelsiana do materialismo histórico e dialético” e que existe uma “especificidade do pensamento engelsiano” que fizeram do companheiro de Marx “um pensador original”. (NETTO, 2011b, p. 134, em rodapé).

sistema político, das formas culturais etc. (NETTO, 2011c, p. 12-13, itálicos nossos).

A diferença mais evidente da concepção da *III Internacional* em relação à *II Internacional* é que a primeira se operacionaliza de acordo com os interesses do poder autocrático stalinista, de tal modo que “[...] o esforço teórico se degrada no exercício apologético e a investigação passa a servir às injunções manipuladas e manipuladoras que as necessidades políticas do dia-a-dia condicionam” (NETTO, 1981, p. 26). Tal leitura da obra marxiana, construída pelas “estruturas de poder estatais e partidárias”, considerava-se a única interpretação correta de Marx, e esse fenômeno extrapolou, inclusive, a vigência da *III Internacional*. “Não é preciso dizer que, a partir do enquadramento realizado pelo marxismo oficial, tudo aquilo que a ele escapa [...] é rubricado como “desvio”, “falsidade”, etc. Instaura-se um marxismo “justo”, “verdadeiro”, que deve competir com o “não-marxismo”. (NETTO, 2006, p. 52).

Todavia, o *marxismo oficial* começa a experimentar seu ocaso efetivamente a partir de 1955 –, observe-se que a *Terceira Internacional* é extinta em 1943. (NETTO, 2006, p. 60). Com a “*crise política*” que se desenvolve no processo de sucessão de Stálin, o “*marxismo-leninismo*” entra em colapso¹¹⁸. E aqui, logo, demarca-se um momento de inflexão: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956 (NETTO, 1981, p. 27), e as denúncias de Khrushchov (SIMIONATTO, 1999, p. 98). Entretanto, Netto (1981) sinaliza que aquele colapso referido acima [do *marxismo-leninismo*] é “[...] tão-somente o colapso de um aglomerado de dogmas articulador de uma apologética tributária de uma modalidade determinada de organização política”. (Ibid. p. 28). Isto é, “Não tem nada a ver com uma pretensa crise do legado teórico de Marx; registra-se a crise de *uma* leitura, uma versão deste legado”.¹¹⁹

¹¹⁸ Após a derrocada do *marxismo-leninismo*, haverá um *retorno à fonte marxiana*. Nas análises de Netto (1981), a recuperação da obra marxiana emerge não compreendendo-a como um sistema fechado, concluso, mas “como uma teoria crítica da sociedade, passível de correções, ampliações e aprofundamento. Resgata-se de Marx a metodologia da investigação e a paixão crítica, depuradas do entulho que a escolástica lhe agregou ao longo de décadas. Em síntese: o colapso teórico-ideológico do marxismo-leninismo assinala o momento em que a herança marxista deixa de ser monopólio de aparatos de poder estatais e partidários que manipulam no sentido de produzir discursos legitimadores para restaurar o seu significado teórico-crítico – instrumento de investigação e análise do ser social, comprometido com a sua transformação *radical*. Marx deixa de ser uma espécie de profeta ou guia espiritual, criador de uma *concepção de mundo* sistemática, para ser considerado como o pensador que conseguiu lançar as bases de uma *teoria social*, constituída por teorias setoriais incidentes sobre os vários níveis do ser social, articuladas segundo as concretas determinações postas pela categoria da própria realidade social, a *totalidade*. (NETTO, 1981, p. 29).

¹¹⁹ Para Netto (1981) “As “crise do marxismo” não são crises do conteúdo estrutural da teoria social fundada por Marx: São crises de determinadas *concepções* engendradas em nome e/ou a partir desta teoria social – assim foi

A despeito da permanência de algumas das concepções do *marxismo oficial*, a partir desse novo momento emergem ou “ressurgem tendências alternativas de pensamento e reflexão que encontram ressonância tanto entre os comunistas e seus partidos como em outros meios intelectuais”, (NETTO, 2006, p. 62). Aqui não há senão “um redimensionamento da tradição marxista”. (Ibid.). Além das críticas direcionadas ao stalinismo, levantou-se uma série de discussões sobre as mais distintas temáticas sob o olhar de diversificados autores – inclusive com discordâncias de monta entre si. As concepções do legado marxiano perpassam, por exemplo, autores como Lukács, para quem as proposituras marxianas constituem, segundo Netto (2006), “uma teoria da produção e reprodução do ser social”, ou mesmo por Althusser que concebe aquele legado como “um discurso epistemológico de novo tipo” (NETTO, 2006, p. 62-70), dentre outros.

No entanto, neste quadro, Netto (2006) nos chama a atenção para um fenômeno ponderável: registram-se novas cisões do movimento revolucionário que cristalizam outra divisão “entre as correntes renovadoras da tradição marxista e aquelas apegadas a um novo dogmatismo (a versão inicial do maoísmo, as caricaturas albanesas e, no plano teórico mais sofisticado, o marxismo impregnado de neopositivismo como o de Althusser)”. (Ibid. p. 67). Todavia, o que importa demarcar com mais afinco neste momento é a diversidade que emerge a partir dos anos 1960 em termos não de marxismo, mas de vertentes marxistas.

[...] o marxismo” é uma ficção. Não há nada que, consensualmente, se possa reconhecer como tal. “[...] o leitor pode concluir, legitimamente, que “o marxismo” é uma série de interpretações e acréscimos variados da obra de Marx, condicionados, cada um deles, por injunções históricas, culturais, políticas etc.” (NETTO, 2006, p. 75). [Mais à frete mesmo autor assinala]: “Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista sua enorme heterogeneidade – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, componentes que pecuializam às numerosas propostas que a compõem. (Ibid. p.77)

Antes de trazer à baila as principais linhas do processo de renovação específico do Serviço Social Brasileiro e as pegadas de sua interlocução com a tradição marxista, buscamos evidenciar sinteticamente alguns traços do quadro sociopolítico brasileiro que se impôs à tradição marxista (e não só a ela) no país entre 1950 e 1980.

com o marxismo da II Internacional, assim é com o marxismo-leninismo. À diferença, porém, do que se seguiu à desagregação da II internacional, agora tudo indica que é muito pouco provável a substituição do marxismo-leninismo por qualquer outro sistema de referência teórico-ideológico que seja capaz de recobrir, mesmo que retoricamente, e cimentar as tensões e contradições que o mundo contemporâneo introduz no pensamento socialista revolucionário; tudo leva a crer que é cada vez mais difícil instaurar e impor um outro discurso oficial, institucional, um outro marxismo implementado desde os aparatos de poder estatais e partidários”. (NETTO, 1981, p. 28).

2.6 - Tradição marxista e realidade brasileira

Até 1950 o incipiente acúmulo do pensamento marxista na realidade brasileira esteve diretamente vinculado aos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Netto (2011a), com raríssimas exceções, é o “PCB que inaugura no Brasil a vertente do socialismo revolucionário que se reclama apoiado em Marx” (NETTO, 2011a, p. 106). As elaborações dos marxistas brasileiros receberam diversas ingerências “negativas”, por exemplo, a falta de uma herança socialista, as precárias tradições de reflexão filosófica, a ausência de universidades e de pesquisas, e a incessante repressão sobre os intelectuais do PCB (principalmente a partir de 1930), etc. Todavia, após 1955 emerge uma tradição marxista que extravasa as fronteiras do PCB – algo que também guarda relação com o XX Congresso do PCUS em 1956 (referido acima) e as derivadas cisões no PCB. Aqui temos duas questões destacadas pelo autor acima citado: a primeira é a “*quebra do monopólio*” do PCB e a segunda (já na transição para a década de 1960) é o *rebatimento da tradição marxista em pensadores sem vínculos partidários*. (NETTO, 2011a, p.107-108, itálicos nossos).

No primeiro caso, o autor identifica vetores renovadores no PCB “que se expressam num *giro político* de profundas consequências táticas e estratégicas (concretizadas na Declaração de Março) e numa inflexão correlata ao nível de *preocupação e da elaboração teórica* [...]”. (NETTO, 2011a, p. 108, itálicos nossos). Porém, ambos (giro e inflexão) são abortados pelo golpe de abril¹²⁰. No segundo caso, na transição de 1950 para 1960, como já afirmado acima, a inspiração marxista efetivamente passa a rebater em investigadores sem vínculos partidários (por exemplo, Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes)¹²¹.

Entretanto, esse processo de amadurecimento de uma tradição marxista no país (conectado ao próprio contexto de agitações imediatamente no pós-64) é interrompido pela autocracia burguesa e sua correspondente política cultural (o ambiente sociopolítico é tornado

¹²⁰ “*Tais giro e inflexão* – a que devem creditar-se a ampliação da influência política e da credibilidade da orientação cultural dos comunistas até 1964 – *começavam a dar os seus primeiros frutos quando o golpe de abril os aborta*. Outro movimento, naturalmente conectado ao anterior, mas sobretudo desencadeado pela crítica da dogmática oficial vigente nos anos precedentes, é a valorização *da análise do estudo das fontes do pensamento socialista revolucionário*, até então subalternizados pela divulgação de comentadores”. (NETTO, 2011a, p.108, itálicos nossos).

¹²¹ “o veio marxista não surge aqui como sinal pertinente de prática, mas como instrumental heurístico; o fato de frequentemente inserir-se no quadro de referência que obscurecia a sua sistematicidade original introduzia nesta utilização, é verdade, componentes problemáticos (como o risco do ecletismo); no entanto, este não era um fenômeno central – *era-o a emersão do marxismo no diálogo teórico e intelectual para além das molduras partidárias*”. (NETTO, 2011a, p. 109, itálicos nossos).

hostil a tal desenvolvimento¹²²). Todavia, apesar de sua força a ditadura não conseguiu extinguir o rebatimento das matrizes do socialismo revolucionário na cultura brasileira, mas, “ao interromper aquela dialética que vinha se operando entre interlocutores diferenciados”, a autocracia burguesa logrou um êxito dos mais importantes: “não só travou por ponderável lapso temporal esta constituição como, ainda, *introduziu no seu andamento complicadores* cuja solução demandará esforços de largo fôlego e a conjunção de inúmeras circunstâncias favoráveis [...]” (NETTO, 2011a, p. 109), *itálicos nossos*).

Neste ponto, duas consequências imediatas da intervenção ditatorial são evidenciadas pelo autor citado: “A primeira [como já sinalizado acima] foi a ultrapassagem de qualquer monopólio político-partidário da inspiração socialista revolucionária [...], *mas em condições extremamente desfavoráveis para a esquerda*”. (NETTO, 2011a, p. 110, *itálicos nossos*). Nesta ambiência, gestam-se grupos políticos que se reclamando revolucionários quase nada agregam ao acúmulo marxista no país. Tais grupos, em larga escala, utilizavam versões “toscas” (como o maoísmo) da tradição marxista com o intento de legitimar suas práticas políticas – lembre-se aqui que o Serviço Social está posto nesta mesma realidade e se confronta com esse marxismo, como ainda veremos.

A proliferação de agrupamentos políticos reclamando-se revolucionários – dissidentes ou não do PCB – na segunda metade da década de sessenta, organizações de vida geralmente efêmera, é o símbolo incontestado daquela ultrapassagem. Dadas as circunstâncias em que surgiram esses agrupamentos (gerais: o clima repressivo; específicas: a sua intencionalidade política), compreende-se por que em quase nada contribuíram para acrescentar o acervo que vinha se gestando no pré-64. A frequente utilização de versões políticas particulares da tradição marxista (v.g., o maoísmo) para legitimar uma prática determinada (nomeadamente o confronto armado com a autocracia) fez do referencial teórico derivado de Marx um repositório citações e fórmulas rituais. Se é verdade que protagonistas dessa quadra dramática da vida brasileira, sobrevivendo à guerra de extermínio que lhes moveu a ditadura, ulteriormente puderam realizar aportes teóricos e críticos de valia, é igualmente verdadeiro que nestes segmentos da esquerda, generalizou-se uma cultura marxista de pacotilha, no seio da qual a petição voluntarista e praticista gestou um simplismo intelectual que se mostra inteiramente vulnerável a qualquer antagonista medianamente informado. As recidivas infantilizadas que parte das esquerdas experimentam com a crise da ditadura puseram em destaque, novamente, essa “cultura” marxista – com os resultados previsíveis e compatíveis com a sua indigência. (NETTO, 2011a, p. 110).

A segunda consequência – que também se relaciona em alguma medida aos já referidos pensadores sem vinculação partidária – da intervenção da ditadura foi (a criação de

¹²² “É claro que (e não seria necessário anotá-lo aqui), no âmbito da evolução individual de pesquisadores e intelectuais que participaram deste processo, o aprofundamento das tensões por ele detonadas prosseguiu e chegou a objetivar-se numa assunção criadora da perspectiva marxista, engendrando contribuições de magnitude quer para a compreensão da formação social brasileira, quer para o erguimento da própria tradição marxista no país. No entanto, e este é o aspecto fundamental a reter, a autocracia burguesa promoveu a liquidação sociopolítica daquele processo”. (NETTO, 2011a, p. 109).

uma ambiência “favorável”) a emergência do chamado *marxismo acadêmico*. A despeito de possíveis elementos positivos por parte deste marxismo, segundo Netto (2011a, p. 111), ele “recolocou e colocou componentes nefastos na cultura da esquerda”:

De uma parte, reforçou um velho traço nesta cultura: a substituição do exame das matrizes originais da teoria social revolucionária pela exegese de seus comentaristas e/ou vulgarizadores¹²³. De outra, introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica abstrata: as “fontes” ou “inspirações” não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas¹²⁴ e a avaliação do passado é posta sem a menor consideração concreta dos efetivos condicionalismos histórico-sociais e políticos que sobre ele incidiram, operando juízos de valor francamente moralistas (quando não filisteus) (NETTO, 2011a, p. 111)

Portanto, a ditadura golpeou aquela *cultura de esquerda* que vinha se adensando em meados de 1960 (juntamente com a tradição marxista) e obstou mesmo a sua recuperação naqueles moldes anteriores ao *regime de abril*. (NETTO, 2011a, p. 111).

A *política cultural* da ditadura é outro vetor importante a ser analisado para observarmos como o regime autocrático tenciona e prejudica a emersão da uma tradição marxista (qualitativamente superior) no país. Para tanto, determinadas “políticas” do regime civil-militar criaram um quadro positivo para a emersão de vertentes irracionistas.

Ao analisar a *política cultural da ditadura* [de 1964], Netto (2011a) constata algumas das ingerências do *regime de abril* sobre o seu redimensionamento, pois, nesse período, a produção cultural do Brasil foi transformada. Contudo, o que importa destacar aqui é a observação do autor de que nos primeiros anos da ditadura uma hegemonia cultural (de corte progressista e democrática) se aprofundava naqueles segmentos que se opunham à autocracia burguesa. No entanto, nos anos subsequentes o *golpe* impõe “um curso político ao “mundo da cultura”: as conexões deste com o movimento político social das classes subalternas foram interrompidas”.¹²⁵ (NETTO, 2011a, p. 79). Assim, aquela hegemonia cultural progressista e

¹²³ De acordo com Netto (2011a, p.111, em rodapé), “um dos produtos deste “marxismo acadêmico” é a formação de intelectuais marxistas “críticos” que jamais estudaram Marx.

¹²⁴ Neste ponto, Netto (2011) chama atenção para os modismos da academia brasileira. “Assim é que, com as práticas sociais de contestação política canceladas, o **“marxismo acadêmico” teorizava sobre a “prática teórica”** (nos anos do *vazio cultural*, a referência althusseriana); quando a resistência democrática se revigora e a classe operária se reinsere na cena política, o “marxismo acadêmico” teoriza sobre a “sociedade civil” e seus movimentos; (na segunda metade dos anos setenta, a **utilização abusiva e ligeira de Gramsci**); **nos anos oitenta, a voragem intelectualista põe na ordem do dia a modernidade e a pós-modernidade**. Donde a descontinuidade intelectual e teórica, o modismo como signo de renovação”. (Ibid. p. 111, em rodapé, itálicos do autor, negritos nossos)

¹²⁵ “Por mais débeis que, no plano geral, fossem as ligações entre os segmentos democráticos e progressistas do “mundo da cultura” e as forças sociais e políticas das camadas subalternas, elas existiam, potencial e realmente. O que a ditadura operou foi a obturação dos canais que permitiam e propiciavam tais ligações. A partir de 1964, aqueles segmentos do “mundo da cultura” passaram a dirigir-se a si mesmos – aqui sim podemos falar num corte devido à ditadura”. (NETTO, 2011a, p. 79)

democrática sofre uma inflexão para baixo. Para o referido autor, neste momento, política e cultura passam a embaralhar-se, pois “a impossibilidade de fazer política, posta a ditadura, não engendrou somente a politização da cultura – a cultura converteu-se em sucedâneo e substitutivo da política” e o “ato de cultura passou a ser, imediatamente, o ato contra o regime político”. (NETTO, 2011a, p. 80). Por estas trilhas, o cerco ao mundo da cultura, segundo Netto (2011a), provoca mediamente a emersão de uma “*matriz irracionalista* no mundo da cultura”:

Quase imperceptivelmente, a princípio, depois de modo evidente (e tanto mais vigoroso quanto mais fica explícito o projeto “modernizador” do regime), *começa a instalar-se no circuito cultural uma matriz irracionalista: a impermeabilidade da realidade sociopolítica aos influxos das demandas expressas pela manifestação cultural começa a dar lugar a um sentimento de impotência nos protagonistas culturais; se à razão da cultura não equivale a razão da sociedade – como parece mostrar a marcha da ditadura – é porque ambas as razões são ineptas. A pouco e pouco, como a cultura se revela incapaz de incidir sobre a sociedade tal como projetavam seus autores, a falência (aparente) da razão política antiditatorial é convertida em falência (efetiva) da razão e da cultura. A falta de perspectivas políticas em face da ditadura transfere-se, dado que a atividade cultural fora posta como sucedâneo da ação política, para o domínio da cultura. (NETTO, 2011a, p. 80, grifos nossos).*

No entanto, esse *veio irracionalista* somente se apresenta em seus traços mais essenciais entre 1968-1969. É, pois, com o AI-5 que o *regime reacionário* transita para o *regime “militar-fascista”* que, por sua vez, instaura “um terrorismo cultural sistemático”. (NETTO, 2011a, p. 80-82). Desse modo, tal regime reforça mecanismos repressivos sobre a sociedade e, principalmente, passa a *combater* determinados grupos que haviam transitado para a *oposição armada*. Mas além do combate a tais segmentos armados, outro importante objetivo do regime foi combater o *bloco cultural que havia inspirado* tais segmentos. Neste sentido, a contenção do “mundo da cultura” – anteriormente expressa – (entre 1964-1968) foi substituída por seu desmantelamento, de tal modo que entre 1968-1969 até 1974-1975, logo, instaurou-se o que Netto (2011a) chamou de “*vazio cultural*”. (NETTO, 2011a, p. 82-83)¹²⁶. Nesse bojo, as *correntes irracionalistas* na cultura adquiriram ponderação de monta (especificamente entre 1968-69 até 1972)¹²⁷.

¹²⁶ É preciso afirmar que, para o autor, existiram resistências (*parcas, mas reais*) engendradas no período do *vazio*: uma minoria de intelectuais (Como Érico Veríssimo e Alceu Amoroso Lima) e artistas (como Chico Buarque) e de poucas agências da sociedade civil. (NETTO, 2011a, p. 88-89, grifos nossos).

¹²⁷ “A nova ponderação de que se revestem as correntes irracionalistas expressa-se na rápida, meteórica e fugaz afirmação da *contracultura*, que ocorre na sequência do terrorismo estatal desatado a partir de 1968-1969 e vige, aproximadamente, até 1972. O que o tropicalismo segregava é redimensionado numa postura de absolutização reificada da subjetividade, num niilismo em que o desespero alia-se à capitulação diante das restrições que a ditadura põe à criação intelectual. Os eixos da dinâmica cultural democrática e progressista – o racionalismo, o historicismo e o humanismo – são substituídos (como anacrônicos, superados e carentes de capacidade para dar

No entanto, uma política cultural de corte “positivo” (o “promocionalismo”) passa a ser impulsionada na abertura dos anos setenta, ainda no seio daquele *vazio*. (NETTO, 2011a, p. 84). Por um lado, existiam intenções no sentido de apagar os contributos da hegemonia cultural progressista e democrática que vigeu até o primeiro lustro de 1960, por outro, e em concomitância, a promoção de tendências alternativas a ela também são levada a cabo. Por estas trilhas, efetiva-se uma revisão do passado com o intento de desqualificá-lo “em proveito de um radicalismo abstrato ou de vertentes estético-culturais que eludiam a questão central do realismo artístico”¹²⁸. (NETTO, 2011a, p. 85). É nesse espaço configurado pelo *vazio cultural* que o referido autor afirma haver uma *ampliação do pensamento heideggeriano na universidade*. Tratava-se de um existencialismo não de combate, “mas de uma perspectiva que, no limite, conjuga-se com o desesperado capitulacionismo que, em nível chão, a contracultura expressa”¹²⁹.

Todavia, apesar da presença de ingerências de perspectivas irracionalistas, Netto (2011a) sinaliza que, nos anos do referido *vazio*, igualmente se adensa e avança *uma nova corrente racionalista* – mas que contribui “à cruzada desideologizante” que marca o período e que é tolerada pelo regime autocrático burguês”. (NETTO, 2011a, p. 86). De acordo com o referido autor, essa corrente não pode ser identificada com o racionalismo tradicional do positivismo¹³⁰, mas se trata de uma corrente inédita no país, e que permeia principalmente a universidade – com fortes ingerências europeias, essencialmente francesas. Em termos claros, *trata-se do pensamento estruturalista*.

conta da “situação”) pelo arbítrio de uma volição individual que só encontra na existência, dos indivíduos e da sociedade, o caos e o fragmento sem sentido”. (NETTO, 2011a, p. 83)

¹²⁸ “[...] o período do *vazio cultural* assinala uma reinterpretação da herança cultural que conduz tanto à legitimação do irracionalismo da contracultura e do vanguardismo asséptico como à proposição de “modelos” de excelência artístico-literária – num andamento em que se deram as mãos os filhos desesperados do AI-5 e os representantes mais antigos do pensamento de raiz tecnocrática que alimentava certas vanguardas poéticas. *No âmbito das ciências sociais, então duramente golpeadas, esta reinterpretação – a que não é alheio um recrudescimento dos influxos das velhas e novas formas da matriz positivista* – consistiu frequentemente na denúncia do “ideologismo” da tradição crítica *que até aí se acumulara, num movimento que marcará profundamente a sua evolução e atingirá em cheio as novas gerações intelectuais, com releituras tendentes (estivesse ou não este elemento claro na consciência dos analistas) a desqualificar componentes axiais do passado cultural recente*” (NETTO, 2011a, p. 85-86, *itálicos nossos*). (“[...] nesta “releitura” da tradição pesará amplamente a influência do “marxismo acadêmico” tolerado pela ditadura”). (NETTO, 2011a, p. 86, em nota de rodapé, *grifos nossos*).

¹²⁹ “Sem colidir com pressupostos idealistas e, ao mesmo tempo, oferecendo sugestivas alternativas ao positivismo grosseiro, o engenhoso irracionalismo de Heidegger propiciava a seus adeptos um olímpico distanciamento da dura realidade brasileira, que contemplavam, às vezes com ares de uma grande recusa”. (NETTO, 2011a, p. 86).

¹³⁰ E este último será redinamizado pelo pensamento “tecnocrático, asséptico” encontrando “enorme estímulo sob a autocracia burguesa” (NETTO, 2011a, p. 87).

“[...] nas suas variadas e distintas facetas, da antropologia de Lévi-Straus ao marxismo de Althusser, passando pelo privilégio das estruturas linguísticas e por uma crítica literária centrada na gravitação quase exclusiva da forma. *A avalanche estruturalista sobre a cultura brasileira posterior a 1964, mas adensada nos imediatos desdobramentos do AI-5, praticamente não se defrontou com resistências ponderáveis* – e não por razões intelectuais, mas sobretudo porque se operou em condições nas quais o debate franco e aberto estava efetivamente interdito. Sem entrar na discussão interna do pensamento estruturalista – esta típica manifestação do neopositivismo –, cabe assinalar que ele constituiu o eixo do que mais atuante subsistiu no âmbito acadêmico, dos anos do vazio cultural à emergência clara da crise da autocracia burguesa. *E sua voga comportou elementos indispensavelmente positivos* – entre os quais, ressalte-se, uma valorização do rigor analítico em detrimento dos impressionismos e um renovado interesse por áreas do saber até então pouco contempladas pela atenção intelectual (por exemplo, os estudos linguísticos). *Seu papel ideal mais saliente, entretanto, foi a função “desideologizante”* que desempenhou: dadas as suas características neopositivas o anti-historicismo, o formalismo, o epistemologismo) e dadas as condições sócio-históricas em que hegemonizou os segmentos intelectuais progressistas, basicamente no interior da universidade, *o estruturalismo contribuiu eficazmente no Brasil para neutralizar os vetores críticos (e crítico-dialéticos) do mundo da cultura. Especialmente na escala em que nutriu amplamente o “marxismo acadêmico” (e, aqui, a influência da obra de Althusser ainda requer uma análise cuidadosa), ele respondeu por uma cultura de esquerda inteiramente asséptica – descontada, naturalmente, uma “leitura científica” de Marx que o tornava palatável a uma infinita gama de gostos. Justamente esta funcionalidade do pensamento estruturalista (que, ademais, enquanto racionalismo limitado, abre flanco a uma “complementação” irracionalista) esclarece a tolerância e, em muitos casos, o estímulo de que ele desfrutou nos piores anos da ditadura.* (NETTO, 2011a, p. 88, itálicos nossos).

Mas além de constituir um espaço mais favorável a correntes irracionaisistas à la Heidegger e/ou a vertentes “racionalistas” do marxismo à la Althusser, é preciso assinalar que o período do *vazio* guarda o embrião de outro polo da *política cultural* da ditadura, qual seja: sua face “positiva”. Neste sentido, o *regime de abril* avança no *promocionalismo*: “[...] não só se punha na ordem do dia essa implementação como, também, já se articulava a sua *formulação* sistemática e oficial”. (NETTO, 2011a, p. 90). Pela primeira vez o regime autocrático formula efetivamente uma programática cultural que se sobrepõe às dimensões mais repressivas (que marcaram o período de 1964-1968 e, principalmente, 1969-1973), no entanto, neste momento a própria ditadura já começa experimentar seu ocaso (NETTO, 2011a, p. 93).

Ainda é importante ressaltar que, nessa voga estruturalista na universidade brasileira, o marxismo althusseriano se torna uma corrente ou vertente no interior de uma tradição marxista que marca ingerências em diversos cursos universitários, dentre os quais, – e talvez mais indiretamente – no próprio Serviço Social. Neste terreno, a aproximação de alguns assistentes sociais à vertente estruturalista, realmente, operou-se muitas vezes pela busca de subsídios teóricos em pensadores, divulgadores, (entendidos como *de referência*)

especialmente vinculados às chamadas Ciências Sociais, efetivamente nos cursos de pós-graduação nos anos 1970 –, tome-se como exemplo o caso de Miriam Limoeiro Cardoso.

Neste ponto, já temos uma breve visualização de como o Serviço Social colide com distintas vertentes da tradição marxista no contexto brasileiro, isto é, na esteira do que é possível na realidade brasileira levando em consideração suas condições sócio-históricas. Se segmentos profissionais, como observamos, aproximam-se da tradição marxista pela via de grupos ou movimentos político-partidários (via PCB, Ação Popular-AP, dentre outros.), outras parcelas, evidentemente, achegam-se pela via do marxismo “possível” ou “tolerado” nas universidades.

2.7 - O processo de renovação do Serviço Social brasileiro no quadro do regime autocrático burguês

Seguindo a linha interpretativa de Netto (2011a, 116-117), como já sinalizado páginas acima, o movimento/processo de renovação do Serviço Social brasileiro¹³¹ deve ser pensado no quadro da dinâmica e crise da ditadura civil-militar de 1964. Nestas circunstâncias, o Serviço Social recebe ingerências do regime autocrático burguês, pois está inserido num cenário de novos condicionantes (im)postos por tal regime. Se, por um lado, tais condicionamentos exigem novas características da prática profissional realizando um corte com o tradicionalismo profissional – e aqui, por exemplo, temos uma exigência cada vez maior da tecnificação –, por outro, até a década de 1960 e início de 1970 nos discursos e nas ações governamentais também há componentes de “validação e reforço” do Serviço Social tradicional. Por meio destes últimos componentes, determinadas demandas estatais tanto preservam as características de subalternidade e docilidade dos profissionais como meros executores de políticas sociais (reiterando e impulsionando as formas tradicionais de atuação) quanto barram qualquer intenção mais radical da categoria que se posicionasse contra o *status quo* (Ibid. p. 118).

No entanto, é preciso sinalizar para alguns vetores engendrados pela autocracia burguesa que incidem sobre a profissão tanto sob a *práxis/atividade* profissional quanto na incorporação de teorias sobre a sociedade. Conferimos destaque para esta última questão. Dentre outros pontos, remetemo-nos também ao aprofundamento do capitalismo monopolista e sua incidência no Brasil; ao aguçamento da *questão social* e de suas expressões; à expansão das políticas sociais de caráter assistencial e da repressão estatal em benefício do *grande capital*; à expansão do mercado de trabalho público e privado para os assistentes sociais; aos fenômenos de laicização e tecnificação da profissão; à entrada do Serviço Social na universidade e à conseqüente incorporação de tradições intelectuais, dentre outros.

¹³¹ Para Netto (2011a), entende-se por renovação do Serviço Social brasileiro “[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de *legitimação prática através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.*” (Ibid. p. 131, itálicos nossos).

Parte-se da constatação de que a sociedade e o Estado sofrem modificações de monta durante o período autocrático sob o comando do grande capital¹³². Neste cenário, o Serviço Social sofre ingerências em sua prática¹³³, tendo seu mercado de trabalho alargado em virtude do aguçamento da *questão social* que se expressa/mostra de distintos modos e formas (miséria, desemprego, “violência”, etc.) – *corolários de uma sociedade predominantemente regida pela propriedade burguesa* –, e que exigem redobrada intervenção estatal mediante políticas sociais¹³⁴ (e via grandes e médias empresas privadas, e, em menor medida, através de organizações filantrópicas, num quadro de crescimento industrial e de consolidação do capitalismo monopolista). Essa expansão do mercado de trabalho é ainda maior do que aquela registrada na década de 1940, portanto, neste contexto que delinea o período autocrático burguês é que será *consolidado um macroscópico mercado nacional de trabalho* para os assistentes sociais¹³⁵. (NETTO, 2011a, p. 118-122, itálicos nossos).

No entanto, a expansão deste mercado profissional impôs novas exigências à prática profissional, pois a racionalidade exigida pela burocracia administrativa pautada na *modernização conservadora* demarcou sua influência nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, exigindo dos mesmos uma postura “moderna” que pudesse ser compatibilizada com as normas e finalidades da racionalidade da autocracia burguesa. Em outros termos, houve a exigência de uma postura profissional que fosse harmônica à racionalidade da ditadura civil-militar. Neste sentido, a *prática burocratizada e interdisciplinar*, requisitada pelos moldes burocrático-administrativos como exigências para a profissão, impulsionou as bases para a erosão do Serviço Social tradicional, pois conferiu a este um novo delineamento teórico-racional que gradativamente “destruía” os históricos traços do tradicionalismo antes majoritariamente pautado por supostos humanistas abstratos e destituído de uma clara sistematização prática. Portanto, o perfil exigido pelo mercado de trabalho foi modificado. Agora ele passa a requisitar um profissional que norteie sua prática

¹³² “Se, realmente, a autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou, como tendência e facticidade, para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social, justamente pela instauração [...] [de] *condições novas* [...]. tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital”. (NETTO, 2011a, p. 118, itálicos originais).

¹³³ E também no nível da formação profissional. (NETTO, 2011a, p.119).

¹³⁴ Donde as alternativas interventivas nunca excluem totalmente a repressão.

¹³⁵ A gestação de um mercado nacional de trabalho para a profissão de Serviço Social foi deflagrado em meados dos anos 1940, mas somente nos anos cinquenta e na abertura de 1960 é que tal mercado se expande. Esse fato se relaciona com o período conhecido como de industrialização pesada. No entanto, esse processo de expansão do mercado de trabalho é ainda, em sua totalidade, um processamento em vias de consolidação. (NETTO, 2011a, p.119-120). Aqui sinalizamos também as transformações nas próprias instituições estatais como, por exemplo, no sistema previdenciário, alvo de reformas em meados de 1966-1967.

por procedimentos racionais em detrimento de determinados traços tradicionais da profissão. (NETTO, 2011a, p. 123).

Por outro lado, para produzir um profissional “moderno”, a *política educacional* da ditadura adquire protagonismo. Ela modifica os mecanismos da formação profissional de assistentes sociais realizando *uma expansão e refuncionalização/laicização das agências de formação*. Neste processo, no bojo da autocracia burguesa, “[...] *o ensino de Serviço Social é inserido “no âmbito universitário”* (NETTO, 2011a, p. 124-125, grifos nossos) e, em pouco tempo, a formação profissional tem que se adequar a determinados requisitos formais próprios da *academia* e de imposições que a autocracia burguesa colocava à universidade (Ibid. p. 125). Portanto, a parca aproximação com as *ciências sociais da década de 1950* (aproximação no mínimo problemática, por exemplo, o próprio marxismo é incorporado como disciplina isolada, pelas ciências sociais) (NETTO, 1989, p. 95-96) só é realmente concretizada no contexto da autocracia burguesa. Neste momento, o Serviço Social recebe influências da psicologia, da sociologia e da antropologia. Por estas trilhas, gradativamente, desconstrói-se a histórica *ausência de tradições intelectuais e investigativas*. No entanto, é preciso assinalar que essa mesma formação também é permeada principalmente por aquelas *disciplinas sociais* permitidas e/ou impulsionadas pelo quadro imposto pela autocracia burguesa e por seu viés tecnocrático. (NETTO, 2011a, p. 126).

Todavia, contraditoriamente – e é de suma importância salientar –, *a própria autocracia burguesa, ao gestar as condições para a renovação do Serviço Social, cria, concomitantemente, um espaço favorável para o surgimento de práticas e/ou concepções contrapostas aos seus interesses e/ou às suas demandas*. Explica-se: se por um lado, em meados da década de 1970, constrói-se um acervo significativo de elaborações teóricas sobre a profissão devido à sua inserção na universidade pública (ou seja, a autocracia proporciona um espaço de aproximação do Serviço Social com debates teórico-metodológicos sem os quais, para Netto (2011a), a profissão não poderia nem gestar uma massa crítica, nem atender às requisições modernizadoras da ditadura civil militar); por outro lado, *esta mesma inserção (nos quadros das universidades) faz com que o Serviço Social também disponha de condições favoráveis a criação de debates “teórico-metodológicos e crítico-analíticos” que questionem as bases da própria autocracia burguesa* (NETTO, 2011a, p. 129-130, itálicos nossos). Progressivamente o Serviço Social, ligado à universidade e se laicizando, é obrigado a assimilar as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, consequentemente, dando saltos de qualidade na produção científica, principalmente com a criação dos programas de pós-

graduação¹³⁶ *stricto sensu*. Além desse avanço, o Serviço Social, paulatinamente, procura dialogar com outras áreas das ciências sociais, aumenta seu quadro docente e passa a ser reconhecido por entidades de fomento à pesquisa. Portanto, estão dadas as condições essenciais para o seu amadurecimento acadêmico-profissional. (IAMAMOTO, 2008, p. 216). A partir do processo da inserção do Serviço Social no quadro maior da autocracia burguesa e de seu programa modernizador, a profissão (agora *laicizada*) começa a dialogar com outras áreas acadêmicas. Gesta-se um paulatino pluralismo profissional¹³⁷ com distintas vertentes que são construídas no bojo do movimento – ou processo – de renovação.

Para Netto (2011a, p.131) a “*validação teórica*” segundo a qual o Serviço Social procura assentar suas bases é – para além da busca pela legitimação prática – a “pedra de toque” do processo renovador. O esforço por tal validação contribui para abertura de perspectivas que possibilitam o diálogo – que, para autor, não passou livre de controvérsias – entre a profissão e os problemas e disciplinas das *ciências sociais*. Ao realizar a incorporação dessas questões atinentes àquelas disciplinas, os profissionais atuam como interlocutores com as fontes fornecedoras de elementos teóricos, e não mais apenas como meros receptores, como historicamente fizeram com os produtos e subprodutos do legado da tradição positivista.

Como resultado dos esforços pela *validação teórica*, o grau de abrangência das discussões teóricas busca fundamentar todos os processos profissionais e seus passos interventivos. No entanto, essa mesma abrangência recorre a um *rol extremamente diverso de fontes teóricas, ideológicas e culturais no sentido de realizar tal fundamentação*; mesmo assim, segundo o referido autor, um salto qualitativo é dado na medida em que há uma ênfase em análises críticas sobre o próprio Serviço Social que, então, é questionado –, tornando-se objeto de pesquisa (NETTO, 2011a, p.132-133, *itálicos nossos*).

No que diz respeito às instâncias organizativas da profissão, aquele esforço de validação teórica também compareceu em seus congressos, seminários, palestras, dentre outros, sinalizando um alargamento das discussões nestes locais – que antes eram esmagadoramente referentes à “[...] celebração da profissão” (NETTO, 2011a, p. 134) –

¹³⁶ Os primeiros programas de pós-graduação gestam-se no começo da década de 1970 em universidades católicas. Em 1976 o primeiro programa de pós - graduação *stricto sensu* numa universidade federal é criado na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O que importa aqui é afirmar a expansão dos programas pelo Brasil a partir de 1970. (IAMAMOTO, 2008, p. 216-217, em rodapé).

¹³⁷ Para Iamamoto (2013): “Enquanto o pluralismo implica o embate e o debate de diferentes posições, o ecletismo expressa-se como conciliação no plano das ideias, fruto, inclusive, da tradição de conciliação política predominante em nossa formação histórica e social” (Ibid. p. 211-212).

revelando um espaço de debates que comportou divergências e até mesmo contestações ao direcionamento de determinadas entidades representativas. Para Netto (2011a), a partir do que foi exposto acima, quatro aspectos sintetizaram as questões decisivas do processo de renovação do Serviço Social brasileiro:

a) a instauração do *pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional*, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a *crescente diferenciação das concepções profissionais* (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social) *derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas*, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas d) a constituição de segmentos de vanguarda, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa. (NETTO, 2011a, p. 135-136, grifos nossos).

É neste cenário delineado por Netto (2011a) que o Serviço Social brasileiro buscou se apropriar de “novas” teorias que pudessem dar suportes para a compreensão do seu *modus operandi* e, também, servir de subsídios para a apreensão da própria realidade.

No quadro autocrático burguês, já temos o processamento dos “três” *principais* direcionamentos levados a efeito por segmentos da categoria profissional, que são compreendidos pela análise de Netto (2011a) em três perspectivas: a *modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*¹³⁸. Tais vertentes (do processo de renovação) foram engendradas no movimento real no qual diversos profissionais (que foram os protagonistas) nele inseridos construíram debates – em encontros, seminários, etc., – e, posteriormente, sintetizaram suas ideias em documentos e/ou livros. É através destes últimos – e obviamente de outras leituras –, do registro das falas, dos debates nos colóquios realizados na época, dentre outros, que Netto (2011a) resgata e analisa tais vertentes.

¹³⁸ A análise profunda de tais vertentes não constitui objetivo precípua de nossa pesquisa. Neste sentido, assinalamos que na bibliografia mais expressiva da profissão existem poucas indicações acerca do processamento daquelas. Dessa forma, o debate atual ainda é praticamente monopolizado por Netto (2011a). Portanto, nesse momento de nossa pesquisa existiam dois caminhos mais claros a seguir: 1º) revisitar com alguma suspeição toda bibliografia estudada por Netto, ou 2º) tomar estas últimas como análises percucientes e, logo, utilizá-las como base de fundamentação para nossas argumentações. Nossa escolha pela segunda opção se justifica, não somente pelo reconhecimento da pertinência das análises do referido autor, mas também apontando para a impossibilidade momentânea de revisitar grande parte da larga bibliografia estudada por J. P. Netto. Nesta escolha também jogam a insuficiência bibliográfica e documental para consulta e as próprias limitações temporais do mestrado.

2.7.1 - As perspectivas renovadoras

Como já observamos, as *principais* linhas de reflexão da elaboração profissional do processo de renovação se condensam em três momentos. O primeiro se inicia efetivamente a partir de 1965, o segundo a partir de 1975 e o terceiro a partir de 1980¹³⁹.

Inserida no processo de erosão das bases tradicionais da profissão, a reflexão profissional rumou em três principais direções: a primeira delas, *a vertente modernizadora*, foi incorporada majoritariamente pela categoria tanto por manter eixos de continuidade com certos traços do legado acumulado pela profissão no quadro anterior, quanto por sua funcionalidade frente às demandas da ditadura civil militar (DM-64).

A primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora* para as concepções profissionais – um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto um instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado nos marcos de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos sessenta – seus grandes momentos, sem dúvidas, são os textos dos seminários de **Araxá e Teresópolis** –, revelar-se-á um eixo de extrema densidade no envolver da reflexão profissional: não só continuará mobilizando energias nos anos seguintes como, especialmente, mostrar-se-á aquele vetor de renovação que mais fundante vincou a massa da categoria profissional. (NETTO, 2011a, p. 154, itálicos do autor).

Esta vertente tem seu núcleo voltado para pensar o Serviço Social como uma profissão interventiva, dinamizadora e integradora no processo de *desenvolvimento*. Os traços de continuidade são selecionados e, neste contexto, nota-se a exclusão de perspectivas contestadoras. Para Netto (2011a), o que dá peculiaridade a esta perspectiva é a nova fundamentação de que se serve para legitimar suas operações profissionais. (Ibid. p. 154-155)

Se, neste âmbito, constatam-se reiteraões da tradição, registram-se avanços inequívocos, com aportes extraídos do back-ground pertinente ao *estrutural funcionalismo norte-americano*. Este é o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-lo numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora. (NETTO, 2011a, p. 155, grifos do autor).

¹³⁹ O impulso inicial das vertentes renovadoras (e de seus encontros) partiu do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), posteriormente veio o incentivo pela via acadêmica e, por fim, soma-se a esses o caráter interventivo de organismos profissionais sindicais, científicos, etc. (NETTO, 2011a, p. 152).

Num primeiro momento, essa vertente é impulsionada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), mas posteriormente, com a refuncionalização da universidade pela autocracia burguesa esta última se torna encarregada de reproduzi-la. Cabe lembrar que o âmbito acadêmico, nesse momento, encontra-se *fortemente inspirado em matrizes neopositivistas norte americanas*. (NETTO, 2011a, p. 156). A vertente modernizadora, primeira expressão da renovação brasileira do Serviço Social, emerge em 1965 no Encontro de Porto Alegre. Sua formulação é afirmada ao cabo do conhecido Seminário de Araxá-MG em 1967 (*Seminário de Teorização do Serviço Social*) e tem seu ápice nos trabalhos de Teresópolis-RJ em 1970. Ambos os eventos foram patrocinados pelo CBCISS e deles resultaram dois importantes documentos: o *Documento de Araxá* e o *Documento de Teresópolis*.

Tais documentos expressam uma vinculação – de viés peculiar¹⁴⁰ – com a ideologia política do *desenvolvimento*, dilema central no cenário brasileiro. De acordo com o autor citado, *subdesenvolvimento e desenvolvimento*, para os formuladores da vertente modernizadora, são compreendidos numa relação de continuidade como etapas que, se implementadas racional e planejadamente, rumariam para a superação dos elementos impeditivos do *processo de desenvolvimento* – por vezes identificado com *processo de modernização*.¹⁴¹ Essa vinculação padece, é óbvio, das ingerências próprias do governo *golpista* que, além de impulsionar tal *desenvolvimento*, estabelece um ambiente não propício à emergência de perspectivas (profissionais que fossem) alternativas ao seu domínio. É neste sentido que a autocracia estabelece um ambiente favorável às formulações de Araxá e Teresópolis que, em contrapartida, sincronizam-se à *ordem* posta. (Ibid. p. 166-167).

Não entraremos diretamente em todos os aspectos das análises que Netto (2011a) desenvolveu sobre o encontro de Araxá-MG. Somente atentamos para o fato de que, para o autor, ao cabo do *Documento de Araxá*, o Serviço Social aparece como uma profissão que “tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento, entendido este como um processo de planejamento integrado de mudança nos aspectos econômicos, tecnológicos,

¹⁴⁰ Isto é: “aquele que corresponde às estratégias político-sociais que assumem o desenvolvimento como *processo induzido de mudanças para erradicar*, mediante um gradativo aumento dos *níveis de bem-estar social*, o quadro de causalidades potencialmente conversíveis em vetores de alimentação de um caudal revolucionário” (NETTO, 2011a, p. 166, grifos nossos).

¹⁴¹ E “O processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além, naturalmente, da sincronia de “governos” e “populações” –, com uma consequente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em “problemas econômicos e sociais”. (NETTO, 2011a, p. 166-167).

socioculturais e político-administrativos”. (CBCISS apud NETTO, 2011a, p. 175). Os sentidos das mudanças propaladas estão condicionados ao *desenvolvimento*. Em relação às determinações teóricas de Araxá, a despeito da ênfase na operacionalidade técnica da profissão (e, diga-se, aqui a teoria “vem revestida pela tecnicidade”), a teoria não é cancelada: “existe uma clara dominância teórica a enformar o Documento de Araxá – é o *referencial estrutural funcionalista*”. (NETTO, 2011a, p. 176, itálicos nossos).

Já no encontro de Teresópolis-RJ, em 1970, reuniram-se 33 profissionais. *José Lucena Dantas* é o mais importante pensador. De acordo com Netto (2011a, p.180), Dantas oferece uma concepção articulada ao debate da “metodologia do Serviço Social”, e a mais compatível com a vertente *modernizadora*. Dantas, segundo Netto (2011a), filia-se à *tradição neopositivista*, sendo esta facilmente constatável em sua concepção metodológica¹⁴². A *perspectiva modernizadora* do Serviço Social tem seu ponto alto em Teresópolis. Nesse sentido, àquele atrelamento à *modernização conservadora* alcançado em Araxá, seguiu-se a reflexão sobre a *metodologia* (em Teresópolis). Se a noção de *desenvolvimento* permanece, e os valores ideológicos e culturais do encontro de 1967 não são ultrapassados, o legado *tradicional* se dissolve no “cariz operativo” determinado em Teresópolis. (Ibid. p. 190-191).

Por fim, cabe registrar que o ocaso do ciclo autocrático burguês sinalizou também o declínio desta vertente renovadora, algo que aponta para os estreitos laços entre ambos. Entretanto, e o ponto mais saliente para nossos objetivos, importa afirmar que não há dúvidas de que os profissionais colados à *vertente modernizadora* rejeitam e/ou ignoram a incorporação do legado da tradição marxista. Neste sentido, a *perspectiva modernizadora* emerge mais como alternativa aos grupos democráticos e progressistas no interior da profissão. Desse modo, Simionatto (1999) confirma que nos documentos de Araxá e Teresópolis “não se evidencia qualquer referência ao pensamento marxista em suas diferentes tendências”¹⁴³ (Ibid. p. 181).

A *segunda direção* do processo de renovação foi denominada por Netto (2011a) de “*perspectiva de reatualização do conservadorismo*”. Essa vertente, segundo o autor citado,

¹⁴² “para ele [Dantas], o método não passa de um jogo de *ordenações formais*, envolvendo” (Ibid. p. 183) “a matéria a ser ordenada e [...] os critérios utilizados para imprimir ordenação a essa matéria” (DANTAS apud NETTO, p. 183). Além dessa concepção metodológica, Dantas também reclama uma *neutralidade axiológica*. A despeito dessas últimas pontuações – que também contribuem para a vertente *modernizadora* – o que importa destacar é que em sua totalidade as concepções de Dantas fornecem respostas mais adequadas a duas demandas do processo de renovação: “a requisição de uma fundamentação “científica” para o Serviço Social e a exigência de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais”. (NETTO, 2011a, p. 183).

¹⁴³ “o que só *ocorrerá em 1978*, em mais um encontro promovido pelo CBCISS, no Centro de Estudos de Sumaré” (SIMIONATTO, 1999, p. 181), como veremos a seguir.

era a mais impermeável às mudanças gestadas naquele processo renovador¹⁴⁴. Diferenciando-se das demais, e a despeito de sua “*parca adesão na categoria*”¹⁴⁵, tal vertente teve um espaço propício para exercer suas ingerências. Seu polo difusor estava concentrado principalmente em algumas das universidades do Rio de Janeiro (RJ) e de São Paulo (SP). Em síntese, é na segunda metade da década de 1970 que emerge a perspectiva de *reatualização do conservadorismo*, cuja teorização aparece sintetizada nos colóquios de Sumaré-SP em 1978 e Alto da Boa Vista-RJ em 1984 (Ibid. p. 192-193). Netto (2011a) aponta para os eixos sobre os quais o encontro de *Sumaré (1978)* se defrontou:

O Seminário de Sumaré enfrentou três temas básicos: “a relação do Serviço Social com a cientificidade, a fenomenologia e a dialética. O primeiro é alvo de dois “documentos de base” – a cientificidade do Serviço Social” e “Reflexões sobre o processo histórico-científico de construção do objeto do Serviço Social” – preparados por dois grupos de profissionais, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo. (NETTO, 2011a, p. 197- grifos do autor).

O primeiro documento, referido na citação acima, foi redigido por um grupo carioca e nele, de acordo com Netto (2011a), os autores trataram de questões acerca da cientificidade e, logo em seguida, relacionando-as com o Serviço Social. Para Netto (2011a) “O passo prévio, que redundava na elaboração de um “modelo topológico de pesquisa”, tem por base uma concepção de ciência rigorosamente formalista. A translação ao Serviço Social remete às teses de Goldstein, esperavelmente funcionalistas” (NETTO, 2011a, p. 197), onde há a defesa de que as práticas científicas só são possíveis no Serviço Social se se leva em consideração aspectos epistemológicos e teóricos em primeiro plano, de modo que tais aspectos não sejam utilizados somente em proveito “de manipulações de caráter pragmático e terapêutico.” Assim, é necessário que se busque um “consenso intersubjetivo” sobre um determinado campo através do qual se estructurem conhecimentos “para uma posterior aplicação”. Ao recorrerem a Goldstein, segundo Netto (2011a, p. 198), os escritos do grupo carioca perdiam a

¹⁴⁴ “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, *repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico dialético, de raiz marxiana*. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o *traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional*; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: *o que se opera é uma reatualização dele*, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. O esforço se beneficia, de um lado, do descrédito cada vez mais generalizado do acervo proveniente do leito positivista; de outro, sua recusa às vertentes crítico-dialéticas se favorece do vulgarismo com que estas foram geralmente apropriadas no marco do Serviço Social. Assim, a lógica do “terceiro caminho” (Lukács) parece impor-se natural e facilmente: não é por um mero acaso que a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma *inspiração fenomenológica* [...]”. (NETTO, 2011a, p. 157, grifos nossos).

¹⁴⁵ Esta parca adesão é a concepção de Netto (2011a).

razão central do debate que emergia: “o questionamento da tradição profissional de raiz funcionalista”.

Já o grupo paulista, segundo Netto (2011a), no segundo documento, pautava-se por questões mais contemporâneas e entendiam que o Serviço Social não havia alcançado uma fase de ciência. Então, seus “redatores pensam que se deve discutir a construção do seu objeto mediante um “enfoque dialético” [sic!] que incorpore uma dupla perspectiva: a da “ciência” e a “dos modos de produção, das formações sociais e das conjunturas políticas” (CBCISS apud NETTO, 2011a, p. 198, grifos do autor). Elementos que não apareceram no documento do grupo do RJ, onde, segundo Netto (2011a), também não apareceram questões como “as relações ciência/classes sociais, os valores ideológicos e as diferentes filiações filosóficas etc”. (Ibid. p. 199). Todavia, para o referido autor, no documento paulista seus redatores operam com categorias que “reenviam ao “pensamento dialético” – *entretanto, fá-lo eclética e vulgarmente*”, *desse modo “a historicidade é compreendida sob a lente de Dilthey, a dialética recebe um tratamento francamente ininteligível e a própria “concepção dialética” acaba por se reduzir à construção do objeto”* (Ibid. p.199, itálicos nossos) a partir “da concepção da realidade enquanto movimento no processo histórico” (NETTO, 2011a, p.199)¹⁴⁶.

O vulgarismo que se encontra nestas formulações também pode ser observado em conferências da categoria. Dentre elas, há a referência às palestras de “Creusa Capalbo”. Uma professora que, no intento de divulgar didaticamente suas reflexões sobre a fenomenologia,

¹⁴⁶ Segundo Netto (2011a, grifos do autor) “*Depois de apanhar as “quatro formas da lei da dialética” (inspirados no Garaudy mais afeto ao marxismo-leninismo)*, os redatores pontualizam: “Neste trabalho, **a compreensão da categoria ‘dialética’ vincula-se à dialética hegeliana e coincide, em boa parte, com as quatro formas da sua lei básica, formuladas pela filosofia marxista**, ressaltando-se dois pontos, em decorrência de uma posição não idealista como em *Hegel e não materialista como em Marx*. [sic!]”

“– quanto à segunda forma da lei dialética [“mudança universal e do desenvolvimento incessante”], embora admitindo plenamente o dinamismo da realidade universal, ressalva-se a permanência de algo, seja um substrato, seja um componente de dada realidade que perdura, o que permite identificá-la mesmo depois de transformada”; “– quanto à terceira forma [“da mudança qualitativa”], embora admitindo que algumas mudanças qualitativas, outras, e com maior peso, decorrem de fatores cuja ação, por sua natureza, é suficiente para operar mudanças qualitativas, pois de outro modo seria admitir-se que a qualidade (natureza das coisas, dos seres, das relações entre eles) resulta de maior ou menor número de fatores quantitativos”. (Ibid. p. 199).

Nesta passagem explicitada por Netto (2011a), verificamos que se existem referências sobre a dialética, elas não se aproximam em nada dos textos marxianos. Em sentido contrário, verifica-se, ademais, o claríssimo vulgarismo sobre o qual repousa: as “*quatro formas leis da dialética*”. Igualmente, se no documento do grupo paulista (CBCISS) seus formuladores recorrem de algum modo e problemáticamente às ingerências do marxismo da URSS, essa constatação não invalida a tese que situa a década de 1970 como o primeiro momento efetivo de aproximação e interlocução sistemática do Serviço Social com a tradição marxista. Importa destacar aqui que as “leis da dialética” farão parte da obra dos formuladores do chamado “Método-BH”, isto é, dos próprios formuladores da vertente de intenção de ruptura.

acabou por fazer considerações acerca do “pensamento dialético”¹⁴⁷; no entanto, segundo as análises de Netto (2011a), tais análises resvalaram “em formulações insustentáveis, [e] *o que se oferece é uma caricatura do método dialético na tradição marxista*”. (*Ibid. p. 200, itálicos nossos*)¹⁴⁸.

Nessa perspectiva, importa salientar que a “remissão” ao pensamento “crítico-dialético”, como observado acima, *não recorre a Marx*, e ao explicar determinadas categorias aparentemente retiradas da tradição marxista, o que não passa de falsificação semântica¹⁴⁹, alia ecletismo e vulgarismo. Mas o que nos importa aqui é a asserção de que a perspectiva reatualizadora se contrapunha, à sua maneira, e se colocava como alternativa tanto à tradição marxista e à perspectiva de *intenção de ruptura* como à vertente que se arrimava no estrutural-funcionalismo. Nas palavras de Netto (2011a), a empreitada dessa *vertente restauradora*:

[...] deveria travar um duplo combate: deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração – supunha *reatualizar o conservadorismo*, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção”. (NETTO, 2011a, p. 203, itálicos nossos).

O que é mais característico dessa vertente será a reposição das ideias conservadoras sob nova aparência. Dentre outras características, nela comparece a “preocupação” com a valorização das elaborações teóricas – a produção de conhecimento –, inclusive no âmbito da formação profissional. No entanto, como sinalizado acima, paralela a esta concepção, há uma crítica aos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista – historicamente recolhidos pelo Serviço Social. Essa crítica abarca tanto o positivismo clássico como suas versões mais contemporâneas, cobrindo também o funcionalismo. A crítica se efetiva sobre a herança positivista e incide sobre “a interpretação causalista (e fatorial) da socialidade e a assepsia ideológica do conhecimento” (NETTO, 2011a, p. 205). Mas o que os formuladores da vertente reatualizadora objetivam é “deslocar a *explicação*, própria dos paradigmas

¹⁴⁷ Simionato (1999, p. 181) identifica temas e conceitos gramscianos presentes nas exposições de Capalbo.

¹⁴⁸ Observemos que Capalbo somente faz considerações sobre o “a dialética”, mas a sua intenção básica era a reflexão sobre a fenomenologia. Neste sentido, se considerarmos as análises de Netto (2011a) como pertinentes, não se pode inferir que haja em Capalbo qualquer sistematização de monta acerca do pensamento marxiano e marxista.

¹⁴⁹ “No discurso próprio a esta perspectiva são recorrentes, por exemplo, termos como dialética, práxis, totalidade, historicidade etc. *Entretanto, eventuais confusões com a tradição marxista devem ser postas na conta dos leitores inadvertidos* – os autores esclarecem de tal modo **o conteúdo semântico que atribuem a estes termos que não resta qualquer margem objetiva para equívocos** [...]”. (NETTO, 2011a, p. 207, em nota de rodapé, grifos nossos)

positivistas e neopositivistas, pela *compreensão*¹⁵⁰; e, ao negarem qualquer assepsia em seu trabalho teórico, os formuladores dessa vertente afirmam seus valores e objetivos profissionais com limpidez: na dimensão valorativa os princípios da ética cristã se destacam; no âmbito dos objetivos profissionais, destacam a recusa a “práticas ajustadoras e priorizam o que conotam como transformação social” (Ibid. p. 205). Mas o que realmente a vertente reatualizadora advoga é a colocação do Serviço Social como uma intervenção que deve se fixar “nas fronteiras da ajuda psicossocial”, processo que se dinamiza por meio do *diálogo* [dialógico] (NETTO, 2011a, p. 207, itálicos nossos).

Na outra ponta de sua crítica, como já apontado, a vertente *reatualizadora* se remete ao pensamento “crítico-dialético”. Os “reatualizadores” igualmente avançavam na oposição àquelas vertentes que: “*contrapunham-se ao tradicionalismo e criticavam a perspectiva modernizadora recorrendo aos influxos do pensamento crítico-dialético*”. (NETTO, 2011a, p. 202-203, itálicos nossos) Ela (a perspectiva reatualizadora):

“[...] mantém a postura discreta e que mais lhe convém no seu projeto (implícito) de revelar-se uma alternativa que o exclui. [...] às vezes *recorre adjetivamente a autores a ele conectados e no seu discurso os desavisados até podem imaginar que localizam categorias comuns à tradição fundada por Marx [dialética, práxis, totalidade etc.]* de outra parte, parece mesmo ignorá-lo e não estabelece qualquer polêmica franca e frontal – embora se socorra de fontes que não preservam uma atitude propriamente cândida. A linha de ruptura, contudo, é inquestionável: para além de incompatibilidades teóricas, metodológicas e ideológicas, funda-se elementarmente na *dissolução das determinações de classe nos processos societários*, que confere à concepção profissional da perspectiva de reatualização do conservadorismo o cariz nuclear do *transclassismo* [...]” (NETTO, 2011a, p. 207-208, grifos nossos).

Assim, nem positivismo, nem marxismo. O traço que mais se sobressai na vertente reatualizadora é o seu recurso à *fenomenologia* como suporte metodológico (NETTO, 2011a, p. 208). Segundo Netto (2011a, p. 209), antes do surgimento dessa perspectiva praticamente inexistiam referências ao pensamento fenomenológico no Serviço Social brasileiro. Entretanto, dado o seu pioneirismo, a inspiração fenomenológica dos formuladores da vertente reatualizadora é portadora de incorporações muito peculiares – em outros termos, problemáticas.¹⁵¹

¹⁵⁰ “:“Ao pensamento causal” quer-se substituir “um pensamento não-causal, **o fenomenológico**, cujo quadro de referência não é a explicação, mas a compreensão”. (CARVALHO *apud* NETTO, 2011a, p. 205, grifos nossos).

¹⁵¹ Por exemplo: haverá uma majoritária recorrência a autores/fontes não originais, com raríssimas exceções, [como as remissões ao filósofo Maurice Merleau-Ponty] (Ibid. p. 211). Neste sentido, nas palavras de Netto (2011a), “é discutível [...] uma elaboração fenomenológica que não assuma frontalmente a interlocução direta com Husserl, Heidegger, Scheler, Hartman ou Schutz. [...] [aqui] se está diante de construções cuja filiação à metodologia anunciada é frouxa e lassa, [...]”. (Ibid. p. 212). Em segundo lugar, ainda para Netto (2011a), há uma apropriação da fenomenologia que (salvo raras exceções) não demonstra questionamentos; assim o que se

Dentre os autores dessa perspectiva destacados por Netto (2011a), o nome de Ana Augusta de Almeida (e, logo, seu texto *elaborado como tese de livre-docência* em 1977-78) é o mais importante. Para Netto (2011), a concepção da autora, no que se refere à gênese da profissão, é essencialmente tradicional, não incorporando “nada [...] das problemáticas relativas às lutas de classes, às formas de manipulação ideológica, aos modos de controle das classes subalternas, à divisão social e técnica do trabalho, ao Estado etc (Ibid. p. 229)”. O estatuto profissional derivaria, então, de uma metodologia, isto é, a profissão seria resultado de paradigmas, modelos erigidos pelos assistentes sociais. Netto (2011a) afirma que a argumentação da referida autora sustenta uma visão endógena da profissão¹⁵². Almeida ainda defende o Serviço Social em sua gênese vinculado a Ação Social católica; resgata como positivo o fato de o Serviço Social se conectar aos supostos abstratos do “bem comum” valorizando a “pessoa humana” nos quadros dos programas nos quais intervinha. Depois de traçar alguns elementos da argumentação de Almeida, Netto (2011a) certifica que: “trata-se de uma elaboração que deriva expressamente do solo do pensamento conservador, absolutamente conforme as mais consagradas tradições do Serviço Social de extração católica.” (NETTO, 2011a, p. 232);

[...] é a partir desse solo original que se pode dimensionar a particularidade de Almeida: a consecução do duplo combate (marxismo e positivismo) travado pela perspectiva da reatualização do conservadorismo – a polêmica contra as tendências da modernização, de um lado e a luta contra as tendências da tradição marxista no campo profissional, de outro –, levado a cabo mediante o recurso a formas que se pretendem novas de fundamentação teórico-metodológica e profissional. (NETTO, 2011a, p. 232-233).

Ao arrematar a análise sobre a obra de Almeida, o referido autor a circunscreve nas fronteiras da *ajuda psicossocial*. “A centralização nos sujeitos [...] abre a via não apenas à subjetivação, mas à psicologização” (Ibid. p. 244). Por estas vias, a “nova proposta” de

gesta é “um método fenomenológico que parece conformado”, resignado, “na ausência de confrontos, pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratário aos grandes debates da contemporaneidade – o que, obviamente, é pura ficção (ou deformação)” (Ibid. p. 213). Por fim, outra questão que Netto (2011a) salienta é o empobrecimento das categorias fenomenológicas que – ignorando questões as mais complexas – “aparecem no Serviço Social com uma clareza [que é] suspeita” (Ibid. p. 214); não aparecem dificuldades; a intersubjetividade parece se desenhar facilmente, sem mais esforços clarificadores. A riqueza do debate (Dilthey, Husserl, Weber, Heidegger e Gadamer) sobre problema da “*explicação*” e da “*compreensão*” é diluída em uma concepção vulgarizada, “as duas categorias colocadas simplesmente como antitéticas e nucleadas polarizadamente em causalidade e teleologia” (Ibid. p. 215). Portanto, nessa vertente há um reducionismo e simplificação da fenomenologia, “aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados frequentemente segundo uma ótica elementar e eclética”. (NETTO, 2011a, p. 215).

¹⁵² O raciocínio de Almeida defende a tese de que “[...] os assistentes sociais, mediante a produção de uma “metodologia” e uma “disciplina”, engendram o Serviço Social” –, ela não faz qualquer alusão a “contextualização sócio-histórica e ideocultural desse protagonismo” (NETTO, 2011a, p. 229, grifos do autor) – profissional.

Almeida não ultrapassa o campo do tradicionalismo profissional, mas “recupera o que há de mais consagrado no tradicionalismo profissional: a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante. Recupera, especialmente, a intervenção em nível de microatuação [...]” (Ibid. p. 245). Portanto, conclui-se que obra de Almeida expressa com mais afinco a vertente reatualizadora.

A *terceira vertente* renovadora, e a mais importante para nossos objetivos, é a *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional¹⁵³. Diferentemente das primeiras, ela se notabiliza pela crítica radical que dirige ao Serviço Social tradicional e aos seus pressupostos teórico-metodológicos e ideopolíticos. Efetivamente, tal vertente “[...] manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2011a, p. 159). Ela toma forma, precipuamente, pelas elaborações de docentes e profissionais com formação intelectual e acadêmica. Dado importante é que essa vertente promove um resgate crítico daquelas tendências que visavam rupturas políticas e sociais no sentido de ajustar as respostas profissionais às demandas do desenvolvimento do país – existentes no período pré-1964. Em linhas gerais, Netto (2011a) sintetiza sua evolução temporal:

“[...] Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista [...] e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: *sua emersão inicial (configurada no célebre “Método Belo Horizonte”)*, na primeira metade da década de setenta, permaneceu por longos anos um signo isolado. À medida que avança a crise da ditadura, e o “marxismo acadêmico” a que aludimos [...] se desenvolve, ela se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual; quando a autocracia burguesa entra na defensiva e se processa a transição democrática, ela empolga vanguardas profissionais, fortemente mesclada ao novo irracionalismo [...]. Na primeira metade dos anos oitenta, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressonante na relação entre esta e a sociedade – e de forma tal que fornece a *impressão* de possuir uma incontestada hegemonia no universo profissional. (NETTO, 2011a, p. 159-160, grifos nossos).

¹⁵³ Essa vertente recebe tal denominação “por falta de melhor designação” (NETTO, 2011a, p. 247), mas também por que Netto (2011a) afirma que “*no seu perfil, [há] um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la*”. Todavia, o que importa nesse momento não é registrar a globalidade da proposta da intenção ruptura com o tradicionalismo profissional, mas demonstrar o movimento real da profissão em sua interlocução com a tradição marxista.

Claro está que o plano de fundo da emergência da vertente de *intenção de ruptura* só se torna possível com a *erosão do regime autocrático burguês*¹⁵⁴, inserida num processamento de *ascensão de inúmeros movimentos reivindicativos* (classe operária, estratos das “camadas médias”, etc.) e de demais movimentos sociais. *Esta vertente nasce* “no quadro da estrutura universitária brasileira¹⁵⁵” *no início dos anos de 1970*, tendo como exemplo notório, como materialidade *principal*, o “*Método-BH*” – *que, diga-se de passagem, se ergue numa universidade privada, onde possivelmente existiam menos restrições por parte do regime autocrático*¹⁵⁶ –. No entanto, para Netto (2011a, p. 247-252), (no debate profissional) tal vertente será marginal até o final da década de 1970, somente se espraiando efetivamente para o conjunto da categoria nos anos 1980.

Se comparada às demais vertentes renovadoras, observa-se que a perspectiva de *intenção de ruptura* está predominantemente colada à universidade, pois a repressão que incide sobre estas instituições de ensino (em finais dos anos de 1970) se mostra menor em relação aos demais meandros da sociedade – a *academia* é o *locus* privilegiado de debates contrários à autocracia burguesa¹⁵⁷. Não há dúvidas de que fora deste espaço tal perspectiva tem um importante número de adeptos, porém tal adesão se efetiva principalmente a partir de 1979 nos congressos da categoria e em seus organismos representativos. Fato que não se fez acompanhar nos espaços sócio-ocupacionais, isto é, nas demais instituições empregadoras de

¹⁵⁴ Essa vertente colidia com a ordem autocrática nos planos teórico-cultural e político. Em qualquer uma de suas formulações expressava o caráter opositor a autocracia burguesa. Isso denota sua oposição às demais vertentes e, em grande medida, responde por sua trajetória peculiar. (NETTO, 2011a, p. 248).

¹⁵⁵ A inserção da profissão na universidade é considerada por Netto (2011a, p. 249-250) como um dos elementos principais que influíram sobre o processo de renovação da profissão. No entanto, no caso da vertente da intenção de ruptura esta inserção é fundamental para sua emergência. Postas as restrições da autocracia burguesa, tanto no setor público quanto no privado, não havia espaço dócil ao surgimento da perspectiva de intenção de ruptura. Mais além, com a profissão inserida na universidade se alarga o campo docente para a inserção de Assistentes Sociais. Essa inserção permite um *locus* onde minimamente se poderia articular pesquisa e extensão, âmbitos fundamentais para a experimentação do projeto da ruptura.

¹⁵⁶ É preciso lembrar que a universidade pública foi refuncionalizada pela ditadura e que isso impôs obstáculos (diretos e indiretos) à perspectiva da intenção de ruptura. Em relação à experiência do “Método-BH”, o “caráter privado” da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) pode se constituir num argumento que justifique menores restrições por parte do regime civil-militar. No entanto, também há que levar em consideração em que medida os potenciais opositores, endógenos e/ou exógenos aos quadros profissionais da UCMG (e também componentes da escola de Serviço Social), lutavam contra o avanço da *vertente da ruptura*.

¹⁵⁷ Esta perspectiva visará o rompimento com as vertentes anteriores e terá maiores possibilidades de desenvolvimento por parte dos profissionais que se situavam no espaço acadêmico, pois eles dispunham de *condições necessárias para a pesquisa*. Este espaço também foi o principal *locus* escolhido por profissionais para que se *implantassem mudanças nas posteriores gerações de assistentes sociais*. (NETTO, 2011a, p. 247-252). “mais que uma forma de sobrevivência, porém, o investimento na vida acadêmica significou objetivamente uma escolha de assistentes sociais empenhados numa renovação profissional que rompesse substantivamente com o tradicionalismo e seus corolários” (Ibid. p. 252).

assistentes sociais, onde esse progresso foi bastante limitado se comparado às outras duas vertentes¹⁵⁸.

Mas é preciso sinalizar que, além da volição subjetiva de parte dos assistentes sociais, a vertente de *intenção de ruptura, assim como as outras*, também resulta de processos macrossociais, pois ela está inserida num quadro sócio-histórico mais amplo: o da dinâmica sociopolítica e econômica que emerge nas contestações sociais desde 1950. Quadro este essencialmente tracejado pelas modificações introduzidas pela autocracia burguesa a partir de 1964 e que demarca fortes ingerências (diretas e/ou indiretas) sobre o Serviço Social brasileiro.

Como já sinalizamos linhas acima, se num primeiro momento ao impor mudanças ao cenário sociopolítico a ditadura arrefece os impulsos mais radicais dos movimentos sociais (e estas condições acabam por interditar indiretamente qualquer corte mais radical com o tradicionalismo na profissão¹⁵⁹), num segundo, na crise da autocracia, aqueles elementos mais contestatórios, atrelados à “(re)democratização” e ao revigoramento do movimento de setores subalternos (e de camadas médias) do pré-1964, ressurgem no contexto da década de 1970¹⁶⁰. Este ressurgimento é delineado pelos levantes e mobilizações contra a ditadura, principalmente por parte das “camadas médias urbanas”, porém com evidentes transmutações na nova quadra histórica. Se o cenário sociopolítico é distinto, posto o amadurecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, dentro da categoria profissional também há outras

¹⁵⁸ No segmento de “profissionais de campo”, a dificuldade de aproximação, dentre outros motivos, para Netto (2011a), pode ser creditada à exigência de uma forma de comunicação teórica academicamente mais rigorosa e de difícil compreensão quando chega ao “*lado de fora dos muros*” da academia, e a isso se soma, também, a pobreza da formação de quadros profissionais diplomados pela educação proporcionada pela ditadura (Ibid. p. 253-255). Outra dificuldade é relacionada “*à pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que esta perspectiva tem oferecido aos profissionais – mais precisamente, à inadequação entre muitos dos seus indicativos e as condições objetivas do exercício profissional pela massa da categoria. Esta segunda dificuldade reenvia menos a uma eventual inépcia do potencial interventivo do projeto da ruptura que à sua insuficiente experimentação, de uma parte e, de outra, à própria contextualização das práticas profissionais*”. (Ibid. p. 254-255, itálicos nossos). Apesar da sua oposição ao tradicionalismo profissional, essa vertente alcança resultados “pouco significativos em proposições não-prescritivas para o exercício profissional. *Donde, no seu perfil, um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la*. Tal consideração não cancela o acúmulo que ela já realizou – um acervo em desenvolvimento, cujo mérito mais evidente, sem dúvidas, tem sido a constante ampliação das referências teóricas e ideoculturais para repensar a profissão, inclusive qualificando-a no debate acadêmico”. (Ibid. p.161-162, grifos nossos).

¹⁵⁹ “De algum modo, esta cilada histórica peculiariza o Serviço Social entre muitas profissões no Brasil: quando se lhe abre a possibilidade de receber influxos ideoculturais e sociopolíticos aptos a reverter o seu direcionamento conservador, ocorre a oclusão dos condutos e canais que viabilizavam a sua interação com o movimento das classes sociais que, exatamente elas, suportavam aquela possibilidade.” (NETTO, 2011a, p. 256).

¹⁶⁰ “É só na crise da autocracia, quando se desobstruirmos os canais que permitem a concretização das mediações que vinculam esta perspectiva às camadas trabalhadoras e subalternas, que ela poderá expressar sem referências esópicas as suas conexões sociopolíticas”. (NETTO, 2011a, p.258)

modificações como, por exemplo, há uma efetiva aproximação socioeconômica dos assistentes sociais às condições de trabalho das camadas mais subalternizadas (e aqui também joga o “recrutamento” profissional nestes estratos). (NETTO, 2011a, p. 255-258).

Sinopticamente, este foi o solo histórico que possibilitou um movimento de renovação do Serviço Social na direção da *ruptura*, uma renovação crítica que se traduziu em alterações importantes no ensino, na pesquisa e na organização-corporativa dos profissionais brasileiros¹⁶¹. (IAMAMOTO, 2012, p. 223).

Anos mais tarde o reencontro com a vertente renovadora mais progressista se processará com a sua recuperação. Entre finais de 1970 e inícios de 1980 se têm elaborações que realizam análises cada vez mais críticas das propostas de renovação da profissão e da formulação da ruptura com o tradicionalismo no Brasil e na América Latina. Embora tais produções apareçam efetivamente em trabalhos acadêmicos¹⁶², coloca-se “[...] no centro do debate profissional o projeto de ruptura” (NETTO, 2011a, p. 265). Todavia, logo nos primeiros anos de 1980, abre-se um *segundo momento*, em que são erguidas discussões a partir do acúmulo anterior e com um contexto social mais favorável que, “[...] sem abandonar a abordagem crítico-analítica afirmada antes, avança [...] no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais”, (Ibid. p. 265), portanto:

“[...] procura-se pensar criticamente a própria instituição Serviço Social à luz de suportes teóricos e heurísticos que são apropriados no curso de um exame que faz os assistentes sociais defrontarem-se com as fontes “clássicas” da teoria social. O saldo elementar deste avanço está em que configurou, por assim dizer, a maioria intelectual e teórica da perspectiva da intenção de ruptura: a partir dele, esta vertente situa-se numa interlocução paritária com as ciências sociais e com outras áreas da produção do saber, sem abrir mão da referencialidade profissional do Serviço Social. (NETTO, 2011a, p. 266).

Após estes dois primeiros momentos, num terceiro instante, pois, estrutura-se a contemporaneidade da profissão. Estágio em que tal perspectiva se espalha para o interior da categoria profissional tomando expressivas dimensões, como jamais visto anteriormente. Neste ponto, as referências à tradição marxista e ao legado marxiano caminham para uma crescente recusa aos vulgarismos resultantes daqueles primeiros encontros.

¹⁶¹ No ocaso da ditadura essa vertente também avança fora dos “muros” da universidade. No início dos anos oitenta se registram avanços “nas agências de formação públicas e privadas [...]. Fora do marco universitário, o quadro também parece favorável – nos congressos da categoria, desde 1979, e nos seus organismos corporativos, representantes e defensores desta perspectiva vêm a cada dia mais ganhando audiência e repercussão; entretanto, a incidência prático-operacional destes progressos é limitada, se comparada à de outras vertentes”. (NETTO, 2010a, p. 254).

¹⁶² Segundo Netto (2011a, p. 264) há uma recuperação da intenção de ruptura em finais de 1970, precipuamente em trabalhos de conclusão de curso na pós-graduação e em ensaios, além do intercâmbio entre docentes. No entanto, estes não são analisados pelo autor.

Resumindo as colocações de Netto (2011a), o desenvolvimento do *projeto* de ruptura com o tradicionalismo profissional teve três momentos distintos: o da emergência, da consolidação acadêmica e, por fim, o do seu espraiamento sobre a categoria profissional. (NETTO, 2011a, p.261) – neste processo, é possível apanhar o desenvolvimento da relação entre o Serviço Social e a tradição marxista. A referida *emergência* ocorre entre 1972 e 1975 no “*Método-BH*” sendo construída por um grupo de professores e alunos liderados por Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos¹⁶³. Contudo, essa primeira formulação da intenção de

¹⁶³ Leila L. Santos é destacada por Netto (2011a) como exemplo individual de maturação intelectual de um sujeito vinculado à perspectiva de intenção de ruptura. Santos dirigiu o *Método-BH* na experiência de 1972 a 1975; posteriormente esteve vinculada ao CELATS [Centro Latino Americano de Trabalho Social] (sob sua direção) até 1980. Esta instituição estimulou a pesquisa em Serviço Social e o debate nas organizações da categoria profissional no Brasil, principalmente em finais dos anos 1970. Uma breve síntese sobre a biografia intelectual de Leila L.Santos pode ser encontrada em Netto (2011a, p. 271-272) e em, Silva (1991). Além de Leila Lima Santos, outro personagem destacado por Netto (2011a) – como exemplo individual de maturação intelectual de um sujeito vinculado à perspectiva de intenção de ruptura – é Vicente de Paula Faleiros. No caso de deste último, de acordo com Netto (2011a), sua produção impacta diretamente a categoria profissional no terceiro momento da vertente de ruptura – que se abre em 1985. Sua obra de 1972, *Trabalho Social: ideologia y método* – publicada pela primeira vez na Argentina (1972) pelo Grupo Ecro – tem ressonância tímida, mas importante no Brasil, essencialmente por constituir “obra basilar como insumo para a emergência e o desenvolvimento da intenção de ruptura”. (Ibid. p. 275, grifos nossos). A produção de 1972 é conhecida por alguns dos formuladores do “Método-BH”, e isso é verificável em Santos (1987, p. 106). Nas palavras do próprio Faleiros (2007), “Todo o livro “ideologia e método” representa [...] uma crítica ao funcionalismo, e uma proposta metodológica e política para o Serviço Social Crítico”. Revelando sua ligação com a experiência de Belo Horizonte, Faleiros (2007) afirma: “Trabalhamos, sem combinar, o mesmo propósito do chamado “método BH”, do pessoal da PUC/MG [...]. A gente trocava ideias nos congressos da ALAEITS [Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación em Trabajo Social] (FALEIROS, 2007, p.158)”.

O livro *Trabalho Social: Ideologia y Método*, não analisado por nós nesta dissertação, é publicizado no Brasil pela primeira vez em 1981. (Não obtivemos a edição original de 1972 em espanhol, e nem a primeira edição brasileira datada de 1981). Ressalte-se que a produção de 1981 já sofre alterações em relação à primeira versão argentina. Nossa leitura, por exemplo, refere-se à nona edição, publicada em 1997. Nesta, encontra-se: “revisamos todos os capítulos, eliminando trechos obscuros [sic], e modificamos significativamente a redação de alguns capítulos, como o segundo [que trata da ideologia] e o quinto [que trata de questões de “método”]. Incluímos novo capítulo, escrito especialmente para esta edição, que tenta retomar a elaboração teórica do Serviço Social nesses dez anos, ao menos de forma parcial.” (FALEIROS, 1997, p. 11). As informações que Faleiros (1997) nos oferece no trecho citado, por consequência das alterações empreendidas no texto original, nos impedem de conceber as suas ideias como próprias de 1972. Cabe notar que no texto de 1997, facilmente encontramos referências a Marx – d’*A misère de la Philosophie*, (Ibid. p.14), *Critique Du Programme Du Parti Ouvrier Allemand* (Ibid. p.18), *Principes d’une critique de l’Economie Politique* (Ibid. p. 99), *La Ideologia Alemana* (Ibid. p.102) *Teses contra Feuerbach* (Ibid. p. 45), *El Dieciocho Brumário*, (Ibid. p. 54), *Introdução à Crítica da Economia Política* (Ibid. p. 77) – e Engels – *Del Socialismo utópico al Socialismo Científico* (Ibid. p.15). Além disso, encontramos também referências a Ludwig Feuerbach, Goldman, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Mao Tse Tung (Ibid. p. 54), Bachelard – (Ibid. p.93), *Lukács de História e consciência de classe*, e dentre outros: Herbet Marcuse, Durkheim, Weber, Comte. Whight Mills, Hegel, Sartre, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Foucaut, etc.

Algumas ponderações importantes merecem destaque: 1) Faleiros não se propõe à análise particular do Serviço Social Brasileiro, epicentro de nossa pesquisa; 2) As análises de Faleiros têm como principal referência o Serviço Social Chileno e Latino Americano. (À época, o autor estava exilado naquele país em virtude da ambiência repressiva na realidade brasileira). Sua contribuição original nasce no Chile, na Escola de Serviço Social de Valparaíso, embora a primeira edição seja publicada pela primeira vez na Argentina; 3) Não tivemos acesso ao texto original de 1972 (*Trabajo Social: Ideologia y Método*) e nem mesmo ao texto de 1981, o que não nos autoriza a julgar as modificações que Faleiros fez no texto.

ruptura¹⁶⁴ chega ao fim com a demissão de seus principais formuladores em 1975¹⁶⁵ (NETTO, 2011a, p.261-264). No entanto, – eis o momento de consolidação acadêmica: – em finais de 1970 e no primeiro terço de 1980, aquela perspectiva reponta na produção intelectual (principalmente nos cursos de pós-graduação) e se espalha paulatinamente começando a polarizar os debates da categoria profissional¹⁶⁶. Netto (2011a) divide esse momento em dois patamares: um que vai até a virada para a década de 1980 e o outro que cobre o primeiro terço da referida década. No primeiro, “opera-se uma *análise textual* de propostas profissionais, com nítidos objetivos de clarificação epistemológica e desnudamento ideológico;”¹⁶⁷ (Ibid. p. 265). No segundo, que se ergue sobre o acúmulo anterior, a sua diferencialidade “está em que, sem abandonar a abordagem crítico-analítica afirmada antes, avança para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais” (Ibid. p. 265). Neste último patamar, “procura-se pensar criticamente a própria instituição Serviço Social à luz de suportes teóricos e heurísticos que são apropriados no curso de um exame que faz os assistentes sociais defrontarem-se com as fontes “clássicas” da teoria social”. (Ibid. p. 266). Aqui a vertente da intenção de ruptura chega à maturidade intelectual e teórica. Por fim, essa perspectiva chega àquela fase referida acima: a de espriamento – *esse momento se abre a partir de 1982-1983 e extrapola a pesquisa do autor.*

¹⁶⁴ “eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico- metodológico, no plano da concepção e da intervenção e no plano da formação”. (NETTO, 2011a, p. 263)

¹⁶⁵ Netto (2011a) afirma que a *carta aberta* na qual os professores esclarecem sua demissão não permite observar seu processamento. Interessantes relatos sobre a demissão podem ser encontrados em Silva (1991).

¹⁶⁶ “o que se registra é uma recuperação da ruptura que emergia e se configurava em Belo Horizonte. Uma recuperação, todavia, que colocava o projeto de rompimento sobre novas bases – estas, de fato, estritamente acadêmicas, com tudo o que isso significava no marco da universidade enquadrada pela autocracia burguesa, que agora evidenciava sua crise”. (NETTO, 2011a, p. 264).

¹⁶⁷ “o saldo positivo principal, para além de outros ganhos, foi recolocar no centro do debate profissional o projeto da ruptura: através dessas elaborações, retomam (ou reingressam) no universo ideal dos assistentes sociais (com uma nova força) temáticas que afetam o tradicionalismo e resgatam a projeção do rompimento”. (NETTO, 2011a, p 265).

2.8 – O reencontro com a tradição marxista

Segundo Iamamoto (2008, p. 231-232), uma “virada” por parte do Serviço Social brasileiro somente pôde se processar durante as agitações sociais de fins de 1970 e início de 1980. “Virada” esta influenciada pela própria articulação de protagonistas da categoria com outros atores sociais – os movimentos sociais populares, as centrais sindicais, os organismos de outras áreas profissionais, etc.

É neste *contexto sociopolítico favorável* à expansão da vertente de ruptura com o tradicionalismo profissional que se processou o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais* – III CBAS (amplamente reconhecido no interior da categoria dos assistentes sociais como o *Congresso da Virada*) ocorrido em São Paulo em **1979**. (ABRAMIDES, 2016, p. 463-468)

O Serviço Social Brasileiro teve no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, sua ruptura pública com o conservadorismo. Esse movimento se estabeleceu no processo de efervescência da luta de classes no país, em que os setores organizados e combativos da categoria retomam suas entidades sindicais desativadas durante a ditadura militar e se vinculam organicamente ao sindicalismo classista de lutas expreso na Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) e posteriormente na CUT, com sua fundação em 1983. Os Assistentes Sociais se reconhecem como trabalhadores, em sua condição de assalariamento, inscritos na divisão sociotécnica do trabalho. Nos anos 1980, definem a direção social da profissão voltada e articulada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. (ABRAMIDES, 2017, p. 382)

Após a realização de debates no bojo de tal encontro, a maioria dos congressistas optou por mudanças contra posturas conservadoras levadas a efeito pela “organização oficial do Congresso, estabelecida pelo CFAS¹⁶⁸ [...] [assim, aquela organização oficial] foi reestruturada pela assembleia geral [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 231-232, em nota de rodapé); (FALEIROS, 1997, p. 119; SIMIONATTO, 1999, p. 184; NETTO, 1999, p. 10-11; ABRAMIDES, 2016). Tal congresso traz à tona toda a articulação levada a efeito por determinadas organizações da profissão desde finais de 1970: os debates entre grupos afinados com a perspectiva da ruptura se expandiam no interior das organizações da categoria – com destaque para a área sindical¹⁶⁹; as entidades profissionais ligadas à pesquisa também

¹⁶⁸ Até finais da década de 70 o conjunto CFESS-CRESS (à época, respectivamente, Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), hoje: respectivamente Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS) “se sustenta nos setores vinculados à tecno-burocracia e/ou ao conservadorismo e, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o conhecido “congresso da virada” de 1979 é disputado por setores da *esquerda* da profissão, que se organizam nas entidades sindicais da categoria”. (ABRAMIDES, 2006, p. 49 - itálicos nossos).

¹⁶⁹ Na época emerge a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais (CENEAS), e posteriormente a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). Atualmente ambas as entidades estão extintas, mas existem sindicatos de assistentes sociais, a despeito da maior parte dos profissionais se organizar através de sindicatos

foram importantes para a difusão dos novos rumos profissionais¹⁷⁰; outro ponto saliente foi o intercâmbio realizado com outras áreas do conhecimento¹⁷¹, o diálogo com outras vertentes não marxistas, buscando amadurecimento intelectual e acúmulo de massa crítica para a profissão (IAMAMOTO, 2008, p. 232). Neste quadro,

[...] a vertente marxista do Serviço Social teve seu espaço de difusão ampliado e sua legitimidade reforçada à medida que, no seu processo de maturação intelectual, foi se munindo teórica e metodologicamente de elementos crítico-analíticos que lhe permitiram um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento. (Ibid. p. 233).

No entanto, apesar dos avanços na interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, é preciso destacar algumas questões. A primeira é que apesar da existência, mesmo que incipiente, de bibliografias de autores próprios do Serviço Social – ou a ele muito próximos – que já dialogassem com textos de Marx e/ou com autores da tradição marxista¹⁷² sob novo patamar qualitativo, parte considerável dos docentes da década de 1980, principalmente nos anos iniciais, (possivelmente – mas não só – devido a sua formação nos quadros anteriores ao amadurecimento da vertente *intenção de ruptura*) não conheciam (ou conheciam pouco d’) o legado da tradição marxista. Nas análises de Quiroga (1991), muitos dos docentes da referida década ainda arrimavam suas reflexões em distintos intérpretes de Marx como, por exemplo, “Gramsci, Karel Kosik e Bachelard [...]” (QUIROGA, 1991 p. 94), no entanto, através de *leituras por vezes escolhidas aleatoriamente, mediante motivos quase que inteiramente subjetivos*. Netto (2005, p. 89, em nota de rodapé) chega a sinalizar que no final de 1970 e início de 1980 se têm leituras que ainda incorporavam muito problematicamente – problemas de interpretação de – categorias e conceitos de certos autores, como no caso do próprio Gramsci.

Observando as reflexões finais do trabalho de Quiroga (1991) é possível notar que os docentes do Serviço Social por ela entrevistados apresentavam (na época) certas dificuldades em compreender, expressar e lecionar conteúdos referentes ao pensamento de Marx – fato que percorre grande parte da década de 1980 [!]. Aqui interfere o peso do *desconhecimento* da obra marxiana, e é permitido sugerir que este *desconhecimento* por parte dos docentes tornou

por ramos de atividade ou por esferas governamentais. Existem polêmicas abertas acerca da sindicalização da categoria: ramos de atividade ou e/ou níveis federativos *versus* sindicatos próprios de assistentes sociais. Para indicativos acerca do sindicalismo combativo e as lutas dos assistentes sociais ver (ABRAMIDES, 2016, p. 464-463).

¹⁷⁰ ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (atualmente ABEPSS) e o CEDEPSS- Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social.

¹⁷¹ Aqui se reitera a importância da expansão da pós-graduação nos de 1970 e 1980.

¹⁷² Na produção nacional as referências principais mais próximas do Serviço Social são as de Mirian Limoeiro Cardoso e Marilda Villela Iamamoto. (QUIROGA, 1991, p. 94)

o caminho mais propenso à *incorporação de um marxismo que por si já contava com uma específica contaminação positivista*¹⁷³.

A formação docente a que se submeteu a grande maioria dos professores que hoje [década de 1980] assume a docência nas universidades brasileiras não fugiu a toda essa influência deformadora. *A aproximação ao marxismo, em grande parte das situações se deu via militância político-partidária*¹⁷⁴ e recebeu toda a influência do movimento social, que, além de sensivelmente marcado pelo anarquismo e pelo stalinismo, foi agravado pelo clima de obscurantismo do golpe de 1964. Com essas influências, a formação docente no que se refere a uma aproximação ao pensamento de Marx, trabalhou mais as interpretações e críticas à teoria e à prática marxista que a sua proposição. [...] Essa deformação se fez presente também na formação recebida na Universidade, pela qual, perpassavam as mesmas forças presentes no movimento social. Nesse sentido, em função do movimento de 68, na França, desenvolveu-se toda uma orientação althusseriana¹⁷⁵, que enfatizava, na sua leitura de Marx, as questões epistemológicas em detrimento das ontológicas, “positivando” a proposição marxiana, que não dá esse tratamento separatista à relação ciência e ideologia. *Esta, ao ser assimilada pelo Serviço Social, rebate, entre outros, um “metodologismo” pseudomarxista.* [...] Por tais características que deram a tônica da introdução das ideias de Marx no Brasil, e, ainda, pelas influências positivistas que marcaram os seus primeiros desdobramentos, no século passado, *a ressonância no Serviço Social tendeu a ficar mais no nível do discurso, que, propriamente, a modificar a análise e a interpretação que os assistentes sociais fazem da sociedade e a sua consequente ação sobre esta mesma sociedade.* (QUIROGA, 1991, p. 128, itálicos nossos).

Nosso objetivo não é extrapolar a década de 1980, mas é importante demonstrar que no movimento real de aproximação do Serviço Social à tradição marxista, de fato, operam-se aproximações em níveis diferenciados: *no debate teórico, nas organizações representativas, nos espaços de formação e no currículo profissional, etc..* Se no debate teórico a referida aproximação perpassa praticamente toda a década de 1970 se alastrando também pela década

¹⁷³ Segundo Quiroga “[...] em sua trajetória, o Marxismo ou os marxismos foram “assimilando” aspectos próprios de uma ótica positivista. Esses aspectos, produtos de leituras positivadas, na maioria não presentes no pensamento marxiano, foram sendo repassados historicamente. Pode-se, pois, dizer que a tradição marxista e o Positivismo não têm apenas uma relação de contraposição. A tradição marxista, em várias de suas vertentes, referencia e incorpora elementos do Positivismo, não os negando, mas assimilando-os como próprios”. (QUIROGA, 1991, p. 124). Em suas entrevistas a referida autora constata: “O entendimento da sociedade justificada por leis naturais é um fenômeno que percorre grande parte das explicações dadas pelos docentes, ainda que no nível do discurso isso [fosse] negado”. “[...] A análise realizada por grande parcela dos entrevistados não reflete o movimento dialético do real, o movimento da sociedade capitalista, anunciado no nível do discurso teórico”. (Ibid. p. 125).

¹⁷⁴ *Nos casos dos docentes entrevistados na pesquisa de Quiroga (1991) “A aproximação aos “marxismos”, deu-se, em muitos casos, através da militância político-partidária e, só tardiamente, sua discussão foi incorporada ao debate profissional [...]”* (QUIROGA, 1991, p. 102). Também nas entrevistas, a autora descobre que na maioria dos casos *“a tomada de contato com as ideias marxistas ou marxianas se deu, fundamentalmente, na juventude, por meio da participação nos movimentos sociais, ou pela vinculação à Universidade nos anos mais recentes”* (Ibid. p. 103). Conclui a autora que ambos os lócus (academia e militância) de acesso à Marx foram precários, *“repassando um Marxismo cristalizado e limitado”*. (Ibid. p. 104, itálicos nossos).

¹⁷⁵ Para Quiroga (1991) “Louis Althusser foi o autor que liderou em influências, a formação docente” (Ibid. p. 101). Entretanto assevera: “não pretendo justificar suas posições [as de Althusser], mas localizá-las em seu possível significado e as deformações advindas da “importação” de suas formas de pensar, *assimiladas acriticamente e descontextualizadas*, pela formação docente, no caso, no Serviço Social”. (Ibid. p. 101, itálicos nossos)

de 1980 (com as devidas ressalvas feitas), no domínio da *organização corporativa* dos assistentes sociais, por exemplo, ela é largamente evidenciada, como vimos acima, no “*Congresso da Virada*” em 1979. Sabe-se do trabalho empreendido (pré - “congresso da virada”) no segundo lustro da década de setenta contra os setores conservadores que ainda detinham a hegemonia nos organismos representativos da categoria, como, por exemplo, no CFAS.

Elementos como o citado “desconhecimento” ou o conhecimento empobrecido das obras marxianas e/ou mesmo marxistas; a apropriação de um “marxismo sem Marx” numa profissão historicamente destituída de tradições intelectuais até aproximadamente a década de 1970, somados a outros fatores como, por exemplo, os laivos tradicionais da profissão, etc., tudo isso também repercute particularmente de algum modo sobre a *dimensão do ensino*, e diretamente na conformação do *Currículo Profissional de 1982*.

De acordo com as análises de Quiroga (1991, p. 88-89), com o currículo mínimo obrigatório definido em 1982, tem-se a exigência de implantação da disciplina de *Metodologia no Serviço Social*¹⁷⁶. A inclusão dessa disciplina, segundo a autora, ocorreu sem um conteúdo específico, sem carga horária definida e, portanto, possibilitou caminhos práticos muito distintos, comportando, inclusive, vários “marxismos”. Em relação às entrevistas realizadas por Quiroga¹⁷⁷ (1991) sobre a incorporação dos escritos e conteúdos marxistas e marxianos à nova disciplina *Metodologia no Serviço Social*¹⁷⁸ (na década de 1980), a autora conclui que

Nesse processo, as diferentes Unidades de Ensino se encontram em momentos bastante diferenciados. De um lado, estão as que ainda não incluíram esta disciplina, com este conteúdo, em seus currículos; em seguida, vêm as que já incorporaram, mas sem definir a discussão que se dá no interior do próprio Marxismo; e, por último, aquelas que, mesmo em minoria, já têm todo um espaço garantido [...] (Ibid. p. 92).

¹⁷⁶ A autora ressalta que vários nomes foram dados para tal disciplina em distintas Unidades de Ensino “Tendência Histórico-Estrutural, Tendência Crítico-Estrutural, do Materialismo Histórico-Dialético, entre outros” (QUIROGA, 1991, p.89), o que denota não somente uma diferenciação semântica, mas “distintos modos de conceber e desenvolver o conteúdo do programa correspondente”. (Ibid. p. 89)

¹⁷⁷ Apesar de as conclusões serem expressivas, não advogamos a generalização dos casos analisados por Quiroga (1991) para toda a categoria profissional.

¹⁷⁸ “Essa disciplina define-se, formalmente, como exigência do currículo mínimo da formação profissional do assistente social promulgado em 1982 pelo Conselho Federal de Educação. A inclusão dessa disciplina é resultante de toda uma série de questionamentos que se deram no interior da profissão, como “ressonância” de embates que vieram ocorrendo na sociedade de modo geral. Ela veio substituir a “clássica” abordagem da questão metodológica no Serviço Social realizada através das disciplinas de Serviço Social de Casos, [...] de Grupo e [...] de Comunidade”. (QUIROGA, 1991, p. 9)

Para Quiroga (1991), a impossibilidade de perceber muitas deformações presentes nos diversos “marxismos”, de fato, relacionou-se com uma *não discussão e não diferenciação* das distintas concepções marxistas. Desse modo:

Assimilam-se e reproduzem-se, acriticamente, leituras que apresentam, entre outros pontos discutíveis: um Marx que agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador do desenvolvimento da sociedade; um Marx que supervaloriza o papel das classes, de sua luta, do significado do sujeito construindo sua história, desvinculado da base material que o sustenta; um Marx que é metodológico na própria acepção positivista, ou seja, que se reduz ao método; um Marx atrofiado à sua dimensão de cientista social “pesquisador” da sociedade, desligado de sua convicção da necessidade de transformações dela. (QUIROGA, 1991, p. 94)

A partir dessas colocações da referida autora é possível afirmar que, por um lado, existiram grandiosos esforços por parte de setores da categoria em se afinarem com a tradição intelectual que parte de Marx –, principalmente com a introdução de uma disciplina em 1982 que, obrigatória, pretendia inserir e discutir tal autor, mesmo que no cotidiano das escolas, na realidade imediata, essa implantação tenha encontrado várias dificuldades –, entretanto, e por outro lado, é possível constatar também que ao longo da referida década as aproximações ainda careciam de rigor intelectual.

Santos (2007) – apontando para o mesmo exemplo aludido acima por Quiroga (1991), isto é, para o Currículo Profissional do Serviço Social de 1982 – encontra como resultado do epistemologismo que marcou o Serviço Social: a *dissociação dos eixos “Teoria, História e Método”* na estruturação do currículo profissional¹⁷⁹. A autora afirma que, neste caso,

“o agravante, para além da dissociação, é o fato mesmo de serem estes os *eixos da formação profissional do Assistente Social*, ou seja, de representarem neste momento a *particularidade da profissão*. Esta concepção de Serviço Social está determinada pelo *entendimento do marxismo como um “modelo”*, derivando em polêmicas diversas que pareciam “fechar” o Serviço Social nele mesmo”. (SANTOS, 2007, p. 76, itálicos originais).

Mas dentre as consequências do que chama de incorporação epistemológica, Santos (2007) não se limita à remissão ao Currículo de 1982, a autora também aponta para o processo de modificação do Código de Ética aprovado em 1986¹⁸⁰.

Neste código, como na formação profissional, evidenciam-se os pressupostos marxistas de leitura da sociedade, sem as devidas mediações que particularizam o exercício profissional, o que retrata, predominantemente, a *apreensão do marxismo*

¹⁷⁹ Nesse momento não é possível saber em que medida o marxismo (ou marxismos) rebate no campo da chamada “prática profissional”. As ponderações aqui realizadas tentam sintetizar apenas a situação de quadros docentes inseridos em algumas universidades.

¹⁸⁰ Ressaltamos que não avançaremos no período pós-1982. O exemplo remete apenas à consequência da aproximação a um tipo determinado de vertente da tradição marxista.

como um modelo que se “aplica” na prática. (SANTOS, 2007, p. 76-77, itálicos nossos):

Além disso, destaca-se outro aspecto relevante: como conseqüência de um tipo de apropriação problemática do legado marxiano, Santos (2007) também afirma engendrar na profissão a “queixa de que “a teoria na prática é outra””.

Eis a percepção generalizada que emergiu da apropriação epistemológica do marxismo pelo Serviço Social: a de que deveria existir *uma identidade* entre teoria e prática; esta última deveria ser moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria “aplicada”. (SANTOS, 2007, p. 77).

Tal compreensão, segundo a autora citada, sustentou expectativas de que o profissional realmente “fosse o “agente de transformação social””. (SANTOS, 2007, p. 77).

Nas análises de Quiroga (1991), se dentre as conseqüências de uma determinada apropriação do legado da tradição marxista (mas não só) o Serviço Social incorreu a tendências messiânicas¹⁸¹ (como referido acima por Santos (2007)), por outro lado, (e talvez como tentativa de responder às tendências *messiânicas*) também existiram aqueles que, adotando uma visão determinista, rumaram para posturas francamente *fatalistas*. Estes superdimensionavam a “determinação econômica, resultante de leis naturais da produção capitalista” (QUIROGA, 1991, p. 109-110). Logo, caíram “na deformação [...] de compreender o desenvolvimento da sociedade enquanto algo independente da ação dos homens”. (Ibid. p. 110). Ressalte-se aqui que tanto o “*messianismo*” quanto o *fatalismo* já se punham como tendências na profissão a partir do movimento de *reconceituação*, e antes mesmo de Santos (2007) e Quiroga (1991), Iamamoto (1982), à sua maneira, já as constatava.

Contudo, a despeito das problemáticas acima arroladas, ainda importa destacar que a década de 1980 é notabilizada, como sinaliza Iamamoto (2008, p. 234-235), como um momento transitório. Segundo a autora, paulatinamente o Serviço Social vai construindo uma análise mais percuciente sobre a realidade social. Análise esta que desvela sua própria gestação e desenvolvimento atrelado à prática social, à dinâmica das relações entre as classes sociais sob a égide do capitalismo contemporâneo; são efetivadas investigações rumo à

¹⁸¹ “No Serviço Social, em todas as suas abordagens, até mesmo nas do marxismo, sempre predominou uma tendência messiânica voluntarista, em que se enfatizava a dimensão subjetivista, procurando resgatar o papel do homem na construção da história, negligenciando o reconhecimento e a consideração do movimento da sociedade como um processo que inclui determinações objetivas, materiais.” (QUIROGA, 1991, p. 109-110) Em outro trecho, No que diz respeito ao “repasso da teoria marxiana”, dentre os achados da autora, a mesma identifica que a tendência predominante no Serviço Social não era a “distorção “economicista””, mas sim a perspectiva voluntarista. (QUIROGA, 1991, p.124-125). O voluntarismo “pode ser visto como uma perspectiva teórica que dá ênfase à ação do homem como voluntária, que se diferencia de algo planejado, determinado, ou seja, que se desvincula de determinações objetivas oriundas da base material” (QUIROGA, 1991, p. 113, em rodapé).

desmistificação de seus vínculos sócio-históricos, confrontando as vertentes ecléticas de que fora legatário e construindo análises cada vez mais consistentes.

Foi somente com a apropriação efetiva das análises marxianas (e marxistas) a partir da década de 1980, e principalmente nos anos finais dessa década, que o Serviço Social brasileiro pôde iluminar suas análises dando a elas um renovado impulso intelectual. Portanto, ao analisar o legado da reconceituação, pode-se constatar que há um contínuo encontro e reencontro com escritores marxistas de relevo intelectual – Antônio Gramsci¹⁸², György Lukács¹⁸³, *Ernest Mandel*, dentre outros – e, sobretudo, com escritos marxianos, além da abertura para debates mais plurais com distintas vertentes teóricas (o que certamente não elidiu equívocos na leitura desses autores e do próprio Marx). Para Iamamoto (2008, p. 235)

O tipo de relação intelectual que parcela de pesquisadores passa a manter com aquele patrimônio permite-lhes tanto reter a base explicativa da historicidade burguesa e suas determinações na sua idade madura, como o seu *método*, utilizando-o na compreensão de fenômenos particulares – como o Serviço Social – como totalidades constituídas por múltiplas determinações (Ibid. p. 235, *itálicos do autor*).

Os novos embasamentos permitem ao Serviço Social realizar uma renovada análise da profissão (de seus fundamentos teórico-metodológicos) orientada pela tradição marxista, e logo o próprio Serviço Social se torna objeto de investigação. Para Iamamoto (2008), a profissão realiza um debate dentro da tradição marxista que fundamenta dois importantes eixos: a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo como do marxismo vulgar e a construção da análise do Serviço Social brasileiro na história. Portanto, existe um avanço que se traduz no enfrentamento dos dilemas e impasses teórico-práticos que permeavam a

¹⁸² De acordo com Simionatto (1999), Gramsci chega ao Brasil efetivamente na década de 1960. A autora identifica que, apesar das restrições ditatoriais que se ampliam com o AI-5 em 1968, a partir de 1966 parte da obra gramsciana começa a ser traduzida por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo. Assim, o pensamento do autor *Sardo* de fato começará transitar no debate partidário e acadêmico. (Ibid. p. 95-98). Além dos corolários do AI-5 para o mundo da cultura, outro obstáculo à introdução do pensamento gramsciano no Brasil, para a autora, foi a hegemonia de uma esquerda profundamente marcada pelas ingerências do chamado “marxismo da Terceira Internacional” ou do “marxismo-leninismo”. (Ibid. p.100). Apesar da presença do referencial gramsciano nas academias na década de 1970, sua sistematização adquire maior relevo na transição para 1980, posto o ocaso do *Regime de Abril* de 1964. (Ibid. p. 103). Nas escolas de Serviço Social da PUC- SP existiram disciplinas que tratavam do pensamento gramsciano: em 1977 na pós-graduação na disciplina de “Política Social”, e em 1979 na graduação com a disciplina “Teoria do Serviço Social”. Na PUC-RJ, a aproximação do Serviço Social com o pensamento gramsciano emerge em finais de 1970, por meio de divulgadores de outras áreas acadêmicas (Ciências sociais), como, por exemplo, Miriam Limoeiro Cardoso. Aquela aproximação também é visualizada na UFRJ em finais de 1970, através da interlocução com as Ciências Sociais e com a Filosofia. Porém, é na década de 1980 que Gramsci se mostra fortemente no Serviço Social brasileiro, com papel destacado para as produções e aulas de Carlos Nelson Coutinho. (Ibid. p. 120-123). No entanto, Simionatto (1999) conclui que Alba M. P. de Carvalho “é [autora d] o primeiro trabalho no âmbito do Serviço Social brasileiro a buscar apreender o pensamento gramsciano a partir das suas raízes; ele se coloca no debate profissional com uma nova proposta de reflexão no eixo da tradição marxista”. (Ibid. p. 233).

¹⁸³ [...] o pensamento de Georg Lukács [...] passou a influenciar o Serviço Social nos anos de 1990 [...] (BARROCO; TERRA, 2012. p. 32).

profissão encarando as problemáticas existentes e ampliando as possibilidades de análise (IAMAMOTO, 2008, p. 236-237).

Entretanto, finalizamos com a curiosa asserção de Netto (2016b) que afirma que de finais dos anos 1980 até a atualidade o marxismo declinou na profissão – processo para o qual contou as ingerências neoconservadoras pós-modernas – mas não se esgotou. (Ibid. s/p). Para o autor, “sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de “novos paradigmas””. (Ibid.)¹⁸⁴.

2. 9 – O movimento real de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista

Ao procurarmos desmistificar a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil, intentamos rastreá-la desde a década de 1960. Sendo assim, como se pode concluir, existiram “três momentos” centrais da referida aproximação.

O “primeiro momento” de aproximação de protagonistas do Serviço Social ao legado da tradição marxista se efetivou pela via da militância política no bojo de movimentos político-organizativos como o movimento estudantil e movimentos de camadas médias urbanas entre 1964-1968¹⁸⁵. Este processamento, como já aludido, padeceu das constrictões (im) postas na sociedade brasileira (inclusive com implantação das políticas cultural e

¹⁸⁴ Mas “De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx” (NETTO, 2016b, s/p). Em outro texto Netto (1989) faz as seguintes ponderações acerca do marxismo e o Serviço Social “[...] creio que não é forçar a mão se observo que a discussão em torno da tradição marxista ganha hoje entre nós um destaque óbvio. No decorrer do ano de 1988, tive a oportunidade de fazer esta verificação em duas situações [...]. [nelas] o tom da polêmica foi dado por assistentes sociais de uma forma ou outra vinculados à tradição marxista ou a ela muito próximos. Esta verificação tanto me anima quanto me preocupa. Anima-me porque *‘é um signo incontestado da pertinência contemporânea da interlocução entre o Serviço social e a Tradição marxista’*, porque atesta que ela possui um significado concreto para nós, porque assegura que sua inserção no debate profissional não é algo artificioso ou aleatório. Mas, igualmente, **‘me preocupa, porque pode induzir à falsa ideia de uma hegemonia da tradição marxista no cenário profissional – e não creio que este seja o quadro real’**. Antes, inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) porque a efetiva diferenciação da categoria não está sendo explicitada. Nesta eventualidade a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências não se fazem ouvir [...]” (Ibid. p. 100-101, grifos nossos).

¹⁸⁵ Como exemplo, Abramides (2016) relata que, “[...] em 1968, os estudantes da Escola de Serviço Social da PUC-SP paralisaram as aulas por três meses juntamente com os professores e debateram um novo projeto de formação profissional. Alguns professores, ao voltarem do encontro de Teresópolis, apresentaram a metodologia da intervenção baseada em “variáveis e funções”, denominadas “situações sociais problemas”. A vanguarda do movimento estudantil, por influência da corrente marxista na militância política, criticou a vertente funcionalista e tecnicista, debateu a importância dos campos de estágios junto à população trabalhadora, incorporou o método Paulo Freire na pedagogia da ação profissional e defendeu a participação paritária nas instâncias colegiadas entre professores, estudantes e funcionários”. (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

educacional) pelo regime autocrático burguês. Isso instaurou um ambiente pouco propício para a emersão e desenvolvimento desta “primeira” aproximação a determinadas vertentes da tradição marxista. Concordamos com Netto (2011a) na seguinte asserção:

Todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela igreja [JEC, JUC, etc], *situados fora do leito histórico do PCB*¹⁸⁶). Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc. (NETTO, 2011a, p. 268).

O trabalho de Silva (1991) confirma as proposituras do autor acima citado. Nas conclusões de sua tese de doutoramento, Silva (1991, p. 433) afirma que não houve grupos “organizados com a intenção explícita de introduzir o pensamento marxista no Serviço Social”. Para a autora “existem evidências de que esta aproximação se processou basicamente, pela ação de militantes da chamada esquerda católica, estudantes e/ou profissionais de Serviço Social [...]”; protagonistas “[...] que na conjuntura dos anos sessenta e setenta, se aproximaram – individual ou coletivamente – do pensamento marxista”¹⁸⁷ (Ibid. p.434). A autora confirma que:

[...] Basicamente, a primeira aproximação do Serviço Social à tradição marxista ocorreu pela ação de leigos católicos (e alguns religiosos) que descolando-se da clássica posição da Igreja Católica frente ao marxismo – porém sem aderir ao comunismo – abriram-se à discussão e crítica das interpretações religiosas sobre a chamada “questão social” e os métodos da “Ação Social”¹⁸⁸. (SILVA, 1991, p. 434).

¹⁸⁶ É interessante registrar que no caso de José Paulo Netto sua aproximação ao pensamento marxista e marxiano inicia-se numa fase ainda tenra. Nos anos subsequentes o autor de *Ditadura e Serviço Social* aproxima-se cada vez mais da tradição marxista, principalmente ao “filiar-se” ao PCB. Uma rápida digressão à biografia do autor nos demonstra sua trajetória quase que inteiramente diversa das trilhas seguidas por grande parte dos profissionais do Serviço Social. Por exemplo, ainda jovem, Netto (que nasce em 1947) estuda num colégio protestante (Granbery, em Juiz de Fora - MG), participa do movimento estudantil secundarista, vincula-se ao PCB aos 16 anos, forma-se em Serviço Social em 1969 (1966-1969), participa da militância política e emigra do Brasil em 1975 em virtude da repressão ditatorial. Além disso, o autor postula, sem receios, sua adesão ao ateísmo. Sabe-se que algumas dessas posições foram [e ainda o são em certa medida], por longo período, alheias a muitos profissionais dos quadros do Serviço Social brasileiro.

¹⁸⁷ “A forte vinculação da maioria dos narradores [entrevistados por Silva] a movimentos de Ação Católica – especialmente à JEC e à JUC – marca de forma decisiva o processo de aproximação do Serviço Social à tradição marxista, uma vez que é a angulação de certo segmento da Igreja em relação ao pensamento marxista que se encontra originalmente na base dessa aproximação. O trânsito posterior de vida dos narradores do grupo católico para grupos de natureza propriamente política (a partir de 1962), bem como os estudos acadêmicos de pós-graduação, no Brasil e no exterior (a partir de 1965) favoreceram sucessivas revisões quanto aos insumos marxistas originalmente aceitos. Desta forma, o impacto inicial da perspectiva religiosa em relação ao marxismo foi sendo historicamente relativizado, chegando o Serviço Social – por vias distintas e muitas vezes conflitantes entre si – à aceitação de múltiplas interpretações do legado marxiano, presentes no mundo contemporâneo”. (SILVA, 1991, p. 433).

¹⁸⁸ Segundo Silva (1991), grande parte dos docentes por ela entrevistados afirmaram ter conhecido escritos althusserianos por indução da Ação Popular-AP e/ou da JUC em fins de 1960. Mas, além do althusserianismo, o

Contudo, verifica-se, seguindo as pegadas de Netto (2011a), que como não há sistematização bibliográfica¹⁸⁹ (e nem mesmo um “evento” expressivo) que nos permita comprovar a efetividade desta “primeira aproximação” própria da década de 1960, *o primeiro momento real e efetivo de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista pode ser creditado ao processamento do chamado “Método-BH” (1972-1975), na década de 1970.* Neste sentido, o referido autor observa que

Quando se repõe no marco profissional [*e aqui, claramente, trata-se da experiência de Belo Horizonte*¹⁹⁰], ela [a aproximação à tradição marxista] é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma cancelaram as deformações próprias dessa instrumentalização. *Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se ancora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre “idealismo”, “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria e prática”, “prática teórica” etc. (NETTO, 2011a, p. 268, grifos nossos)*¹⁹¹.

Se este é efetivamente o primeiro momento, *num segundo* (“o momento de consolidação acadêmica”) predomina o chamado *marxismo acadêmico* que, somente no marco da “transição democrática”, consegue subsidiar suas análises através de elaborações originais, inclusive, recuperando autores “clássicos”. Entretanto, esta segunda aproximação é dividida por Netto (2011a) em dois patamares: O primeiro no “*Pós-Método-BH*”, e que data de finais de 1970 se arrastando até o primeiro terço de 1980, e o segundo que é demarcado pela publicação da análise de Iamamoto (1982), só parcialmente presente em Iamamoto e Carvalho (2010). Nas palavras de Netto (2011a), no primeiro “patamar desse momento”, temos que:

[...] insulada e neutralizada a universidade, a referência à tradição marxista, *ainda com fortes traços de redução epistemologista*, funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática – no entanto, obedecendo a exigências intelectuais rigorosas. (Ibid. p. 269, itálicos nossos)

grupo católico incorporou o pensamento maoista, também orientado pela AP. (Ibid. p. 439-440). Já a parte do grupo pesquisado por Silva (1991) vinculada ao PCB se aproximou dos insumos marxistas pelo próprio partido. (Ibid. p. 441).

¹⁸⁹ Chamamos a atenção do leitor para o fato de considerarmos a relevância das análises de Faleiros, de 1972, nesta dissertação. Porém, como já afirmado, não analisamos a sua interlocução com os escritos marxianos/marxistas e nem a retenção da dialética na produção de 1972, publicada em Buenos Aires.

¹⁹⁰ Ver respectivamente as notas nº 320 (NETTO, 2011a, p. 268) e nº 308 (Ibid. p. 263).

¹⁹¹ Em nota de rodapé (nº 320) Netto (2011a, p. 268-269, grifos nossos) afirma: “De fato, os suportes do marxismo incorporados pela perspectiva da intenção da ruptura, neste momento, *são uns poucos textos de Mao* (especialmente os ensaios, de 1937, *sobre a prática e Sobre a contradição*) e *as ideias de Althusser* [...], *além de materiais típicos do marxismo “soviético”*. Cabe notar que a contabilidade tradicional-dogmática entre Mao e Althusser (e Stálin) tem, entre seus vários índices, um que é paradigmático: a liquidação da categoria (hegeliana e dialética) da *negação da negação*. **O althusserianismo se afirma, ainda, pelo recurso a teses de sua discipula, M.[arta] Harnecker**”.

E, no segundo:

“[...] prolongam-se as incidências do “marxismo acadêmico”, mas o quadro da transição democrática repõe política e história como objetos práticos inelimináveis e possíveis da reflexão – e a elaboração passa socorrer-se das fontes originais, com recurso a “clássicos” que, à diferença do marxismo estruturalizado, contemplam a historicidade. (Ibid. p. 269, grifos nossos).

Muito próxima à linha argumentativa de Netto (2011a), porém não aprofundando a reflexão, Santos (2007) afirma que é na década de 1980 que se situa o segundo momento de aproximação do Serviço Social à tradição marxista¹⁹². A autora não explicita a mesma distinção cronológica que Netto (2011a) realiza neste segundo momento, porém concorda em outro ponto: para a ela, a despeito de um nascente movimento de interlocução com os escritos marxianos – e aqui Santos (2007) cita em nota de rodapé o pioneirismo de Iamamoto [no texto de 1982] – e marxistas de maior rigor analítico, neste momento ainda se tem uma apropriação predominantemente marcada pelo “epistemologismo” (SANTOS, 2007, p. 75). Todavia, a denúncia de Santos (2007) aqui só confirma parte das proposituras de Netto (2011a), não acrescentando nenhuma novidade ao debate.

Quem também acrescenta pouco à discussão – dadas as limitações de sua pesquisa – é Silva (1991). Segundo a autora, após a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte (1972-1975), “Outras tentativas de implementar o Serviço Social – teórica e praticamente – [sic!] a partir das vertentes do pensamento marxista, só ocorreram posteriormente a 1975”. (Ibid. p. 437). Nestas, Silva (1991) ainda destaca que a aproximação de alguns narradores [por ela entrevistados] à tradição marxista ocorre nos cursos de pós-graduação – no Brasil e no exterior –, principalmente nos programas de Ciências Sociais. Os profissionais de Serviço Social foram se vinculando aos “docentes desses programas”. (Ibid. p. 438).

Outra autora, Simionatto (1999), também seguindo as pistas deixadas por Netto (2011a) e Silva (1991), corrobora com ambos ao sustentar que a “primeira aproximação” com a tradição marxista se realiza nos anos de 1960, e que

“[...] esta aproximação ocorreu através da militância política mediante a articulação com a esquerda católica especialmente através da Juventude Estudantil Católica-JEC, Juventude Universitária Católica-JUC, Juventude Operária Católica-JOC e, posteriormente, através do Movimento de Educação de Base-MEB e Ação Popular-AP. (SIMIONATTO, 1999, p. 182, em rodapé).

¹⁹² Como vimos, para Netto (2011a) esse momento divide-se em dois: o que cobre o lustro final de 1970 e o primeiro terço dos anos 1980. Essa demarcação não aparece em Santos (2007), no entanto, esta autora também corrobora com as análises que compreendem a primeira aproximação à tradição marxista no bojo dos anos 60.

A autora citada igualmente afirma que esse movimento é interrompido pela conjuntura (im) posta pela ditadura civil-militar, sendo retomada com mais afinco somente na década de 1970 – mas especialmente no segundo lustro da referida década – (Ibid. p.182) posto o período de “redemocratização”.

No que se refere aos momentos mais importantes da vertente de *intenção de ruptura*, Simionatto (1999) também corrobora com as análises de Netto (2011a). Isso é perceptível na medida em que a autora destaca o “*Método-BH*” e a dissertação de mestrado de Marilda Villela Iamamoto como importantes momentos da referida perspectiva renovadora. No primeiro caso, Simionatto (1999) simplesmente repete a tese amplamente difundida no meio profissional de que a base teórica das proposituras dos formuladores do “*Método-BH*” “é constituída essencialmente pelas teses maoistas e althusserianas, enquanto o segundo centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências a Gramsci de “*Americanismo e Fordismo*” e, mais especificamente, à questão dos intelectuais”. (Ibid. p. 184).

Contudo, Simionatto (1999) compreende que a produção intelectual que faz referência ao pensamento marxista extrapola esses dois momentos explicitados por Netto (2011a). Presente no final de 1970 e início de 1980, tal acervo (principalmente o segmento conectado ao “aporte teórico gramsciano” – alvo da tese de Simionatto), segundo a referida autora, não fora analisado pelo autor de *Ditadura e Serviço Social*¹⁹³. Por fim, a autora conclui que após a avalanche althusseriana, as recorrências a Antônio Gramsci se tornam mais significativas no Serviço Social, se espraiando também para as décadas de 1980 e 1990. (Ibid. p. 185).

Finalmente, Netto (2011a) também sinaliza para um *terceiro momento (a partir de 1985)* no qual a profissão intenta recuperar as análises da tradição marxista dos momentos

¹⁹³ Cabe observar que no trabalho de Netto (2011a) não havia a intenção de analisar toda a bibliografia da vertente de *intenção ruptura*, mas sim os momentos mais importantes. Em suas palavras: “À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas na linha de ruptura, estamos nos atendo somente àquela explicitação que foi efetivamente representativa e decisiva”. (Ibid. p. 263). Em rodapé Netto (2011a, p. 252) também sinaliza: “Sabe-se que pequenos grupos de profissionais, desvinculados da academia, esforçaram-se, ao longo do período ditatorial, por desenvolver práticas alternativas ao tradicionalismo e às exigências sociopolíticas da autocracia. Esses esforços e seus resultados ainda guardam pesquisa acurada – mas é certo que sua gravitação nas representações do Serviço Social foi débil”. Em outra nota (n° 310) o autor citado assinala: “Não afirmamos nem que a formulação belo-horizontina foi a única, nem que a ela não se seguiram intentos na perspectiva da intenção de ruptura (por exemplo, a experiência realizada por assistentes sociais vinculados à Universidade Federal do Maranhão, na comunidade do Boqueirão, no final da década de 70)”. Uma breve síntese sobre a experiência do “Boqueirão”, em síntese, encontra-se em Simionatto (1991, p. 200-204). Resta saber se a empresa de analisar toda a bibliografia disponível à época era realmente necessária no caso do autor de *Ditadura e Serviço Social*. E no caso de nossa dissertação talvez uma não imersão em toda bibliografia disponível entre 1970 e 1982 (com o intento de melhor compreender a relação entre a tradição marxista e o Serviço Social brasileiro) possa, também, constituir-se em mais uma lacuna não colmatada.

anteriores com o objetivo de subsidiar sua atualidade profissional: “[...] da problemática da formação a campos de intervenção e espaços e políticas de prática” (NETTO, 2011a, p. 269).

E finaliza

Este processamento, não é difícil imaginá-lo, foi atravessado por contrafações que não podem passar sem alusão – em boa medida decorrentes da própria natureza da aproximação incipiente à tradição marxista. A mais evidente delas é o *lastro eclético* que percorre as formulações significativas desta vertente renovadora: *marca presença no empirismo da elaboração belo-horizontina, é flagrável no primeiro patamar do momento de consolidação acadêmica e, consolidada a perspectiva, permanece dando o tom em formulações nas quais a ele se acresce o novo irracionalismo criticado por Rouanet.* (Ibid. p. 269-270, grifos nossos).

Importa registrar ainda que, sem sombra de dúvidas, até o presente momento, as asserções de Netto (2011a) são as mais avançadas no que diz respeito à relação entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista. Todo o material por nós pesquisado – (IAMAMOTO, 1982, 2008, 2012, 2013), (IAMAMOTO e CARVALHO, 2010), (SANTOS, 2007); (SIMIONATO, 1997); (SILVA, 1991); etc., – confirmou total ou parcialmente as ponderações do referido autor.

Cabe-nos aqui reiterar nossos objetivos de pesquisa. A despeito de iniciarmos este capítulo recuperando resumidamente a gênese do Serviço Social no Brasil, nossa investigação está delimitada temporalmente entre 1960 e 1982. Ela objetivou, até o momento, apreender e demonstrar como se efetivou o movimento real de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. De agora em diante, intentamos apreender (e demonstrar) a qualidade da retenção da dialética nos dois principais momentos da vertente de intenção de ruptura com tradicionalismo profissional: O “*Método-BH*” e a produção de 1982 de M. V. Iamamoto. Esses dois momentos podem ser destacados como formas de explicitar a vertente mais progressista e/ou “radical” do Serviço Social – em contraposição ao tradicionalismo na profissão, e explicitar também o seu amadurecimento. Segundo análises de Netto (2011a, p. 275), estes dois ápices demarcam profundamente a vertente renovadora de *intenção de ruptura*: a reflexão de Marilda Villela Iamamoto (1982) e as formulações do ‘Método- BH’ – 1972-1975.

Na emergência da *intenção de ruptura*, um primeiro movimento é levado a cabo com as elaborações documentadas (entre 1972-75) pelo grupo da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Tal experiência se efetiva através da constituição de um grupo de jovens – composto majoritariamente por profissionais recém-formados após o golpe de 1964 – liderado por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Tal grupo, definindo uma nova linha renovadora

para o Serviço Social, defende uma proposta de ruptura com o tradicionalismo nos planos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.¹⁹⁴

Já com a produção de Iamamoto (1982), de acordo com Netto (2011a), chega-se à “maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura”,

Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a *primeira incorporação bem-sucedida*, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxista para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil. (NETTO, 2011a, p. 276, grifos nossos).

Na mesma linha de Netto (2011a), Iamamoto (2012), em releitura crítica ao seu texto de 1982, afirma que é com o texto publicado na primeira parte do livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, que se tem, pela primeira vez dentro da categoria profissional “[...] uma abordagem histórico-sistemática sobre a produção e reprodução das relações sociais com base em um tratamento da teoria marxiana, apoiada no conjunto de sua obra – *O Capital* – até então ausente da produção acadêmica da área no País”. (Ibid. p. 252- itálicos originais)¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Contudo, este processo é interrompido em 1975, quando há a demissão de figuras importantes do “*Método-BH*”, como Leila L. Santos. (NETTO, 2011a, p. 262-264). Ainda segundo Netto (2011a), embora haja indicações de que o giro rumo ao projeto de ruptura tenha se iniciado em 1969 – numa universidade católica –, a documentação mais significativa só é efetivamente produzida nos anos iniciais da década de 1970. (NETTO, 2011, em rodapé). Ver também a nota nº 303 em (NETTO, 2011a).

¹⁹⁵ “[...] é a partir da publicação, em 1982, do seu ensaio mais conhecido que se pode identificar a aproximação do Serviço Social, no Brasil, às fontes clássicas do pensamento socialista revolucionário. Sem qualquer dúvida, entre nós foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica original de Marx. *É possível dizer, sem o risco do exagero, que Marilda inaugurou no Brasil, a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx.* [...] aquele trabalho de Marilda, rigorosamente acadêmico, não tem nada a ver com certa produção intelectual que se nutriu dos modismos em voga. Sabemos como, na crise do Regime de Abril, uma epidemia “dialética” varreu os quintais do Serviço Social, e o vírus da “transformação” infectou profissionais que até então tinham se esmerado no bater de calcanhares”. (NETTO apud IAMAMOTO, 2013, p. 12, grifos do autor). Abramides (2016) considera a “Publicação do livro *Serviço Social e relações sociais no Brasil*, de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho, em 1982, a primeira obra na literatura do Serviço Social brasileiro, com referência no legado marxiano e na tradição marxista. Constituiu-se em um clássico para a profissão, e a partir dessa obra ampliou-se a literatura do Serviço Social nessa orientação teórico-metodológica”. (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

CAPITULO 3 - A APREENSÃO DA DIALÉTICA NO “MÉTODO-BH” E NA PRODUÇÃO DE MARILDA VILLELA IAMAMOTO (1982)

Como já observamos no primeiro capítulo desta dissertação, em Marx não há qualquer paradigma metodológico cuja volição individual do pesquisador apanha para, posteriormente, apor aos objetos inquiridos. Marx compreendia claramente a dialética como lógica da realidade mesma. Como visto,

Tudo o que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade historicamente engendradas e desenvolvidas. Donde a identificação da *dialeiticidade* como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a *dialética* só é passível de descobrimento, jamais de aplicação (CHASIN, 2009, p. 236, grifos originais).

Nada de paradigmas, nem esquemas dados *a priori*. Por estas vias, aqui intentamos nos afastar de distintas compreensões acerca da dialética sintetizadas como: “leis gerais aplicáveis”, “leis do pensamento dialético”, “método dialético aplicado”, dentre outras. Em sentido contrário, observamos que no padrão científico marxiano não há irresolução entre dialética como movimento da realidade e modo de pensar. Em Marx a dialética não é senão a lógica imanente do real. Para trazer esta determinação novamente à superfície, é Marx mesmo quem afirma, “[...] a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear sua nexos interno. [E] Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”, nesse sentido, se tal processo for realizado com êxito, isto é, “se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*”. (MARX, 2013, p. 90). Se tal proposição estiver correta, conclui-se que a investigação demanda enormes esforços intelectuais, contrariando a vulgarizada oposição metodológica rumo à verdade como corolário axiomático.

É com base no enunciado acima que podemos perceber que o autor de *O Capital* não emprega qualquer arquétipo, nem mesmo concebe o tão propalado “método dialético” como algo a ser aplicado. Inversamente, Marx descobre a dialética na processualidade imanente do real, isto é, capta a lógica imanente das coisas na realidade efetiva; ele investiga e descobre as legalidades a partir do “movimento próprio da realidade, [mas, vale apenas reiterar] nos casos concretos e particulares” [!]. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 153)¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Logo, não fixa leis “num esquema geral a priori de qualquer movimento a ser depois aplicado”, definitivamente, a dialética não é “método de pensar”. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 153, grifos nossos).

É por estas trilhas que já constatamos que o caminho rumo à descoberta das coisas só pode se efetivar pela análise da realidade, isto é, pela escavação da própria coisa inquirida na realidade mesma, não havendo, portanto, um único caminho de acesso ao verdadeiro. Assim sendo, só é lícito falar em método se se compreende que o movimento da cabeça, do conceito, não é mais que a reprodução (e não reflexo) intelectual, ideal, subjetiva, do movimento real do objeto faceado. Reprodução que se efetiva na medida em que a força da abstração captura as categorias da realidade como “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011a, p. 59) e, posteriormente, retorna ao concreto como síntese determinativa enriquecida. É de posse destas e doutras proposituras marxianas, já trazidas à tona no primeiro capítulo da presente dissertação, que objetivamos demonstrar a qualidade da retenção da dialética por protagonistas do Serviço Social em dois importantes momentos: no conhecido “Método-BH”¹⁹⁷ e na dissertação de mestrado de Marilda Villela Iamamoto¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Neste ponto, seguimos algumas das pistas deixadas por Netto (2011a). O referido autor afirma que – apesar de deixar de fora conscientemente “certo” material significativo ao analisar o “Método-BH” como momento de inflexão da vertente de intenção da ruptura com o Serviço Social tradicional, deixa claro que – “Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir da década de sessenta, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco – e cremos nós, sua importância histórica tenderá a crescer. Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho **configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto da ruptura no Brasil**”. (NETTO, 2011a, p. 275, grifos nossos).

¹⁹⁸ Aqui também seguimos a indicação de Netto (2011a). De acordo com o autor: “seu trabalho [de Iamamoto] sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, **configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico crítica do projeto da ruptura no Brasil**”. (NETTO, 2011a, p 276, grifos nossos).

3.1 – A experiência do “Método-BH”

A experiência do chamado “Método-BH”, especificamente a etapa de “implementação profissional”, é amplamente conhecida no interior da categoria profissional dos assistentes sociais. Neste item, objetivamos demonstrar, por um lado, como tal experiência se efetivou e, por outro, intentamos apanhar como os formuladores de BH entendem a questão do “método” a partir da produção coligida em Santos (1987)¹⁹⁹.

O “Método-BH”, como já sinalizamos em capítulo precedente, refere-se a uma “experiência” de intervenção e atuação profissional realizada em Itabira-MG²⁰⁰ pela Escola de Serviço Social da UCMG – por meio do Estágio²⁰¹ em Serviço Social. A cidade fora escolhida por se encaixar em diversos critérios previamente elaborados²⁰².

Leila Lima Santos dirigiu a Escola de Serviço Social entre 1972 e 1975 (período de vigência da proposta de BH), e, junto a Ana Maria Quiroga, coordenou as disciplinas de

¹⁹⁹ É preciso demarcar que, no texto *Ditadura e Serviço Social*, Netto (2011a), na nota de rodapé nº 308, indica que para uma visão global do “Método-BH” consultar: “*A prática como fonte de teoria*”; *Uma proposta de reestruturação profissional e Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais* (este último texto coligido em Santos (1985))” (Ibid. p. 263, em rodapé). No texto de Yamamoto, “O Serviço Social na contemporaneidade...” a autora indica, na página 214, nota de rodapé nº 269, que “Para uma análise global da experiência de Belo Horizonte, ver os seguintes documentos elaborados entre 1971 e 1974: *A prática como fonte de teoria (1971)*; *Uma proposta de reestruturação da formação profissional*, publicado em Vv. Aa.; *Compendio sobre la reestructuracion de la carrera del Trabajo Social*, Buenos Aires, Ecro, 1973; *Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais e Teoria, Prática, Serviço Social*, estas últimas recolhidas por Santos, L. L. Textos de Serviço Social. São Paulo Cortez, 1982” . (Ibid. p. 214). Entretanto, *diante da dificuldade objetiva de obter tais bibliografias*, nosso texto esta referenciado apenas na produção de Santos (1987) – publicada pela primeira vez *no Brasil* em 1982 (IAMAMOTO, 2015, p. 237) –, compreendendo que a mesma se mostra suficiente a nossos propósitos. É justo assinalar que o texto referente ao “Método-BH” não fora produzido para publicação, e embora a autoria do livro esteja vinculada à Leila Lima Santos, a obra é composta de vários textos com distintos autores e coautores. Especificamente, sobre a proposta do “Método BH”, encontram-se os subsequentes esclarecimentos: o primeiro momento exposto – que trata dos “pressupostos teóricos fundamentais – Teoria do conhecimento” (SANTOS, 1987, p. 13-69) – foi redigido por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga; a segunda parte (que trata da experiência no município de Itabira-MG) e a terceira (momento de revisão e reestruturação posterior ao processo prático) – “foram redigidas por Wanira Pacheco sob a orientação de *Consuelo Quiroga*; ambas trataram de incorporar as férteis discussões sobre o “Método BH”, que começaram a gestar-se entre os professores, estudantes e supervisores daquele período: *Marilda Vilela*, Helena paixão, Vanessa Paiva, Márcia Pinheiro, Diva M^a de Souza Nazareth de Oliveira e Maria Helena Lacerda” (SANTOS, 1987, p. 12, grifos nossos).

²⁰⁰ Nove bairros foram selecionados tendo em vista a ligação direta/indireta da população com a Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) (SANTOS, 1987, 72-77).

²⁰¹ Em sua operacionalização, a experiência de Estágio contou com três estagiárias, um supervisor da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e um professor orientador. (SANTOS, 1987, p. 71). Netto (2011a) chamará essa experiência “de extensão institucional”.

²⁰² “atuação junto à população com maior potencial de transformação” [camponeses e operários], “interiorização dos campos de estágio”, “atuação em obras amplas e abertas”, “atuação sobre a realidade mais ampla e não apenas sobre aspectos isolados”, “*áreas que permitam a realização de objetivos definidos*, quais sejam, a elevação do nível de consciência, organização e capacitação” [!] e, por fim, a “realização de uma *prática teórica*”. (SANTOS, 1987, p. 69-70, grifos nossos). O termo *prática teórica* aqui nos envia a Althusser.

Serviço Social na UCMG. A ingerência do “Método-BH”, para Santos (1987), chegou a ser predominante na formação profissional na referida Escola. (SANTOS, 1987, p. 8). Entretanto, na época, a experiência teve parca difusão no meio profissional, permanecendo, talvez com raríssimas exceções, como proposta isolada. Situação que se modificou em finais de 1970 – a cessação daquela experiência ocorreu com a chamada “crise institucional” em 1975 (que, de acordo com Ana Maria Quiroga, foi marcada pelos questionamentos acerca do planejamento de expansão da aplicação do “Método-BH” em outros campos, e por outras críticas internas à proposta). (SILVA, 1991, p. 305).²⁰³

Numa rápida mirada sobre as propostas belo-horizontinas, é impossível não relacionar seu processamento com as ingerências do contexto de reconceptualização do Serviço Social Latino-Americano. Neste, segundo Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez, “as atividades programadas, [...] estão revestidas de um marcado interesse conscientizador e politizador que revelam os esforços para superar as clássicas funções da profissão como simples administradora dos serviços sociais [...]”. (SANTOS, 1987, p. 125) Assim, o processamento da experiência caminha no sentido de novos arrimos teórico-metodológicos e prático-operativos, além do componente declaradamente ideopolítico tradicionalmente negado por segmentos profissionais. Por estas vias, assinala-se a importância da proposta de BH que, para Netto (2011a, p. 277) “inaugura com consciência e preocupação de rigor o projeto de rompimento com o tradicionalismo” profissional. Como exemplo notável, é preciso reconhecer que na experiência belo-horizontina há uma forte tendência ao chamamento da população para a participação ativa no processo.

De posse destas e de outras ponderações, segundo Netto (2011a, p. 276), a proposta do “Método-BH”, portanto, constituiu-se na “construção de uma alternativa global ao tradicionalismo”, e o “método” ali elaborado foi além “da crítica ideológica, da denúncia

²⁰³ Segundo Leila Lima Santos, outros aspectos também foram importantes para o fim da experiência de “BH”, dentre eles: o próprio período da ditadura com sua costumeira repressão e constrição, o conservadorismo do meio profissional contrário às propostas de “BH”, o preconceito de alguns campos/instituições de estágio (e até mesmo de parte da própria Universidade Católica) em relação ao direcionamento político e ideológico da Escola de Serviço Social. No entanto, a autora acredita que o “Método-BH” foi mais uma *causa indireta* da “crise”, pois ele era uma expressão da orientação teórica de seus formuladores, e esta sim, de acordo com Leila L. Santos, é que impulsiona à possibilidade da referida “crise”. Já o seu detonador imediato seriam “as dissidências internas da Escola” que portavam erros ou equívocos da própria esquerda brasileira, isto é, “uma impossibilidade da esquerda uma vez mais de chegar a um consenso [...] e a uma posição unitária” (SANTOS, 1991, p. 379). Aqui se justapuseram, segundo Leila Santos, problemas entre tendências político-ideológicas entre professores, e entre estes uma parcela de alunos. O processo de “crise” então tem seu estopim com uma greve de parte dos alunos da Escola de Serviço Social. Posta a própria incapacidade de negociação (reconhecida por Santos que era a diretora) com a greve estudantil, praticamente todos os professores se demitem da Escola, restando apenas um. (Ibid. p. 380-381). Ao cabo, Leila L. Santos ainda registra que a “crise ocorreu por uma inviabilidade política do projeto, naquele momento da conjuntura brasileira” (Ibid. p. 384).

epistemológica e metodológica e da recusa das próprias práticas do tradicionalismo”. Tal experiência ofereceu “uma pauta paradigmática dedicada a dar conta [...] do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social”. (Ibid. p. 276-277). Portanto, o trabalho de BH, de acordo com o autor citado (2011a), “configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa [...]” (Ibid. p. 275). Ao que tudo indica, o referido autor aceita a tese de Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez de que esta “experiência reuniu elementos suficientes para ser julgada como expressiva de linha renovadora do Serviço Social e, de modo geral, representativa das inserções em terreno do Serviço Social reconceituado”. (SANTOS, 1987, p. 125).

As contribuições das proposições de BH para a profissão – na medida em que a proposta se caracteriza, como já observamos, como o momento real e efetivo de emersão da perspectiva de *intenção de ruptura com o Serviço Social* tradicional, e também de interlocução com “os marxismos” – já foram devidamente sinalizadas por Netto (2011a). Todavia, outros apontamentos podem ser encontrados em Iamamoto (2015), e não infirmam as asserções do referido autor. Iamamoto (2015) também chama o “Método BH” de “uma proposta globalizadora” para a profissão.

Encontra-se no chamado “Método Belo Horizonte” um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional: à sua pseudoneutralidade teórico-prática, ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, à visão dicotômica das relações sujeito-objeto (traduzidas no dualismo homem-meio) e à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se a essa teia de críticas, ainda, a visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais eivados pelos propósitos de atenuar disfunções sociais, desadaptações e desvios comportamentais, tão caros às interpretações de cunho funcionalista da dinâmica social. (IAMAMOTO, 2015, p. 237-238).

Entretanto, a despeito das significativas propostas dos formuladores do “Método-BH”, sobretudo no que se refere às suas importantes contribuições para o Serviço Social brasileiro, elas não passam sem problemas²⁰⁴. Dentre estes, sinalizamos apenas aqueles que se conectam mais diretamente aos nossos objetivos neste estudo, isto é, os problemas que se ligam ao

²⁰⁴ Acrescenta-se com Iamamoto (2015) que: “Não se pode omitir que, sendo a experiência da UCMG exemplar de uma das tendências presentes na polêmica profissional de uma época, *ela traz em si as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento*. Dentre estas, podem ser destacadas: *a atualização de marcas messiânicas* – ainda que travestidas de uma roupagem politizada de “esquerda” – no trato dos objetivos-fins profissionais; *“a transformação do homem e da sociedade”* mediada pelos processos de capacitação, conscientização e organização, e inspirados na *perspectiva de Paulo Freire*, a pedagogia do oprimido. *Decorre daí uma visão polarizadora da sociedade dividida entre opressores e oprimidos*, alimentada por ingredientes teóricos extraídos do arsenal da vulgarização marxista”. (IAMAMOTO, 2015, p. 238, *itálicos nossos*).

modo como os autores de BH compreenderam ou não o padrão de ciência inaugurado por Marx.

Ao observarmos algumas das produções contemporâneas do Serviço Social brasileiro, facilmente encontramos alusões às proposituras do “Método-BH”. No entanto, ao que consultamos, o pequeno texto de Netto (2011a) se mostra como único que especificamente se debruça sobre a experiência belo-horizontina. Além dos apontamentos²⁰⁵ já evidenciados pelo referido autor até o momento, encontramos algumas conclusões (que não passam de breves notas) em relação aos arrimos teóricos de BH, mas que são importantes menos pela carga retórica que como forma de demonstrar sua aceitação por reconhecidos autores da profissão.

Recuperando asserções de Netto (2011a), Simionatto (1999), por exemplo, acredita que a “base teórica” do “Método Belo-Horizonte” “é constituída essencialmente pelas teses maoistas e althusserianas”. (Ibid. 184). Yazbek (2009), em parte, segue o mesmo fio condutor, quando afirma que

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, [...] e que se caracterizam, quer *pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual*, quer *pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista)* presente no “*marxismo*” *althusseriano* (referência a Louis Althusser, filósofo francês) cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 *e particularmente o Método de B.H.* Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão. (Ibid. p. 173, grifos nossos).

Apesar de tais assertivas serem muito genéricas (se comparadas com as reflexões de Netto (2011a) e não realizarem distinções acerca da variedade dos “marxismos” que advogam existir na proposta de BH, a conclusão a que se pode chegar é de sua correta pertinência. Todavia, no sentido de tal constatação, não há melhor comprovação do que as próprias ponderações de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. A primeira efetivamente reconhece as ingerências de Althusser quando assevera as seguintes confissões em entrevista: “[...] nos líamos mesmo; nós líamos... A Ana [Maria Quiroga] e eu, [...] nós estudamos bastante Althusser e tudo... [...] a gente estava lendo e estava influenciada [...] [pelos] modismos teóricos do momento, pela [...] conjuntura de moda teórica também [...]; (SANTOS, 1991, p. 296). E Leila Lima Santos ainda arremata afirmando que “Quem não lia Althusser na época da Escola de Serviço Social estava., *por fora!*” (Ibid. p. 296)²⁰⁶. (Ibid. p. 297). Por sua vez,

²⁰⁵ As referências a Santos (2007) e Silva (1991) também não serão aqui retomadas.

²⁰⁶ Além da confissão de ler sistematicamente Althusser (principalmente *Pour Marx*), Leila Lima Santos também reconhece ingerências de leituras de Marta Harnecker, pois esta detinha uma escrita manualística e “muito fácil”,

Ana Maria Quiroga confirma, também em entrevista, que no “Método-BH” “[...] o grande autor é Althusser [...]”, porém atesta também as ingerências do marxismo da União Soviética, de Mao-Tse-Tung, dentre outros. (A. QUIROGA. p. 1991, p. 299-300).

A despeito de curta, porém pouco mais completa que as módicas afirmações de Simionatto (1999) e Yazbek (2009) é a concepção de Iamamoto (2015, p. 238) que observa: “[...] outro traço característico da referida proposta é a tensão presente entre os propósitos de uma análise de inspiração marxista no campo teórico-metodológico e as fortes marcas epistemologistas que a informam”.

De fato, percebe-se uma completa ausência, na análise, do trabalho como fonte da produção do ser social, fundante na reflexão marxista. Poderíamos afirmar que do ponto de vista teórico-metodológico, a proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1989) qualifica como “*invasão às ocultas*” do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o “Método Belo Horizonte” explica aquela “invasão”: ***O estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II internacional, haurido em manuais de “marxismo-leninismo” na sua versão “oficial”; a inspiração maoista presente na análise das relações: teoria e prática, redundando num empirismo incontestado da máxima “a prática como fonte de teoria”, tal qual ali é trabalhada. Soma-se a essas observações a formalização dos momentos metodológicos, resultante de uma exemplar sistematização da prática, erigida como fonte de revisão e elaboração de teorias.*** (Ibid. p. 238, itálicos nossos).

Destacamos aqui os traços epistemologistas aos quais se refere Iamamoto (2015), e a que Netto (2011a) outrora igualmente se referiu. Sem mais rodeios, os integrantes da Escola de Serviço Social da UCMG, especificamente as formuladoras²⁰⁷ do conhecido “Método Belo Horizonte”, consideram o “Método” como algo que se aplica na realidade! – ao que tudo indica isso se deve aos seus arrimos nos diversos “marxismos” e ao desconhecimento (ou ao conhecimento ainda incipiente e, em certa medida, inepto) de todo o legado da obra marxiana e da literatura marxista.

Numa breve excursão, é justo observar, por um lado, que no texto referente à proposta belo-horizontina não há referências explícitas ao padrão científico marxiano, e menos ainda à obra de Marx. Por outro lado, também não existem citações (referências) explícitas e diretas a Althusser ou mesmo a Mao-tse-Tung. Fatos estes que tanto podem ser conseqüências dos anos de repressão (e é importante destacar que a experiência de BH se efetiva nos anos do Ato

(Ibid. p. 297). Além destes, a autora afirma ter lido trechos de *O capital* e textos de Teilhard de Chardin e Che Guevara.

²⁰⁷ E aqui é preciso sinalizar que a própria Leila Lima Santos (em entrevista) deixa bem claro: “Acho que o Método de Belo Horizonte é fundamentalmente um filho de Ana [Maria Quiroga] e meu. Eu sinto isso. No sentido do que está escrito. Claro que é fruto de uma experiência coletiva, claro que o grupo todo participou...” (SILVA, 1991, p. 295).

Institucional número 5 (AI-5)) como da falta de tradições intelectuais na profissão, ou corolários do desconhecimento e/ou desconsideração de parte da produção, mesmo que incipiente, da tradição marxista no país; dentre outros. De todo modo, demarca-se que o peso do *regime de abril* influencia indiretamente a produção e duração da proposta de BH. Isso se comprova com a asserção de Leila Lima Santos. Segundo ela, referindo-se ao texto da proposta, “Na época, a Ana e eu, passávamos horas [...] pensando qual palavra pôr [...]. Você lê o Método BH [...] [e] não vai encontrar uma palavra marxista, nunca. Vai encontrar uma ou outra vez, dialética... possivelmente usando mais dinâmica que dialética”. (SANTOS, 1991, p. 297). Dessa forma, a repressão atua indiretamente na forma da exposição do “Método-BH”.

Todavia, retomando nosso eixo analítico, ressalta-se que a construção do referido “Método” é de autoria de Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos. As autoras começam seu manuscrito por uma reiterada tematização acerca da *teoria do conhecimento* que afirmam ser *o primeiro fundamento do “método profissional”* – este, identificado como o método científico!²⁰⁸ Após o tratamento da relação entre sujeito e objeto (SANTOS, 1987, p. 13), o conhecimento do primeiro sobre o segundo é entendido como “**um reflexo**, ou seja, o cérebro reproduz a realidade [e não seu movimento] na consciência do homem”²⁰⁹. (Ibid. p.14). De acordo com as formuladoras de BH, o conhecimento se efetiva através de *níveis*. Assim, objetivam demonstrar seu processamento (“suas características”, “bases e etapas”) através da mera descrição dos seus momentos “*Sensível e Abstrato*”²¹⁰. Ao cabo, fica fácil identificar o

²⁰⁸ Segundo a autora, *no intento de se elaborar um “método científico, o método profissional fundamentou-se nas relações, princípios e leis inerentes ao conhecimento e à própria realidade”*, desse modo, “o método profissional está diretamente ligado à teoria científica e à realidade histórica, sendo inconcebível sem elas. Desta forma, a teoria adquire sua significação metodológica e se converte em método, na medida em que seus princípios, leis e teses são utilizados consciente e adequadamente como instrumentos de conhecimento e transformação prática da realidade. O método, por sua vez, não pode ser entendido, organizado e explicado independentemente da teoria e da realidade histórica que o fundamenta. Esta interligação entre método, teoria e realidade permite verificar que o método é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de sua transformação”. (SANTOS, 1987, p. 47, *itálicos nossos*). Por mais que se afirme que “o método é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade...”, fica difícil constatar essa concepção lendo todo o trabalho de BH. Acerca dessas proposituras, completa Netto (2011a, p.284), “A interpretação segura dessa passagem é que o método profissional é o método científico, “apenas” com o adendo de ser um “instrumento” de transformação da realidade”.

²⁰⁹ Para Netto (2011a, p. 281, em rodapé) aqui (mas também noutras passagens) os formuladores de “BH” agarram-se à “teoria lenineana do reflexo” da forma como esta se objetivou em *materialismo e empiriocriticismo*. (“calçando-se no mais consagrado “marxismo-leninismo” e na raiz dogmática”). (Ibid. p. 282)

²¹⁰ No *momento sensível*, “os sentidos são os instrumentos de ligação entre o homem e o mundo exterior”, pois “não haveria conhecimento se não houvesse *ordenação dos dados sensíveis*” (SANTOS, 1987, p. 17). Entretanto, apesar de necessário, esse conhecimento é ainda rudimentar. Não é “suficiente para fazer [...] julgamentos, mas é suficiente para determinar certos atos simples e elementos relativos [...]”. (Ibid. p. 19); é o ponto de partida para a “apreensão mental da realidade objetiva” (Ibid. p. 19) e, na medida em que evolui, novas formas superiores de conhecimento vão se constituindo até chegar aos níveis mais altos, ou seja, no conhecimento abstrato. (Ibid. p. 19). Neste último, (o “momento abstrato”) “fase superior do processo do

epistemologismo marcante presente na proposta belo-horizontina. A passagem é clara e descarta análise mais percuciente: “o conhecimento científico é [...] um conhecimento intencional, pelo qual **são aplicados determinados modos e procedimento [s] científicos para se obter a verdade sobre determinado fenômeno ou processo. Estes modos e procedimentos constituem o método científico.** (SANTOS, 1987, p. 22, grifos nossos).

O *Segundo fundamento do método profissional*, para Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos é a *Relação teoria-prática*. Neste procedimento, concluem que é através da prática²¹¹ que “**se dá o processo de conhecimento**”²¹² e a descoberta da verdade objetiva”²¹³; por estas vias, “os resultados das generalizações [...] realizadas no *momento racional* sobre os dados obtidos na *experiência sensorial* constituirão a *teoria*”. E arrematam: “Assim, as *generalizações teóricas*, em forma de conceitos, princípios e leis comprovadas pela experiência prática, *constituirão a verdade objetiva*”. (Ibid. p. 25, grifos nossos)²¹⁴. As autoras enunciam a necessidade dos “dados reais e práticos”, mas negam, *a priori*, qualquer empirismo²¹⁵ e, antes de finalizarem a tematização acerca do *segundo fundamento do método profissional ou científico*, ambas ainda elencam uma série de “relações que refletem o

conhecimento”, há uma necessária elevação “da contemplação sensitiva ao conhecimento racional ou abstrato”. (Ibid. p. 19). É neste que as autoras supõem o momento em que as experiências sensoriais são coordenadas, de tal modo que se possa aprofundar o conhecimento “em relação à realidade” (Ibid. p.19); Segundo Netto (2011a, p. 282), aqui “os formuladores mineiros [...] estão encharcados da tradição manualesca de Besse/Caveing e [...] das teses maoistas. Quanto a isso, compare-se, por exemplo, as suas disquisições sobre “conhecimento sensível”, “conhecimento abstrato”, e “conhecimento racional” [...] com o que Mao, que não é citado nesta fonte, escreveu sobre os mesmos “conhecimentos”. (Ibid.)

²¹¹ A tematização acerca da prática efetiva-se enformada “basicamente pelas teses maoistas e althusserianas” (NETTO, 2011, p. 282, em rodapé).

²¹² Santos defende que o conhecimento e a interpretação da realidade, bem como sua transformação serão efetivados por meio da *prática profissional* “**que, como prática científica**, será realizada em constantes aproximações com a realidade e a realimentação teórica”. (SANTOS, 1987, p. 47, grifos nossos).

²¹³ “*A prática, portanto, não apenas é o meio de ligação entre o homem e o mundo objetivo como também é através dela que se dá o processo do conhecimento, e a descoberta da verdade objetiva. É pela prática, pelo trabalho, que o homem constitui os conceitos e os modifica.* [...] “o caminho para a obtenção da verdade ou para o conhecimento da realidade objetiva é aquele que, partindo da contemplação sensorial, experimental, vai ao pensamento abstrato e deste à prática” (SANTOS, 1987, p. 24-25, grifos nossos).

²¹⁴ *A teoria, “[...] é, pois, um conhecimento científico do mundo* que, partindo dos dados reais, *apoiando-se na prática*, chega a elaborar os conceitos mais gerais, às conclusões teóricas e ao conhecimento das leis que regem os fenômenos”. (SANTOS, 1987, p. 25, itálicos nossos).

²¹⁵ As autoras negam um “estrito empirismo que se liga à acumulação de fatos ou à sua simples descrição, pois os fatos adquirem sua plena significação apenas quando relacionados e generalizados pelo pensamento”. (Ibid. p. 25).

relacionamento entre a teoria e a prática, e que serão a base do [seu] processo metodológico”.²¹⁶

O terceiro e último *fundamento do chamado método profissional* é tratado em seguida. Este é o “fundamento” que mais nos interessa, pois, quando tratam das “*Leis e categorias inerentes à realidade*” (Ibid. p. 29), as autoras se dedicam ao que compreendem ser o “método científico”. Apesar de o título sugerir uma possível captação dos movimentos e processos da realidade, podendo induzir o leitor a concluir apressadamente pela existência de uma ambiguidade na retenção da dialética, no passo seguinte tal constatação não se comprova, pois as afirmações ali contidas não passam de enunciados repetitivos. Isso se comprova na própria operacionalidade da *aplicação do Método* em Itabira-MG. Na medida em que o “método” se resume à *aplicação*, a suposta captação da realidade (Ibid. p. 29) não ultrapassa a simples manipulação de dados empíricos que não se aproxima de uma pesquisa acurada sobre a realidade social a partir dos seus próprios processos.

Para Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos “*As categorias são aqui entendidas como conceitos que englobam um conjunto de fenômenos da realidade, e explicam os nexos internos e relações existentes entre eles*” (Ibid. p. 29, grifos nossos). O entendimento das categorias difere, em grande medida, da compreensão marxiana [“*formas de ser, determinações de existência*”]. Como ponto questionável das propostas de BH, também emergem as supostas “leis que fundamentam a metodologia profissional”, leis específicas que, atuam na realidade e, posto o seu “caráter mais geral, estão presentes em qualquer objeto, fenômeno ou processo do mundo objetivo” (a *lei da relação recíproca e da conexão universal, lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante*, dentre outras); ao cabo da exposição de cada uma das leis, as autoras ainda assinalam sua funcionalidade/finalidade prática para a profissão.²¹⁷ (Ibid. p. 30-34).

²¹⁶ Sinteticamente a: “*Relação de interdependência*” (teoria e prática estão relacionadas, não separadas); “*Relação de simultaneidade*” (teoria e prática existem e desenvolvem-se concomitantemente) “*Relação de circularidade*” (“isto significa que a prática é produtora de conhecimentos. Estes organizados e sistematizados, constituirão o conhecimento teórico que orientará as experiências práticas posteriores”); “*Relação de transformação mútua*” (“a teoria se modifica com base nas experiências práticas da mesma forma que a prática é transformada pela teoria”) e, por fim, a “*relação contraditória*” (apesar de interligadas teoria e prática se diferenciam). (Ibid. p. 26-28, grifos nossos).

²¹⁷ Sinteticamente são elas: a “*lei da relação recíproca e da conexão universal*” (a realidade é “um todo único”, onde “todos os objetos e fenômenos” estão ligados entre si, reciprocamente condicionados); a “*lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante*” (a realidade é um “conjunto em movimento”: aparecimentos, desaparecimentos, movimentos e mudanças). A “*Lei da mudança qualitativa*”: (“tal lei indica que o movimento inerente à realidade, o processo de contínua mutação da mesma, consiste na transformação de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas”); A “*Lei da contradição universal*” (“a realidade é um

Por fim, as autoras tratam do que chamam de *marco referencial* (ou T¹). (SANTOS, 1987, p. 35)²¹⁸. Nesta etapa, expõem o que entendem ser o *objeto* profissional: a “*prática social das classes populares*”²¹⁹ [sic] (Ibid. p. 45), e os objetivos profissionais (*a meta final*) [do trabalho social]: “*A transformação da sociedade e a realização do homem*” [!]. No entanto, a concretização desta última meta, sua “operacionalização”, exige também uma delimitação dos “*objetivos-meio*”: a *conscientização*, a *capacitação* e a *organização* (Ibid. p. 40-43). Ao cabo de todo o documento da proposta do “Método-BH”, seus formuladores expõem o que denominam ser os “momentos metodológicos”²²⁰. Estes serão necessários à

processo” que “está em constante movimento e o motor que impulsiona esta mudança é a contradição interna existente nos fenômenos que compõem esta realidade”.” (SANTOS, 1987, p. 30-34).

²¹⁸ Daí que “[...] o processo metodológico inicia-se a partir do T¹, onde se concentram todas as referências teórico-práticas norteadoras do trabalho. Tais referências terão sua confrontação com a realidade através dos diferentes momentos do processo metodológico, constituindo o T² – produto final, constituído pelo resultado da confrontação da teoria inicial e do processo prático global”. (SANTOS, 1987, p. 49). É interessante que quando se referem à teoria, o que as autoras extraem da tradição marxista aparece no documento como a *teoria das classes sociais*. Somada a esta, quando os olhares se voltam para a realidade brasileira, a referência é a *teoria da dependência* que, segundo Netto (2011a, p. 279, em rodapé), arrima-se em Cardoso e Faletto.

²¹⁹ Ou “prática social das classes trabalhadoras”, ou como Netto (2011a, p. 279) assinala: a “ação social da classe oprimida”. A noção de “classe oprimida” é criticada pelo autor principalmente por sua “insuficiência teórica”.

²²⁰ São eles: *A “aproximação I”* se fundamenta no conhecimento, resultado da percepção humana do mundo na medida em que vai dissecando a realidade; “por um processo de aproximações sucessivas, atinge-se o conhecimento dos aspectos internos e suas relações causais, com vistas à compreensão da realidade como um todo”. (Ibid. p. 49). O conhecimento inicial é o *sensível* baseado em percepções. Essas serão compreendidas em subetapas: *Pré-contato*: essa aproximação deve ser feita para “captar o aspecto físico e histórico” da área de atuação do trabalho profissional. As relações entre os indivíduos e entre estes e o meio deverão ser identificadas “porque o técnico, sendo estranha a área de atuação, deverá identificar pessoas que constituirão um ponto de contato e comunicação com a mesma” (Ibid. p. 50). Esse é o momento em que o técnico terá um “conhecimento inicial da realidade” [!?] (Ibid. p. 51). Posteriormente, passa-se ao “*contato global*”. “nesta etapa, os dados colhidos isoladamente são ampliados e correlacionados entre si, de tal forma que o conhecimento anterior caminhará em direção à captação dos aspectos internos dos fenômenos, das relações que existem entre os mesmos, da dinâmica do grupo social objeto de intervenção”. (Ibid. p. 51). Há uma ampliação do conhecimento obtido no *pré-contato*. Através da prática grupal, a população discutirá aspectos sobre sua realidade e assim ampliarão seu conhecimento. É este aprofundamento na análise da realidade que propiciará a participação da população em sua transformação. “Este impulso leva o grupo social a se organizar frente às situações analisadas para que, aprofundando o conhecimento da realidade, possa modificá-la”. (Ibid. p. 52). Por fim, a última etapa do primeiro momento é a *organização I*, momento que visa “estabelecer as bases organizacionais para o prosseguimento do trabalho”, o grupo “se organiza frente a situações analisadas, iniciando seu treinamento de ação conjunta”. (Ibid. p. 53). *O segundo momento*, “*Investigação significativa*”, “consiste em um investigar sistemático que o grupo realiza sobre sua realidade” [“a investigação não é função exclusiva do técnico” (do assistente social)]. Assim, a “discussão [...] de temas possibilita a tomada de consciência da realidade por parte das pessoas que a analisam, ao mesmo tempo em que as capacita a participar de seu processo de transformação”. (Ibid. p. 54). Desse modo, “a investigação não consiste apenas num conhecimento, mas [...] num instrumento de capacitação da comunidade” (Ibid. p. 55); À frente Santos (1987) chega ao *terceiro* momento: “*Interpretação diagnóstica*”, entendido como o “primeiro momento de fusão e síntese das etapas anteriores”. É o momento em que se realiza a primeira “realimentação teórica” por meio do confronto dos dados obtidos na realidade com os das referências teóricas. É neste momento que a teoria, aliada aos dados obtidos na realidade, possibilita descobrir a essência desses últimos, as “leis de seu desenvolvimento”. (Ibid. p. 55-56) O diagnóstico compreende: a) *caracterização*; b) *categorização*; c) *relação entre categorias*; d) *Interpretação analítica e levantamento de alternativas de ação*; por fim, ressalta-se que a “interpretação diagnóstica” não prescinde da “participação das pessoas pertencentes à realidade interpretada” (Ibid. p. 58). *O quarto momento* é o da “*aproximação II*”. Seria uma “ampliação do trabalho que vem sendo desenvolvido através da discussão do

aplicação do “método” previamente elaborado; e será o passo de implementação das concepções dos formuladores do “Método-BH”.

A despeito de toda a *revolução* na profissão – nos seus níveis técnico-operativos e ideopolíticos, (e em alguma medida nos arrimos “marxistas”) – no que diz respeito à questão da retenção da dialética, a proposta do “Método-BH” incrivelmente se reduz a um esquematismo simplista. São sete os momentos elencados sob a forma de *etapas* que devem ser sucedidas no procedimento. No entanto, a despeito da real necessidade de conhecê-los, cabe observar que eles sintetizam a mais pura compreensão da formalização de uma proposta metodológica dada *a priori* para *se aplicar na realidade*²²¹. E a comprovação cabal de tal aplicação é constatável quando se observa como se efetiva a intervenção da Escola de Serviço Social no município de Itabira. As páginas do “Método-BH” redigidas por “Wanira Pacheco sob orientação de Consuelo Quiroga” não demonstram mais que a pura descrição do que ocorreu em cada uma das etapas aplicadas na prática, isto é, não passam da exposição de como, realmente, operou-se cada uma das sete *etapas* interventivas sobre parcela da população *itabirana*. (Ibid. p. 85-98).

Também é interessante e necessário observar que no fim do processamento de BH, os próprios aplicadores da proposta belo-horizontina traçaram algumas notas autocríticas que

diagnóstico, da seleção de alternativas de ação e da organização de novos grupos de ação”. [...] “a divulgação do diagnóstico e a seleção de alternativas possibilitará aos grupos de intervenção um situar-se frente à sua problemática e, conhecendo seus recursos, assumir a responsabilidade de superá-la”. Por fim, “Os grupos agora formados *visam a transformação de situações concretas e específicas*”. É neste momento que há um novo confronto com a realidade. (Ibid. p. 58). **O quinto momento** é o da “programação”, [“síntese dos momentos anteriores”] levado a efeito a partir dos dados recolhidos previamente e da definição das alternativas de ação. “programação significa [...] estruturar racionalmente a ação futura a ser executada”. (Ibid. p. 61-62). **O Sexto momento metodológico** é o da “execução de projetos”, pois “todo trabalho social visa a intervenção numa realidade, que é concretizada através da realização e execução de projetos concretos buscando a transformação da mesma”. Nele, “a execução consiste em realizar, fazer ou executar o que foi estabelecido na programação”. (Ibid. p. 62). Por fim, **a sétima etapa** é a da “revisão e sistematização geral”. Que “consiste na retomada final de todos os elementos intervenientes nos momentos anteriores”. É a etapa de síntese. Nela, realiza-se uma revisão teórica de todo o trabalho. Este é o “momento superior do conhecimento”. (Ibid. p. 64). “Considerando que os elementos essenciais intervenientes no processo prático são: a teoria, o objeto, a realidade, a realidade concreta da área de atuação e os métodos e procedimentos utilizados, a revisão e sistematização final deve ser a eles referida. Tais dados fornecerão elementos à estruturação do T² – produto final do processo prático – que será a matéria-prima inicial de um novo processo”. (Ibid. p.65).

²²¹ Ao cabo da proposta (de uma discussão gnosiológica e) de uma aplicação epistemológica que deve ocorrer em sete momentos, chega-se aos esquemas gerais de como ocorre todo o processo descrito. As autoras literalmente desenham-se seus “esquemas gerais” sob os signos T¹ – P¹ – T² ou T¹ (teoria I) — P¹ (prática I) — (donde emerge) T² (teoria “qualitativamente distinta da inicial”). E o processo continua (T² — P² — T³) seguindo uma sequência lógica. Dentro deste esquema, portanto, temos as sete etapas, isto é, inicia-se por T¹ (referências teórico-práticas orientadoras do processo metodológico); posteriormente, temos as 7 etapas que são representadas por P (“prática-teórica”). O resultado, como exposto acima é T², donde se chega ao momento de “realimentação teórica”. Daqui em diante um novo processo deve ser realizado. (Santos, 1987, p. 65-68).

põem em evidência os limites de sua compreensão acerca do chamado “método científico”. Por exemplo, afirmam: “Verificou-se [...] que a *utilização de pressupostos teóricos genéricos sem uma referência às condições específicas em que tais pressupostos se dão, na realidade concreta, resultam insuficientes para uma orientação e informação da prática*” (SANTOS, 1987, p. 100, itálicos originais). Juntamente com alguns dos erros de análise percebidos ao cabo da experiência, vem igualmente a confissão do fracasso dos objetivos.

Não se pode dizer que obtivemos uma *conscientização* dos indivíduos, frente a sua realidade, nem que a *organização* por eles realizada foi uma organização suficientemente sólida, nem ainda que os indivíduos tiveram uma capacitação que os habilitasse a ter uma prática transformadora frente a sua realidade” (SANTOS, 1987, p. 102).

Em outras palavras, o modelo não se efetivou quando confrontou a realidade. Todavia, se as notas aqui traçadas não se mostrarem suficientes para convencer o leitor, uma rápida mirada sobre a tematização da “*área de atuação*” (Ibid. p. 44) permite constatar com limpidez a concepção da proposta de belo-horizontina:

Nenhuma disciplina poderá ser científica se não aplicar, nas investigações e ações referentes a seu objeto, determinados modos e procedimentos científicos para obter a verdade. Isto implica a utilização de um método adequado, considerado não apenas como uma *estrutura de procedimentos*, mas, e principalmente, como um processo em movimento. (SANTOS, 1987, p. 46, grifos nossos)²²²

Nestas breves notas finais ainda acrescentamos (como forma de reconhecimento) alguns dos trechos autocríticos – referentes à BH – de Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez. Em 1976-1977 ambos publicizaram o texto *Metodologismo, explosão de uma*

²²² O método será “um conjunto de procedimentos interligados e interdependentes que, fundamentados em uma teoria científica de análise da realidade, adaptados a ela, permitirá orientar as investigações e experimentações profissionais”. **O método “[...] não existe sem uma organização de seu conteúdo, isto é, sem uma forma ou estrutura.** Ainda que o conteúdo dinâmico e processual seja o elemento determinante no contexto global do método, é necessário que existam procedimentos e meios concretos que manifestem este conteúdo e que orientem concretamente a prática profissional”. (SANTOS, 1987, p. 46). “O método profissional como instrumento de orientação da prática, contém, portanto, os elementos que permitem o acesso do conhecimento concreto ao abstrato e, inversamente, do abstrato ao concreto, em movimentos contínuos de análises e sínteses, decomposição e fusão, indução e dedução. Assim, os diversos momentos do processo metodológico representam movimentos contraditórios (ainda que substancialmente unidos) de decomposição, confronto e análise junto à realidade, e de fusão, generalização e síntese teórica. Este movimento de análise e síntese, confronto e realimentação constitui o próprio movimento do conhecimento, da teoria e da prática. [...]. Do confronto entre os momentos de aproximação com a realidade e realimentação teórica resultam novos momentos de conhecimento e intervenção na realidade. Desta forma, cada momento, no processo metodológico, inclui os anteriores e os transcende, permitindo níveis crescentes de conhecimento e intervenção na realidade, formando assim uma unidade global de todo o processo prático. **Neste processo, não se trata apenas de aplicar métodos e técnicas, ou simplesmente adaptá-los à realidade,** mas criar instrumentais que permitam abordagens e intervenções qualitativamente novas. Deve ser ressaltando ainda que **o método só terá sentido na medida em que possibilite a consecução dos objetivos e metas propostas pela ação profissional**” [!] (SANTOS, 1987, p.47- 48, grifos nossos).

época – ou *Metodologismo: estallido de una época*²²³ –; segundo Santos (1987), esta autocrítica “pretendeu ser, de fato [...] um chamado à reflexão aos desvios que nos havia conduzido o “método-dialético” formalizado em fases (o “etapismo”)”. (SANTOS, 1987, p. 08). Desse modo, no sentido de retomada da experiência de BH, Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez, intentam “desvendar [...] as incongruências, os erros, os limites [...] daquela experiência”. (Ibid. p. 09), pois, os experimentos levados a efeito a partir das próprias concepções metodológicas adotadas em BH revelaram “as dificuldades que encerrava esta concepção e a *aplicação da proposta*” (SANTOS, 1987, p. 8, *itálicos nossos*).

Dentre os temas retomados por Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez, destacamos apenas alguns. No que se refere ao movimento de *reconceituação*²²⁴, ambos consideram que “a prática investigadora do Serviço Social, nos casos em que se processa, está alimentada de esquemas desorientadores lógico-abstratos, [...]”. (SANTOS, 1987, 108).

Um passar de olhos sobre a literatura de Serviço Social no período da Reconceituação e uma revisão de suas experiências no campo da pesquisa “*mostram*” *uma nítida ausência de análise da realidade* e de sistematização teórica de sua ação concreta, substituída por uma constante e rotineira repetição de um serviço social libertador, transformador e revolucionário ou de uma prática de investigar tão inflexível que acaba por enfraquecer a intenção ideológica assumida”. (SANTOS, 1987, p.111, *grifos nossos*).

Contudo, voltando-se especificamente à proposta belo-horizontina, Leila Lima e Roberto Rodriguez fazem algumas observações que aqui nos interessam, dentre elas, “a mais notória [...]”: [BH] “situa-se em propor um caminho linear a partir da experiência sensível, ao mesmo tempo em *que se monta, a priori, um sofisticado esquema metodológico* [...]”. (Ibid. p.128). No denominado momento de “investigação” proposto em “BH”, os autores ainda criticam a postura francamente gnosiso-epistêmica:

“Em meio de tanta obsessão pelos formalismos das etapas, não é demais ressaltar a falta que faz conhecer o terreno onde se pisa. Mas o que chama atenção é que os fundamentos explicativos do “modelo” já advertiam dessa necessidade. Por que, então, um assunto tão elementar e fundamental foi abandonado? *Não há outra*

²²³ Publicado pela Revista *Acción Crítica* em Lima, Peru, e novamente retomado em 2000 sob o título de *Desmistificación del “metodologismo” y práctica científica* em livro organizado por Borgianni e Mõntano (2000, p. 35-51).

²²⁴ Como já afirmado, o movimento reconceptualizador marca ingerências sobre a experiência de BH e, por consequência, parte dos profissionais ali inseridos participa de uma interlocução com demais pesquisadores do Serviço Social latino-americano. Outro ponto importante são as ingerências desse processo para a efetivação da crítica ao tradicionalismo profissional e ao pontapé inicial para mudanças profundas no Serviço Social Brasileiro. Ressalta-se também que o objetivo de nosso texto é demarcar a qualidade da dialética nos formuladores de BH, e não efetivar uma desqualificação do legado da reconceituação. Entendemos o caráter fundamental das contribuições do processo reconceptualizador.

resposta a não ser a própria estrutura do modelo de intervenção, em que prevalece o questionamento sobre: como se trabalha e não sobre o que se trabalha” (SANTOS, 1987, p. 134, grifos nossos).

Por fim, os autores referidos ainda resumem com perfeição o que foi a experiência do “Método-BH” no que se refere à “*reiterada esquematização*” ali contida.

Consiste no processo metodológico que permanece rigorosamente preso a uma série de etapas, subetapas, momentos, submomentos; cada um, *a priori*, tem assinaladas as suas funções, suas características, seus instrumentos, seus objetivos, suas formas de controle e submetem o investigador a uma verdadeira “camisa-de-força”, que *termina na obsessão de fidelidade ao esquema, em prejuízo do movimento dos processos sociais*. Isto foi suficientemente alertado no capítulo anterior e se pode denominar de “*formalismo*”: a preocupação cognoscitiva deixa de lado a prática de produção e reprodução econômico-ideológica, para voltar toda atenção para a relação abstrata entre o investigador e as leis, também abstratas, relacionadas a um *suposto rigor metodológico*. Quer dizer, faz alusão permanentemente ao investigador-fase sensível, investigador-fase racional, investigador-fase *abstrata, para terminar sem explicar coisa alguma, apenas descrevendo o dia-a-dia de uma atividade cheia de reunião, tramites, gestões, etc.* (SANTOS, 1987, p. 138, grifos nossos)²²⁵.

No manuscrito autocrítico de Leila Santos e Roberto Rodriguez há uma preocupação em refutar todo o metodologismo presente na experiência de BH. E a despeito de algumas afirmações *comprometedoras* –, digam-se ambíguas – acerca de sua evolução na apreensão da “dialética”²²⁶, sinalizamos que o que os importa neste texto autocrítico é demarcar

²²⁵ E continuam “se a descrição da experiência quisesse, realmente, chegar a explicar o caminho da formação de conceitos abstratos, deveria além disso reunir um enorme cabedal de observações e dados empíricos, interpretados dentro de um sistema teórico que fosse mostrando, aos poucos, os fenômenos de ocorrência local, em conexão com o desenvolvimento histórico do capitalismo dependente e suas diferentes formas conjunturais. Paralelamente, deveriam ir aparecendo as considerações, cada vez mais elaboradas, sobre a maneira pela qual aqueles conteúdos sócio-históricos da análise vão contribuindo, pedagogicamente, para a discussão dos grupos, esclarecendo assim a comunidade – recorda-se aqui o exemplo da falta de escola – da conexão de um fato aparentemente solto com outros similares e deste com um processo que transborda os marcos de sua história particular”. “Ao se tentar esse tipo de abordagem, iríamos começar a esclarecer um efeito bastante evidente: na descrição da inserção no campo da prática, repetem-se os mesmos postulados lógico-técnicos assinalados, anteriormente, na fundamentação teórica do modelo, incorrendo-se na conhecida tautologia: cada etapa, cada momento, é o que muito antes se dizia que deveria ser. E isto é, apenas mais uma expressão da lógica formal”. (SANTOS, 1987, p.138-139).

²²⁶ Sem dúvidas há um avanço na concepção de Leila. L. Santos e Roberto Rodríguez em relação aos anos do “Método-BH”. Porém, na autocrítica realizada por ambos, há passagens que denunciam certa ambiguidade em tomar a dialética como lógica aplicável e como movimento real. Dentre os pontos que nos direcionam a tal constatação, temos que “Independente, pois, da origem de classe, *o que caracteriza a produção científica é uma convergência de várias condições, uma das quais, por mais estranho que pareça, é a dedicação à atividade científica; isto é, assumir o exercício de abstração, manuseio e aplicação das categorias de análise, categorias que, por seu alto poder de relacionar fatos, permitem ao investigador, estando dentro da realidade empírica, dentro do cotidiano e dentro do imediato, objetivar leis de movimento das estruturas e dos sistemas*”. (SANTOS, 1987, p. 137, grifos nossos). Quando se remetem à pretendida “*falta de esquema*” [dos formuladores de BH quando vão a campo], Leila Lima e Rodriguez afirmam: “*Pedir a um pesquisador que atue privado de recursos de esquemas referenciais é impossível*, além de ser, epistemologicamente, uma postura positivista e empírica” (Ibid. p.137). A questão que se evidencia aqui é que a despeito das críticas contundentes aos procedimentos epistemológicos de BH, a concepção de ambos remete mais para uma postura ambígua que propriamente correta do que se entende por dialética no sentido marxiano. Se, por um lado, encontramos afirmações sobre o “Método-BH” como: “*percebe-se como estão concatenadas todas as limitações no campo da prática: querer forçar a realidade segundo esquema de um modelo, pretender que o modelo seja o reflexo e o*

peremptoriamente que “a prática científica não é assunto de aplicação de normas preestabelecidas²²⁷”.

As ponderações de Leila Lima Santos e Rodriguez são importantes, pois comprovam alguns dos equívocos contidos em BH. Entretanto, em nossa ótica, tais notas não são tão fundamentais, pois, no que diz respeito à retenção da dialética, a proposta belo-horizontina fala por si. Nela não é possível encontrar um entendimento aprofundado acerca das proposituras marxianas; não há o entendimento rigoroso de que “[...] a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear sua nexos interno” (MARX, 2013, p. 90). *Não existe qualquer compreensão do padrão de ciência inaugurado por Marx, e isso ocorre simplesmente porque Marx inexistiu em seus arrimos marxistas. Em outras palavras, o (s) marxismo (s) de BH é aquele “marxismo sem Marx”, tão propalado pela literatura especializada do Serviço Social. Por outro lado, o (s) marxismo (s) ali incorporado é parte de algumas vertentes que mais “deturparam”, simplificaram e/ou falsificaram o pensamento marxiano. Desse modo, reúnem-se arrimos os mais variados: do marxismo russo marcado (pelo stalinismo) pela vulgarização da bibliografia conectada ao “marxismo-leninismo”, passando por Althusser, Mao-Tse-Tung, Marta Harnecker, dentre outros – algo já constatado na literatura amplamente difundida no meio profissional.*

Concluindo, em relação às proposituras teóricas do “Método-BH”, descobrimos que sua concepção não passa da apreensão da dialética como modelo que se *aplica à realidade* tendo em mira a obtenção da verdade (mas também, e aí sob a forma do *método profissional*, com vistas à própria “transformação social”²²⁸). Neste passo, seus formuladores não

resultado da ação dos grupos, que na etapa inicial do conhecimento se esteja na prestação de serviços, na segunda, na assessoria, e na terceira, na transformação. Todas elas são expressões de um mesmo problema: o formalismo”, (SANTOS, 1987, p.141, grifos nossos), por outro, e logo em seguida, temos a concepção de Leila Lima Santos e Rodriguez, dizem eles: “é válido dizer que a ciência ou o conhecimento que não tenha uma aplicação prática corre o risco de desaparecer como obsoleto”. (Ibid. p. 141). Desse modo, emergem suspeitas sobre Santos e Rodriguez no texto de 1977 que apontam para a dubiedade do entendimento de ambos acerca da dialética, principalmente quando a chamam de “epistemologia materialista [...]” (Ibid. p. 137).

²²⁷ “É muito mais um assunto de imaginação criadora, embora rigorosamente pensada sobre o real. Seriam variadíssimas as conclusões a que se poderia chegar. De todas elas, uma seria de interesse: a superação dos impasses da metodologia da investigação não fica restrita a um raciocínio ou a uma abstração teórica. A prática científica só se desenvolve em consonância com os processos sociais. Não existe uma explicação meramente metodológica da investigação, apenas uma explicação política, visto que uma das condições de uma *prática metodológica científica é estar inserida no confronto dos interesses sociais*”. (SANTOS, 1987, p. 150).

²²⁸ Mas tal transformação deve ser realizada pela população alvo, e não propriamente pelo profissional motivador.

percebem que, como já reiteramos diversas vezes nesta dissertação, “a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação” (CHASIN, 2009, p. 236)²²⁹.

²²⁹ Ressaltamos que nestas páginas demonstramos tanto o movimento real da experiência belo-horizontina quanto a efetividade de suas apropriações teóricas como, por exemplo, no caso do althusserianismo. No entanto, ainda é preciso que melhor se determine, ponto a ponto, a presença de elementos althusserianos, moistas, dentre outros, nas linhas do “Método-BH”. – em outros termos, é preciso investigar as fontes bibliográficas dos formuladores de BH comparando suas argumentações com as notas contidas nas linhas do “Método-BH”. Levando em consideração os limites cronológicos de nossa pesquisa de mestrado, não pudemos colmatar esta lacuna.

3.2 – Marilda Villela Iamamoto: um marco na retenção da dialética no Serviço Social brasileiro

Neste ponto passamos a expor alguns dos lineamentos acerca do manuscrito de Marilda Villela Iamamoto. Trata-se de sua dissertação de mestrado²³⁰, defendida na Universidade de São Paulo (USP), no curso de “sociologia rural”²³¹, em 1982, sob a orientação de Orioswaldo Queda. No entanto, o ensaio, à época, fora publicado parcialmente²³², tendo outras partes divulgadas somente uma década mais tarde²³³. Neste sentido, uma análise integral da obra²³⁴ é imprescindível. A despeito das quase inevitáveis supressões e simplificações²³⁵ que geralmente ocorrem nas sínteses, aqui afirmamos a impossibilidade de reprodução de todo o conteúdo do referido texto. Deste modo, daremos ênfase somente a algumas das críticas que a autora recebeu e, – o mais importante – ao final, enfatizaremos também as nossas conclusões.

Importa reafirmar que antes de Iamamoto (1982) outros profissionais e/ou intelectuais do Serviço Social brasileiro se aproximaram, em alguma medida, do pensamento de Marx, mas, principalmente através de vertentes diferenciadas dos chamados *marxismos – por vezes sem o próprio Marx*, como já evidenciado. Contudo, é Marilda Villela Iamamoto quem escreve e publiciza um importante texto que demarca um ponto de inflexão no interior da categoria profissional dos Assistentes Sociais em termos de qualidade na interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. De posse desta constatação, rumamos para o objetivo específico de desvendar como a autora retém a dialética, ou, em termos mais precisos,

²³⁰ Iamamoto ingressa no mestrado em Sociologia Rural em 1976 na USP (IAMAMOTO, 2015) e conclui sua dissertação em 1982.

²³¹ A dissertação da autora foi apresentada “à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo [Esalq/USP], para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural”. A referida Escola está localizada no município de Piracicaba-SP. (IAMAMOTO, 1982, s/p). É importante investigar em que medida a formação em sociologia na USP impactou (e se realmente impactou) no modo como a autora compreendeu os escritos marxianos até 1982, e em que medida marcou ingerências na forma expositiva de sua dissertação.

²³² Em 1982, publica-se o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Porém, seu conteúdo abarca somente dois dos “quatro” capítulos da dissertação de mestrado de Marilda V. Iamamoto – com poucos acréscimos e/ou decréscimos que parecem não afetar o texto em sua globalidade.

²³³ Trata-se de textos publicados em *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*.

²³⁴ Optamos pela recolha da própria dissertação de mestrado: *Legitimidade e Crise do Serviço Social: Um ensaio de interpretação sociológica da profissão* (1982), uma vez que o material contido em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil...*, a nosso ver, mostrou-se insuficiente aos nossos propósitos.

²³⁵ O texto em sua integralidade pode ser consultado na fonte original. Para uma rápida síntese, ver Netto (2011a). Este autor conseguiu reproduzir o texto de Iamamoto (1982) em apenas dez páginas [!]. Como se trata de um reconhecido analista, suas argumentações mostram mais consistência. Apesar disso, o autor cai em simplificações, algo comum diante dos processos de síntese (do manuscrito original de 1982).

buscamos desvendar se Iamamoto apreende a dialética como *modo de pensar*, como *paradigma que se aplica na realidade – como feito por outros sujeitos sociais da profissão, por exemplo, nas proposituras do “Método-BH”* – ou se, para a autora, a dialética é compreendida como o movimento mesmo da realidade, isto é, como a lógica imanente do real que deve ser descoberta, levando na devida conta os casos particulares.

3.2.1 - As críticas à produção de Iamamoto (1982)

Como se sabe, a dissertação de mestrado de Marilda Villela Iamamoto é parcialmente publicada em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em coautoria com Raul de Carvalho. O primeiro e terceiro capítulos da referida dissertação, ao serem publicados em livro, transmutam-se no primeiro e segundo capítulos do referido livro. Desse modo, muitas das críticas destinadas à autora tiveram como base somente os dois capítulos publicados. Este é o caso de Costa (1985) e de Faleiros (1987) que acusam Iamamoto de economicismo. Tais imputações são feitas malgrado a observação explícita de Iamamoto (1982, p. 58) – e também presentes em Iamamoto; Carvalho (2010, p. 68)! – de que tentou, no primeiro capítulo, “fazer face às leituras de cunho economicista” de Marx. Estas linhas não são desconhecidas por Costa (1985), nem por Faleiros (1987).

A primeira apreciação é evidenciada por Iamamoto (2002) numa breve revisão sobre seus críticos. Inicialmente a referida autora se remete à Costa (1985) que, segundo ela, afirma que a produção de 1982 “[...] ignora as particularidades e a dinâmica atuais do capitalismo monopolista, que negam [...] [a] tendência [à pauperização] [sic!]. Isso é verificável na produção de Iamamoto” (IAMAMOTO, 2002, p. 95). Apesar dessa crítica, em sentido contrário, constatamos que Iamamoto (1982) não ignora as ingerências do “capitalismo monopolista” sobre a realidade brasileira e também sobre a profissão. Essa é a posição da própria Iamamoto (2002) ao rebater a crítica de Costa (1985).

A segunda análise que destacamos também é julgada por Iamamoto (2002). Trata-se de Faleiros (1987) ao se referir às concepções profissionais que, segundo ele, privilegiam “a estrutura e não a história na definição do Serviço Social”. Segundo Faleiros (1987),

Ao invés de partir da análise de um período determinado e das relações históricas do capitalismo, a *perspectiva estrutural se situa num outro esquema de análise e abstração e usa uma lógica dedutiva para especificar as funções do Serviço Social. [...] Esta é também análise de Marilda Villela (1982)* que, no entanto, aprofunda as funções de legitimação e controle do Serviço Social na reprodução da força de trabalho. É através dos processos de controle e legitimação que se processa a sua contribuição [do Serviço Social] à acumulação ou valorização do capital. Villela, no entanto, deduz o controle e a legitimação da lógica do capital para manter a força de trabalho disciplinada e aceitado a própria exploração. Para isso, usa certas

técnicas de convencimento ou linguagem, entre as quais o Serviço Social que é uma tecnologia cujo instrumento é a linguagem. [...] quando se referem à história do Serviço Social nas sociedades concretas, Villela e Carvalho consideram-no “instrumento” dos dominantes [...] podendo virar instrumentos dominados. Há, no entanto uma reflexão sobre o “espaço contraditório” profissional, que, como sujeito, poderá optar por servir ao trabalhador ou ao capital. *Esta colocação desloca a análise da estrutura lógica do capital para o sujeito (opção por uma classe) sem visualizar as mediações político-ideológicas do trabalho social e da política.* (FALEIROS, 1987, p. 65-66, itálicos nossos).

Como podemos observar, além de sugerir que Iamamoto (1982) faz uma análise que “privilegia a estrutura”, Faleiros (1987) ainda afirma que a transição da análise à profissão se efetiva sem as mediações necessárias. Tais imputações são respondidas por Iamamoto (2002) quando a autora assevera que sua própria reflexão, em sua integralidade, contesta as afirmações dos dois autores citados²³⁶, evidenciando também que ambos leram apenas os capítulos contidos em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Nesta mesma linha de Iamamoto (2002), Netto (2011a, p. 301) igualmente compreende que as acusações de Faleiros (1987) são “infirmadas pela articulação interna da reflexão” de Iamamoto (1982). Neste sentido, nosso posicionamento corrobora com o de Netto (2011a) que afirma que os “desdobramentos a partir da própria análise de Iamamoto podem” contestar a interpretação de Faleiros (1987). Uma breve síntese de um trecho da argumentação de Iamamoto (1982) nos serve para refutar algumas das acusações de Faleiros (1987).

O momento destacado é quando Iamamoto (1982) parte efetivamente para a exposição das descobertas sobre seu objeto a partir de sua gênese e necessidade histórica. É preciso ter em conta que o modo de exposição da autora, em toda a dissertação, ruma sempre do geral ao particular; e aqui se trata de uma reflexão ainda mais geral.

Todavia, antes de demonstrarmos algumas das notas redigidas pela autora citada, é preciso destacar uma importante questão. Nos primeiros capítulos de sua dissertação (e não do livro), a autora basicamente reproduz, sob a forma expositiva, algumas categorias descobertas por Marx, e que perfeitamente servem para pensar o capitalismo inglês²³⁷, por exemplo. Em

²³⁶ Nas palavras de Iamamoto (2002), “As reservas efetuadas por protagonistas do pioneirismo da profissão encontram-se alicerçadas no sentido da ação dos sujeitos individuais. A perspectiva norteadora de minha análise incorpora as motivações individuais e do discurso dos agentes, mas procura ir além delas. Busca apreender o significado social das práticas nas quais se inscrevem – movida pela certeza de que os indivíduos fazem a história, mas que esta os ultrapassa e condiciona os resultados de sua ação”. (IAMAMOTO, 2002, p. 102).

²³⁷ Em entrevista no ano de 2015, nos termos de Iamamoto (2015) em referência ao texto de 1982, encontramos que “Tal aprendizado [em seus estudos, antes da publicação de sua dissertação] foi influenciado, ainda, pelas leituras sistemáticas efetuadas, no decorrer de sete anos, das obras fundamentais de Marx para a explicação da sociedade capitalista, tendo por referência o caso “clássico” inglês”. [...] tais estudos, realizados sob a forma de seminários, com elevado padrão acadêmico, foram organizados em torno de uma preocupação central: “a questão teórico-metodológica”. (IAMAMOTO, 2015, p. 243). “[...] Tive [...] o privilégio de realizar um

suas palavras, no primeiro capítulo se trata de uma exposição, “em forma didática, de categorias fundamentais da análise marxista²³⁸”, (IAMAMOTO, 1982, p. 4) ou, em outros termos, o referido capítulo “Expressa os fundamentos analíticos, segundo a concepção marxista, para a compreensão da reprodução das relações sociais, como premissa fundamental para situar o Serviço Social nesse processo”. (Ibid. p. 6).

Posto isso, no terceiro capítulo de sua dissertação, Iamamoto (1982) parte para a exposição de sua compreensão acerca da profissão. O ponto de partida é a afirmação de que o Serviço Social nasce e se desenvolve tendo o “desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” como pano de fundo. (Ibid. p. 96). No contexto de “*hegemonia do capital industrial e financeiro*” é que emerge o que chama de *questão social*, compreendida por ela, como a base que *justifica o Serviço Social como profissão*. A *questão social*, para a autora, é a manifestação na esfera do *cotidiano* da contradição entre capital e trabalho, a qual passa a requisitar outras formas de intervenção, para além da caridade e da repressão. Nesse sentido, a denominada *questão social* passa a ser enfrentada pelo Estado.

Observemos aqui que a autora não deriva mecanicamente o Serviço Social do que chama de *questão social*, menos ainda diretamente da estrutura econômica²³⁹. A mediação do

rigoroso estudo teórico-metodológico da produção marxiana movido pela preocupação de ir além da apreensão conceitual para entender como o texto é construído, como pensa o autor, como se expressa, subjacente ao texto, a *lógica e a história* que dão sentido à sua argumentação e à sua própria produção. ***Destarte, o método foi localizado no interior da construção teórica, expurgando quaisquer formalismos nesse campo. Buscava-se detectá-lo no interior da exposição das conclusões obtidas no campo da explicação histórico-sistemática, das investigações e do diálogo com os seus interlocutores mais significativos. Tendo iniciado esse programa de estudos com O Capital – a obra mais acabada construída dentro dos padrões estritos do “método de exposição” – acompanhada do Capítulo VI, inédito, do Livro I e seguida dos materiais preparatórios de O capital – Grundrisse – foi me possível, assim, estabelecer contato com a sistemática de investigação do autor, com o processo de construção da crítica da econômica política. Encontrei um “outro” Marx, que me era até então desconhecido: um incansável pesquisador, um crítico rigoroso voltado para a superação da produção acumulada e um teórico monumental. Nesse processo, também, entrei necessariamente em intimidade com o trabalho no campo da abstração, como um recurso heurístico fundamental para a análise das formas sociais, como assinala o próprio Marx no prefácio à 1ª edição de O Capital***” (IAMAMOTO, 2015, p. 243-244, grifos nossos). Linhas à frente, arremata a autora, após se referir a preocupações com a realidade brasileira (“***com especial ênfase no estudo das relações de produção presentes no campo brasileiro, estreitamente conectadas à expansão monopolista, em um país de passado escravista colonial com uma tradição marcada pelas particularidades de uma “via prussiana” de desenvolvimento. Essa tematização, desenvolvida diferencialmente por Coutinho, nos termos da “revolução pelo alto”, e por Ianni, na análise da “contrarrevolução burguesa permanente” [...]***”), “***Foi com esta bagagem teórica, política e profissional que enfrentei o desafio de pensar o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, construindo uma análise sem referências anteriores nas quais pudesse me apoiar, mas com muitas provocações intelectuais oriundas do material empírico coligido a ser decifrado e processado pela análise teórica. Eu me des[a]fiava, se o propósito da obra de Marx é pensar as leis que regem o desenvolvimento e as transformações da sociedade capitalista, ela só tem sentido se contribuir para elucidar os processos sociais que a constituem e as criações e atividades humanas dela decorrentes no marco da divisão social e técnica do trabalho, entre as quais a profissão de Serviço Social***”. (Ibid. p. 245)

²³⁸ Ao que tudo indica à época a autora não diferenciava os termos marxista e marxiano/a.

²³⁹ Neste sentido, observemos as ponderações de Netto (2011b). “Está solidamente estabelecida, na bibliografia que de alguma forma estuda o surgimento do Serviço Social como profissão [...] sua vinculação com a chamada

complexo estatal é evidente. Este último, segundo Iamamoto (1982), passa a intervir nas relações entre capitalistas e trabalhadores de tal modo que estabelece “uma *regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo* tipo de enfrentamento da questão social”. (Ibid. p. 97, grifos nossos). Com tais medidas, o *Estado enfrenta, por meio de serviços e “políticas sociais”,* o processo de *pauperização* dos trabalhadores (inseridos ou não na produção) que é *intensificado com a expansão industrial*. (Ibid. p. 97)²⁴⁰. Mas, a despeito da existência das *políticas e serviços sociais* como formas socializar os custos da reprodução da população sobrando e evitar revoltas, para a autora, o *Estado* não prescinde da “necessidade de contenção e controle de possíveis insubordinações do conjunto da população trabalhadora submetida a um intenso processo de exploração”. (Ibid. p. 98)²⁴¹. Conclui Iamamoto (1982) que, ao longo da história, passou-se da caridade privada de frações

“questão social”. (Ibid. p. 17). No entanto, em que pese o fato de que “esta indicação [seja] [...] indispensável para mapear a contextualidade histórico-social que torna possível a emergência do Serviço Social como profissão [...] se a esta indicação não se seguirem determinações mais precisas, é inevitável o risco de se diluir a particularidade que reveste a emergência profissional do Serviço Social numa interação lassa e frouxa [...] com exigências e demandas próprias à ordem burguesa – tudo se passando como se, a realidade óbvia da “questão social”, derivasse, automaticamente, a possibilidade (ou requisição) de um exercício profissional daquele que caracteriza o Serviço Social” (Ibid. p. 18). Portanto, é preciso ter em conta que “a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica. A falta dessa determinação [...], tanto se perde a particularidade histórico-social do Serviço Social – terminando-se por distingui-lo apenas institucional e formalmente da tradição das suas protoformas – quanto se obscurece o lastro efetivo que o legitima como atividade profissional como tal – respaldado por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura, (NETTO, 2011b, p. 18, grifos nossos).

²⁴⁰ Netto (2011b) esclarece mais sobre o termo *questão social* do seguinte modo: “A expressão [*questão social*] surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: **trata-se do pauperismo**; Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...]. (Ibid. p. 152-153, grifos nossos). No entanto, [...] “Para os mais lúcidos observadores da época [...] tornou-se claro que se tratava de um **fenômeno novo**, sem precedentes na história anterior conhecida. [...] se não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, **era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez [...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.** (Ibid. p.153, Itálicos do autor, negritos nossos). “A pobreza, acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova [...] porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão”. “A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos”. [...] lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2011b, p. 154, grifos nossos)

²⁴¹ A autora ainda reitera que com o avanço da dinâmica capitalista e com os períodos de crise econômica e de hegemonia do bloco no poder, modifica-se, igualmente, o posicionamento e as formas de agir sobre a *questão social*. (IAMAMOTO, 1982, p. 98).

das classes dominantes à “centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade” (IAMAMOTO, 1982, p. 98). Desse modo, o *Estado* atua sobre os resultados da exploração do trabalho.

A argumentação é clara e as *mediações* não são poucas. O quadro demarca um processo de *pauperização* (absoluta e relativa) que é acentuada e que decorre sim do processo de desenvolvimento capitalista, porém exige um “*novo*” e/ou mais intenso “tratamento” *do Estado* e das classes dominantes em suas respostas ao novo cenário que se coloca. Nesse ambiente, as *reivindicações da classe trabalhadora* adquirem expressão, pressionando burguesia e Estado classista a responderem às suas demandas para além da acentuada e tradicional repressão [da caridade privada e das parcas medidas assistenciais estatais]; neste ponto, os serviços e as políticas sociais ganham proeminência.

Como vimos, Iamamoto (1982) assevera que a *questão social* [mas não sem mediações] “é a base de justificação desse tipo de profissional especializado” (Ibid. p. 97), assim, a *questão social* seria expressão da luta de classes no capitalismo, manifestação “no cotidiano da vida social” da contradição intraclasses que passa a exigir certos tipos de intervenção, para além da repressão e da caridade²⁴². Com efeito, Iamamoto (1982) sabe que essa “base de justificação”, embora posta pela dinâmica da sociedade capitalista (quer se chame de “*questão social*”, “*novo pauperismo*”, ou outro termo qualquer), só tem sentido se

²⁴²“A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. **É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia**, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”. (IAMAMOTO, 1982, p. 97, itálicos nossos). Outro analista (cuja compreensão da *questão social* em alguma medida se distancia do entendimento de Iamamoto (1982)) compreende a *questão social* como “o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sócio-político no marco da sociedade burguesa” (NETTO, 1989, p. 90). Já Santos (2012, p. 17), toma a *questão social* como “**expressão das desigualdades sociais** oriundas do modo de produção capitalista”; a proposta da tese de doutoramento de Santos (2007) propõe a tratar “da “questão social” no Brasil tendo como foco central sua expressão sob a forma do desemprego”. A afirmação da autora induz à constatação de que, neste caso, o desemprego é expressão da questão social. O que vai na contracorrente de outra a asserção; a de Paço Cunha (2014) que afirma que, “a “[...] Desigualdade *social* e pauperismo [ou se se quiser, do desemprego, por exemplo] são expressões, não da questão *social*, mas da questão da propriedade uma vez que todas as questões são sociais”. (Ibid. p. 43). Outra interpretação possível sobre a afirmação de Santos (2012) é a de que o desemprego é uma das formas através das quais a “questão social” se expressa e/ou se apresenta. Isto é, não importa qual a mazela social, pobreza, desemprego, desigualdade, fome, etc., tudo isso não seria, portanto, expressão da questão social, mas a própria questão social (ou o “*novo pauperismo*” de que Netto (2011b) se refere, não importa o nome que se queira dar) como corolário (ou conseqüências) das contradições engendradas pela sociedade (assentada na propriedade) burguesa.

mediada, por exemplo, pelo *grau das lutas sociais*, pelo *aparato burocrático estatal*, pela *empresa privada* etc., – e, como demonstraremos, pelo desenvolvimento do capitalismo em cada Estado nacional.

O próximo passo da autora é trazer à baila as articulações entre os efeitos da desigualdade produzida pelas *relações econômicas* [mediadas pelas lutas sociais], seu grau de desenvolvimento (era dos monopólios), a forma correspondente de Estado classista, além da (conformação) da empresa privada, das novas técnicas de gestão do trabalho, etc. Sem tais mediações, não há (como detectar) a gênese nem o desenvolvimento do Serviço Social. Aqui, o problema talvez não seja o que o *conceito* de *questão social* expressa para os assistentes sociais²⁴³ (isto é, ser o modo de aparecer ou de se expressar de um conjunto de contradições e mazelas sociais engendradas pela própria contradição entre produção social e apropriação privada, e a necessidade crescente de intervenção político-administrativa, donde joga o importante peso das lutas dos trabalhadores), mas deixar evidente que não há intervenção sobre o que a autora chamou de *questão social* sem as mediações dos complexos acima referidos²⁴⁴. Isso remete ao entendimento de que a profissão não pode ser mecanicamente derivada das relações econômicas, mas também que sem compreendê-las [mediadas por outros complexos] como alavanca e como complexo que sobredetermina os demais, a existência e a compreensão do Serviço Social também ficam interditadas. Quando Iamamoto (1982) traz estes elementos à tona, permite-nos entender que percebe essa articulação categorial, pois, sem dúvidas, identifica ao longo de sua dissertação os elementos centrais para compreender a gênese e desenvolvimento da profissão na ordem burguesa madura. Portanto, é por estas vias que compreendemos que Iamamoto (1982) chega a conclusões razoáveis acerca do significado social do Serviço Social na sociedade burguesa.

Contudo, apesar das importantes descobertas da autora até aqui delineadas, é evidente que a mesma ainda precisa extrair e demonstrar mais das particularidades acerca do seu objeto. Mas isso, em certa medida, mostra-se verificável nos passos subsequentes, pois, no próprio texto, o Serviço Social vai lentamente adquirindo tais especificações. Após desmistificar a relação que permite o surgimento da profissão na sociedade capitalista – análise mais geral –, Iamamoto (1982) *retorna à realidade brasileira*, especificando como a

²⁴³ “De tal maneira, revela-se a *questão social* como conceito abstrato, não razoável. Mas o problema é difícil e se esquia de uma conclusão derradeira, sobretudo pelo peso político que ela guarda no interior do próprio Serviço Social que particularmente precisa, como muitas outras áreas teórico-técnicas, de conceitos mais ou menos próprios dos quais se possa armar sua práxis”. (PAÇO CUNHA, 2014, p. 53).

²⁴⁴ Observemos que existem distintas concepções de “questão social” no interior da profissão.

profissão se consolida nesta particularidade, e quais são as suas funções peculiares e atualizações –, observemos que autora efetivamente apanha as determinações de seu objeto nos capítulos três e quatro.

Retomando a discussão com Faleiros (1987), é preciso deixar evidente que as críticas trocadas entre este autor e Iamamoto se estendem. Em nosso ponto de vista, apesar manter suas intervenções no Serviço Social, é principalmente a partir da década de 1990 que Faleiros vai perdendo expressão no debate profissional. Não sabemos em que medida essa “perda” se relaciona com o que Iamamoto (2012) chama de “ampla diversidade de fontes teóricas em que se apoia o autor, nem sempre compatíveis nos seus fundamentos teóricos” (IAMAMOTO, 2012, p. 192). Para a autora, tal diversidade “pode conduzir a um universo teórico diversificado e compósito, com todos os riscos daí derivados, ainda que o ecletismo seja explicitamente combatido pelo autor”. (Ibid. p. 194). No entanto, as críticas não finalizam por aí. Segundo Iamamoto (2012, p. 192), a leitura que Faleiros tem de “Marx parece ser, por vezes, impregnada do estruturalismo Francês – de Althusser – e dos vieses economicistas”²⁴⁵. Em resumo de contas, ambos se acusam de economicismo²⁴⁶.

Por outro lado, a crítica à letra de Iamamoto (1982) também é generosa. Não foram poucos os autores que cancelaram a legitimação de Iamamoto (1982) como o ponto de inflexão da interlocução entre o Serviço Social e os escritos marxianos e também marxistas

²⁴⁵ Essa é a resposta da autora às concepções de Faleiros em relação à vinculação entre Serviço Social e *questão social*. De acordo com Iamamoto (2012, p. 191), Faleiros “considera impropriedade tomar este “conceito abstrato e genérico” para definir uma particularidade profissional e reclama uma definição mais rigorosa da noção”. Segundo Iamamoto (2012), Faleiros assevera “uma dupla contestação: *se a questão social for entendida como as contradições do processo de acumulação capitalista*, seria impropriedade colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, pois diz respeito a relações não passíveis de serem tratadas profissionalmente através de estratégias institucionais e relacionais típicas do Serviço Social; caso *se refira às manifestações dessas contradições* é preciso, também, qualificá-las para evitar identificar uma heterogeneidade de situações indiscriminadas como objeto da atividade profissional”. (IAMAMOTO, 2012, p. 192). Ao que sabemos não existe uma análise na bibliografia profissional que tenha se dedicado a recuperar toda a obra de Faleiros (suas contribuições e equívocos).

²⁴⁶ Netto (2011a) afirma que no texto *Trabalho Social: Ideologia y Método*, original de 1972, Faleiros se *socorre de um marxismo condicionado por um viés militante*, “*marcado pelas concepções de Mao Tse Tung*” (Ibid. p. 273, , *em rodapé, itálicos nossos*). Tal viés, contudo, de acordo com Netto (2011a), vai sendo superado paulatinamente nos anos subsequentes, com a incorporação de outros referenciais, para além do marxismo (e não “sem os riscos do ecletismo”), inclusive recorrendo a autores como Foucault. (Ibid. p. 272-274). Simionatto (1999, p. 187), ao analisar as incidências do pensamento gramsciano no Brasil, dedica algumas páginas de seu trabalho a Faleiros. Dentre elas, a autora destaca que na edição de 1972 Faleiros não se referiu somente ao autor *sardo*, ele também se fundamentou “Marx, Engels, Mao Tse Tung e Althusser, [...] e Poulantzas. Anos mais tarde, para Santos (2007), em Faleiros (e igualmente em Maria Lucia Martinelli) encontra-se uma apropriação epistemológica da tradição crítico-dialética com uma “adição da epistemologia pós-moderna [que] reforça uma concepção de Serviço Social cada vez mais endógena” (Ibid. p. 90).

sob um novo e percuciente patamar qualitativo (NETTO, 2005, 2011a, 2016a; SILVA e SILVA, 2011; SILVA, 2013, SIMIONATTO, 1999; SANTOS, 2007; ABRAMIDES, 2016, dentre outros).

Todavia, a crítica mais completa é a de Netto (2011a). O referido autor é o único que detém um exame (bem difundido no meio profissional) que abarca a totalidade da produção de Iamamoto (1982), inclusive, contemplando toda a dissertação *Legitimidade e Crise do Serviço Social*. Apesar de algumas notas que não corroboram totalmente com as linhas traçadas por Iamamoto (1982), não são poucos os encômios que Netto (2011a) oferece à sua interlocutora. No que se refere ao primeiro capítulo da referida dissertação, e ao entendimento da dialética por parte de Iamamoto (1982), afirma Netto (2011a):

[...] para acompanhar a reflexão da autora, é importante realçar um elemento axial, que a singulariza dentre as elaborações construídas no marco do Serviço Social: **a justa compreensão que Iamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana.** Provavelmente auxiliada pelo fato de enfrentar as fontes “clássicas”, só adjetivamente recorrendo a intérpretes, **ela consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e comprometer-se com a perspectiva ontológica original de Marx.** [aqui Netto (2011a) ainda afirma em nota de rodapé: “o que é tanto mais notável se se leva em conta que, segundo todos os indícios, Iamamoto à época, desconhecia os trabalhos lukacsianos que polemizava contra as deformações (neo) positivistas da herança de Marx”]. É esta correta postura teórico-metodológica que garante a Iamamoto uma angulação do processo social que está sempre inscrita no ponto de vista da totalidade (que, desde 1923, Lukács insistia ser o próprio e o pertinente do método de Marx) e lhe assegura a base para procedimentos sempre felizes na caça às mediações. (NETTO, 2011b, Ibid. p. 292-293, itálicos nossos).

Em nossa hipótese, os acertos de Iamamoto (1982) podem realmente ser justificados pela leitura direta dos textos marxianos, no entanto ultrapassa este argumento – que, sem dúvidas, é um dos mais importantes.

Não há dúvidas de que, entre os autores do Serviço Social, Iamamoto é o que mais apropriadamente recorre às fontes *originais* de marxianas. Na sua competente leitura de Marx, ressalto um elemento nuclear: ela conjuga com segurança os textos “maduros” com as obras da juventude” (especialmente os *Manuscritos de 1844*, mas ainda *A ideologia Alemã*), recusando com firmeza as tolices referentes ao “corte epistemológico”. Eis por que ela compreendeu com muita justeza a relação entre a problemática da *alienação* e as formulações acerca do *fetichismo*”. (NETTO, 2011a, p, 291, em rodapé, grifos originais).

Outro ponto ponderável é que a autora não desconhece alguns dos diversos equívocos levados a cabo pelo Serviço Social brasileiro, dentre eles os cometidos no próprio “Método-BH” – do qual fizera parte²⁴⁷ [!] em alguma medida. Mais além, a própria trajetória intelectual

²⁴⁷ “ali [UCMG] participei da construção de uma proposta globalizadora da revisão da profissão e da formação profissional, traduzida, hoje, no conhecido “Método Belo Horizonte”” (IAMAMOTO, 2015, p. 237).

(de estudos na USP) e profissional da autora a leva a dimensionar e explorar variadas e importantes dimensões da profissão em sua pesquisa.

Segundo Iamamoto (2015, p. 241), sua “aproximação inicial à tradição marxista foi movida pela *necessidade de conhecimento para orientar a ação política, e ocorreu pelo viés da militância política voltada para a política de massas* (e não a luta armada). Tiveram ressonância naquele período a *experiência chinesa (a obra de Mao Tse-Tung*, em particular o trecho de seu livro vermelho sobre a prática, a teoria e outros [...]), a saga de Ernesto Guevara na América latina, as lutas contra a segregação racial no EEUU [Estados Unidos da América ou EUA], capitaneadas por Martin Luther King, *as leituras sobre o estruturalismo de Althusser e seus seguidores em moda na academia (Politzer, Marta Harnecker) e o marxismo soviético voltado ao debate sobre a ciência*. Soma-se a este universo eclético a *teologia da libertação, a proposta de alfabetização e educação popular de Paulo Freire*, amplamente assumida pelo Movimento de Educação de Base (MEB), *Estudos sobre a chamada “realidade brasileira” foram apoiados na produção de historiadores (Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros) e na produção da escola sociológica da USP, que abrangia temas como industrialização, empresariado, sindicalismo, questão racial, desenvolvimento e teoria da dependência*”. (Ibid. p. 242, grifos nossos).

Seguindo as pistas deixadas por Netto (2011a), alguns elementos importantes acerca da compreensão da dialética podem ser encontrados já no *primeiro capítulo* de Iamamoto (1982) – elogiado por Netto (2011a, p. 193) como uma análise de “Altíssimo nível...”. Trata-se da identificação da relação intercategoriais presente na realidade burguesa, da categoria que prepondera em tal relação, além da percepção da mediação de outros complexos que marcam ingerência também sobre o “momento predominante”, (MARX, 2011, p. 49). Em termos claros, Iamamoto (1982) trata tanto da economia como do papel do Estado e da ideologia. Isolamos um trecho da argumentação da autora no intento de demonstrar a possibilidade de tal identificação quando a mesma ainda trata de questões mais gerais.

Dentre as questões que merecem destaque, chamamos a atenção para o ponto de partida expositivo de Iamamoto (1982). Nele é possível constatar que é através da categoria da produção social – a produção capitalista é compreendida como produção e reprodução das relações sociais de produção – que a autora irá articular e estruturar todo o texto (NETTO, 2011a). É a partir do desenvolvimento do primeiro capítulo, tendo a categoria da *produção social* como categoria central, que a autora buscará compreender, num segundo momento, mais concreto, o seu objeto (A “instituição Serviço Social”) em sua particularidade.

Este complexo de determinações é fundamental para o prosseguimento da reflexão de Iamamoto. *Sobre ele vão se articular todas as suas elaborações ulteriores: a concretização, que nele se alcança, da sociedade burguesa como espaço de tensões, com níveis e instâncias dotados de legalidade e autonomia particulares* – postos e apreendidos os sistemas de mediação que os vincula, à sociedade recuperada como totalidade –, esta concretização é determinante para dilucidar a

constituição e a funcionalidade profissionais do Serviço Social. (NETTO, 2011a, p. 292).

Levando em conta a não razoabilidade do conceito *questão social*, (PAÇO CUNHA, 2015)²⁴⁸ – mas sabendo de sua importância (portanto, não desconsiderando sua relevância para o Serviço Social (NETTO, 2011b, IAMAMOTO, 1982, 2012; SANTOS, 2012; PAÇO CUNHA, 2015), nos é permitido afirmar que é a *produção social* a categoria que permite a Iamamoto (1982) identificar importantes especificidades da ordem burguesa. Todo o texto está armado e estruturado a partir das considerações desenvolvidas a partir da categoria da *produção social*.

Calcada numa reflexão que se desdobra colada aos textos marxianos fundamentais – em especial *O Capital*, inclusive apelando ao inédito capítulo VI, mas recorrendo ainda aos *Grundrisse* –, a argumentação de Iamamoto prima pelo rigor e pela congruência crítica: ela recupera, ***a partir da rica categoria da produção social, a especificidade histórica da ordem burguesa, com a processualidade das relações sociais sendo resgatada pelo desvendamento dos mecanismos da reificação.*** (NETTO, 2011a, p. 291).

A argumentação da autora parte da realidade brasileira – singularidade –, mas aprofunda seu conhecimento acerca da totalidade da sociedade burguesa através da *produção social*. O ponto de partida efetivo (*da exposição*), portanto, é a produção capitalista compreendida como produção e reprodução das relações sociais de produção.

Ao partir da ***produção social***, a autora considera a produção como atividade social. Assim, argumenta que “[...] para produzir e reproduzir seus meios de vida e de produção” (IAMAMOTO, 1982, p. 11), os homens estabelecem relações mútuas exercendo uma ação que transforma a natureza, produzindo em sociedade. Mas estas relações exercidas pelos homens no ato da produção e na troca sofrem variações de acordo com o “nível de desenvolvimento dos meios de produção”. (IAMAMOTO, 1982, p. 11). Tais relações são estabelecidas em condições históricas determinadas em que os elementos da produção se articulam igualmente de ***maneira específica***, sendo a produção, por essência, histórica. É evidente que Iamamoto (1982) quer tratar da *produção especificamente capitalista*. Segundo a autora, nesta *o processo de produção expressa determinado modo pelo qual os homens produzem e reproduzem “as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção”*. (IAMAMOTO, 1982, p. 11-12). Desse modo, a categoria da ***produção social*** é que permite à autora determinar [as igualdades com outras

²⁴⁸ “Retenha-se o elemento fundamental: a “questão social” parece ser uma expressão imprecisa, um conceito. Não explica que cada classe social tem seus próprios interesses *sociais* e, por decorrência, *políticos*. [...] é preciso considerar o fato de que a *questão social* nunca teve peso suficiente no interior do pensamento marxiano [...]”. (PAÇO CUNHA, 2015, p. 49).

formas de sociedade e] *os elementos específicos da ordem burguesa*: o tipo de propriedade, o processo de trabalho como processo de valorização, a exponenciação da pauperização, etc. (IAMAMOTO, 1982, p. 10-61). A esta identificação, segue Iamamoto (1982) afirmando que “o capital”, na sociedade de que se trata é a “[...] *a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo social*”. (IAMAMOTO, 1982, p. 12, *itálicos nossos*).

Após arrolar como se efetiva a produção social na sociedade burguesa, onde o capital é a relação social *determinante*, a autora igualmente destaca o papel do Estado²⁴⁹. Neste procedimento, Iamamoto (1982) sinaliza para a compreensão de que aquele momento determinante atua mediado pela instância política *par excellence*. Mais além da esfera da política cujo Estado é expressão máxima, a autora termina com brevíssimas notações acerca do complexo ideológico²⁵⁰ e da ciência. Afirma ela que ao mesmo tempo em que se tem a reprodução da dominação, recriam-se “formas sociais mistificadas que encobrem a exploração”, formas essas “[...] que têm por função apresentar a desigualdade entre classes como normais, naturais, destituídas de conflitos e contradições. Estas formas ideológicas são aparências através das quais as relações sociais antagônicas se manifestam” (Ibid. p. 56). Portanto, “A produção e reprodução da ideologia é fruto do mesmo processo em que se reproduz a riqueza social como capital e o trabalho assalariado”. Nesse processo, as formas ideológicas encobrem, mas não elidem a exploração. Como tais, as ideologias ainda são absorvidas pela “ciência ou pelos intelectuais” da classe capitalista. (Ibid. p. 56).

Pode-se concluir que através da categoria da *produção social* a autora buscou compreender as determinações particulares da ordem burguesa, inclusive considerando a relação social capital como “determinante”, que “dá dinâmica e inteligibilidade” ao processo social. Pontuações sobre outros complexos da vida social aparecem, embora parcamente. Apesar de dedicar uma microscópica atenção aos demais complexos que interagem com a economia, ao cabo desse capítulo inicial a autora fornece moderadas pistas de alguma identificação das reciprocidades entre as relações de produção e o modo de produção e as *superestruturas*.

²⁴⁹ Diz ela. “Vemos, portanto, que a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe. Este é um processo eminentemente político, em que as classes dominantes têm *no Estado o instrumento privilegiado de exercício de seu poder no conjunto da sociedade*”. (IAMAMOTO, 1982, p. 56).

²⁵⁰ Para a autora, no processo de produção e reprodução das relações sociais “*reproduzem-se, ao mesmo tempo, as [...] ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia*” (IAMAMOTO, 1982, p. 12, *itálicos nossos*).

Tais destaques são importantes. Mas como provar que tal exposição se trata de mera repetição daquilo que já fora desmistificado por Marx [?], uma vez que, como afirmou a própria autora, trata-se uma exposição, “em forma didática, de categorias fundamentais da análise marxista” (IAMAMOTO, 1982, p. 4). Como demonstrar que as notas de Iamamoto (1982) não passam de um esquema que serve para encaixar a realidade se tais lineamentos demonstram apenas os elementos gerais da sociedade burguesa, servindo, inclusive ao capitalismo inglês? *Em certa medida*, a resposta para tal indagação pode ser encontrada nos capítulos finais da dissertação da autora.

Já em relação à referida identificação das reciprocidades entre certas categorias da realidade capitalista, podemos constatar que a autora também as percebe nalgumas passagens do segundo capítulo de sua dissertação, quando trata da *divisão manufatureira do trabalho* frente à *divisão do trabalho na sociedade*²⁵¹. No entanto, de acordo com Netto (2011a), aquele “*Altíssimo nível* [...] que Iamamoto atinge na abertura do seu ensaio [...] não se mantém no segundo capítulo dedicado à divisão social do trabalho – tematização necessária para localizar, sistemática e historicamente, o espaço profissional do Serviço Social”. O autor assevera que, apesar de apreender os aspectos mais fundamentais da divisão do trabalho, Iamamoto “não conseguiu aprofundar as indicações marxianas de que se socorre com procedência” (Ibid. p. 294). Pois, sua reflexão não dá conta das novas determinações do capitalismo contemporâneo. Nas palavras de Netto (2011a):

A análise é correta, mas insatisfatória; é necessária, mas insuficiente; se apreende com justeza os processos *basilares* da divisão social do trabalho inerentes à dinâmica capitalista, não avança para concretizá-los na mesma escala em que seu potenciamento na ordem burguesa consolidada, depois tardia, implica em uma complexidade crescente na estrutura social (com uma diferenciação interna e externa das classes fundamentais), que exige a pesquisa de processos novos e mais sutis (ainda que ponderáveis) que os basilares estudados pela autora. ***Numa palavra, Iamamoto não conseguiu aprofundar as fecundas indicações marxianas de que se socorre com procedência.*** Apontando embora para o espaço social a ser ocupado por desempenhos profissionais do gênero do Serviço Social, sua análise – no plano estrito da divisão social do trabalho carece de um *desenvolvimento* teórico que dê conta das múltiplas (e novas) segmentações do trabalho coletivo na dinâmica capitalista contemporânea. Se é verdade que, ao tratar da inserção do Serviço Social nesta dinâmica, Iamamoto vai obter resultados profícuos, é igualmente certo que estes não comparecem plenamente fundados neste passo da sua elaboração. ***Em nosso juízo, à autora faltou o suporte de análises mais modernas, a partir do***

²⁵¹ Para Iamamoto (1982), “*Essas duas expressões da divisão do trabalho articulam-se e condicionam-se mutuamente, mantendo, no entanto, características específicas*”. (Ibid. p. 74-75, grifos nossos). Após expor as especificidades de cada uma, conclui a autora que nessa relação (divisão do trabalho na sociedade e na manufatura), ambas convivem “*sem excluir-se, interinfluenciando-se mutuamente*” (Ibid. p. 76, grifos nossos). No entanto, destaca: “a *divisão manufatureira* do trabalho é um produto específico da sociedade capitalista, da expansão das forças produtivas e da consolidação do trabalho assalariado”. Por isso, “com ela a *divisão do social do trabalho* é redimensionada assumindo peculiaridade histórica” (Ibid. p.77). Observe-se aqui que apenas sinalizamos para a identificação da relação intercategoriais por parte da autora. É preciso realizar uma análise aprofundada sobre este capítulo para que melhor se compreenda a crítica realizada por Netto (2011a).

exame do movimento mais recente da ordem burguesa, acerca das modalidades novas mediante as quais se realizam os processos basilares que identificou. (NETTO, 2011a, p. 294, negritos nossos).

É possível concordar com algumas das afirmações do referido autor através de uma rápida digressão ao segundo capítulo de Yamamoto (1982), por exemplo, quando percebemos a parca referência textual a autores marxistas. No entanto, as asserções de Netto (2011a) ganham mais legitimidade quando lemos as réplicas de Yamamoto (2002) às críticas de seus comentaristas. Nesta mesma oportunidade, se a autora citada realiza um ínfimo esforço para rebater as imputações de Costa (1985) e de Faleiros (1987), ela sequer responde aos reparos de Netto (2011a, p. 294), limitando-se, contudo, a reproduzi-los. Além disso, nos trechos a que dedica uma revisão pouco mais “robusta” acerca das críticas recebidas, Yamamoto (2002) se concentra mais nos capítulos publicados em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – para Netto (2011a, p. 276, em rodapé) “os fundamentais, dos quatro capítulos originais”*. Portanto, às críticas de Netto (2011b) – que se referem ao segundo e quarto capítulos –, restam apenas descrições sumárias. Entretanto, as críticas de Netto (2011a) não o impede de “realçar uma elemento axial, que [...] singulariza [a reflexão de Yamamoto] dentre as elaborações construídas no marco do Serviço Social: a *justa compreensão que Yamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana*” (Ibid. p. 292).

Ao tecer alguns comentários acerca do terceiro tomo do manuscrito de Yamamoto (1982), Netto (2011a) garante que a “autora recupera o alto nível que caracterizou o capítulo de abertura do ensaio”:

Aqui já não se trata, como lá, de **reproduzir teoricamente o movimento da dinâmica capitalista; trata-se de pensar o movimento do Serviço Social como constituído por e constituinte de tal dinâmica** – Yamamoto, sempre atenta à contraditoriedade que perpassa a atividade profissional, vai reconstruindo, num andamento sistemático e histórico, a configuração funcional (econômico-social e sociopolítica) do Serviço Social, ao mesmo tempo em que imbrica organicamente a seus componentes particulares. *Neste procedimento teórico-crítico, a inspiração da fonte marxiana revela-se inteira: o objeto real (a estrutura da atividade profissional) é reproduzido teoricamente mediante a crítica da sua funcionalidade (econômico-social, política e ideológica), e a pluridimensionalidade do Serviço Social (enquanto conjunto de manipulações prático-empíricas e enquanto aporte ao controle ideocultural) é explorada intensivamente, numa construção intelectual que se pode julgar, sem exageros, um primor de análise crítico-dialética.* (Ibid. 2011a, p. 297-298, grifos nossos, itálicos originais).

Neste capítulo, em linhas muito gerais, Yamamoto (1982) compreende o Serviço Social – como inserido em atividades que são “[...] *diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado, necessários*

à *garantia do domínio de classe*”²⁵² (Ibid. p. 108) – como uma tecnologia social cuja atuação se efetiva mediada pelos serviços sociais das instituições patronais.

[...] o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma *atividade auxiliar e subsidiária* no exercício *do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante* junto à classe trabalhadora. (Ibid. p.116).

De acordo com a autora, este aspecto “auxiliar e subsidiário” do exercício profissional aponta para a descoberta da real importância do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho²⁵³. Assim, Iamamoto (1982) advoga a tese de que “*o controle social e a difusão da ideologia dominante*” são as funções essenciais do Serviço Social. Em outras palavras, *dada a intensidade que demarcam* para os demandantes (Estado/empresariado) da profissão, tais funções chegam a ser o que a diferencia das demais na aplicação de políticas sociais. Ao discorrer sobre as funções do Serviço Social, Iamamoto (1982) conclui que a profissão é requisitada pelos setores dominantes para gestação “de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores” (Ibid. p. 116). Nesse sentido, o profissional atua na gestação de condições que favoreçam a reprodução dos trabalhadores, através dos serviços sociais, regulamentados pelo *Estado mediante políticas sociais que se traduzem no suporte material utilizado pelos agentes profissionais em suas tarefas de cunho “educativo”*. (IAMAMOTO, 1982, p. 116, grifos nossos).

Em que pesem os elogios tecidos acima por Netto (2011a), é preciso atentar para o fato de que até este momento – terceiro capítulo contido na dissertação de Iamamoto – as determinações mais concretas e particulares do Serviço Social na realidade brasileira ainda não estão expostas de modo satisfatório. Certamente, há muito avanços significativos na identificação das funcionalidades da profissão, mas se a análise se esgotasse por aí, como supuseram Faleiros (1987) e Costa (1985), tornava-se possível a conclusão errônea de que Iamamoto (1982) perdia de vista as determinações mais precisas acerca de seu objeto, bem

²⁵² “Deste ponto de vista, são funções cujo significado econômico está subordinado ao seu caráter político determinante. Sua razão de ser é dada pela contribuição que possa oferecer, à medida que se encontram vinculadas a estruturas do poder, à criação de condições político-ideológicas favoráveis às relações sociais, configurando-as como harmônicas, naturais, destituídas das tensões que lhe são inerentes”. (IAMAMOTO, 1982, p. 108).

²⁵³ Iamamoto (1982) afirma que a inserção da profissão no processo de reprodução das relações sociais tem de ser apreendida, dentro dos reais limites, como mais um dos mecanismos sociais que *corrobora no* sentido de reforçar o controle social e a difusão da ideologia da classe dominante; a profissão de Serviço Social é considerada “como um instrumento *auxiliar e subsidiário*, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência, *na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente*”. (Ibid. p. 130, grifos nossos).

como as mediações que o conectam à realidade social burguesa. No entanto, na análise do capítulo que encerra sua dissertação, a autora referida não trata apenas da reprodução do movimento real de seu objeto na sociedade burguesa (identificando emersão, função, desenvolvimento e atualização), mas também se dedica precisamente à sua exposição inserida na malha da sociedade burguesa que se constitui num país periférico do sistema capitalista.

Ao se referir ao modo de transição capitalista nos países periféricos²⁵⁴, Iamamoto (1982) constata que “o traço *peculiar dessa transição do capitalismo monopolista nas sociedades dependentes é que ela não ocorre segundo o modelo clássico de revolução nacional e democracia burguesa*”. (Ibid. p.162, grifos nossos). Objetivamente a autora pretende avançar em duas direções: intenta, primeiramente, “*dar um contorno histórico-conjuntural mais preciso às considerações feitas que permitam apreender certas peculiaridades da intervenção profissional [...], nos marcos da crise e consolidação do poder burguês [...]*” (Ibid. p. 151), arrimando-se, precipuamente, nas análises de Florestan Fernandes sobre “Estado Autocrático Burguês” – e aqui perceptivelmente transita do capitalismo em termos mais universais passando à sua análise na particularidade brasileira. E, em segundo lugar, busca “privilegiar as respostas que vêm sendo dadas pelos profissionais às novas características da demanda da classe capitalista no enfrentamento da “questão social”, matizada pelas *determinações peculiares do capitalismo na periferia*” [diga-se, no Brasil]. (Ibid. p. 151, itálicos nossos). Autora compreende pertinentemente que

“[...] os condicionantes histórico-conjunturais são mediatizados pelas características que, historicamente assumidas, dão um perfil peculiar a este exercício profissional no mercado de trabalho e ainda, pela maneira como os seus agentes sociais se posicionam, como intelectuais, face ao confronto das classes fundamentais nesse momento histórico da sociedade brasileira²⁵⁵. (Ibid. p. 152, grifos nossos)²⁵⁶”

²⁵⁴ No quarto capítulo de sua dissertação.

²⁵⁵ “Sendo a prática profissional historicamente determinada, *as respostas dadas pelos agentes profissionais também condicionam a configuração dessa instituição*, dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade. *Destacar este movimento da prática profissional, como resultante da história, mas também como produto criado pelos intelectuais que a ela se dedicam, é o centro da diretriz analítica deste capítulo. Porém, se a apreensão desse movimento deve ser garantida, a ênfase da reflexão estará em acentuar como esses intelectuais vêm se posicionando frente às exigências com que se defrontam numa conjuntura peculiar, marcada pelo autoritarismo*”. (IAMAMOTO, 1982, p. 152, grifos nossos)

²⁵⁶ Além demonstrar que a profissão não pode ser traduzida em “mero reflexo” – das relações econômicas e nem de sua demanda pela classe dominante –, igualmente a autora quer deixar mais destacado como os assistentes sociais vêm se posicionando frente às requisições com as quais se chocam numa conjuntura particular, a autoritária. (Ibid. p. 152). Nesse sentido, Iamamoto (1982) parte da indagação acerca de como os profissionais fazem uso da “*autonomia relativa*” que possuem no exercício de suas “funções intelectuais”, isto é, se têm atuado no sentido de inovar ou simplesmente repetir as velhas respostas dadas ao que denominou de *questão social [posta na realidade brasileira]*. (Ibid. p. 152). Com o intuito de encaminhar sua reflexão, a autora considera “a prática profissional como prática em processo, em constante mudança”, como fato que deriva das

É por estas vias que a autora parte para a exposição das determinações mais específicas da profissão. Neste momento, tematiza sobre a gênese, o desenvolvimento, a conformação e a atualização do Serviço Social na realidade brasileira.

Contudo, no caso do capítulo final, Netto (2011a) ainda aponta para duas discordâncias.

*A primeira diz respeito ao **tratamento extremamente parcimonioso que Iamamoto confere às projeções e lutas sociopolíticas enquanto tais na dinâmica capitalista; ainda que as refira com correção, a ausência de uma explícita ênfase na sua relevância pode abrir a via a interpretações do seu pensamento que apontem para o risco de impositões economicistas** – que, em nosso juízo, são infirmadas pela articulação interna da reflexão da autora. A segunda é relativa ao deslocamento dos referenciais teórico-metodológicos quando Iamamoto centra a sua atenção sobre configurações ideoculturais significativas na ordem burguesa [...]; aí, as mais profícuas sugestões da tradição marxista são substituídas pelo sociologismo.* (NETTO, 2011a, p. 301, grifos nossos).

No que se refere à segunda crítica, Netto (2011a) alega que Iamamoto (1982) desconhecia “o acervo da tradição marxista sobre o pensamento conservador”, sendo surpreendente o modo como trata “a problemática da “comunidade”, ignorando a polêmica marxista acerca do anticapitalismo romântico”; e conclui Netto (2011a) ser “evidente que, à época em que redigia o seu ensaio, Iamamoto ignorava as contribuições fundamentais, entre outros, de Lukács, Adorno e Horkheimer, Willians e Goldman”²⁵⁷. (Ibid. p. 301). Para finalizar, cabe observar que ao sopesarmos as críticas que Netto (2011a) dirige a Iamamoto,

modificações mesmas das formas de expressão e de aprofundamento das contradições que particularizam o medrar da sociedade brasileira. Na medida em que emergem novas situações históricas, a prática profissional também vai se redefinindo. (Ibid. p. p. 152). Nesse sentido, segundo Iamamoto (1982), as permanentes “**redefinições**, que passam pelas elaborações teórico-práticas de seus agentes especializados, configuram uma “passagem de prática”, mais que uma prática cristalizada, o que **muitas vezes** é classificado sob a rubrica da *crise profissional*”. (Ibid. p. 153, itálicos originais, negritos nossos). No entanto, tal crise, “[...] não é mais que a expressão na consciência de seus agentes, da temporalidade dessas práticas, da necessidade de redefinições”. Ou seja, essa crise que se expressa nas consciências dos profissionais não é senão uma expressão de um movimento real que se impõe para essa mesma profissão; em outras palavras, para a autora, a realidade mesma coloca para a profissão a “necessidade de redefinições” que são reais. Porém, na consciência dos agentes, tal necessidade se apresenta como “crise profissional”. Nesse sentido, tais redefinições: “podem ser encaradas na perspectiva de *mera atualização, modernização da atividade profissional* segundo parâmetros de racionalidade e eficiência, *ou como ruptura com o compromisso social historicamente estabelecido*, com os representantes do capital, buscando reorientar o potencial dessa prática na perspectiva das classes sociais subalternas, o que obriga o profissional a repensar seu fazer de maneira antagônica à definição oficial. (IAMAMOTO, 1982, p. 153, itálicos nossos). Segundo Iamamoto (1982), para os profissionais que vivem a “crise” profissional como “imperativo de modernização do aparato técnico-profissional, sem colocar em questão as bases políticas da legitimação do seu fazer” (Ibid. p. 156) a “crise se resolve mediante o aprimoramento técnico frente às requisições “do processo de acumulação e da modernização do Estado”. No entanto, para aqueles que pensam a “crise” objetivando reorientar sua ação na perspectiva dos subalternos, “crise/legitimação supõem ruptura profunda com o modo de pensar, de dirigir, de educar, daqueles que vivem no patamar superior da sociedade”. (IAMAMOTO, 1982, p. 157, grifos nossos).

²⁵⁷ A crítica aqui se remete à explicação que Iamamoto (1982) efetiva sobre o conservadorismo clássico, exposta na abertura da presente dissertação.

observamos que elas se referem a questões muito pontuais, de tal modo que não revogam a justa compreensão da dialética que atribui à autora²⁵⁸.

3.2.2 - A pertinência das análises de Marilda Villela Iamamoto

A pesquisa indicou que o modo mais pertinente (embora não conclusivo²⁵⁹) de tentar extrair a compreensão que Iamamoto (1982) detém do padrão analítico marxiano se efetiva pela escavação de seu próprio texto, analisando as argumentações expostas ao longo das 236 páginas contidas em sua dissertação de mestrado, essencialmente nos capítulos finais – pois alguns dos momentos iniciais podem ajudar, contudo com o devido cuidado, pois contém passagens que podem causar mais confusões (talvez devido às requisições acadêmicas) que clareamentos. Entretanto, posta a impossibilidade de uma reprodução total da dissertação “*Legitimidade e Crise do Serviço Social...*”, concentramos-nos aqui apenas em delinear citações e observações que nos direcionem rumo a conclusões.

Cabe lembrar que um de nossos objetivos específicos é efetivamente buscar desmistificar a qualidade da retenção da dialética em Iamamoto (1982). Em outras palavras, se a autora entende a dialética como algo que se aplica na realidade – como esquema ou paradigma pré-concebido para posteriormente ser aplicado –, ou se compreende que a dialética pode ser descoberta nos próprios processos reais, concretos – “Donde a identificação da *dialeiticidade* como lógica do real, movimento das categorias enquanto formas de existência, que os concretos de pensamento reproduzem. Razão pela qual a *dialética* só é passível de descobrimento, jamais de aplicação”. (CHASIN, 2009, p. 236, grifos originais).

Obviamente que, para nossos fins, seria muito mais fácil se encontrássemos no texto de Iamamoto (1982) asserções mais claras acerca de sua compreensão sobre modo de

²⁵⁸ Ao cabo da análise de Netto (2011a) ainda encontramos que a ***produção Iamamoto (1982) “[...] consiste no primeiro trabalho rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na Perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional; qualificando-o teórica e politicamente. Neste sentido é que se pode afirmar que, com a elaboração de Iamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico”***. (NETTO, 2011a, p. 301, grifos nossos).

²⁵⁹ É preciso deixar evidente que não advogamos de modo definitivo que em 1982 Iamamoto já compreendia limpidamente a totalidade do padrão de ciência inaugurado por Marx. Dentre os argumentos que sustentam nossa afirmação, jogam tanto a pouca experiência intelectual da autora (ainda muito jovem) quanto o pouco material (de sua autoria) disponível para a (nossa) investigação até 1982, etc. Entretanto, há que considerar a relevância de sua produção no diálogo com os escritos marxianos e marxistas, e a efetividade da ruptura teórica que engendra no meio profissional. De fato, a produção de Iamamoto (1982) se trata de um marco na profissão!

investigação marxiano, como, por exemplo, nas linhas redigidas²⁶⁰ cinco anos após a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Afirmarões que deixassem de modo límpido o seu entendimento, por exemplo, quando afirma que “*a teoria implica a reconstrução, no nível do pensamento, [...] do movimento real, apreendido nas suas contradições, nas suas tendências, nas suas relações e inúmeras determinações*” [!]. (IAMAMOTO, 2013, p. 209, grifos nossos); ou, melhor ainda: “*A teoria não se “aplica” ao real, mas fornece parâmetros para uma análise criativa que recupere as especificidades do processo da formação da sociedade nacional, dos movimentos e inflexões conjunturais, dos atores e forças políticas aí presentes*” [!] (Ibid. p. 210, grifos nossos). Sem dúvidas, seria um caminho mais brando se pudéssemos recorrer a tais citações. Adiante temos outra, ainda em 1987.

Trabalhar nessa perspectiva teórico-metodológica supõe enfrentar o desafio de, *a partir das grandes leis e tendências da sociedade burguesa, decifrar as particularidades históricas do movimento atual [!]. Sem isso, não há como entender e conduzir criticamente a ação profissional.* [...] A questão teórico-metodológica diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social; uma relação entre o sujeito cognoscente [...] e o objeto investigado. *Encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem.* Para isso, implica uma apropriação da teoria – uma capacitação teórico-metodológica – e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade – um ponto de vista político, que, tomado em si, não é suficiente para explicar o social. (IAMAMOTO, 2013, p. 210, grifos nossos).

As facilidades contidas nesses apontamentos, de fato, devem-se aos objetivos da autora no momento da construção do texto de 1987, e isso não ocorre no manuscrito de 1982. Apesar de talvez nos servirem de indicativos, posto o curto lapso temporal que separa os dois manuscritos – como essas afirmações são posteriores a *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* –, as citações acima não podem nos ser úteis neste momento –, pois nosso limite é 1982. Nesse sentido, o que nos restou foi tentar compreender o próprio texto da autora com o objetivo de encontrar ou não em suas próprias linhas indícios que pudessem explicitar claramente se a mesma, em 1982, já compreendia que a pesquisa tem que captar o movimento de seu objeto a partir da realidade mesma; e que “[...] a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear sua nexos interno” (MARX, 2013, p. 90) mediante árduos esforços do sujeito.

Para efeitos conclusivos, – e obviamente sem pretender dar a palavra final que cerre o assunto –, ao cabo de uma leitura atenta da dissertação de Iamamoto (1982), ao que tudo

²⁶⁰ Em pronunciamento em 1987, e publicadas pela primeira vez em livro em 1992. Mais ainda, tais notações são novamente publicadas, anos mais tarde, em Iamamoto (2013) e em Borgianni e Montañó (2002).

indicou, a autora dá pistas de que efetivamente *compreendeu alguns* dos principais lineamentos marxianos. Em primeiro lugar, não há uma mera aplicação de qualquer “método dialético” na compreensão de seu objeto. Em segundo, dentre as afirmações mais deliberadas presentes em seu caminho seu metodológico ou procedimental, obviamente *a posteriori* à sua investigação, a única indicação que apontava para *uma potencial ambiguidade não se mostrou verificável* – menos ainda após a leitura do conjunto da obra.

Ao sopesarmos as considerações que indicavam os caminhos da pesquisa de Yamamoto (1982) [e aqui parece haver o peso de certo formalismo exigido nos trabalhos acadêmicos²⁶¹], certificamos a relevância muito maior de apontamentos da autora (aqui isolados) como: “*procura-se, pois, [na produção de 1982] apreender o movimento contraditório da prática profissional no jogo de forças sociais presentes na sociedade*”. (Ibid. p. 8-9). “*Através desse estudo procurou-se desvendar o significado social dessa instituição [Serviço Social] e das práticas desenvolvidas em seu âmbito*” (Ibid. p. 2). Para tanto, foi necessário “*considerar que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade*” (IAMAMOTO, 1982, p. 3, grifos nossos); ou “*a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas*”; e “*é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social)*”; além de “*procurar detectar como [o Serviço Social] vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais*”. (IAMAMOTO, 1982, p. 3, itálicos nossos).

Se tais apontamentos, por um lado, nos direcionavam para a compreensão dos aspectos sócio-históricos que incidem sobre o objeto de pesquisa (Serviço Social), por outro, também nos faziam rumar para o entendimento de que a autora procurava detectar o movimento da profissão na realidade social burguesa, embora àquela altura ainda não esboçasse as mediações necessárias e suficientes para a compreensão do objeto.

Apesar dessas considerações, também encontramos a asserção da autora que, justificando a falta do material bibliográfico existente à época no Serviço Social brasileiro para que pudesse sustentar sua pesquisa, fora então “forçada” a “recuperar a teoria e o método de autores clássicos”, assim, objetivou, no andamento do estudo, “explicitar o

²⁶¹ A despeito da pesquisa empírica realizada por Yamamoto e Raul de Carvalho (como parte de outro projeto Celats-Alaeits (respectivamente, Centro Latino Americano de Trabajo Social e Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación em Trabajo Social)) (IAMAMOTO, 1982, p. 2, em rodapé), não é demais lembrar que a investigação da autora é levada a efeito em um curso de mestrado cuja área se concentra em “*Sociologia Rural*” (Esalq/USP), na cidade de Piracicaba-SP.

desenvolvimento da *lógica que preside a concepção* relativa à reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 1982, p. 4, grifos nossos). Esta foi a “única”²⁶² passagem que poderia dar margem para imputações de que em sua obra a apreensão da dialética pudesse se confundir com algo próximo a uma lógica que pudesse ser retida e aplicada e/ou desenvolvida. No entanto, essa tese foi negada; primeiro, pela simples impossibilidade de agregar argumentos plausíveis que permitissem minimamente ancorar essa hipótese a partir do que fora explicitado no parágrafo de referência ou mesmo olhando o conjunto da obra²⁶³. Segundo, porque na análise da totalidade da obra também se pode compreender que não existe

²⁶² Há outros trechos que podem ser evidenciados, contudo, como já exposto, remetem mais a confusões que clareamentos. É o caso presente no resumo da dissertação de Iamamoto. Nele encontramos o seguinte: “*A presente dissertação apresenta uma análise sociológica da profissão de Serviço Social* frente às relações sociais, referenciada ao contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira.” Na sequência do trecho citado não há mais explicações. A confusão é factível, pois não há como saber o que a autora compreende por “análise sociológica”. Nas críticas de Netto (2011a) sobre o texto de Iamamoto 1982, encontramos a afirmação de que o próprio título do ensaio de Iamamoto é equivocado. Lê-se, “*Ao título Legitimidade e Crise no Serviço Social, após a autora o subtítulo “Um ensaio de interpretação sociológica da profissão”. Como se verá, nada mais longe de uma análise “sociológica” que este ensaio.*” (NETTO, 2011a, p. 290, em nota de rodapé, grifos nossos). Desse modo, é lícito destacar algumas hipóteses que por ventura possam tentar “explicar” a proposição de Iamamoto (1982) – de realizar a referida “*análise sociológica*”. A primeira hipótese aponta para uma possível intenção de cumprir com a retórica dos trabalhos acadêmicos. Em outros termos, uma análise sociológica “encaixa bem” num curso de sociologia (rural). Outra hipótese pode ser o desconhecimento acerca de análises de autores marxistas que criticaram as correntes sociológicas (e tais hipóteses não se excluem). Para Netto (2011a), como já referido, Iamamoto (em uma análise específica de sua dissertação) “ressente-se [...] do desconhecimento do acervo crítico da tradição marxista sobre o pensamento conservador” (Ibid. p. 301). Aqui evidenciamos somente Lukács, para quem, na análise de Escorsim Netto (2011a) “na perspectiva da destruição..., a análise sociológica é incompatível com o marxismo”. (Ibid. p. 139). Vale observar que essas notações sintéticas não autorizam, *a priori*, supor algum ecletismo nos arrimos teóricos de Iamamoto. Todavia, nossas notas acerca do problema não passam de hipóteses que exigem pesquisa específica. Em outro ponto, por exemplo, ao cabo do primeiro capítulo, afirma Iamamoto (1982) que “Procurou-se resgatar e acentuar, no decorrer da exposição efetuada, *alguns princípios metodológicos do pensamento de Marx, assim como a dimensão propriamente sociológica de sua reflexão*, procurando fazer face às leituras de cunho economicista do autor [Marx]”. (Ibid. p. 58). Daqui não é possível afirmar imediatamente que Iamamoto (1982) compreende Marx como sociólogo, e a análise marxiana inteiramente como uma sociologia, mas é possível interpretar que Iamamoto (1982) supõe existir uma “dimensão [...] sociológica” – “seja o lá” o que isso queira dizer para ela. Por fim, ao menos se pode constatar que a maior parte das afirmações confusas se encontra nos trechos em que a autora descreve seus passos e procedimentos analíticos, isto é, no momento em que expõe as motivações do seu percurso operativo. Isso ocorre no resumo, na introdução da dissertação e em alguns capítulos sempre no começo e/ou final dos mesmos. Mas também é necessário frisar que, com exceção das protocolares introduções e dos “exigidos” resumos (“de caráter acadêmico”), não há na obra da autora qualquer tematização isolada acerca de questões epistemológicas e gnosiológicas.

²⁶³ É evidente que a produção de Iamamoto (1982) pode receber críticas por causa de sua forma expositiva. Uma tematização que, em parte, reproduz as descobertas de Marx sobre a sociedade burguesa poderia ser substituída pela própria investigação do movimento real do Serviço Social na realidade brasileira. Note-se que este segundo passo foi dado no terceiro e quarto capítulos, e poderia muito bem dispensar os capítulos iniciais (nos quais inexitem análises diretas acerca do objeto). Os capítulos finais não constituem o resultado mecânico das argumentações contidas nos iniciais. Uma prova disso é a própria pesquisa empírica realizada por Iamamoto e Castro (1979). Outro ponto importante a destacar é que sendo a forma expositiva distinta da forma da investigativa, Iamamoto (1982) detém a liberdade de expor o seu trabalho do modo que lhe convier. Desse modo, a exposição do modo de funcionamento da ordem burguesa (mesmo que repetindo Marx) pode ser possível, desde que não pare por aí. Esta exposição também poderia ser útil aos leitores que à época desconheciam uma argumentação majoritariamente ancorada em análises marxianas e marxistas. Não se sabe em que medida Iamamoto se atentou ou não para esta última questão.

uma simples aplicação de legalidades “econômicas”, nem é possível fundamentar que a exposição inicial se constitui como arquétipo cerrado pronto a servir de instrumento para aplicar e explicar mecanicamente os demais capítulos. Em termos claros não se trata de um esquema *a priori* que serve para inserir (ou aplicar mecanicamente ao) o Serviço Social, mas, (e apontamos nossa hipótese) da tentativa de minimamente compreender e explicitar o modo de funcionamento da *ordem* burguesa, pois será nesta forma de sociedade, embora numa realidade particular, que a autora irá descobrir e expor algumas das importantes determinações que entrecortam o seu objeto.

Noutras indicações, destacam-se frases como: “para situar o significado da profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, faz-se necessário”, primeiramente “*procurar apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações que pecuializam a formação social capitalista*”. Em outros termos, para compreender a profissão é preciso antes compreender a formação social capitalista, compreender o movimento no qual engendram suas relações – específicas. Desse modo, “***Buscar detectar no processo da vida social sua realidade*** substancial e as formas que se reveste é uma tarefa preliminar”²⁶⁴. (IAMAMOTO, 1982, p. 10); e, em seguida, em referência ao primeiro capítulo, “Trata-se, portanto, de um primeiro nível de reflexão mais geral e de maior nível de abstração, para, em seguida, voltar à profissão, captando-a na sua significação histórica”. (Ibid. p.10).

Quando Iamamoto (1982) parte para a discussão sobre as respostas profissionais à tendência predominante de atender aos interesses do capital, porém identificando a gravitação do Serviço Social no atendimento das classes fundamentais em luta, ela afirma que “***é a existência e compreensão desse movimento contraditório***, que, inclusive, abre a ***possibilidade*** para o assistente social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir”. (Ibid. p. 117, grifos nossos), o que não prescinde do estabelecimento de estratégias que se apoiem “***na análise rigorosa da realidade***”²⁶⁵ (Ibid. p. 5, grifos nossos).

²⁶⁴ “É este *referencial teórico* que fornecerá os subsídios para a análise do objeto de estudo”. (IAMAMOTO, 1982, p. 10, itálicos nossos).

²⁶⁵ A completude dessa passagem é encontrada na *introdução* da dissertação, onde a autora afirma: “a procura de novos caminhos para o repensar da profissão [...] tem que partir da consideração do passado vivido pela profissão, o qual, submetido a uma crítica à base do conhecimento científico, resgate seus elementos substanciais. Esta é uma condição indispensável à formulação de estratégias para a ação dos agentes profissionais que se propõem a atuar a serviço dos interesses dos trabalhadores. ***Estratégias que deverão apoiar-se na análise rigorosa da realidade***, superando o mero voluntarismo dos agentes individuais”. (IAMAMOTO, 1982, p.4-5)

Ao começar a rumar para a análise do objeto numa realidade particular, a autora citada aponta para a necessidade de *“apreender na história dessa instituição [Serviço Social] na sociedade brasileira, qual têm sido sua tônica predominante.”* (Ibid. p. 119, grifos nossos), uma vez que, *“no estabelecimento dessa tendência dominante [servir ao capital²⁶⁶], **intervém vários fatores**”* (Ibid. p. 119, grifos nossos). Entre esses, se tem: *a correlação de forças sociais* na luta pela hegemonia, *as próprias respostas profissionais*; o *“nível de desenvolvimento teórico prático”* do Serviço Social, o *peso das “correntes profissionais e políticas existentes no interior da profissão”*, etc. (Ibid. p. 119, itálicos nossos).

Ao adentrar em seu quarto capítulo, *legitimação e crise do Serviço Social*, a autora aponta para necessidade de *“dar um contorno histórico-conjuntural mais preciso às considerações feitas que permitam apreender certas peculiaridades da intervenção profissional [...], nos marcos da crise e consolidação do poder burguês”*, no Brasil (Ibid. p. 151, grifos nossos). E afirma

Sendo a prática profissional historicamente determinada, *as respostas dadas pelos agentes profissionais também condicionam a configuração dessa instituição, dentro dos limites estabelecidos pela própria realidade. Destacar este movimento da prática profissional, como resultante da história, mas também como produto criado pelos intelectuais que a ela se dedicam, é o centro da diretriz analítica deste capítulo. Porém, se a apreensão desse movimento deve ser garantida, a ênfase da reflexão estará em acentuar como esses intelectuais vêm se posicionando frente às exigências com que se defrontam numa conjuntura peculiar, marcada pelo autoritarismo.* (IAMAMOTO, 1982, p. 152, grifos nossos).

Neste ponto, a autora busca as *“determinações peculiares do capitalismo na periferia”* [diga-se: Brasil]. (Ibid. p. 151, grifos nossos). Sua análise, então, volta-se *“para apreender as mudanças verificadas na instituição [Serviço Social], como respostas às exigências e desafios que lhe são apresentados”* (Ibid. p. 152, grifos nossos) frente à nova correlação de forças sociais que se coloca *“numa conjuntura de aprofundamento do capitalismo monopolista na periferia dos centros hegemônicos mundiais”* (Ibid. p. 151, grifos nossos). Essa compreensão passa pelos *“[...] condicionantes histórico-conjunturais [que] são mediatizados pelas características que, historicamente assumidas, dão um perfil peculiar a este exercício profissional no mercado de trabalho e ainda, pela maneira como os seus agentes sociais se posicionam [...] face ao confronto das classes”* (IAMAMOTO, 1982, p. 152, grifos nossos).

Além desses momentos aqui isolados, é possível encontrar interessantes sugestões como: a exposição *“procurou acentuar, descartando a perspectiva analítica²⁶⁷, que, em detrimento da apreensão do movimento contraditório da totalidade concreta, enquadra a*

²⁶⁶ Ou à demanda patronal e estatal.

²⁶⁷ O estruturalismo Francês.

realidade em níveis analíticos: econômico, político e ideológico”; e também: “procurou-se dar alguns passos, ainda que limitadamente, *no sentido de captar o desenvolvimento desigual entre as representações e a realidade* substancial dos fenômenos”, (Ibid. p. 59, itálicos nossos), por fim, ressaltando as *mediações necessárias à expressão das contradições e as determinações do processo social na sua totalidade*. (Ibid. p. 59-60, itálicos nossos).

Ainda isolamos “outra” contestação da autora. Nesta, afirma que a “orientação positivista [...] procede à fragmentação da realidade *em detrimento da apreensão da unicidade e das leis do movimento do concreto*”. (Ibid. p. 111, grifos nossos). Desse modo, a autora aponta para a compreensão de que as leis são “do movimento concreto”. O passo seguinte, aquele da descoberta “das leis do movimento concreto”, considerando a particularidade brasileira (e a gênese, o desenvolvimento, a conformação e a atualização do Serviço Social) pode ser identificado na articulação interna do capítulo final.

De posse dessas ponderações, concluímos que não há elementos que permitam imputar à autora uma análise estruturalista e economicista (traspassando à análise da profissão sem considerar “as mediações político-ideológicas do trabalho social e da política”) como apontou Faleiros (1987, p. 66). Por outro lado, também não nos é lícito corroborar com as análises de Costa (1985), para quem a investigação de Iamamoto (1982) perde a dimensão da particularidade do capitalismo monopolista. Em resposta a esta última crítica, embora a autora toque mais fortemente numa parte da questão [O Estado], podemos encontrar no próprio texto de 1982 um momento em que Iamamoto (1982) chama a atenção do leitor, numa nota de rodapé, sobre a impossibilidade de tratar o significado do Estado na [e a] era dos monopólios em sua integralidade na dissertação, inclusive indicando referências de leitura (IAMAMOTO, 1982, p. 102)²⁶⁸. Além disso, no quarto capítulo – não analisado por Faleiros (1987) e Costa (1985) à época –, contém mais referências ao Estado e ao estágio monopolista do capitalismo que, a despeito de parcas, não são anódinas.

Cabe ressaltar também que Iamamoto (1982) conhecia praticamente toda a bibliografia gestada no “Método-BH”, inclusive o texto autocrítico de Leila Lima Santos e Roberto Rodriguez: “*Metodologismo: estallido de una época*”, original de 1977²⁶⁹, além de ter sido docente da UCMG nos anos do “Metodo-BH” (SANTOS, 1987, p.12). Tais experiências, sem

²⁶⁸ Em rodapé a autora julga que “Para o enriquecimento do tema em debate reconhecemos a importância de uma reflexão mais aprofundada sobre o significado do Estado no capitalismo monopolista, dado o caráter polêmico da questão expresso na literatura especializada. Fugindo aos limites deste trabalho desenvolvê-lo, remetemos os interessados à bibliografia que se segue [...]”. (IAMAMOTO, 1982, p. 102, em rodapé).

²⁶⁹ Publicado em *Acción Crítica*, nº2, Lima. Celats/Alaets. (SANTOS, 1987, p.107, em rodapé).

dúvidas, corroboraram para que a autora fugisse dos erros daquela experiência, o que nos leva a compreensão de sua precaução contra o “método” formalizado, contrariando e refutando a deformação epistemológica. Ao cabo da análise de Iamamoto (1982), podemos concluir que a mesma consegue apanhar o movimento de seu objeto em sua gênese, desenvolvimento e atualizações, bem como seu direcionamento até a data limite da pesquisa por ela empreendida. Neste procedimento, a autora se preocupa em expor as articulações reais do objeto na realidade brasileira, principalmente nos capítulos finais (três e quatro).

Voltando a uma questão exposta páginas acima, se não nos é lícito nem razoável utilizar bibliografias escritas após 1982 para arrimar qualquer defesa de Iamamoto (1982), podemos indicar leituras que precederam aquela data. Referimo-nos ao artigo publicado em 1979 (resultado da pesquisa em que a autora coleta e analisa dados do Serviço Social na realidade brasileira no ano de 1978 – em parceria com Manuel Manrique Castro), *Hacia el estudio de la historia del Trabajo Social en América latina*. Ao apresentarem o objetivo do referido escrito, ambos advogam que tal investigação tinha como propósito desenvolver uma linha interpretativa da história do Serviço Social que integrasse duas dimensões, “[...] *La aproximación al proceso del Trabajo Social en su vinculación la directa con la dinámica de los procesos globales tanto relativos al curso de cada historia nacional como de la evolución histórica latinoamericana*” (IAMAMOTO; CASTRO, 1979, p. 2, grifos nossos). No mesmo texto, encontram-se interessantes apontamentos dos autores quando se propõem a analisar a profissão na América Latina. Nesta empreitada, visam “*una inserción de la historia del Trabajo Social en la historia concreta de los países considerados. En este esfuerzo, [dicen ellos] partiremos de los conceptos más generales, de mayor nivel de abstracción, caminando progresivamente al objeto de estudio, en el esfuerzo, de aprehenderlo como concreto pensado y no apenas en su apariencia*. (Ibid. p. 9) E, por fim, após demarcarem uma série de funções do Serviço Social na sociedade capitalista, afirmam que “*se hace necesario verificar por medio de la investigación como estas funciones generales aparecen y se manifiestan históricamente en situaciones específicas en cada momento coyuntural dentro de los países considerados*”. (IAMAMOTO; CASTRO, 1979, p. 23, grifos nossos).

De posse de tudo que foi exposto, sugerimos que Iamamoto, em 1982, dá algumas demonstrações de que se aproxima, em certa medida, de uma compreensão próxima daquilo que Lukács (2012) outrora apontara:

A ontologia marxiana do ser social funda-se nessa unidade materialista-dialética (contraditória) de lei e fato (incluídas naturalmente as relações e conexões). *A lei só*

se realiza no fato; o fato recebe a determinação e especificidade concreta do tipo de lei que se afirma na intersecção das interações. Se não se compreendem tais entrelaçamentos, nos quais a produção e a reprodução sociais reais da vida humana constituem sempre o momento predominante não se compreende nem se quer a economia de Marx (LUKÁCS, 2012, p. 338, grifos nossos)

Para efeitos conclusivos, indicamos que para uma leitura do texto de Yamamoto (1982) é preciso considerar a sua integralidade. É desde a introdução que se pode identificar mais precisamente o percurso da autora, pois contém, dentre outras, a indicação clara de que a referida ela começa a pesquisar seu objeto a partir da busca por seu significado social na sociedade capitalista, mas na realidade Brasileira (onde a autora realizou sua pesquisa de campo); porém a (ou o modo de) exposição segue um caminho mais “abstrato”, em que os “níveis” mais gerais vão adquirindo especificação ao longo dos capítulos subsequentes. No primeiro capítulo, há uma primeira tematização da sociedade burguesa que parte da categoria da *produção social* (entendida como produção e reprodução de relações sociais). Nele, a autora reproduz algumas das descobertas de Marx acerca das contradições da ordem burguesa e expõe algumas das categorias mais fundamentais do modo de produção capitalista, articulando as determinações sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Ainda, podemos encontrar sugestões de que essa exposição inicial compreende a economia capitalista como um elemento determinante da realidade social, mas não sem as mediações de outros complexos como o Estado e a ideologia. Num segundo momento, a autora parte para a tentativa compreender a *divisão social do trabalho* e a *divisão do trabalho* dentro dos ramos da produção [produção simples, manufatura e grande indústria]. Essa tematização ocorre reproduzindo também aquilo que Marx já havia exposto, com poucos desenvolvimentos a partir de outros autores, como, por exemplo, Antônio Gramsci. Ambos os capítulos servem à autora na medida em que a mesma busca explicitar a compreensão que Marx detivera da sociedade burguesa, compreensão que Yamamoto (1982) indica corroborar, uma vez que, nos capítulos subsequentes, intenta compreender a profissão de Serviço Social imersa em tal sociedade. A autora real e sinteticamente “reproduz” a dinâmica da sociedade burguesa e explicita suas contradições fundamentais sob a luz da categoria da *produção social*, mas *a reproduz – é preciso dizer – a partir da própria exposição marxiana sobre a mesma* – o que significa dizer novamente que aquela análise inicial serviria para o capitalismo inglês, por exemplo. Entretanto, dessa “reprodução” não é possível extrair conclusivamente o modo pelo qual a autora compreende o modo de investigação marxiano. Mesmo assim, esses capítulos iniciais, principalmente o primeiro, são importantes porque, apesar de não permitirem chegar às descobertas específicas sobre o objeto inquirido, ao menos direcionam/auxiliam a autora

(em alguma medida) nas argumentações subsequentes, isto é, quando efetivamente ela vai pensar o Serviço Social na sociedade burguesa.

Chega-se ao terceiro capítulo. Neste, Iamamoto (1982) claramente quer entender o significado social do que denomina de “instituição Serviço Social” [seu objeto], compreendida como conseqüência e elemento que corrobora para a continuação do processo de produção e reprodução das relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Profissão que, para ela, só é decifrável na medida em que o pesquisador a entende como inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa na era dos monopólios; decifração que não prescinde de várias mediações postas na realidade efetiva. Ao que a pesquisa indicou não se trata de uma simples aplicação do que fora exposto nos capítulos iniciais, mas da busca da compreensão do objeto a partir de sua própria gênese e desenvolvimento. Trata-se, primeiramente, da compreensão do objeto articulando-o à ordem burguesa em sua fase monopólica. No entanto, posteriormente, as articulações e especificidades do objeto inquirido são cada vez mais identificadas e determinadas, essencialmente ao cabo da análise. Neste momento, a análise mais geral já vai adquirindo contornos mais concretos na realidade brasileira, no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista. É o que realmente ocorre no capítulo final. Além de manter as articulações do objeto com a totalidade da sociedade burguesa, o Serviço Social e seus caminhos só podem ser desvendados, na medida em que as determinações do modo de produção, predominantes, adquirem sentido se *mediadas* por outras instâncias, como, por exemplo, o Estado classista e as lutas entre as frações burguesas nacionais e externas (pela apropriação do excedente econômico), os serviços e as políticas sociais, as instituições (públicas e/ou privadas) a que se vinculam os profissionais, a correlação de forças entre as classes numa conjuntura determinada, as respostas dominantes às contradições gestadas pela própria ordem burguesa na particularidade da formação social brasileira, as lutas dos trabalhadores e suas demandas, dentre outras mediações; donde a própria tomada de consciência dos processos sociais (pelos assistentes sociais) e as respostas dos profissionais adquirem relevância interpretativa, além de impactarem na direção assumida – mesmo que em menor medida até o período histórico analisado –, do objeto Serviço Social na realidade pesquisada. Ao cabo da análise, se o Serviço Social se mantém direcionado ao atendimento dos imperativos do capital – por meio de inúmeras mediações –, esse direcionamento passa a ser contestado por segmentos profissionais minoritários no ato de responderem aos desafios de sua época e conjuntura históricas.

Concluindo, sem a pretensão de cerrar o assunto, ao que a pesquisa demonstrou, Iamamoto (1982) realiza uma análise percuciente sobre o Serviço Social e oferece relevantes pistas de que “compreendeu” *alguns dos principais lineamentos* do padrão de ciência inaugurado por Marx. Não estamos aqui advogando que a produção de 1982 não contenham problemas (pois, como observado, contém), mas sim que a investigação não demonstrou que a autora concebe a dialética como algo que se retém sob a forma de leis, paradigmas, e que posteriormente pode ser simplesmente aplicada na realidade, ou aplicada sobre o seu objeto. Portanto, as descobertas expostas pela autora não são senão resultados de sua própria investigação na apreensão do movimento real do seu objeto reproduzido idealmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atenta-se para o fato de não podermos recuperar todas as questões centrais deste trabalho. Deste modo, neste momento teceremos apenas algumas breves notas acerca do caminho percorrido, das conclusões a que chegamos, dos questionamentos que ainda permaneceram e das linhas de pesquisa que podem ser abertas.

Como visto, este estudo teve como objetivo geral compreender e demonstrar a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista no Brasil entre 1960 e 1982. No rol de objetivos específicos, intentou-se demonstrar a natureza da retenção da dialética – no sentido marxiano – no “Método-BH” e na produção de 1982 de Marilda Villela Iamamoto.

Retomando sinopticamente algumas das conclusões da pesquisa, observamos que o Serviço Social brasileiro se aproxima de “insumos” da tradição marxista nos anos sessenta do século XX. Esse movimento se efetiva pela vinculação de estudantes, profissionais e docentes (que de algum modo se conectaram) à militância político-partidária, principalmente de extração católica (JUC, JOC, MEB, AP), e, em menor medida, junto ao PCB. Mas é somente com a emergência da perspectiva de intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional, no chamado “Método-BH” 1970-1972 (na UCMG), é que se tem uma aproximação efetiva, sistemática e expressiva à tradição marxista, o que não passou sem problemas – já expostos nesta dissertação. Entretanto, um salto qualitativo na interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista é efetivado com a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Iamamoto (1982) é a primeira autora a registrar uma elaboração *cuidadosa* arrimada

nos escritos marxianos/marxistas; inclusive reconhecida por diversos analistas (NETTO, 2011a, SIMIONATO, 1999, SANTOS, 2007, ABRAMIDES, 2016, *et al.*) do Serviço Social brasileiro.

A despeito dos inúmeros méritos obtidos com a proposta do “Método-BH” (já arrolados ao longo desta dissertação, principalmente os vinculados à dimensão ideopolítica ou ético-política da profissão), ao objetivarmos compreender a qualidade da retenção que seus formuladores detiveram da dialética, concluímos demarcando que os mesmos a apreenderam como algo que efetivamente se aplica à realidade. Em termos claros, os formuladores do cognominado “Método Belo-Horizonte” apreenderam a “dialética” como *modelo aplicável à realidade* tendo em vista a obtenção da verdade. A discussão levada a efeito no “Método-BH” não agarra a “dialética como passível de descobrimento” (CHASIN, 2009, p. 236), mas como arrumação *apriorística* aplicável a distintos objetos; ali efetivamente existe um *esquema* preconcebido que se apõe à realidade. Neste sentido, a análise imanente do movimento da realidade é substituída pela tentativa de encaixar a realidade no modelo preconcebido. Como conseqüência de tal empresa, não foram poucos os erros em seus procedimentos. Os arrimos teóricos de seus formuladores reúnem diversos autores que revelam a diversidade dos “marxismos” incorporados em BH – Mao-Tse-Tung, Marta Harnecker, Che Guevara, referências ao marxismo soviético (“marxismo-leninismo”), Althusser, e ainda Paulo Freire, Hélio Jaguaribe e Octávio Ianni, dentre outros – que nem mesmo constam em suas referências bibliográficas.

Em resumo de contas, a proposta belo-horizontina se apropria do mais avançado e “sofisticado” epistemologismo. No entanto, apesar de tal conclusão, não se pode desconsiderar a real importância histórica que o projeto que emerge em BH demarca para o avanço da *renovação do Serviço Social* brasileiro – rumo a uma proposta de “alternativa global” ao tradicionalismo em todas as dimensões profissionais – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Como pudemos observar, o *projeto de ruptura* (em larga medida obstruído em 1975 por vários condicionantes, como, por exemplo, o regime ditatorial), é recuperado em finais de 1970 sob a lente de inúmeros profissionais, especialmente, ligados à universidade. A partir desta década, vale observar, vários protagonistas da profissão conheceram a produção marxiana/marxista através dos cursos de pós-graduação – dentro ou fora do Serviço Social. No entanto, uma pertinente elaboração teórica é divulgada na literatura profissional em 1982.

Se a experiência belo-horizontina demarcava alguma *evolução* frente às parcas aproximações (aos “marxismos”) da década de 1960, e se a recuperação do “seu” *projeto* se punha ao cabo de 1970, diga-se, ainda marcado pelo epistemologismo, um ponto corte entre tudo o que existia de interlocução entre Serviço Social e tradição marxista se efetiva com a produção de 1982 de Marilda Villela Iamamoto.

Parte da dissertação da referida autora foi publicada parcialmente em livro. Desse modo, a produção foi rapidamente divulgada no meio profissional – o que, evidentemente, não supôs uma compreensão imediata da obra pelo grosso da categoria profissional. Apesar disso, o ponto importante a sinalizar aqui é que aquela produção determina um momento de inflexão na relação entre o Serviço Social e a tradição marxista. Desse modo, efetiva-se um corte entre as incorporações anteriores que se reclamavam conectas à tradição marxista e a pesquisa empreendida por Iamamoto (1982).

No que diz respeito à retenção da dialética, nossa pesquisa conclui (sem a pretensão de dar a palavra final sobre o tema) que M. V. Iamamoto demarca bibliograficamente, até 1982, o que de mais avançado se tem no bojo do Serviço Social brasileiro. No entanto, ressaltamos também que a análise da referida autora não passa sem reparos, como, por exemplo, os indicados por Netto (2011a). Porém, igualmente afirmamos que não houve como extrair argumentos suficientes que sustentassem a tese de que, em sua dissertação, houvesse um esquema geral aplicável ao objeto (Serviço Social). Se, na produção de 1982, não houve como sustentar essa tese, por conseguinte, uma análise que intentasse advogar peremptoriamente a existência de uma posição dúbia por parte da autora – dialética aplicável ou que deve ser descoberta – também não poderia ser efetivada. Entretanto, um ponto final sobre o assunto tem a possibilidade de se efetivar, isto é, tal lacuna pode ser colmatada através de uma revisão que cubra de toda obra da autora.

Observando o conjunto da obra, chegamos à conclusão da pertinência e relevância de suas análises para a categoria profissional dos assistentes sociais. Sem dúvidas, Iamamoto (1982), apesar de jovem, demarca um salto de qualidade na produção do Serviço Social brasileiro. Mais ainda, chancelamos a consciência que a mesma já detinha acerca das problemáticas mais comuns que cercaram a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista – e também das problemáticas que envolveram a retenção da dialética por determinados protagonistas profissionais, principalmente daquelas contidas nas proposituras belo-horizontinas.

Como referido acima, os pontos centrais de nossa pesquisa estão devidamente demarcados no corpo da presente dissertação, o que obriga o leitor a proceder à leitura integral da obra para compreender o caminho trilhado. Para efeito de síntese, indicamos apenas que inicialmente intentamos compreender e demonstrar como se conforma o padrão de cientificidade marxiano. Neste, observamos que a dialética pode ser descoberta nos próprios processos reais, ou seja, é a lógica do real, sendo, portanto – nos termos chasinianos – “passível de descobrimento, jamais de aplicação”. Num segundo momento, demonstramos diacronicamente como se efetivou a relação entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista entre 1960 e 1982, identificando as problemáticas mais comuns que atravessaram tal relação; em suma, trouxemos à baila diversas determinações que entrecortaram a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Por fim, chegamos ao capítulo final tendo como alvo determinar a qualidade da retenção da dialética nas proposituras do “Método-BH” e nas análises de Yamamoto (1982).

Neste ponto, sinalizamos algumas questões importantes. A primeira se refere à constatação de que o momento real, sistemático e expressivo de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista se realiza na experiência do chamado “Método-BH”. Esta é uma conclusão confirmada por nossa pesquisa, mas somente se considerarmos a produção bibliográfica produzida no Brasil e que trata do Serviço Social brasileiro. Em termos mais precisos, temos em mente o caso de Vicente de Paula Faleiros. Como deixamos evidente na presente dissertação, a produção de Faleiros de 1972 não é analisada como momento expressivo de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Isso se efetiva por vários motivos²⁷⁰. Dentre eles, temos que a obra “original” de Faleiros – *Trabajo Social: ideologia y método* – não se debruça sobre o Serviço Social brasileiro. Em linhas gerais, o autor trata tanto do Serviço Social latino-americano como, mais especificamente, do caso chileno. Neste sentido, sugerimos pesquisa acurada acerca da obra de Faleiros como forma de atestar a razoabilidade de sua exclusão como momento de inflexão na relação entre o Serviço Social e a tradição marxista (e mesmo para averiguar qualidade da retenção da dialética em suas obras). Ademais, ressaltamos que não tivemos acesso ao texto original de Faleiros, mas à edição brasileira de 1997 que, diga-se, foi substancialmente alterada pelo autor, o que contribuiu para obstar nossa análise.

²⁷⁰ Como a acentuada importância do “Método-BH” e da produção de M. V. Yamamoto (1982) para a categoria profissional, por exemplo.

Outro ponto também sinalizado por nós, mas que é importante recuperar é a própria evolução na interlocução de profissionais do Serviço Social com a tradição marxista. É evidente que há um distanciamento real entre as vanguardas profissionais (especificamente docentes em universidades) e o grosso da categoria profissional. Neste sentido, evidenciamos que em 1982 realmente há um ponto de inflexão com a produção de M. V. Yamamoto, mas há que investigar o quanto este momento de clivagem foi alcançado e compreendido por parcelas significativas do Serviço Social, e não somente por quadros dedicados à docência e/ou à pesquisa acadêmica.

Por fim, cerramos nossas considerações afirmando que novas pesquisas também podem ser abertas acerca da retenção da dialética por expoentes do Serviço Social brasileiro. Referimos-nos à própria evolução intelectual de M. V. Yamamoto, de José Paulo Netto, de Vicente de Paula Faleiros, dentre tantos outros. Também há flancos abertos para pesquisas que investiguem a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista após 1982, chegando à produção recente da literatura profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria B C. *O projeto ético – político do Serviço Social Brasileiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2006.

_____. *80 anos de Serviço Social no Brasil: Organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo*. Scielo – Revista on-line. Serv. Soc.Soc. nº 127. São Paulo, set./dez. 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf> > Acesso em 01/05/2017

_____. *Lutas e Desafios da Classe Trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro*. Scielo – Revista on-line. Serv. Soc.Soc. nº 129. São Paulo, mai/ago. 2017. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf> > Acesso em 01/08/2017.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. *“Questão Social” e Serviço Social no Brasil*. In: SILVA, M. O. S (Org.). *Serviço Social no Brasil: Históricas de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

ALVES, A. VAISMAN, E. *Apresentação. IN: CHASIN. J. MARX: estatuto ontológico e resolução metodológica*: São Paulo Boitempo, 2009.

ALVES, Antonio José Lopes; *A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das daseinformen*. (Tese de Doutorado) Campinas: Unicamp, 2012.

ANTUNES, R. *Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo. Boitempo, 2009.

BARROCO, M L S; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. (Org.) Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING. E; BOSCHETTI I. *Política Social: Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2010.

BORGIANNI, E. MONÁNO, C. *Metodologia y Servicio Social: Hoy em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

CHASIN, J. *O método dialético*. Aulas ministradas durante o curso de Pós-graduação em filosofia política. Departamento de filosofia e historia da Universidade Federal de Alagoas, 25/01 a 06/02. Alagoas: UFAL, 1988. (Transcrição literal).

_____. *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

COSTA, S. G. Contribuição para o reconhecimento do discurso crítico da prática profissional do Serviço Social. Coleção Temas Sociais: CBCISS, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 195, 1985.

COUTINHO, C. N. Prefácio. *O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS. “*Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina*”. Serviço Social e Sociedade n° 24. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. -9ed-São Paulo:Cortez, 1997.

_____. *Entrevista com Vicente de Paula Faleiros*. Revista Serviço Social e Saúde. Campinas. V.6 n.6. 2007. <
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634955> > acesso em 02/03/2017.

FREIRE, S de M. Pereira, J. A. S. *Desigualdade persistente e subcidadania no Brasil contemporâneo*. in Direitos Humanos e Questão social na America Latina, (org.) Freire, Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

FORTES, Ronaldo Vielmi. *Procedimento investigativo e forma expositiva em Marx – duas leituras*: Lukács/ Chasin. Verinotio – Revista on – line de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, n.9. Ano.V, nov. 2008, pp. 73-105, nov. 2008; Disponível em <
<http://www.verinotio.org/conteudo/0.16253103610364.pdf> > Acesso em 01/02/2016.

_____. *As novas vias da ontologia em Georg Lukács. As bases ontológicas do conhecimento*. Belo Horizonte: Novas edições acadêmicas, 2013.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. – 9ed - São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI. *A ditadura do Grande Capital*. RJ: Civilização Brasileira, 1981.

IAMAMOTO. M.V. *Legitimidade e Crise do Serviço Social: Um ensaio de interpretação sociológica da profissão*. Piracicaba-SP: USP, 1982.

_____. *20 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Uma leitura retrospectiva*. Revista Temporalis, V3, suplemento. Brasília, ABEPSS, Nov. 2002.

_____. *A questão social no capitalismo*. Temporalis, Brasília, n.3. Abepss, 2001.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional* - 14ª ed - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço social em tempos de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*; Ensaio crítico; São Paulo: Cortez, p. 2013.

_____. In CARDOSO, I. C. C; MÔNICA. M. J. *Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista*. Revista Em Pauta, n.35, v.13, p. 225-247. Rio de Janeiro, UERJ. 2015.

_____. Carvalho, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 32ª Ed- São Paulo: Cortez [Lima, Peru]; CELATS, 2010.

IAMAMOTO, M V; CASTRO. M. M. *Hacia el estudio de La historia del Trabajo Social en America latina*. Revista Acción Crítica, v.5, Lima-Peru, 1979. Disponível em < <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/accioncritica/ac-cr-005-08.pdf> > acesso em 10 de Janeiro de 2016.

LOPES, J. B. *Objeto e especificidade do Serviço Social: o pensamento latino-americano*. São Paulo: Cortez, 1979.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. In. Karl Marx: Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. (coleção os pensadores) -1.Ed- São Paulo: Abril cultural, 1974.

_____. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de Esboços da crítica da econômica política**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner*. In Serviço Social em revista- UEL, 2011b. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10447/9120> > Acesso em 10/01/2016.

_____. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. FRIEDERIC, Engels. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.5).

MOTA. A. N. *O feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa*. -6ed- São Paulo, Cortez, p. 2010.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *O Serviço Social e a Tradição marxista*. *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 30, ano X, abril, São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfAqAAL/servico-social-a-tradicao-marxista-jp-netto> > Acesso em 15 de Ago. 2015.

_____. *Notas sobre Marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino*. In. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. (Org) Cadernos ABESS n: 4. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n 50, p. 87-132, 1996.

_____. *Relendo a teoria Marxista da Historia*. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “Historia, Sociedade e Educação no Brasil. Unicamp-FE- HISTDBR, 1997. Disponível < em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf> > acesso em 30/10/2016.

_____. *A construção do Projeto ético-político do Serviço Social*. Publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ ABEPSS/CEAD/UNB, 1999). Disponível em <
[http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.p
df](http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf) > Acesso em: 20 de Ago. 2015

_____. *O Movimento de reconceituação 40 anos depois*. In Revista Serviço Social e Sociedade N. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8ª ed. - São Paulo, Cortez, 2011b.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2011c.

_____. **Entrevista com José Paulo Netto**. Revista Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9 n.2, p.333-340, jul./out/2011. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200010 Acesso em 04/03/2016.

_____. *Para uma história nova do Serviço Social no Brasil*. In. Serviço Social no Brasil: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo. (Org) Silva e Silva. São Paulo: Cortez, 2016a.

_____. **Introdução ao Método da teoria social. 2016b**. Disponível em <
[https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=12:introducao-ao-
metodo-da-teoria-social&catid=2:artigos](https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=12:introducao-ao-metodo-da-teoria-social&catid=2:artigos) > acesso em 10/03/2017.

NETTO, J. P; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. – 6.ed - São Paulo: Cortez, 2010.

PAÇO-CUNHA, Elcemir. *Gênese, Razoabilidade e Formas Mistificadas da Relação Social de Produção em Marx: A Organização Burocrática como Abstração Arbitrária*. 586 f. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2010.

_____. **Resenha: Reciprocidades sem dialética?** Verinotio – Revista on–line de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, n. 18, Ano IX, out/2013, pp. 126-130; Disponível em < <http://www.verinotio.org/conteudo/0.1021435922963.pdf> > acesso em 25/02/2016.

_____. **Contribuição ao debate da questão social em Marx** In: MOLJO, C. B. SANTOS, C M. (Org) Serviço Social e Questão Social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

_____. **Engels, marxólogo: dialética e política.** Verinotio – Revista on–line de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, n. 20, Ano X, out/2015, pp. 150-162; Disponível em < http://verinotio.org/Verinotio_revistas/n20/11_Paco_Cunha.pdf > acesso em 05/02/2016.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

QUIROGA. A. IN SILVA, L. M. M. R. **Aproximação do Serviço Social à tradução Marxista: Caminhos e Descaminhos.** (Tese de doutorado). São Paulo, PUC-SP, 2 vol., 1991.

SANTOS, Lima Santos. **Textos de Serviço Social.** São Paulo Cortez, 1987.

_____. In SILVA, L. M. M. R. **Aproximação do Serviço Social à tradução Marxista: Caminhos e Descaminhos.** (Tese de doutorado). São Paulo, PUC-SP, 2 vol., 1991.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007

_____. **Questão Social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SARTORI, Vitor. B. **Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels.** Verinotio – Revista on–line de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, n. 20, Ano X, out/2015, pp. 123-133; Disponível em < <http://www.verinotio.org/conteudo/0.15807566806495.pdf>> acesso em 30/02/2016.

SILVA, L. M. M. R. **Aproximação do Serviço Social à tradução Marxista: Caminhos e Descaminhos.** (Tese de doutorado). São Paulo, PUC-SP, 2 vol., 1991.

SILVA e SILVA. M. O. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: Resistência e Emancipação?* São Paulo Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: *Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. - 2.ed –Ed. da UFSC. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, JMA. *O Conservadorismo Moderno: Esboço para uma aproximação*. 2015 Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf> > Acesso em 20/04/2017.

TAVARES, Maria Augusta. *Marx. Marxismos e Serviço Social*. 2013. Rev. Katálysis vol. 16. Florianópolis n.1 Ano: 2013, jan/jun 3p. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802013000100002&script=sci_arttext > acesso em 25 de ago. de 2015.

YAZBEK, M. C. *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.